

CÉSAR AUGUSTO AVILA MARTINS

**INDÚSTRIA DA PESCA NO BRASIL: O USO DO TERRITÓRIO POR
EMPRESAS DE ENLATAMENTO DE PESCADO**

Florianópolis
2006

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

César Augusto Avila Martins

**Indústria da Pesca no Brasil: o uso do território por empresas de
enlatamento de pescado**

**Leila Christina Dias
Orientadora**

TESE DE DOUTORADO

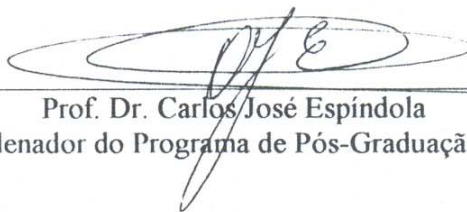
Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, 2006

“Indústria da Pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado”.

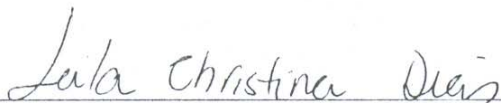
César Augusto Avila Martins

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor (a) em Geografia.

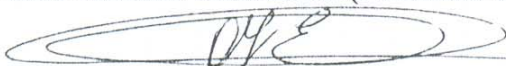


Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

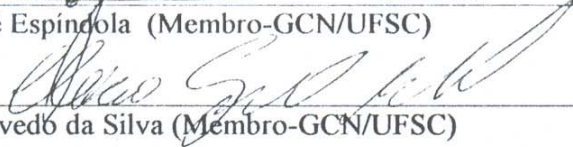
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 20/06/2006



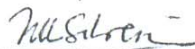
Dr. Leila Christina Duarte Dias (Presidente e Orientadora-GCN/UFSC)



Dr. Carlos José Espíndola (Membro-GCN/UFSC)



Dr. Clecio Azevedo da Silva (Membro-GCN/UFSC)



Dra. Maria Laura Silveira (Membro-USP)



Dr. Ruy Moreira (Membro-UFF)

AGRADECIMENTOS

Aos Ávila Martins, família da rua Cristóvão Jacques no Lar Gaúcho:
terminou!

Para os amigos e colegas Paulo e Suca;

Para os camaradas Carlos e Messias da bela Ilha;

Para a Chefe Beth que na FURG aposta nas possibilidades de fazer;

Muito especial para minha orientadora, a Profa. Leila Dias que em Paris
aceitou a tarefa que exigiu paciência e muita tolerância;

Por fim e pelo começo no início do século : Luciana Esmeralda.

RESUMO

Neste estudo discutimos o uso do território por empresas instaladas no Brasil que enlatam pescado. Para analisar as estratégias das empresas, partimos da premissa que o território é um agente ativo da definição das ações dessas empresas. O território usado é considerado como um refinamento da noção de formação sócio-econômica, em que a ciência, a tecnologia e a informação são consideradas fundamentais para o descortinamento dos mares e oceanos, identificando e sistematizando o conhecimento do pescado que será utilizado como matéria-prima pelas indústrias. A combinação de variáveis como a gênese dos indústrias, a manutenção da pesca como atividade dependente de ritmos e ciclos reprodutivos das espécies selecionadas para o enlatamento, a ação do Estado brasileiro e a tendência para a concentração do capital, permitiu demonstrar que o uso do território foi e é fundamental para a redefinição da localização das plantas fabris. Conjuntamente, deu-se o deslocamento dos centros de gestão das principais fábricas que fazem parte de grupos econômicos transnacionais para a cidade de São Paulo, houve manutenção das unidades de fabricação junto a pontos historicamente construídos junto ao litoral brasileiro, nas margens da Baía da Guanabara no estado do Rio de Janeiro e nas proximidades da foz do rio Itajaí em Santa Catarina, bem como a transformação do que foi o maior e mais diversificado parque industrial brasileiro, instalado no município do Rio Grande no Rio Grande do Sul em apenas receptor de matéria-prima e abrigo de fábricas que apenas congelam e salgam o pescado. Como resultado, o território usado é considerado fundamental para as metamorfoses de um setor econômico pouco estudado e que compõe o processo de inserção subalterna do Brasil na economia internacional, mas que ainda comporta firmas nacionais capazes de construir estratégias para concorrer com os grupos econômicos transnacionais.

Palavras-chaves: território usado; indústria da pesca

RÉSUMÉ

Dans cette étude, nous discutons l'utilisation du territoire par des entreprises installées au Brésil, produisant du poisson en conserve. Afin d'analyser les stratégies mises en place par ces entreprises, nous partons de la prémisse selon laquelle le territoire joue le rôle d'un agent actif dans la définition de leurs actions. Le territoire utilisé devient un raffinement de la notion de formation socio-économique, dans laquelle la science, la technologie et l'information sont fondamentales pour la découverte des mers et des océans, identifiant et systématisant le savoir sur le poisson qui sera utilisé comme matière première par les industries. La combinaison de variables telles que la genèse des industries, la dépendance entretenue de l'activité de la pêche aux rythmes et aux cycles reproducteurs des espèces sélectionnées pour la mise en conserve, l'action de l'État brésilien et la tendance à la concentration du capital, nous permet de démontrer que l'utilisation du territoire est et a été fondamentale pour la redéfinition de l'emplacement des fabriques. Conjointement, il y a eu le déplacement à São Paulo des centres de gestion des principales fabriques faisant partie des groupes transnationaux, le maintien des unités de fabrication dans des lieux historiquement construits le long du littoral brésilien, sur les rives de la Baía da Guanabara, dans l'État du Rio de Janeiro et aux proximités de l'embouchure du fleuve Itajaí à Santa Catarina, ainsi que la transformation de ce qui a été la plus grande et la plus diversifiée zone industrielle brésilienne, installée dans le municipe du Rio Grande au Rio Grande do Sul, en simple récepteur de matière première et abri de fabriques qui ne font que saler et congeler le produit de la pêche. Il en résulte que le territoire utilisé est fondamental pour les métamorphoses d'un secteur économique à peine étudié et qui intègre le processus d'insertion subalterne du Brésil dans l'économie internationale, mais qui possède encore des entreprises nationales capables de construire des stratégies pour concurrencer avec les groupes économiques transnationaux.

Mots-clés: territoire utilisé, industrie de la pêche

RESUMEN

En esta investigación tratamos del uso del territorio por las empresas que enlatan pescados establecidas en Brasil. A fin de analizar las estrategias de las empresas partimos del presupuesto de que el territorio es un agente activo en la definición de las acciones de ellas. El territorio usado es considerado como un refinamiento de la noción de formación socio-económica en que la ciencia, la tecnología y la información son consideradas fundamentales para el descubrimiento de los mares y de los océanos. Pues identifican y sistematizan el conocimiento sobre el pescado que será utilizado como materia prima por las industrias.

La combinación de las variables como: la génesis de los industriales; la manutención de la pesca como una actividad dependiente de los ritmos y los ciclos reproductivos de los especies seleccionados para el enlatamiento; la acción del Estado brasileño y la tendencia para la concentración del capital permitió demostrar que el uso del territorio fue y es fundamental para la redefinición de la localización de las plantas fabris. Lo centros de gestión de las principales fábricas que forman parte de los grupos económicos transnacionales fueron trasladadas para la ciudad de São Paulo y a la vez los puntos de fabricación, históricamente construidos cerca del litoral brasileño, permanecen en las orillas de la Baía da Guanabara en el estado del Rio de Janeiro y en las cercanías de la embocadura del río Itajaí en Santa Catarina. Asimismo se da la transformación del que fue el más grande y más diversificado parque industrial brasileño, situado en el municipio de Rio Grande en Rio Grande do Sul, en solamente un receptor de materia prima y acogida de fábricas que únicamente salgan y congelan el pescado. Resulta que el territorio usado es considerado fundamental para las transformaciones de un sector económico muy poco estudiado y que compone el proceso de inserción subalterna de Brasil en la economía internacional, pero que aún soporta firmas nacionales capaces de construir estrategias para competir con los grupos económicos transnacionales.

Palabras llaves: territorio usado, industria del pescado

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Esquema de produção de sardinha em lata	60
FIGURA 2 - Principais áreas de desova da sardinha verdadeira na costa das regiões Sul e Sudeste do Brasil	74
FIGURA 3- Esquema de confluência das águas no litoral Sudeste-Sul do Brasil..	77
FIGURA 4 - Áreas de captura da sardinha verdadeira em águas oceânicas brasileiras.....	78
FIGURA 5 - Áreas de atuação dos atuneiros japoneses	86
FIGURA 6 - Áreas de desova e captura do bonito listrado no Sudoeste do Oceano Atlântico	92
FIGURA 7 - Esquema ilustrativo da operação de coleta por meio da detecção hidroacústica.....	94
FIGURA 8 - Perfil do Oceano Atlântico na costa brasileira	95
FIGURA 9 - Rótulo de aspargos enlatados na filial de Pelotas da Leal Santos...	122
FIGURA 10 - Produtos congelados e enlatados a base de pescado produzidos na unidade fabril de Rio Grande da Leal Santos	123
FIGURA 11 - Rótulo da embalagem de tainha enlatada produzida pela firma Furtado S/A de Rio Grande	128
FIGURA 12 - Rótulos de produtos da marca “Norma” produzidos pela firma FR Amaral no começo da década de 1970	131
FIGURA 13 - Calendário de bolso da firma Apolo S/A no ano de 1972	131
FIGURA 14 - Cartão de apresentação da S/A Abel Dourado Indústrias Alimentícias	132
FIGURA 15 - Rótulo de pescado enlatado pelo firma Joqueira	132
FIGURA 16 - Rótulo de massa de tomate enlatada pelo firma Joqueira	133
FIGURA 17- Propaganda das exportações da Beira Alta	147

FIGURA 18 - Embalagens de atum comercializadas pela Coqueiro/Pepsico	164
FIGURA 19 - Rótulo da sardinha em salmoura da Cia. Hemmer de Blumenau..	167
FIGURA 20 - Embalagens de chicharro e de atum enlatados importados e comercializados com a marca das firmas importadoras brasileiras	173
FIGURA 21 - Atum enlatado em alumínio e <i>easy open</i> produzido em Portugal e comercializado diretamente no mercado brasileiro	174
FIGURA 22 - Latas de sardinha e atum importadas e comercializadas diretamente no mercado brasileiro	174
FIGURA 23 - Lata de atum em embalagem de alumínio com <i>easy open</i> produzida na Espanha e comercializada com a marca de uma rede internacional de varejo instalada no Brasil	175
FIGURA 24 - Sardinha enlatada em embalagem cilíndrica	176
FIGURA 25 - Embalagem de sardinha em lata da fábrica da Atlantic em Niterói	194
FIGURA 26 - Embalagem de sardinha em lata da Conserva Santa Iria de Niterói.....	194

LISTA DE FOTOS

- FOTO 1** - Antigas instalações da FR Amaral na Avenida Portugal em Rio Grande130
- FOTO 2** - Antigas instalações da Abel Dourado e da Joqueira e de uma das unidades da firma Torquato Pontes em Rio Grande134
- FOTO 3** - Instalações da filial da FRIGORIA em São José do Norte135
- FOTO 4** - Instalações da filial da FRIGORIA em São José do Norte com painel que anunciava os recursos do Fiset/Pesca136
- FOTO 5** - Antigas instalações da Frigoría e da Confrio em São José do Norte136
- FOTO 6** - Vista aérea da fábrica da Gomes da Costa no bairro Cordeiros em Itajaí.....190
- FOTO 7** - Detalhe da estação de efluentes do Entrepasto da Quaker em Itajaí.....190
- FOTO 8** - Cais de atracação de embarcações no Entrepasto da Quaker no rio Itajaí em Itajaí191
- FOTO 9** - Cais de atracação da FEMEPE no rio Itajaí em Navegantes.192
- FOTO 10** - Pátio interno da FEMEPE em Navegantes.192
- FOTO 11** - Vista lateral da primeira fábrica de conservas de peacado do Brasil, a Conservas de Rubi no bairro de Gradim em São Gonçalo.196
- FOTO 12**-Vista do portão principal das Conservas Rubi.....196

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** - Brasil: número de estabelecimentos com inscrição na categoria Entrepasto de Pescado (EP1), Fábrica de Conserva de Pescado (FCP e FC1) no Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Departamento de Inspeção de Produtos de origem Animal (DIPOA) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por Unidade Federada44
- QUADRO 2** - Brasil: indústria de conservas de carnes e peixes (1907)65
- QUADRO 3** - Brasil: tipologia das firmas industriais de pescado nas regiões Sul e Sudeste (exceção da Guanabara) em 1965103
- QUADRO 4** - Brasil: quadro geral das liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (em U\$)108
- QUADRO 5** - Brasil: as 30 maiores liberações de recursos de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1967 até 1973 entre 137 firmas/grupos econômicos que apresentaram projetos (U\$)109
- QUADRO 6** - Brasil: fusões e aquisições financiados pelo Fiset/pesca entre 1975 e 1979116
- QUADRO 7** - Rio Grande: indústrias de pesca operando legalmente entre 1994 e 1995129
- QUADRO 8** - Rio Grande: estabelecimentos com inscrição na categoria Fábrica de Conserva de Pescado no Serviço de Inspeção Federal do Departamento de Inspeção de Produtos de origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento138
- QUADRO 9** - Brasil: tipologia das principais atividades nas unidades fabris pesqueiras (1976)141
- QUADRO 10** - Brasil: Financiamentos estatais com recursos do Decreto-Lei 221/67 e do Fiset/Pesca para 25 firmas/grupos econômicos que industrializavam conservas de pescado em 1976 (em mil U\$)143
- QUADRO 11** - Brasil: 15 firmas/grupos econômicos que industrializavam conservas de pescado em 1976 e não receberam recursos do Decreto-Lei 221/67 e do Fiset/Pesca145
- QUADRO 12** - Brasil: 18 firmas/grupos econômicos com maior capacidade de enlatamento de pescado (1974-80)146
- .

QUADRO 13 - Brasil: cadeias produtivas e estratégias empresariais	161
QUADRO 14 - Brasil: consumo alimentar <i>per capita</i> , por cidades pesquisadas, de pescado (em Kg/ <i>per capita</i>)	170
QUADRO 15 - Brasil: produção de alimentos industrializados selecionados (em 1000 toneladas)	171
QUADRO 16 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados (US\$ FOB mil) - 1985-1989	171
QUADRO 17 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados (US\$ FOB mil) – 1990-1994	172
QUADRO 18 - Brasil: firmas/grupos econômicos no setor de enlatamento de atum e sardinha – 2001/2004	181
QUADRO 19 - Brasil: comercialização de bonito em conserva pronto para o consumo (excluem-se pasta de atum, peixe fresco para maionese, para salada, congelado, em embalagem superior a 1 Kg e chicharro)	187
QUADRO 20 - Brasil: consumo <i>per capita</i> (Kg) bonito em conserva por áreas de pesquisa de mercado	188

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Consumo de pescado no mundo (em %)	55
TABELA 2 - Utilização da produção pesqueira mundial (em mil toneladas)	57
TABELA 3 - Composição e caracterização da frota permissionada para a pesca da sardinha no Sudeste-Sul	75
TABELA 4 - Desembarque de sardinha verdadeira, <i>sardinella brasiliensis</i> (Steindachner) nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil entre 1964 e 2002 (em toneladas)	80
TABELA 5 - Captura de sardinha verdadeira nas regiões Sul e Sudeste do Brasil em determinados períodos entre 1964 e 1994	81
TABELA 6 - Produção de outras sardinhas em Santa Catarina e no Rio de Janeiro (2002)	84
TABELA 7 - Capturas do bonito-barriga-listrada, <i>katsuwonus pelamis</i> (linnaeus), nas pescarias de isca-viva ao largo da costa sudeste-sul do Brasil por unidade da federação (1979-2002)- em toneladas	89
TABELA 8 - Brasil: fábricas de conservas de carne e de peixe (1920)	102
TABELA 9 - Brasil: distribuição estadual das solicitações e liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (%) e média dos orçamentos dos projetos (U\$)	108
TABELA 10 - Brasil: número de firmas/grupos econômicos com projetos aprovados por regiões e recursos liberados pelo Fiset/Pesca (1975-1986)	116
TABELA 11 - Rio Grande: empresas, trabalhadores e seus gêneros na classe de preparação e preservação do pescado e fabricação de peixes, crustáceos e moluscos (1995-2003)	139
TABELA 12 - BNDES: desembolsos para a pesca, aquicultura e indústria - 1990/1996 (em mil U\$)	156
TABELA 13 - Desembolso do BNDES para o complexo pesca - 1990/2000 (em mil U\$).....	177
TABELA 14 - Desembolso do BNDES para o complexo pesca - 2000/2002 (em mil U\$).....	178

TABELA 15 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados - 1995/1999 (U\$ FOB mil)179

TABELA 16 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados - 2000/2002 (U\$ FOB mil)179

TABELA 17 - Brasil: trabalhadores no setor de preparação e conservação de pescado e conservas de pescado – 1997/2002180

LISTA DE ABRAVIATURAS E SIGLAS

ABIA- Associação Brasileira da Indústria de Alimentação
ANEPE- Associação Nacional das Empresas de Pesca
ANPUR- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPENE- Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste do IBAMA
CIRG- Centro das Indústrias do Município do Rio Grande
CITES- Convenção de Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas
CNPq- Conselho Nacional de Pesquisa
DIPOA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIRPED- Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação do IBAMA
FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEEMA- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICCAT- Comissão para Conservação do Atum Atlântico
IO-USP- Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo
JUCERGS- Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul
JUCERJ- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
JUDESC- Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
JUDESCP- Junta Comercial do Estado de São Paulo
MMA- Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
ONU- Organização das Nações Unidas
REVIZEE- Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva
RNP- Revista Nacional de Pesca
SIF- Serviço de Inspeção Federal
SEAP- Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca- Presidência da República
SEMA- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SINDIPI- Sindicato das Indústrias de Pesca de Itajaí
SUDEPE- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TAB- Tonelagem de Arqueação Bruta
UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
UGI- União Geográfica Internacional
UNESP- Universidade Estadual Paulista
USP- Universidade de São Paulo
ZEE- Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: o uso do território e as empresas de pesca	26
2. DO PESCADO <i>IN NATURA</i> À MATÉRIA-PRIMA INDUSTRIAL	47
2.1. O pescado como alimento	47
2.2. A localização das fábricas de pescado na perspectiva da Geografia ...	62
2.3. Os oceanos descortinados	69
2.4. A sardinha e o atum como matéria-prima industrial no Brasil	72
3. TERRITÓRIO E INDÚSTRIA DA PESCA	96
3.1. A regulação estatal na pesca	98
3.2. Território e o financiamento estatal da pesca no Brasil	104
3.3. Um exemplo de parque industrial pesqueiro no Brasil: Rio Grande (RS).....	119
4. A ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO SETOR DE ENLATAMENTO DE SARDINHA E DE ATUM NO BRASIL	140
4.1. A afirmação da política estatal de financiamento para o setor pesqueiro no Brasil	141
4.2. A configuração das indústrias de enlatamento nos anos de 1990	152
4.3. Território e a organização atual das firmas/grupos econômicos de enlatamento de pescado	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
BIBLIOGRAFIA	206
ANEXO.....	224
APÊNDICE	239

INTRODUÇÃO

A presente tese é originada do projeto apresentado para seleção do curso de Doutorado em Geografia, área de “Desenvolvimento Regional e Urbano” da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorrida entre novembro e dezembro de 1999, intitulado “Das redes dos pescadores às redes das corporações: a Arisco no setor pesqueiro Brasileiro”. O projeto possuía em sua trajetória quatro marcos: a defesa da dissertação de mestrado em 1997 no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo; um pequeno conjunto de orientações de projetos de pesquisa na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) entre 1997 e 1999; a opção de realizar doutorado em Geografia na linha de pesquisa “Redes e organização territorial” na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e as transformações no setor industrial de alimentos nos últimos dois anos com as aquisições da Arisco pela Bestfoods dos EUA, desta pela anglo-holandesa Unilever e da Quacker pela Pepsico. Estas aquisições nos interessam porque os grupos compradores controlavam empresas do setor de enlatamento de pescado: a Arisco controlava a Indústria de Alimentos Beira Alta instalada no município do Rio de Janeiro e a Quacker a Conservas Coqueiro com fábrica em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro.

Há um conjunto de razões para a manutenção de alguns pressupostos e a construção de outros. A trajetória da elaboração do problema central que será esboçada possui dez anos e foi inflexionada pela dissertação de mestrado que procurou analisar os mecanismos que garantiam a reprodução social dos pescadores artesanais em Rio Grande (RS). Esses agentes sociais, com seus instrumentos simples de trabalho, relações de trabalho não-assalariadas e saberes ancestrais, participaram da construção de um dos maiores parques pesqueiros industriais do Brasil nas margens do Estuário da Laguna dos Patos. Na dissertação, foram analisadas as estratégias de reprodução que envolvem a produção de parte de seus meios de vida, o assalariamento esporádico de membros das unidades produtivas em atividades da pesca e/ou em atividades urbanas e rurais. Mesmo que parte dos resultados do trabalho dessas pessoas

seja realizado como partes da reprodução das relações sociais da moderna sociedade capitalista, eles garantiram sua reprodução como pescadores artesanais, produziram socialmente a riqueza das águas em que pescavam e mantiveram complexas redes de relações não formais e formais com atravessadores e industriais.

Desde o final do século XIX, o trabalho dos pescadores artesanais no município do Rio Grande, de armadores e pescadores industriais, garantiu a matéria-prima para os trabalhadores fabris produzirem para os industriais o pescado salgado, congelado, enlatado e seus subprodutos (óleos e farinhas) que abasteciam mercados no Brasil e no exterior. Na década de 40, “a pesca é indústria incipiente no Brasil, exceto no Rio Grande do Sul” (CARVALHO, 1949, p.1397). Com as políticas estatais a partir de 1967, as indústrias instaladas em Rio Grande abrigavam cerca de 50 % da capacidade de industrialização de pescado no Brasil. Entre 1985 e 1995, dois terços das indústrias de pescado no Rio Grande foram fechadas e dos cerca de 17.000 trabalhadores do setor no começo da década de 1980, apenas 800 trabalhadores mantinham seus postos de trabalho, produzindo somente peixe salgado e congelado.

A dissertação de mestrado demonstrou que o resultado do trabalho dos pescadores com a natureza do Estuário da Laguna dos Patos e do litoral adjacente, materializado nas diferentes espécies de pescado, configura um dos momentos da realização do valor em múltiplas escalas.

A orientação de pequenas atividades de pesquisa junto ao Laboratório de Geografia do Departamento de Geociências da FURG permitiu levantar um conjunto de dados sobre a pesca industrial¹, o parque industrial pesqueiro em operação em Rio Grande², as possibilidades e impossibilidades da cooperativização dos pescadores artesanais³ bem como sobre o trabalho dos pescadores e dos armadores da frota especializada na captura de atuns e afins

¹ SILVA, Cláudia P.S. Pesca empresarial/industrial em Rio Grande: uma interpretação da Geografia. Rio Grande: FURG/CNPq, 1999 (relatório de Iniciação Científica).

² BARBOSA, Paulo Sérgio. Um estudo de Geografia das Indústrias - o parque industrial pesqueiro do Rio Grande/RS. VII Congresso de Iniciação Científica. Pelotas: FURG/UFPeI/UCPeI, 1998.

³ MULLER, Miguel M.U. O cooperativismo sobre ondas: proposta de construção de uma cooperativa de pescadores em Rio Grande/RS. Porto Alegre: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, julho de 1999 (relatório de pesquisa de Bolsa Recém-Mestre).

sediada em Navegantes/Itajaí em Santa Catarina e Santos no estado de São Paulo⁴.

O presente estudo apenas tangenciará a estrutura das diferentes formas de organização da pesca e tratará de uma forma de processamento do setor industrial pesqueiro instalado no Brasil (o enlatamento de sardinhas e atum) com e a partir do trabalho de pescadores, trabalhadores fabris e industriais instalados em Rio Grande. Para isto será necessário apresentar sinteticamente alguns elementos que podem explicar a reestruturação do parque industrial pesqueiro localizado em Rio Grande ocorrida na década de 90 e que apresenta semelhanças com outros setores industriais brasileiros como o fechamento de fábricas e a especialização. Especialização que no setor de enlatamento de pescado, é marcada pelo fim do enlatamento de várias espécies de peixes do Estuário da Lagoa dos Patos como a tainha, a savelha e o bagre pelas indústrias locais, para expansão do enlatamento do atum e da sardinha por empresas de grupos econômicos e por um pequeno número de pequenas e médias empresas.

Assim, o caminho será trilhado a partir do diálogo produzido em campo disciplinar de longa tradição empírica e generalista, a Geografia, para na apresentação da justificativa do tema e delimitação da problemática estabelecer, ora paralelamente, ora transversalmente, a interlocução com outros campos disciplinares para circunscrever três pontos básicos de análise: a pesca como atividade extrativa fornecedora de matéria-prima industrial, as estratégias e ações do Estado como regulador do uso das águas e financiador de atividades produtivas no setor pesqueiro e, por último, a tendência para a concentração do capital e a financeirização das atividades produtivas e da vida.

Estes três pontos também serão centrais para a discussão acadêmica e política no chamado processo de reestruturação em curso no Brasil desde os anos 90 do século passado. Para o tema da tese tal processo foi fundamental, pois houve a combinação da extinção da SUDEPE (Superintendência do

⁴FONSECA, Reginaldo F. Caracterização da organização social da produção e levantamento dos recursos humanos na frota atuneira empregados na ZEE-SUL. Brasília: CNPq, 1998 (relatório de pesquisa de Bolsa de Apoio Técnico).

Desenvolvimento da Pesca) que foi, entre os anos de 1962 e 1989, o principal órgão estatal de regulação e financiamento do setor com tendência a concentração do capital em número reduzido de firmas, bem como o desaparecimento da atividade de enlatamento em diversos pontos do território e a sua concentração ao redor da Baía de Guanabara e nas proximidades da foz do rio Itajaí, no estado de Santa Catarina. Ou seja, o que se apresentou como a retirada do Estado consistiu numa maior presença de algumas firmas/grupos econômicos no setor.

O estudo tratou do tema até o final de 2002 com duas implicações principais e eventualmente referenciadas. A primeira é o fato de evitar uma conjuntura inédita para o setor pesqueiro nacional: a criação de um órgão com *status* ministerial- a Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP-PR)- no começo do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003. Por se caracterizar numa estrutura nova, inicialmente sem orçamento e pessoal (atualmente são aproximadamente 280 funcionários cedidos de diversos órgãos federais e estaduais, divididos entre o escritório de Brasília e as 27 delegacias em todas as Unidades Federadas), ainda divide atribuições com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e, como a maior parte das estruturas organizacionais em implantação, depois de passar por um período de quase unanimidade entre os diversos segmentos do setor e dos pesquisadores acadêmicos, desde a metade do ano 2004 vem sofrendo severas críticas. Uma parte das críticas é dirigida especialmente as insistentes declarações do responsável pela pasta, o sr. José Fritsch, de que há a possibilidade de um aumento de várias vezes nos volumes das atuais capturas, o que comprometeria ainda mais alguns estoques, segundo avaliações realizadas por biólogos pesqueiros reunidos no Congresso Brasileiro de Oceanografia em 2005 no município de Itajaí (SC)⁵. Também podem ser

⁵ As declarações do sr. José Fritsch estão baseadas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca: desenvolvimento sustentável, trabalho, renda e cidadania”, publicado em junho de 2003. O Plano previa para 2006: “aumento da produção da aqüicultura e pesca de 1 milhão de toneladas/ano para 1,5 milhão de toneladas/ano; aumento do consumo *per capita*; eliminação do analfabetismo entre os pescadores; redução do desperdício de pescado; aumento da renda média do produtor/pescador; triplicação do superávit da balança comercial de

identificados descontentamentos entre outros agentes do setor. Entre os pescadores artesanais destacamos: “Na pesca brasileira mudaram somente os nomes”⁶; “(...) traição e desrespeito à pesca artesanal artesanal e história de lutas da Confederação Nacional dos Pescadores”⁷; “A SEAP, até agora não disse a que veio para a pesca ARTESANAL”⁸. Também entre os empresários do setor e a SEAP-PR estavam sendo externados conflitos no começo de 2004: “(...) após 15 meses de governo, os empresários pouco conseguiram falar com o secretário (...) Dizem que não há parceria, não há ordenamento na pesca e que os pleitos encaminhados pelo setor nem sequer foram discutidos pelos funcionários”⁹. Procurando manter um certo distanciamento, para a realização de futuras avaliações, pretendemos evitar referências sobre possíveis inflexões no desempenho do setor. Porém é fundamental destacar que a SEAP-PR:

1. realizou esforço em disponibilizar dados indispensáveis para compreensão do setor, como aqueles das capturas anuais por espécies e unidades federadas, e da tipologia das embarcações, que em alguns casos estavam atrasados desde 1996-97. Porém, como outras informações estatísticas oficiais no Brasil, as mesmas são alvo de muitas críticas por parte de setores especializados da academia e de agentes privados do setor (industriais, armadores e pescadores);
2. construiu conferências estaduais e nacionais que tentaram envolver os diversos agentes do setor e, em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

pescado; redução da diferença entre o preço da primeira e da última comercialização; modernização de toda a cadeia produtiva (*sic*) e ampliação de seu parque industrial; geração de meio milhão de empregos, entre direto e indiretos; aumento da geração de renda, passando dos atuais 3,9 bilhões de reais para 7,5 bilhões de reais” (p. 17).

⁶ Declaração do sr. Carlos Simões, presidente da Colônia de Pescadores Z-2 de São José do Norte (RS) (Jornal Agora, Rio Grande, 16/04/2003, p. 8).

⁷ Declaração do sr. Abraão Lincoln, presidente da Federação dos Pescadores do estado do Rio Grande do Norte sobre as intenções da SEAP-PR em passar os direitos constitucionais das Colônias de Pescadores para novas associações (Jornal de Hoje, Natal, 10/05/2005, p. 2).

⁸ Um Alerta!!! (Panfleto da Federação das Associações de Pescadores Artesanais do estado do Rio de Janeiro, abril de 2004).

⁹ “Peixe podre” (O Estado de São Paulo, 30/03/04, p. 6)

Social), promoveu o I Seminário Internacional sobre Aqüicultura e Pesca em novembro de 2003¹⁰.

A segunda implicação diz respeito às dificuldades na realização do trabalho de campo nas principais indústrias do setor (ver considerações no apêndice). Sinteticamente as dificuldades tiveram em dois sentidos: no ano eleitoral de 2002, alguns agentes do setor, como o Sindicato das Indústrias da Pesca (SINDIPI) de Itajaí (SC), participaram ativamente da elaboração de um plano setorial para a pesca que foi praticamente encampado pelo candidato Luis Inácio Lula da Silva. Num segundo sentido, as especulações sobre a possível aquisição e/ou fusão envolvendo as duas firmas líderes do setor de enlatamento de pescado no Brasil: a Coqueiro de São Gonçalo (RJ) da Quaker e a Gomes da Costa com fábrica em Itajaí controlada por *pool* de investidores estadunidenses. A Quaker acabou adquirida pela Pepsico em 2002 e a Gomes da Costa foi comprada pelo grupo da Galícia/Espanha em 2004. A combinação dos dois fatores com a acirrada concorrência entre as firmas, provocava o aumento da desconfiança dos representantes das outras firmas para a realização de entrevistas e o fornecimento de dados e informações.

Articulado às limitações da pesquisa pela constituição de um novo órgão regulador- a SEAP-PR- do processo de concorrência inter-capitalista do setor, há também uma fragilidade dos órgãos representativos dos empresários do setor e na coleta de dados em instituições privadas e públicas. Quanto ao primeiro, cabe referenciar que segundo informações do CONEPE (Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura) criado em 1999, não há documentação e informativos das entidades que lhe deram origem pelo menos desde o final dos anos de 1960 quando foi criada a ANEPE (Associação Nacional das Empresas de Pesca)¹¹. Em relação aos sindicatos empresariais, ressalte-se que em três oportunidades não fomos recebidos no escritório de São Paulo e que mesmo com a disponibilidade dos representantes das entidades do Rio de Janeiro e de Itajaí/Navegantes, no

¹⁰ Os textos integrais do seminário estão no site: www.bndes.gov.br.

¹¹ Conforme da sra. Sonia H.N. Fahlstron, secretaria do CONEPE em 30/06/2003.

primeiro não havia sequer um cadastro atualizado dos associados e no segundo a disputa eleitoral para a diretoria nas eleições trouxe uma certa cisão entre seus membros.

Outra limitação encontrada é relativa às firmas que realizam pesquisas de mercado como a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA) e AC Nielsen. A ABIA e a AC Nielsen vendem por preços elevados algumas pesquisas (com preços que podem chegar a 12 mil reais) ou para manter sigilo para a concorrência, disponibilizam seus dados apenas para firmas/grupos associados e/ou contratantes. Tais pesquisas foram consideradas importantes, pois, historicamente o consumo avaliado de pescado *per capita* no Brasil é considerado baixo e a SEAP-PR entre as suas metas iniciais, tem a combinação entre o estabelecimento de políticas para o aumento das capturas e do consumo de pescado. Cabe lembrar que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima em 8,1kg *per capita*/ano o consumo de pescado no Brasil. A recomendação para a chamada alimentação balanceada é de um consumo médio de 14 kg *per capita*/ano. Em setembro de 2005 a SEAP/PR promoveu a “Semana Nacional do Peixe” estimulando a venda de pescado no varejo com preços que chegavam a um real¹². Não obstante, num quadro de baixo consumo de pescado e de reorganização do Estado para a sua atuação no setor, houve a manutenção da fábrica de conservas de pescado da Coqueiro/Quaker entre as firmas da Pepsico e as informações sobre as pesquisas de grupos transnacionais como a Heinz estadunidense e o Calvo da Espanha para instalar ou adquirir fábricas de conservas no Brasil, indicavam que o setor era considerado lucrativo.

Em segundo lugar, destacamos o difícil trabalho nas Juntas Comerciais Estaduais, pois é nelas que seria possível identificar a gênese dos empresários e das firmas/grupos do setor. Em função da aceleração da abertura e fechamento de firmas/grupos desde o começo de 1990 e da precária informatização de seus sistemas, não há uma rede nacional de informações. Encontramos nas Juntas

¹² Ressaltamos que os empresários do setor pesqueiro organizados na Associação Nacional das Empresas de Pesca (ANEPE) promoveram entre 1974 e 1975 uma campanha nacional para o aumento do consumo de pescado.

Comerciais dos quatro estados pesquisados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), diferentes procedimentos, preços e tempos de consulta sobre a história das firmas/grupos. Optou-se por incluir no apêndice dos procedimentos da pesquisa, as possibilidades e os limites encontrados com tal estratégia.

Os resultados da pesquisa estão organizados em cinco capítulos. No primeiro, buscamos na delimitação do problema as articulações fundantes entre um dos conceitos possíveis de estabelecer um diálogo no campo disciplinar da Geografia - o território - e as empresas de pesca instaladas no Brasil, que enlatam pescado. O território é compreendido como ativo, no sentido de que sua inscrição na História e a sua história são determinadas e determinantes para a ação e o uso de um agente em especial: as firmas/grupos econômicos que possuem fábricas localizadas em pontos específicos do litoral brasileiro.

No segundo capítulo, fazemos uma pequena trajetória dos conteúdos materiais e simbólicos do pescado como alimento na História e de como a ciência, a tecnologia e a informação são ativas para impor e superar as determinações de um alimento altamente perecível que ainda é produzido majoritariamente de forma extrativa e que teve duas espécies (uma de sardinha e uma de atum) selecionadas para se constituírem na matéria-prima essencial do enlatamento das fábricas de firmas/grupos econômicos.

O terceiro capítulo analisa a tendência histórica de regulação da pesca, em especial no Brasil, e como ao longo do tempo ela foi fundamental para que, com e no território, fossem criados parques fabris pesqueiros com fábricas com escala e com escopo. Apresentamos a gênese e a evolução do parque fabril instalado no Estuário da Laguna dos Patos, no município do Rio Grande (RS), como representativo de um período que articulava forte regulação e do financiamento estatal, e a sua reorganização com a aparente ausência do Estado depois dos anos de 1990.

O quarto capítulo estabelece o diálogo entre as análises do chamado período de reestruturação dos anos de 90 com as estratégias das firmas/grupos econômicos do setor de enlatamento. Procuramos demonstrar que essas ao

encontrarem estratégias de manutenção, eliminaram parte das concorrentes instaladas no Brasil e enfrentaram um período de facilidades cambiais para as importações com o uso do território.

No último, de forma assumidamente não conclusiva, apresentamos as reflexões das evidências empíricas e de seus nexos com a postura radical e não sectária de que é possível, a partir de um determinado resgate da produção de uma ciência particular, a Geografia, não somente contribuir para produzir explicações consistentes das diferentes realidades, mas também para o debate público e político sobre o uso do território.

1. A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: o uso do território e as empresas de pesca

A longa tradição empirista e generalista da Geografia em muito contribuiu para descobrir e pontuar as coisas e fenômenos no planeta. As ações planejadas e intencionais ou ocorridas ocasionalmente tornaram o planeta um mundo hegemoneizado pelos homens organizados socialmente. Mundo que não é somente conhecido, mas passa a ser reconhecido em suas dinâmicas desde as camadas mais superiores da atmosfera até aquelas dos abismos submarinos e das camadas mais profundas da crosta terrestre, estreitando os limites entre ciência, tecnologia e informação. O reconhecimento deve ser parcialmente sistematizado dentro dos ditames da chamada ciência estruturada pelo menos desde os desdobramentos da revolução da Física nos séculos XVI e XVII (sem ignorar o falseamento que a Idade Média seria sintetizada como representada por um período de escuridão), das ordenações cartesianas e que a partir da química tributária da alquimia medieval, irá constituir com o processo de acumulação primitiva e do colonialismo numa das condições fundantes da sociedade urbano-industrial. Esse limiar foi e ainda está se constituindo em limite: sem informação torna-se impossível obter os recursos e modelos para desvendar o planeta. Sem os recursos e os modelos não é possível gerar informação útil. Sem gerar informação útil não são obtidos recursos. Utilidade e uso. Quem define o que é útil e pode ser usado? Há poucas dúvidas de que é tudo o que pode ser passível de mercadorização. Ao mesmo tempo em que houve o afastamento do valor de uso para o valor de troca, o uso é definido pelos objetivos mercadológicos dos agentes hegemônicos que podem financiar modelos, equipamentos e propaganda.

A intensificação do fracionamento das ciências em áreas e sub-áreas cada vez mais especializadas, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, muito contribuiu e colaborou para alguns avanços parcelares, que mormente desconectados dos diferentes mecanismo de financiamentos diretos

ou indiretos, mais do que universalizar descobertas e invenções e expandir qualitativa e quantitativamente a vida dos homens, garantem sobretudo a reprodução ampliada das diferenças e desigualdades sociais e territoriais. Neste contexto, consolida-se a ineficácia de uma ciência que estruturaria e operaria grandes modelos investigativos como a Geografia. É preciso admitir que uma certa insistência em discorrer sobre a disposição das coisas e fenômenos, conduziu a constantes negligências com a formulação de questões e de explicitação dos procedimentos de investigação. O progressivo afastamento de sua gênese que pode ser apontada como situada na filosofia grega entre os séculos V e VI a. C. e no pensamento alemão pelo menos desde o final do século XVIII (SODRÉ, 1976; GOMES, 1991; MAMIGONIAN, 1999), o embaçamento de possibilidades dialógicas e muitas vezes a sedução para acenos facilitadores que, mais que dar conta de interpretar as permanências e frugalidades no mundo, corroboram para uma concepção das outras ciências sociais de que a Geografia trataria apenas dos palcos das ações humanas.

Com essa formulação, assume-se a ciência geográfica como uma ciência social, apartada das conjunções e disjunção do sujeito, mas também portadora de limiares, quando elaborada a partir de um sujeito ou grupo de sujeitos, considerados como agentes que, nas suas múltiplas manifestações e realizações, produzam e reproduzam as relações sociais ordenadoras do mundo e/ou de suas parcelas.

A elaboração das questões pode mais do que buscar as grandes lógicas de ordenação, procurar, no que empiricamente se apresentar como desordem, a sua imbricação com a(s) ordem(ns) e, nestas as negações, resistências e possibilidades de superação e criação de outros ordenamentos e desordenamentos.

Evitando realizar o esforço de elaborar e apresentar mais um balanço da intensificação qualitativa ou quantitativa dos debates sobre os significados e ressignificações da Geografia, especialmente a produzida no Brasil desde o final dos anos de 1970, que conduziu a tentativas de construir a “cientificidade” da ciência parcelar, quando da utilização e por vezes, com metamorfismos de

conceitos e, metodologias gestados sobretudo em outras ciências sociais, entendemos que se parte dos estudos que foram embretado no que Souza (1988) chamou de “espaciologismo”. As críticas que se seguiram foram pouco produtivas, pois situavam-se no mesmo campo abstrato dos criticados “espaciólogos”. Contraditoriamente, tais críticas serviram para o esvaziamento do debate e, especialmente, com a enxurrada de traduções e de algumas facilidades cambiais para a importação de parte da literatura produzida por pesquisadores de países centrais, embebidos no que se chamou de “pós-modernidade”, colaboraram para ao mesmo tempo confundir e para deixar mais nítidas as indispensáveis diferenças no campo do que poderia ser uma “Geografia Nova” como propôs Milton Santos, ainda na década de 70.

Uma das críticas centrais aos trabalhos que realizaram e realizam o esforço de renovação é que na busca do espaço, como o objeto da Geografia, seus autores reiteram e ratificam “*a divisão social do trabalho acadêmico e da Epistemologia acadêmica capitalísticas*” * (SOUZA, 1988, p. 44). Porém, é necessário compreender que o debate, além de, naquele momento, ser embrionário, objetivava produzir estudos geográficos que superassem a enumeração de coisas e fenômenos. Tais estudos procuravam uma maior aproximação com os arcabouços de outras Ciências Sociais, marcando o distanciamento das formulações quantitativistas da “new geography” e realizavam esforços para discutir criticamente as formulações que explicita ou implicitamente, justificavam as ações estatais articuladas ao aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais. Uma segunda crítica situava-se nas dificuldades operacionais das pesquisas, que de uma certa forma, podem ser identificadas na apresentação dos resultados, normalmente marcados por textos recheados por expressões e conceitos de diferentes Ciências Sociais e na negação da produção geográfica forjada secularmente. Ruy Moreira, em texto de 1988, que teve pequena circulação e recentemente reeditado afirma:

(...) a reformulação teórica avançou enormemente nos primeiros dez anos de renovação. Uma mudança rica, mas inconclusa. Pergunte-se a

* Grifado no original.

cinco geógrafos o que é espaço, e nas cinco respostas que derem ter-se-á a medida do que se andou. Peça-lhes que dêem uma formulação operacional a uma pesquisa de uma dada organização espacial pertinente ao seu conceito, e ter-se-á uma dificuldade de ordem prática. Um quadro revelador de uma mudança incompleta (MOREIRA, 2000, p. 37)¹.

Ousamos apresentar uma elaboração inicial: foram e estão sendo produzidas mais “novas geografias” do que “geografias novas” sob a grande capa da Geografia Nova².

Ora, se houve, e ainda há, um fecundo debate sobre a condição de conceito ou categoria de determinadas terminologias para defender certas posições mais ou menos explicitadas e da pretensa hegemonia de uma ou outra, defendemos que boa parte das discussões são realizadas com poucos cuidados em relação à farta e diversa bibliografia produzida minimamente por geógrafos no Brasil e que ao realizá-la insistimos em discursos binários tais como o natural e o social; o objeto e o sujeito; o capital e o trabalho; a teoria e a empiria.

Referendamos duas afirmações expostas na introdução. A primeira é que o caminho será trilhado a partir do diálogo produzido em um campo disciplinar, para na apresentação da justificativa do tema e na delimitação da problemática, estabelecer, ora paralelamente, ora transversalmente, a interlocução com outros campos disciplinares.

A segunda é que o estudo das relações entre o território e a organização das firmas/grupos econômicos do setor de enlatamento de pescado instalado no Brasil, circunscreverá três pontos básicos de análise, como proposto por Besançon (1966): a pesca como atividade extrativa fornecedora de matéria-prima para unidades fabris que ainda se localizam majoritariamente junto aos cursos de água, as estratégias e ações do Estado como regulador do uso das águas e financiador de atividades produtivas no setor pesqueiro e, por último, a Geografia estudando empresas com tendência para a

¹ O texto original circulou no Encontro Nacional de Geógrafos em 1988, e foi posteriormente publicado no Caderno Prudentino de Geografia n. 14, em 1992.

² Evitamos o impulso para realizar mais uma discussão sobre as possibilidades e limites do grande leque aberto no final dos anos de 1970 pelo que se denominou de “Geografia crítica”. Apenas reafirmamos a preferência e talvez a urgência da retomada do livro de Milton Santos, “Por uma Geografia Nova”, editado no Brasil em 1978.

concentração/centralização do capital e a financeirização das atividades produtivas e da vida.

A interlocução entre os três pontos básicos será realizada através de um conceito clássico da Geografia e recentemente reativado com novas qualidades: o território. Consideramos que durante certo tempo e em diversos estudos sua formulação foi subjacente às discussões hegemoneizadas pelas tentativas de articulação entre espaço e sociedade e o melhor resgate e tentativa de ressignificação está em Brito (2004) no estudo sobre a Petrobrás e a gestão do território do Recôncavo baiano “à luz das relações sociais mediadas pelo poder” (p. 36). Porém, o caminho será mais paralelo do que transversal.

Parte significativa dos estudos recentes balizados pelo conceito de território, no Brasil, possuem seu ponto inicial em Souza (1995) que, ao fazer uma trajetória possível do conceito de território para operacionalização de estudos sobre o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, considera o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 97). No entanto, o caminho que estamos trilhando nos remete para uma formulação que vai sendo refinada e apreendida como possível instrumento de intervenção. Intervenção reconhecida por dois geógrafos que, na busca da “valorização do espaço”, escreveram no período de efervescência do começo dos anos de 1980 “a construção do território é a sua exploração, pois implica simultaneamente domínio e apropriação” (MORAES e COSTA, 1981, p. 123).

Consideramos que nesta tese é fundamental o pequeno resgate anteriormente realizado por Moraes (1984). Ao retomar uma das elaborações de Ratzel no sentido de que a sociedade, ao se organizar para defender o território, tende a formar o Estado, estabelece o diálogo com a elaboração de Marx para as chamadas formações pré-capitalistas nas quais a produção do território é definida pelo seu uso³. Observamos que o texto de Marx é constituído por partes das anotações escritas entre 1857/1858 preparatórias para “O Capital”, que procuram sistematizar as etapas da evolução das organizações sociais que produzem as bases da moderna sociedade capitalista em que “um dos

³ MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 .

pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo (...) que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural” (p. 65).

Marx, ao analisar diferentes sociedades (Roma, Germânia, Eslavos, Celtas, Ameríndios), demonstra que os diversos usos que elas fazem dos pedaços do planeta transforma-os em territórios. Usos marcados com conflitos e que mais tardiamente, com a consolidação do Estado moderno, permitirão esboçar a abordagem dos diferentes tempos e espaços que se articulam desigual e combinadamente, permitindo compreender para além da noção dos limites do modo de produção, o que Vladimir Ilich Lênin e depois Leon Trotsky⁴ formularam como “lei da formação econômico-social como lei do desenvolvimento desigual e combinado” (MARTINS, 1996, p. 17).

Nas Ciências Sociais e principalmente na Geografia, o abandono (ou desconhecimento?) dessa formulação vem conduzindo à realização de estudos que desconectam os processos específicos dos gerais ou que analisam os processos gerais como se eles não se constituíssem escalarmente. Um exemplo contrário é o apresentado por Azais et al. (1997) ao estudarem as relações entre indústria e território, pois procuram os eixos enviesados das formas de organizações territoriais e das formas de organização dos sujeitos que produzem suas formas de viver nos territórios.

Especificamente na Geografia, Milton Santos vinha delineando, desde as décadas de 1970 e 1980, o projeto para compreender a formação econômica e social brasileira no meio técnico-científico-informacional⁵. Considerando a

⁴ LÊNIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. S.Paulo: Nova Cultura, 1985; TROTSKY, L. A revolução traída. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 53-66; TROTSKY, L. A história da revolução russa- vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 p. 23-33. Uma trajetória da elaboração dos conceitos de formação econômico-social e desenvolvimento desigual na obra de Karl Marx e V.I. Lênin pode ser acompanhada em: LEFEBVRE, Henri. O pensamento de Lenine. Lisboa: Moraes, 1969, p. 197-231.

⁵ Os textos fundadores da elaboração conceitual da formação social na Geografia Humana são: Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: Espaço e método. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27 (texto publicado originalmente em: Antípode, n. 1, v. 9, 1977); Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In: Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-60. Indicamos que a verticalização da formulação sobre o que chamaria de meio técnico-científico-informacional ocorrida na década de 90 teve início

indispensabilidade da formulação e a sua retomada, posto que em obra mais recente o autor considera que “a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento mais adequado para entender a história e o presente de um país” (SANTOS, 1996, p. 107), arriscamos a afirmar com Mamigonian (1996), que esta se configura na mais importante formulação de Milton Santos. Entendo que se ela permite a articulação entre a História e o funcionamento da sociedade capitalista e as histórias das diferentes sociedades nos distintos pedaços do planeta, que vão sendo nomeados e renomeados, também pode se constituir em mais um engessamento da análise das realidades, condutora a insistentes explicações do passado e pouco elucidativas do presente. Contraditoriamente, pode passar de importante porta de entrada para uma porta que imediatamente se fecha e encilha a explicação geográfica, ao insistir apenas na materialidade de tempos históricos aparentemente distintos, no sentido de serem rugosidades que se perpetuam, e não tomá-las como possibilidade interpretativa e de intervenção.

O território, como conceito, foi trabalhado por Milton Santos durante as décadas de 1980 e 1990, conjuntamente com a tentativa de estruturação de um sistema de pensamento que, ao partir da Geografia, pretendeu dar conta das metamorfoses na vida dos homens, com a hegemonia de uma concepção e de uma forma de ciência baseada em uma possível constituição de um sistema técnico que substituiria o conjunto das técnicas, intensificando os fluxos, dando novos atributos aos fixos e, sobretudo, alicerçado na imperiosidade da informação. Um momento que pode ser considerado como determinante do acabamento dessa trajetória, iniciada em “Por uma Geografia Nova”, de 1978, é a publicação de “A Natureza do Espaço-técnica e tempo. Razão e emoção” em 1996, no qual explicita a compreensão de que o espaço geográfico, entendido como a articulação indissociável entre o sistema de ações e de objetos, se constituiria no objeto da Geografia.

pelo menos em “Por Uma Geografia Nova” em 1978 (p. 203-204) e no primeiro capítulo do livro *Metamorfoses do Espaço Habitado*, de 1988, em textos que foram apresentados em 1984.

Desse modo, a problematização construída evitará a polêmica da existência ou não de um ou outro objeto para a Geografia retomando as premissas da formação social com os apontamentos que foram desenhados no final da década de 90.

Evitada a tentação de rerepresentar a trajetória e o quase desaparecimento do conceito de formação social nos estudos realizados por geógrafos, é importante ressaltar que num período em que havia a indistinção entre a busca de uma linguagem que se pretendia científica, com o combate para a busca da abertura política na sociedade e na Geografia brasileira, Moreira (1985), na tentativa de formular uma teoria do espaço, sugeria o imbricamento de três categorias da realidade: a formação espacial, a formação econômico-social e o modo de produção, estabelecendo que a “formação espacial é a própria formação econômico-social espacializada” (p. 61)⁶. A pergunta que pode ser feita é: qual “formação econômico-social espacializada” para usar a expressão recém citada?

Tomada de Henri Lefebvre, um dos autores inspiradores do chamado movimento de renovação da Geografia no Brasil, autor de vasta obra que investiga as metamorfoses da sociedade urbano-industrial, a sobrevivência das resistências e o surgimento de insurgências ligadas ao Estado, na seminal obra em quatro volumes, “De l’Etat”, na qual o autor dedica parte do terceiro volume à explicação dos Estados no sistema mundial e de suas diferenças e exemplifica. Exemplifica com o quê? Com o nome dos Estados territoriais: Estados Unidos da América, México, França, Chile, Portugal, Iugoslávia, Itália, Espanha, Inglaterra, Argélia, Japão, Alemanha, Senegal e China.

Ora, talvez não coincidentemente é que no último item do capítulo intitulado “Estado e espaço: o Estado-nação como unidade geográfica de estudo”, de “Por uma Geografia Nova”, Milton Santos escreve um pequeno item chamado “Espaço e território”. Em tal item que antecede o capítulo “As noções

⁶ A primeira edição do texto foi publicada em 1979 na revista Território Livre n. 1 da Associação Paulista dos Estudantes de Geografia. Nos limites da pesquisa realizada, considero indispensáveis as pesquisas de Armem Mamigonian com seus orientandos na USP, na UFSC e na UNESP-Presidente Prudente que trilham o caminho da articulação do conceito de formação social, apresentado como teoria e método da Geografia, com as formulações de Ignácio Rangel.

de totalidade, de formação social e de renovação da Geografia, o autor considera que os três elementos de um Estado-nação são o território, o povo e a soberania, e nesta, o “uso do poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território” (SANTOS, 1978, p. 189).

No presente estudo, o território é a formação espacial brasileira territorializada. Evitar-se-á, apesar de muito presente, os debates como aqueles entre espaço e território, desses com região e lugar.

A operacionalização é inspirada no texto fundante de Milton Santos (1982), o qual afirma que o modo de produção (capitalista) é o “gênero”, a possibilidade e a formação social é a “espécie”, a possibilidade realizada. Com o risco de algumas violações e aberturas indevidas, quatro aspectos possíveis na formulação presente no texto citado e no capítulo seguinte de “Espaço e Método”⁷ serão tomados e retrabalhados:

1. a reconexão com a produção social da Natureza (a chamada segunda Natureza): as pesquisas sobre a Natureza na ZEE que transformaram determinadas espécies de peixes em recursos que compuseram o projeto de modernização conservadora do Brasil pós-1964;
2. as articulações entre o novo e o velho, em que a perenidade é dada pelas mutações: a manutenção de firmas/grupos econômicos familiares em um ambiente de intensa concorrência entre firmas de grupos econômicos transnacionais;
3. o Estado-Nação como formação sócio-econômica: a presença/ausência do Estado na regulação das capturas e das fusões/aquisições;
4. a região como “subsistema do sistema nacional” (p. 28) e o lugar como “momento, fração de uma variável em seu todo”, do

⁷ O Estado-nação como espaço, totalidade e método. In: SANTOS, Milton. Espaço e método. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 28-35.

Estado-Nação (p. 29): a construção/afirmação/desconstrução de parques industriais pesqueiros significativos local e regionalmente;

5. a formação sócio-econômica de um país subdesenvolvido como dependente, pois há “preponderância das forças externas em todos os seus processos”, em que as “forças externas têm sua própria lógica, que é interna às instituições e empresas interessadas (...) [essas] impõem inovações técnicas ou organizacionais têm um objetivo comum- a acumulação de capital” (p. 30): a concorrência intercapitalista das firmas/grupos líderes do setor.

O crescimento da pesquisa em Programas de Pós-Graduação e de publicações em Geografia foi acompanhado de um certo abandono, a partir do final dos anos de 1970, por parte dos geógrafos brasileiros de análises com escala nacional e mesmo regional que poderiam possuir o título genérico de “Geografia do Brasil”. Os esforços em apresentar formulações teóricas mais ou menos acabadas encadearam a hegemonia dos estudos que tentaram evitar, de um lado, as descrições relativamente confiáveis da Natureza esquadrihada e das manifestações visíveis da sociedade organizada no território, e de outro os exercícios matemático-estatísticos. Houve a intensificação das análises em escala local (aqui considero ruas, bairros e quando muito cidades) e dos sujeitos (com forte tendências aos chamados “excluídos da História”, como camponeses com e sem terra e sem tetos das cidades). Especialmente a última opção, com a forte presença dos trabalhos de campo trouxe um aumento da produção dos estudos dos geógrafos que intensificaram seu engajamento e para os chamados movimentos sociais que se reorganizavam ao final da ditadura militar (1964-1985) e no período após a Constituinte, que produziu a nova Constituição em 1988.

A busca do *status* científico trouxe com certa intensidade para a Geografia, a formulação de problemas e o debate com outros campos das

ciências sociais, mas negligenciou o debate com grandes obras que sugeriam grandes esquemas explicativos e resultou na quase inexistência de textos produzidos por geógrafos sobre “o Brasil”, na esteira do que anteriormente haviam realizado, por exemplo, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Léo Waibel e Josué de Castro.

Na contra-mão dessa afirmação, cabe ressaltar a dissertação de mestrado de Moreira (1985) que procura demonstrar a consolidação do espaço monopolista (a afirmação do capital monopolista no Brasil) na transição do espaço molecular (das economias locais/regionais articuladas ao exterior). Na década de 90, são indispensáveis pelo menos a “Urbanização brasileira”, obra de síntese sobre a cidade e o urbano no Brasil de Milton Santos (1993) e quatro trabalhos organizados por professores do Departamento de Geografia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O primeiro é o livro de Becker e Egler (1993), com prefácio dos autores de 1990, e publicado originalmente para Universidade de Cambridge, que busca articular o conceito de capitalismo histórico de Immanuel Wallerstein com os ciclos de Kondratieff para analisar a especificidade do Brasil como potência regional na economia-mundo. O segundo é a análise da relação entre a informação e a rede urbana brasileira na tese de doutorado defendida em 1991 e ainda inédita em português de Dias (1995). O terceiro é a coletânea organizada por Becker et ali. (1995), que apesar de temas e análises às vezes pouco comunicantes, traz através de uma editora nacional para o público externo da Universidade uma parte e algumas leituras da realidade brasileira realizada por geógrafos de diferentes concepções teóricas e metodológicas. O último livro, tem como eixo central a idéia de reorganização territorial nas escalas global, nacional, regional e local é o livro organizado por Castro et alii (1996)⁸.

O acompanhamento de parte da produção de Milton Santos pode sugerir um certo distanciamento da proposição feita sobre a formação social como teoria e método durante quase duas décadas. A apresentação dos resultados de

⁸ Em março de 2006 veio ao público o livro organizado por Edu Silvestre onde profissionais com formação basicamente na Geografia respondem questões sobre temáticas variadas: SILVESTRE, Edu. Que país é esse? Rio de Janeiro: Globo, 2006.

décadas de pesquisa assentado numa proposição de análise do território usado está na primeira parte da obra coletiva organizada com Maria Laura Silveira, intitulada “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” de 2001.

Uma breve retomada de alguns pequenos textos permite encontrar certas pistas do que seria retomado com força no final da década de 90.

Em texto de agosto de 1988, publicado no Caderno Prudentino de Geografia, Milton Santos sugere que no atual momento histórico, a construção e a reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica e

(...)o território é hoje possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que elas sejam. Isto permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a motores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional” (SANTOS, 1991, p.147).

Na conferência de abertura do Seminário Internacional “Território: globalização e fragmentação”, organizado pela ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), na USP (Universidade de São Paulo), em 1993, o título da apresentação é indicador da presença do conceito: o retorno do território. Qual território? “ É o uso do território, e não o território em si mesmo (...) o território são formas, mas o território usado são objetos e ações” (SANTOS, 1994, p. 15-16).

Em entrevista realizada em fevereiro de 2000, Milton Santos afirma que

o território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (2000, p.22).

É em “Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal” (2000), que Milton Santos marca não somente a reaproximação com o território, mas o início da elaboração mais apurada do território usado, por uma dada população de um Estado Nacional:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (...) A idéia de tribo, povo, nação e , depois, de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda” (SANTOS, 2000, p. 96-97).

Mesmo considerando que há um certo negligenciamento da História e da história, existe a indicação da necessidade da exploração requalificada do que considerarmos como duas variáveis articuladas que eram muito constantes nos trabalhos geográficos: passado um período hegemonizado pelos discursos sobre a subsunção da escala nacional aos processos qualificados ora como globais ora como mundiais, articulados com a afirmação do discurso localista e/ou fragmentário, há a manutenção e a urgência da retomada das análises da escala nacional imbricadas por processos que são escalares e podem ser compreendidos como transescalares (VAINER, 2001). A análise é realizada a partir da utilização do território nacional pelos diversos agentes. Nas Ciências Sociais há a utilização, dentre outros termos, de agentes sociais, atores sociais ou sujeitos sociais para caracterizar determinados conjuntos institucionais, ou não, que se articulam de forma permanente, ou não, com determinados fins conjunturais e/ou estruturais. Optamos pela utilização da expressão agentes sociais, porque mantendo a dimensão de papéis que possam desempenhar como atores ou mesmo como personagens, sua análise está calcada em sua capacidade de intervenção com variados graus de possibilidades, que fogem a determinações pré-concebidas que seguidamente se tornam tautológicas. Evitamos as especulações sobre as dimensões subjetivas que estão presentes na constituição dos sujeitos. Neste sentido, é marca do presente trabalho o afastamento de análises fundamentadas na fenomenologia, que na interlocução mais ou menos aprofundada com seus formuladores mais radicais como Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty, procuram realizar análises em Geografia que buscam territórios harmônicos, produzidos poeticamente onde

“cada um de nós tem mais oportunidades de se inscrever harmoniosamente nos seus territórios de dependência se puder respirar a Aura” (ROUN, 2004, p. 51)⁹. Nessa perspectiva, a retomada da escala nacional deixa de ser como aquela forjada por determinadas identidades mormente mitologizadas e assentadas em heróis (CARVALHO, 2003) que reclamam e dão um sentido ao território como manifestação da natureza e justificam por vezes, o autoritarismo e mesmo regimes de exceção (CHAUÍ, 2000).

Especificamente na Geografia, Milton Santos vinha delineando, desde as décadas de 1970 e 1980, um projeto para compreender a formação sócio-espacial brasileira. Recentemente, ao retomar o projeto de reinscrição da formação sócio-espacial no meio técnico-científico-informacional, afirma, com Maria Laura Silveira que

o que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, o território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20).

Insistimos na relevância dessa abordagem, pois é uma abertura para a análise do território como um campo de tensão entre as potências de agentes de forças desiguais, constituídas historicamente, portanto, como território usado. Entende-se que a retomada fortalecida do conceito de território nas últimas obras de Milton Santos significou e significa a intensificação da interlocução com outros cientistas sociais que não soçobraram a cantilena do discurso único. Como exemplo, citamos as referências de suas obras em trabalhos do economista Reinaldo Gonçalves (2003; 2002; 2002a) que aliam a crítica ao neoliberalismo e às mazelas produzidas com e no território e na sociedade brasileiras e a demonstração de alternativas para a reconstrução da soberania e de minimização das desigualdades sociais.

⁹ Destacamos o significado dos estudos realizados desde o começo dos anos de 1980 pelo Prof. Armando Corrêa da Silva da USP. Cabe lembrar que, em 1985, o referido professor organizou para a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) uma seleção de textos em que apresentava um esboço para uma “geografia do sujeito” (SILVA, Armando C. Seleção de Textos - teoria e método, n. 10. AGB-S.Paulo, 1985.) Um outro autor praticamente ausente em trabalhos recentes é Tonino Bettanini que teve traduzida na coleção “Geografia e Sociedade” da editora Paz e Terra em 1982 a sua obra “Espaço e Ciências e Humanas”.

Um dos desafios postos é aliar a abordagem histórica da formação social com sua ressignificação como território usado no período técnico-científico informacional. Insisto em realizar mais uma breve e não conclusiva retomada de uma outra formulação de Milton Santos: período técnico-científico informacional. Em texto publicado originalmente em 1984, na Revista do Departamento de Geografia da USP, Milton Santos, escrevia que o próprio espaço geográfico poderia ser “chamado de meio técnico-científico” (p. 15)¹⁰. O autor apresentava uma elaboração que superava a discussão “espaciológica” e buscava apreender as metamorfoses do espaço habitado, para parafrasear uma das suas obras, através das imbricações entre a ciência, a técnica e a seguir da informação com e no território. É em “A natureza do espaço” que a informação será considerada como “vetor fundamental do processo social e os territórios são, desses modos, equipados para facilitar a circulação” (p. 191).

Ciência, técnica e informação utilizadas por quais agentes? O agente social privilegiado nesta tese são as empresas de pesca instaladas no Brasil e que realizam o enlatamento de pescado. Com o objetivo de simplificar a exposição, entendemos empresas como sinônimo de firmas/grupos como Gonçalves (1991). Para o autor, não havendo um corpo teórico orientado para a definição de firma e grupo econômico, podemos tratá-los como um “conjunto de firmas, submetidas ao mesmo poder controlador” e como *locus* da acumulação, possuidoras de quatro estratégias centrais: especialização, diversificação, integração vertical e conglomeração.

Uma das possibilidades analíticas seria aberta pela tendência apontada, pelo menos desde a metade dos anos de 1990, por uma parte da literatura que indica, como uma característica recente dos grupos econômicos, a organização em rede. Yeung (1994), ao realizar uma revisão da literatura, aponta que a interpretação das organizações empresariais, como redes, é o único meio pelo qual se pode compreendê-las de forma integrada, coordenada, em que as relações são baseadas na confiança e na solidariedade entre os agentes. O

¹⁰ O texto reaparece na coletânea: SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional. S.Paulo: HUCITEC, 1994, p. 121-135.

autor insiste que, se a realidade das relações é sempre composta por cooperação e competição, é o poder um elemento central da rede. Poder expresso pelo menos em três formas: determinando e determinado pela participação em mercados, pelas relações com as políticas e políticos como, por exemplo, para garantir algum privilégio e pela densidade e extensão da própria rede. Li (1995), ao identificar que muito raramente a Geografia foi considerada nas análises das redes corporativas em seu estudo de quinze redes de grupos econômicos de diversos setores (indústria, varejo, serviços financeiros e setores públicos), define que o “papel crítico da rede corporativa no processo é solucionar a tensão entre a centralização de poder e a descentralização de responsabilidades e atividades” (p.1638). Ora, Dias (1995) já indicava o processo de emergência do conceito de redes entre os conceitos da Geografia e alguns manuais de Geografia Econômica analisam que as melhorias dos transportes e comunicações contribuem para que empresas se convertam em empresas-rede e de redes de empresas “especializadas e interdependentes, que estabelecem relações de mercado (compra/venda) ou alheias ao mesmo (intercâmbio de informações, colaboração em projetos...), objetivando a redução de custos e as vantagens na aglomeração” (MENDEZ, 1997, p. 66).

No Brasil, alguns estudos sobre as novas dinâmicas e estruturas do chamado complexo agro-industrial (CAI) tentam demonstrar que haveria um processo de superação dessa organização para “organizações em rede”. O estudo de Mazzali (1999) sobre as cadeias de soja/óleo/carnes e da laranja é síntese dessa abordagem, na qual a organização em rede “não conheceria qualquer tipo de fronteira-geografia, setorial ou empresarial” e envolveria “interações sistemáticas que “traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos” (p. 156-157). Paulillo (2000), em trabalho sobre o que chama de território citrícola no Estado de São Paulo, demonstra que, após a conclusão da desregulamentação do setor no começo dos anos de 1990, é possível a criação de redes de solidariedade entre os diversos agentes (produtores, associações de produtores, indústrias e instituições estatais e

privadas fornecedoras do aparato técnico) que possuam como nó uma câmara territorial que articularia a diversidade de interesses que seria constituída como um espaço interprofissional.

Construiu-se o princípio de que se não é possível compreender as formas, os conteúdos e as relações internas e externas das empresas e suas complexas relações, tal como eram antes do aumento e de certa disseminação das facilidades informacionais e das desregulamentações de diferentes aparatos estatais ocorridos pelo menos desde o último quartel, é necessário tomar cuidado para evitar a sedução pela não-historicidade de determinados conceitos, fatos e fenômenos, pela generalização de formulações para estudos específicos e suas desvinculações com as lógicas de funcionamento da economia capitalista territorializada em diferentes formações sócio-espaciais. Assim, o que se apresentava como um limiar para a análise da aceleração dos fluxos e da tendência às instantaneidades é um limite. Nesse sentido, são pertinentes as preocupações de Cunha (2003) ao sugerir que a rede não pode ser considerada como novo paradigma para estudos de uma nova fase do capitalismo, pois ela é apenas uma das diversas formas de interação. São razões históricas específicas que podem ou não favorecer sua organização e a centralização ou não em torno de um agente na rede. A rede pode ser uma ferramenta analítica que “tem como prescrições específicas em termos dos fenômenos que é capaz de exprimir com vantagens sobre a análise de cadeias baseada nos custos de transação” (p. 11).

Acrescentamos duas outras limitações. Uma de método: a fraca imbricação da História com a formação sócio-espacial e a história dos agentes constituintes da rede que, em se tratando de empresas em suas metamorfoses, são resultado do enfrentamento inter-capitalista e entre o capital e o trabalho. E uma segunda, explicitada na introdução e que será recorrente nos próximos capítulos, consiste na dificuldade ao acesso aos dados e à baixa confiabilidade dos mesmos, especialmente para um setor da economia que construiu frágeis

articulações entre seus agentes, o Estado e a sociedade, e que no acirramento da concorrência inter-capitalista, desde a década de 1990, coloca a informação como variável fundamental para a conquista do mercado no território.

A leitura da atividade pesqueira deve incluir a análise de como determinados agentes sociais são produtores e se reproduzem territorialmente. A diversidade de atividades das empresas que realizam o processamento do pescado pode ser sintetizada na seguinte tipologia: resfriamento, congelamento, salga, defumação, enlatamento, fabricação de óleo e farinha. Os agentes estudados nesta pesquisa são as empresas que possuem plantas industriais que realizam um tipo de processamento de pescado: o enlatamento.

Entre 2000 e 2003 realizamos o monitoramento *on-line* das empresas que possuíam autorização do Serviço Inspeção Federal (SIF) do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para comercializar suas mercadorias no território nacional. Como o cadastro é atualizado a cada 90 dias e o SIF passava por mais uma fase de dificuldades orçamentárias e de pessoal, o acompanhamento foi semestral. O número de unidades fabris enquadradas nas categorias Entrepasto de Pescado (EP1) e Fábrica de Conserva de Pescado (FCP e FC1) variou entre 328 e 345 certificações.

Devido à diversidade das atividades que podem ser executadas nas chamadas fábricas de pescado, do número delas (42- distribuídas em 11 unidades federadas), e da coexistência de empresas familiares que fundem a gestão com a produção, com reduzido número de trabalhadores com firmas de grupos transnacionais com centenas de assalariados externos e que investem pesadamente em inovações para as capturas, nos produtos e no *marketing*, optou-se por estudar apenas as que realizam o enlatamento de sardinha e de atum: a Quaker, do Grupo Pepsico dos Estados Unidos instalada em São

Gonçalo (RJ); a Gomes da Costa (GDC Alimentos), do Grupo Calvo da Espanha com fábrica em Itajaí (SC), a FEMEPE (Ferreira Mercado de Pescado) da família de Orlando Ferreira com unidades fabris em Navegantes (SC) e Santos (SP), a Conservas Rubi com fábrica em São Gonçalo (RJ) e as Conservas Santa Iria e Piracema com instalações em Niterói (RJ) e São Gonçalo (RJ), respectivamente, e controladas pela família de Antônio Galhego.

O quadro 1 apresenta o número de fábricas que possuem registro para o processamento de pescado e comercialização em todo território nacional no ano de 2005.

QUADRO 1: Brasil: número de estabelecimentos com inscrição na categoria Entrepasto de Pescado (EP1), Fábrica de Conserva de Pescado (FCP e FC1) no Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Departamento de Inspeção de Produtos de origem Animal (DIPOA) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por Unidade Federada

Unidade federada	EP1	FCP e FC1
Acre	-	-
Alagoas	02	01
Amapá	04	01
Amazonas	08	-
Bahia	16	-
Ceará	13	-
Distrito Federal	06	02
Espírito Santo	13	-
Goiás	03	-
Maranhão	04	-
Mato Grosso	03	-
Mato Grosso do Sul	03	01
Minas Gerais	05	01
Pará	30	-
Paraná	11	01
Paraíba	06	-
Pernambuco	05	02

Piauí	03	-
Rio de Janeiro	21	04
Rio Grande do Norte	15	-
Rio Grande do Sul	21	10
Rondônia	02	-
Roraima	-	-
Santa Catarina	87	06
São Paulo	53	13
Sergipe	-	-
Tocantins	01	-
Total	335	42

Fonte: Organização de César Martins, com base em: cadastro disponível em www.agricultura.gov.br/dipoa (acessado em 30/08/2005).

Assim, está desenhado o problema da investigação: o território, o qual é definido pelo seu uso na História foi e é decisivo para a reprodução das empresas do setor de enlatamento de pescado instalado no Brasil. Entendemos que não somente a concorrência inter-capitalista, mas também o território usado é um resultado e motor da estrutura empresarial e a análise levará em conta o aprofundamento das relações entre a localização das plantas fabris junto a pontos historicamente construídos no litoral brasileiro e o descortinamento da estrutura e funcionamento das formas e dinâmicas da natureza do Oceano Atlântico, construindo e consolidando o Mar territorial brasileiro no meio técnico-científico informacional. Apresentaremos a manutenção das fábricas nas margens da Baía da Guanabara e nas proximidades da foz do rio Itajaí em Santa Catarina, bem como detalharemos a estruturação e reestruturação do parque industrial pesqueiro no município do Rio Grande (RS) no Estuário da Laguna dos Patos. Nesse município, foi formado o maior e mais complexo parque industrial pesqueiro brasileiro, que possui sua gênese no começo do século XX, se fortaleceu com a forte regulação estatal com a criação da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), em 1962, e com os financiamentos estatais propiciados pelo decreto 221/67 (Anexo 1) e que passa por um processo de reestruturação desde o começo da década de 1990. Optamos por não analisar os empreendimentos do setor no estado de São Paulo, apesar da

criação de algumas importantes fábricas de conservas de pescado, especialmente com os recursos do decreto 221/67, pois atualmente operam naquele estado apenas a firma Alcyon, em Santos, que pertence a FEMEPE de Navegantes e a Conservas Ubatuba de Ubatuba que processa somente a anchoita, conhecida como *aliche*.

Concomitantemente, há um afastamento da produção do pescado, que atualmente é recurso e matéria-prima industrial como um meio de vida de populações que anteriormente viviam como pescadores artesanais para a produção de armadores e/ou industriais proprietários das embarcações que vivem do lucro e da mais-valia.

A operacionalização não será realizada no sentido dos estudos panorâmicos como proposto por Besançon (1965) que sugere uma “geografia da pesca”, na qual descreve as diferentes formas de organização das pescarias e de processamento do pescado e traça uma linha evolutiva das capturas mais simples ao cultivo do pescado. A análise do autor procura demonstrar que as capturas extrativas realizadas de formas mais ou menos tecnicizadas, baseadas em relações contratuais ou não tenderiam para uma forma mais avançada de produção, caracterizada pelo cultivo, em que o domínio, o controle da reprodução e do crescimento de determinadas espécies em condições artificiais garantem a minimização dos limites dos tempos naturais de cada espécie. Porém, reafirmo com o autor: o entendimento da atividade pesqueira deve considerar a pesca como atividade extrativa, o Estado e a concentração de capitais apoiados por bancos (p. 158 e segs.) como centrais para o desvendamento de suas especificidades e articulações com processos sociais e econômicos territorializados.

O próximo capítulo apresentaremos uma leitura da constituição do pescado como alimento na sociedade urbano-industrial, a lógica da localização das indústrias de pesca e argumentos para explicar a opção das empresas estudadas pelo enlatamento de duas espécies determinadas: a sardinha e o atum.

2. DO PESCADO *IN NATURA* À MATÉRIA-PRIMA INDUSTRIAL

Neste capítulo, buscamos compreender como a pesca é um dos momentos da reprodução social dos homens ao longo da História, ainda mantêm-se como uma atividade extrativa e fornecedora de fonte de alimento e é também cada vez mais objeto e objetivo do trabalho sistematizado na forma de ciência, técnica e informação que conduz ao processo de ecumenização de mares e oceanos.

2.1. O PESCADO COMO ALIMENTO

Ao evitar a elaboração de uma discussão mais apurada sobre as dimensões culturais de uma das satisfações das necessidades mais elementares da humanidade, a obrigatoriedade da ingestão de alimentos, não deixo de concordar com Paul Claval que em sua proposta de “Geografia Cultural”, sugere: “alimentar-se, beber e comer: não há terreno de análise mais fascinante para os geógrafos” (1999, p. 255). A preocupação neste trabalho é comer pescado. Assim, procuramos demonstrar duas outras dimensões. A primeira é a forma do consumo do pescado. A segunda dimensão esta relacionada a seletividade na escolha do pescado que será transformado em matéria-prima industrial e que esta é articulada a construção de um sistema de informações sobre as espécies e sobre os territórios de pesca.

Uma das formas de afirmação da humanidade como espécie hegemônica no planeta ocorre em sua luta para superar seus limites biológicos de proteção contra as outras espécies e na superação de suas necessidades, dessa forma o trabalho social cria mecanismos e instrumentos que permitem ao Homem ao menos conhecer e reconhecer a Natureza. Para conhecer e reconhecer, a Natureza e a si mesma, a humanidade se afirma socialmente como Natureza, pois “la naturaleza es la fuente de los valores de uso” (MARX, 1979, p. 10).

A Natureza, ao ser decifrada e esquadrihada é transformada em mercadoria. A mercadoria pode ser submetida a medições e relacionada ao equivalente geral. A mercadoria é passível de negociações entre Estados

Nacionais e entre os proprietários privados instalados em de cada Estado Nacional. A mercadoria pode ser uma espécie marítima. Um dos maiores exemplos da mercadorização pode ser a história da caça a baleia a partir da organização das empresas estadunidenses.

Nos meados de 1690 os “quakers” de uma localidade da Ilha de Nantucket na costa de Boston iniciaram as capturas nas proximidades da ilha atlântica. Em 1760, as baleias que se aproximavam da costa estavam praticamente extintas. Vinte anos depois com o desenvolvimento da técnica de preparar o óleo das baleias nas embarcações e uma rígida separação entre os proprietários absenteístas e os pescadores remunerados por partes, de acordo com posições na divisão do trabalho no barco, as pescarias eram realizadas nas proximidades do Círculo Polar Ártico, na costa oeste da África e nas proximidades das Ilhas Falklands. Na década de 20, do século XIX os baleeiros de Nantucket pescavam no Oceano Pacífico em viagens que duravam entre 2 e 3 anos.

Esta história forneceu subsídios para a estória de Moby Dick, de Herman Melville, baseada no afundamento do baleeiro Essex em 1820 (PHILBRICK, 2000). Durante o passar dos séculos os Estados Nacionais negociaram e ainda negociam cotas de caça às baleias para as empresas dos armadores e dos industriais. Quanto valia cada grande cetáceo para cada economia nacional? Sua valorização não podia ser mensurada apenas para cada agente privado, mas também para a lubrificação das máquinas industriais, a iluminação das cidades e a manutenção da redução do custo da reprodução da força de trabalho.

Atualmente, as negociações entre os Estados Nacionais são no sentido de impedir a caça, mas é possível comprar de alguma empresa autorizada por determinados Estados Nacionais o direito de observar um potencial espetáculo oferecido gratuitamente pelas baleias. A preservação da vida das baleias é acompanhada de uma nova forma de mercadorização, traduzida no entretenimento que esse animal pode oferecer para determinado público.

Uma outra espécie marinha e, atualmente, objeto de conflito entre empresas de pesca, ambientalistas e empresas de turismo é o tubarão-baleia (*Rhincodon thypos*). Com um ciclo de vida que pode atingir 150 anos e com a

maturidade sexual estimada em 30 anos, o tubarão-baleia é considerado o maior peixe do mundo e com a diminuição média dos exemplares capturados, a espécie esta incluída na lista de ameaçados da CITES (Convenção de Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas). Com base em argumentos justificadores da conservação da espécie em Ningallo Marine Park na costa Noroeste da Austrália, empresas de ecoturismo realizam expedições de observação ao tubarão-baleia. Ou seja, como muitas outras espécies terrestres que historicamente foram importantes fontes de alimentos e/ou de matérias-primas para diferentes sociedades e muitas vezes base de relações telúricas e de disputas acirradas por territórios, nos mares e oceanos, também vão se constituindo territórios de disputa entre diferentes agentes que, dependendo de suas capacidades organizativas e de divulgação, fazem valer seu poder.

Um dos aspectos da luta do homem contra a natureza é a necessidade de se alimentar. O ato da alimentação foi secularmente, em diferentes sociedades, transmutado no sentido de superar a necessidade de repor as energias necessárias para continuar lutando contra a natureza e afirmando sua humanidade. A obtenção, a conservação e a preparação dos alimentos transita de saberes ancestrais e da escala local para a tecnificação e a realização em diferentes escalas:

(...) alimento não é um produto de consumo banal, ele é incorporado. Ele entra no corpo do comedor, participando física e simbolicamente da manutenção de sua integridade e da construção de sua identidade. Comer é também um ato que religa o homem à natureza, ao real (POULAIN, 2004, p.53).

A simples escolha do que comer, mesmo na coleta, já é um processo onde o homem luta e vence a natureza, dá um uso para o território. Na luta e na vitória o homem se faz como ser natural que precisa lutar e vencer novamente: é preciso manter e buscar abrigo e alimento. É preciso manter e defender o território.

Admite-se a carência e a concentração dos estudos sobre a alimentação no período pós-industrial (CARNEIRO, 2003). Mesmo com as incógnitas sobre as origens do processo mais simples de preparação dos alimentos e sobre a

utilização e a domesticação do fogo (FERNÁNDES-ARMESTO, 2004), afirmamos que, o que podem ser consideradas como práticas culinárias se “situam no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e desprezado” (CERTEAU, 2002, p. 218). A definição do que, quando e como comer oscila entre o mais elementar e óbvio, no sentido de ser apenas um produto com poucas chances de valorização, até a possibilidade de reconhecimento como obra de arte.

Os alimentos, que podiam ser obtidos com o trabalho direto para satisfazer as necessidades e os desejos de seus produtores, tendem a possuir maior significado quando entram no circuito mercantil. A constituição dessa nova lógica pode ser alvo de muitas críticas desde a origem e a formação do mercado mundial de alimentos pelo menos desde o colonialismo e o imperialismo articulando Estado e capital sob as hegemonias holandesa no século XVII, inglesa no século XIX e das companhias transnacionais estadunidense no século XX (ARRIGHI, 2001). Entre as críticas podemos destacar: o controle do comércio internacional de alimentos por oligopólios e sua cartelização (MANDEL, 1990; HOEFLE e BAKER, 1996); a diluição de modos de vida tradicionais, como aqueles baseados no uso comum da terra ou centrados na propriedade familiar, com a imposição de novos usos para territórios; a emergência das novas formas de pirataria de determinadas espécies e do controle de suas genéticas por um pequeno número de laboratórios; sobre as transformações na base alimentar (de mais onívora para concentrada em carboidratos e proteína animal) que indicam o aumento de doenças como as cardiovasculares e a obesidade. Porém, pelo menos desde o último quartel, combinasse a manutenção de enclaves de problemas de saúde oriundos das diferentes deficiências alimentares com disponibilidades cada vez maiores de comida em quantidade e qualidade no mundo, contribuindo para o aumento das expectativas de vida em diferentes formações espaciais.

Antes mesmo das regulações estatais com impedimentos ou permissões do que, quando e como produzir, diferentes sociedades em diferentes tempos tinham impedimentos e ordenações para alimentação, chamadas, principalmente pela Antropologia de “tabus”. Porém, a partir da década de 1970 os Estados

intensificaram suas normatizações sobre os padrões que praticamente todos os alimentos deveriam obedecer para serem consumidos sem nenhum risco para a saúde humana. Foram sendo criados selos de identificação que dariam ao consumidor a certeza de estar comendo um produto que teria condições ótimas de consumo. Com a “crise da vaca louca”, houve a intensificação das exigências especialmente para os produtos de origem animal. A União Européia criou um selo que identifica a origem, o estado de conservação em três níveis, a procedência e o tipo de captura utilizado para obter o pescado. Em 13/05/2001 o jornal “Folha de São Paulo” publicou um caderno especial com o título “Medo de Comida”, trazendo uma ampla discussão sobre os enfrentamentos entre a indústria de alimentos e parte dos pesquisadores e de algumas organizações que apregoam a busca por uma alimentação mais natural. Desde 2005 o governo estadunidense estuda a obrigatoriedade do uso de uma marca a *laser* nas frutas e legumes¹. A principal regulação contemporânea é a disponibilidade de dinheiro para ter acesso ao o que, quando e quanto comer, pois estão praticamente esgotadas as possibilidades da produção do próprio alimento.

A literatura sobre o que poderíamos chamar de “história da alimentação” situa no final do século XVIII o início do processo de industrialização da alimentação com tendência ao aumento da presença de mercadorias produzidas por grandes empresas transnacionais para as diferentes práticas culinárias e para os diversos ambientes de comer (MARTINELLI Jr., 1999; CARNEIRO, 2003; FERNÁNDEZ-ARRESTO, 2004; PULAIN, 2004).

Há dois movimentos que se combinam no processo: a manutenção e um certo aumento das resistências localizadas à homogeneização do consumo em função do oferecimento de mercadorias padronizadas e as estratégias das empresas. As resistências possuem diferentes motivações como características regionais ou locais, o maior ou menor uso de determinada especiaria ou condimento ou mesmo a divulgação de pesquisas sobre os benefícios ou

¹ Entre os conflitos mais recentes estão as disputas entre parte dos tradicionais produtores franceses de queijos que podem ter que se adaptar a um conjunto de regras da União Européia e a organização de *chefs* de cozinha estadunidenses contra a presença de uma espécie de salmão geneticamente modificado que ter pode autorizada sua comercialização pelo FDA (Administração de Alimentos e Drogas).

malefícios sobre o consumo disto ou daquilo². Combinadamente, algumas empresas trabalham para diferenciar seus produtos em dois sentidos: no primeiro, criam ou mantêm (quando adquirem outras empresas) as chamadas marcas de segunda linha, segmentando no nível tecnológico e na escolha de mercados que permitem simular o ciclo do produto com a utilização de empresas líder, intermediárias, atrasadas (*laggards*) e de suporte com “táticas simples facilitadas pela forma que a corporação global transfere a queda de um produto para um outro ciclo crescente”³(TAYLOR e THRIFT, 1983 p. 457). Em um segundo sentido, tendem a tipificação de alguns produtos para atingir determinados mercados como o corporativo (embalagens de maior porte para restaurantes e escolas), como aquele dos consumidores com opções ou restrições alimentares (linhas *diet* e *light*) ou de determinados segmentos como os representados por exemplo, por crianças, adolescentes e solteiros.

As empresas do setor de alimentos descobriram e confirmaram as palavras de Luis Câmara Cascudo: “toda a existência humana decorre do binômio estômago e sexo “(1983, p. 21).

O alimento que nos interessa é o pescado. O pescado foi se constituindo socialmente em alimento desde pelo menos 8.000 a.C, com uma divisão do trabalho absolutamente espontânea (PERLÈS, 1998; ENGELS, 1977). Passando pelos primeiros e rudimentares modos de conservação como secagem a mais ou menos 4.000 a.C (ORNELLAS, 2000, p. 12) e depois de uma longa e diferenciada trajetória no tempo e no espaço, que inclui as disputas dos territórios de pesca

² Em 2001, a Associação Americana de Cardiologia recomendou uma dieta com consumo de atum com torradas e chá por três dias. O deputado federal Heráclito Fortes virou divulgador na recomendação e virou notícia, para satisfação das empresas do setor: “Dieta do atum anima indústria da pesca” (Diário Catarinense, 01/08/01, p 19). No ano seguinte, um alerta do órgão federal estadunidense de controle de drogas e alimentos (FDA) sobre uma possível relação entre a contaminação por mercúrio do atum, reduziu seu consumo em 17% e elevou o consumo de camarão em 8% .

³ Considerando a dificuldade de sempre expressar corretamente o pensamento de autores de língua inglesa ou francesa, optou-se por manter em nota de rodapé a citação literal. Neste caso para tentar manter o sentido do texto original, apresenta-se o parágrafo integral: “The global corporation, like the multidivisional corporation, again consists of leader, intermediate, laggard and support companies. But unlike the multidivisional corporation, where the leader, intermediate and laggard companies, where the leader, intermediate and laggard companies are used as part of an overall strategy whose aim is to simulate the product cycle, the global corporation’ s ‘strategy’ consists of more simple tactics facilitated by the way in which the corporation can transfers from one failing products cycle to another growing one with some ease (if not impunity)”.

como a busca do bacalhau na Terra Nova por armadores bascos, portugueses, holandeses, ingleses e franceses ainda no século XVI, o pescado tornou-se efetivamente matéria-prima para a indústria de alimentos desde 1830 (REES, 1994, p. 11). Porém, ainda hoje, o pescado é um alimento muito deteriorável e “para nenhum tipo de alimento existem tantas provas das perdas graves em todas as fases, desde a recolha até o consumo”⁴. Ora, a ação das empresas estudadas indica que ao atuarem no setor de enlatamento, minimizam duas limitações da indústria de alimentos, isto é, a perecibilidade e as exigências de armazenagem.

Na produção de alimentos em diferentes momentos e lugares do mundo, existem inovações científicas que tendem para a sua tecnificação, exponencializando as quantidades produzidas de determinados produtos e a criação de novos. Alguns alimentos e processos foram e são aperfeiçoados para reduzir seu tempo de produção e aumentar a resistência à deterioração. Capatti (1998) apresenta o debate que houve em fins do século XIX e início do século XX entre os defensores de uma alimentação com alimentos frescos e os defensores das técnicas de conservação, especialmente das conservas em vidros e em latas, sintetizando que “uma ampla escolha de produtos equivale a uma vitória sobre o tempo e o espaço: as conservas falam uma língua universal e não conhecem qualquer limite geográfico” (CAPATTI, 1998, p. 784). A vitória das conservas indignou Luis Câmara Cascudo na década de 1960: “a industrialização dos alimentos reduz a cozinha a um armário de latas. A técnica essencial limita-se a saber abrir uma lata sem ferir os dedinhos. Um jantar egresso de latas é ato de comer mas atinge ao nível de uma refeição” (1983, p. 43).

A “vitória das latas” é originária de uma trajetória anterior a refrigeração, pois o primeiro refrigerador foi patenteado em 1850, nos Estados Unidos da América pelo médico John Gorrie que tentava melhorar o bem estar de seus pacientes deambulando sacos de gelo no hospital em que clinicava. Ao aplicar seus conhecimentos de física para tentar criar artificialmente um ambiente refrigerado e fugir dos altos preços do gelo, criou a geladeira e o ar condicionado.

⁴ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS MULHERES (UNIFEM). Processamento de peixe. Roma: UNIFEM/ONU, 1989. Ver também: MORETTO, E. et ali. Pescado. In: Introdução à ciência dos alimentos. Florianópolis; EDUFSC, 2002, p. 139-148.

As desconfianças com a nova engenhoca impediram que Gorrie montasse uma fábrica.

Apesar de haver registros de rotas antigas do transporte de gelo de montanhas européias para cidade mediterrâneas e do Oriente Médio e depois dos lagos gelados no Norte da América do Norte para a Nova Inglaterra e para a costa do Golfo do México (CLAVAL, 1999), foram os armadores franceses que realizaram os esforços de instalar câmaras frigoríficas em navios que transportavam carnes. O primeiro navio frigorificado, o “Frigorifique”, levou 105 dias para transportar carne de Buenos Aires para Paris em 1876 (PEDROCCO, 1998)⁵. Por isto, para a Europa e os Estados Unidos, podemos afirmar que desde o início do século XX o “estabelecimento da malha ferroviária permitiu às pessoas do interior comer peixe do mar fresco e não mais simplesmente peixes salgados, secos, defumados, etc” (TEUTEBERG e FLANDRIN, 1998, p. 719/720).

Para este estudo, podemos apresentar uma comparação sobre o significado das alterações das capacidades de capturas e conservação do pescado no final do século XX: o pescado capturado na costa africana, por embarcações russas, é preparado em embarcações-fábrica, transportado em barcos-frigoríficos e pode ser descarregado em portos brasileiros em 12 dias. No setor de transporte dos grandes atuns descarregados em portos do Norte e Nordeste brasileiro estão sendo montadas estruturas que permitem o rápido transporte até terminais aéreos alfandegados para a exportação. Como por exemplo, o pescado desembarcado dos barcos em Natal era enviado por avião pela manhã para o Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos e somente era exportado no dia seguinte, aumentando em cerca de 30 % o preço da mercadoria, segundo informações do sr. Arimar França da Associação das Indústrias de Pesca do Rio Grande do Norte⁶.

⁵ Observe-se que depois de cerca de meio século para passar do transporte mundial de carne enlatada para a carne congelada, somente no começo do século XXI, há a tendência da comercialização de gado vivo para criação e/ou abate entre portos de diferentes continentes. Para fins de comparação, veja-se que um carregamento de cerca de 10.000 bovinos e ovinos vivos embarcados no porto do município do Rio Grande, no Sul do Rio Grande do Sul, demora aproximadamente 40 dias para ser desembarcada em portos do Oriente Médio.

⁶ Gazeta Mercantil, 29/02/2000, p. B-16. Na década de 70, a questão do transporte era uma das preocupações dos empresários e do Estado brasileiro. Tal preocupação, pode ser comprovada

No Brasil, o setor de pescado congelado ainda é controlado por um grande número de pequenas e médias firmas. Porém, alguns grandes grupos estão montando estratégias na área. Desde a segunda metade da década de 1990, dois grandes grupos do setor de alimentos iniciaram a comercialização de pescado. A Sadia, com a marca 7 Mares, comercializa pescado da norueguesa Rahbekfish. A Perdigão, com a linha “escolha saudável do mar”, vende pescado do Norte da Europa que é limpo nas embarcações e processado pela Iceland Seafood Co. dos Estados Unidos. Há também pequenas empresas como a Leardini, de Itajaí, e a Golfinho Azul, de Cananéia no estado de São Paulo que iniciam o processo de diversificação de suas linhas de produtos congelados e formas de organização da produção. Uma de suas estratégias tem sido o estabelecimento de redes de fornecedores que entregam a produção para ser tipificada com as marcas Leardini e Golfinho Azul.

A vitória das latas não eliminou outras formas de processamento e o aumento das facilidades de conservação com o uso do frio nas embarcações, nas redes de comércio e nos domicílios. Na última metade do século XX, houve a diminuição relativa do consumo de pescado fresco, seco/defumado e a oscilações no consumo das conservas (tabela 1).

TABELA 1 – Consumo de pescado no mundo (em %)

	1948	1968	1978	1990
Consumo humano	87,0	62,0	69,6	72,2
Fresco	50,0	28,0	20,9	23,0
Congelado	12,0	13,0	20,2	24,2
Seco/defumado	25,0	13,0	14,4	11,9
Conservas	7,0	8,0	14,1	13,1
Outros fins	13,0	38,0	30,4	27,8

Fonte: Elaboração de César Martins com base em: FAO. Estatística de pesca- produtos.

com a liberação de recursos dos incentivos fiscais para pelo menos sete firmas que faziam o transporte de pescado: Transpesca, Mallmann, Transfreezer, Braspesca, Rebesquine, Sulimpesca e Transfish (RNP, n. 147, julho de 1975). Atualmente empresas aéreas como a TAM desenvolvem programas para otimizar o transporte de cargas. Na TAM, o programa é chamado de “Tapete vermelho na Carga”.

Apesar de relativamente escassas as preocupações dos geógrafos sobre a atividade pesqueira, podemos encontrar em algumas obras fundantes da Geografia brasileira de matriz francesa, preocupações com as contradições entre os avanços tecnológicos que aumentavam a eficácia e a segurança das pescarias e a situação de determinados estoques⁷. Em obra da década de 30, Jean Brunhes (1955) considerava que *“la pesca tiende a convertirse en exterminadora. La pesca es una amenaza, incluso en los rios y los lagos, donde la repoblación está asegurada”* (p. 176). Alfred Demangeon (1956), em obra original de 1943, ao descrever a pesca no Atlântico Norte, afirma que *“si el empobrecimiento de los terrenos de pesca há parecido levantar inquietudes legítimas respecto a ciertos pescados vulgares, no existen signos de depoblamiento en lo que concierne a otros pescados”* (p. 224). Ou seja, geógrafos, num dos períodos em que a Geografia mantinha grande prestígio acadêmico (DOSSE, 1992), demonstravam uma das preocupações recentes de parte dos pesquisadores e de seus financiadores públicos e /ou privados, bem como de organismos multilaterais: a possibilidade do esgotamento das capturas de pescado. Apesar do quase colapso nas capturas de algumas espécies e de insistentes anúncios da necessidade da imposição de cotas de capturas cada vez mais rígidas e, por vezes, declinantes para algumas pescarias (JACKSON et ali, 2001; MYERS e WORM, 2003), os volumes capturados pela pesca extrativa aumentaram cerca de 12% entre 1996 e 2000 e representam aproximadamente 73% de todas as pescarias⁸. Porém, é a aquicultura praticada pelo menos desde 2000 a.C., na China, e 1.900 a.C no Egito, que apresentou, taxas de crescimento mais elevadas e aumentou sua participação de 12% em 1990, para 27% do pescado produzido mundialmente em 2000. As leituras que privilegiam a aquicultura como a alternativa mais viável para a produção de pescado, chegam a proclamar uma espécie de “revolução azul”

⁷ Em Martins (1997), há a discussão das abordagens nas obras de alguns geógrafos sobre a atividade pesqueira.

⁸ Um relatório recente da Royal Commission on Environmental Pollution do governo britânico combina análise dos efeitos da poluição sobre os oceanos e mares com os esforços de pesca, para defender o “princípio da precaução”, onde haveria o estabelecimento de um conjunto de pactos entre os Estados nacionais e os diversos agentes privados no sentido de realizar diagnósticos mais precisos das condições para as pescarias e de estabelecer cotas que garantam a reprodução natural das diferentes espécies. Ver: www.rcep.org.uk/fishreport.htm

com previsões salvacionistas para os problemas de alimentação nos próximos anos fazendo comparações com a chamada “revolução verde”⁹. Insistimos em manter um certo distanciamento sobre a possível condição insustentável das pescarias sobre determinadas espécies em certas águas. Porém, é necessário apresentar o depoimento de quem vive da pesca e investe na aquicultura: *“la acuicultura (...) no será nunca la alternativa en España (...) pescar en el mar es más barato (...) sin embargo, la acuicultura si va a ser un complemento necesario a la producción por capturas en la mar”*¹⁰.

A tabela 2 confirma duas tendências: o aumento das capturas e do consumo humano de pescado fresco. Destacamos, que se há a tendência de queda relativa do consumo de pescado em conserva, há a manutenção dos valores absolutos na alimentação humana.

TABELA 2 - Utilização da produção pesqueira mundial (em mil toneladas)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produção pesqueira	104477	112559	116412	120199	122542	117790	126652	130434
Para consumo humano	74126	78105	84279	88047	90802	92656	94448	96708
Fresco	33054	35675	40737	43667	46802	48380	49964	51966
Congelado	22057	23158	23704	24413	24625	24299	24432	24813
Seco/defumado	8748	8847	9473	9638	8772	9501	9398	9287
Conservas	10267	10365	10365	10329	10603	10476	10654	10642
Outros fins	30351	34454	32133	32152	31740	25611	322041	33726

Fonte: Organizado por César Martins com base em: FAO/ONU. Fishery statistics. Roma.

Há uma tendência histórica de diminuição relativa do consumo de pescado em conservas em função do crescimento das técnicas de conservação e das

⁹ A tradicional publicação “The economist” publicou duas matérias na edição de 09/08/2003 com os sugestivos títulos: “A new way to feed the world” e “The promise of blue revolution”. O número de março de 2004 da *Scientific American Brasil*, trouxe uma matéria intitulada “Aquicultura retoma desafios da revolução verde”. A revista Globo Rural de fevereiro de 2005, insistiu na formulação com a matéria “O mar virou fazenda”.

¹⁰ Depoimento do sr. Alfonso Paz-Andrade da Pescanova, maior grupo pesqueiro espanhol (El País, 11/08/2002, Cuaderno Negóciios, p. 9).

campanhas para uma alimentação com o menor uso de produtos artificiais para a conservação e em embalagens que apresentem para o consumidor o alimento que está sendo comprado e será consumido.

Por que essas empresas enlatam sardinha e atum, quando mundialmente há a tendência na diminuição do consumo do pescado em conserva?

As ações das empresas estudadas indica que, ao atuarem no setor de enlatamento, minimizam duas limitações da indústria de alimentos, isto é, a perecibilidade e as exigências de armazenagem. Articulada a essa dimensão da ciência e da técnica, argumentaremos que elas somente são potências e se potencializam com e no território.

De modo geral, o processamento industrial para o enlatamento de alimentos originou-se entre o final do século XVII e o início do século XVIII quando o cientista francês Denis Papin fez experimentos rudimentares com vapor para cozimento e acondicionamento de alimentos. Porém, o marco deste processo é o trabalho do confeitoiro parisiense Nicolas Appert que, no final do século XVIII, aperfeiçoou um sistema de conservação de alimentos que sofreu alterações com a escolha de novas combinações de metais para compor as latas de armazenamento. Porém, Appert não enlatou pescado. As primeiras conservas de pescadas foram produzidas por Joseph Colin em 1824 ou Blanchard de Lorient em 1825.

Após essas experiências e o patenteamento da conserva em lata em 1823 por Peter Durand, na Inglaterra, as folhas estanhadas foram consideradas as mais adequadas para o enlatamento do pescado (REES e BETTISON, 1994; PEDROCCO, 1998). No Brasil, os dados do Cadastro Industrial de 1909 indicaram a existência de 28 fábricas de artigos de folha de flandres, sendo 25 no Distrito Federal, que empregavam entre três e 52 trabalhadores, duas no Rio Grande do Sul (uma em Rio Grande com 50 operários e uma em Porto Alegre com 15

trabalhadores) e uma em São Paulo onde trabalhavam 53 operários. Atualmente, a Companhia Siderúrgica Nacional possui o monopólio na fabricação de folha de flanders, mas a Alcan Alumínio do Brasil realiza desde o ano de 2000 experimentos para utilização de folhas de alumínio para o enlatamento de pescado com maior valor agregado como atuns e sardinhas enlatadas com óleos e condimentos especiais¹¹.

A sardinha e o atum enlatados, dependendo dos molhos e condimentos utilizados para obter o produto final, podem ter prazos de validade de até cinco anos e serem armazenados em caixas e *pallets* como outras mercadorias que não exigem refrigeração ou condições especiais de luminosidade e umidade.

O esquema apresentado na figura 1 demonstra, simplificada, a estrutura interna de funcionamento de uma unidade de enlatamento de sardinha, que segundo as nossas entrevistas, em pouco diferem dos procedimentos para a produção de atum em lata e mantém a mesma sistemática nos últimos 50 anos.

¹¹ Um dos fatores que contribuiu para a alavancagem dos negócios de Francisco de Matarazzo, o “Conde Matarazzo” na passagem do século XIX para o século XX, foi a adoção de embalagens de lata em substituição aos barris de madeira importados para a distribuição de mercadorias no mercado interno brasileiro. Ver: MARTINS, José de S. Conde Matarazzo: o empresário e a empresa. 2. ed. S.Paulo: HUCITEC, 1974. A Alcan Inc. é o segundo maior grupo de setor de alumínio no mundo (o primeiro é a Alcoa), com capital de origem canadense e atuação em 38 países. O grupo emprega cerca de 48.000 trabalhadores em sete minas de bauxita, cinco refinarias de alumina, 16 refinarias de alumínio primário, 27 unidades produtoras de chapas e folhas, 47 plantas de produtos planejados e 76 fábricas de embalagens.

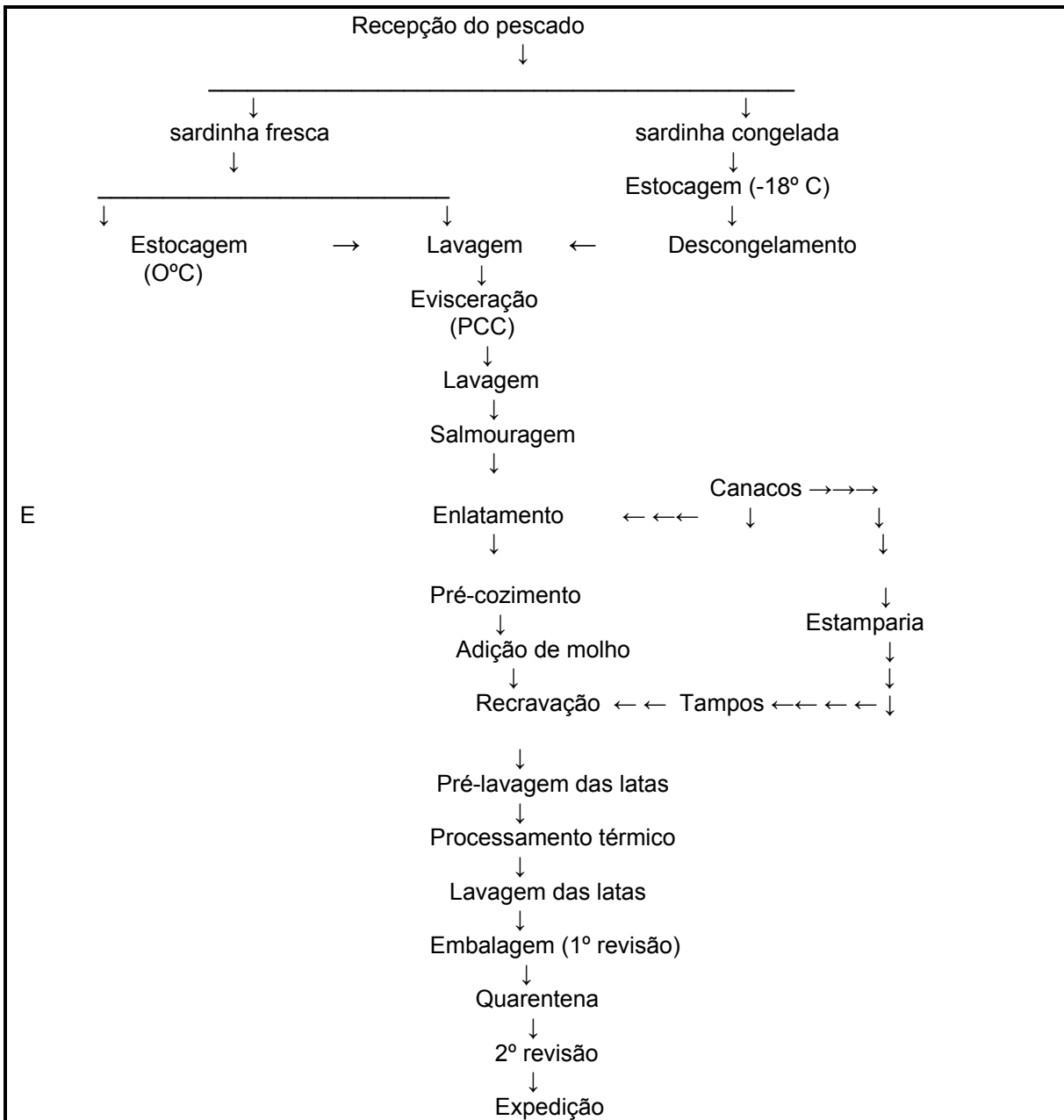


FIGURA 1- Esquema de produção de sardinha em lata

Fonte: Organizado por César Martins com base no trabalho de campo.

No período histórico que se inicia no final do século XVIII, diluindo e/ou recriando as formas de existência humana com a intensificação da industrialização e da urbanização, é necessário e possível que alguns agentes sociais produzam alimentos em escala que possuam condições mínimas de consumo para garantir a reprodução da força de trabalho com baixo custo. Ou seja, “a partir da Revolução

Industrial as mudanças foram se acelerando pois ela invade também a cozinha adotando o metal, a eletricidade e o vapor para padronizar o modo de preparo dos alimentos” (ORTIGOZA, 2001, p. 77).

A produção localizada e a realização global da produção de alimentos em conservas contribuiu para formar complexas redes, envolvendo agentes sociais que, territorializados, criaram novas formas de produzir e consumir alimentos para garantir a reprodução da moderna sociedade capitalista.

A intensificação da urbanização formou grandes mercados para os produtores de alimentos industrializados, contribuindo para as especializações produtivas nos campos e a construção de empresas do setor de alimentos, como a Swift, que segundo Chandler (1988), foi pioneira no setor de alimentos no processo de integração horizontal e vertical. Também houve a formação de redes sociais entre agentes locais internacionalizados que produziram e colocaram em circulação alimentos de baixo custo para garantir o processo de hegemonia do capital na sociedade urbano-industrial¹².

Os chamados recursos humanos e naturais transmutados em mercadorias mundiais vão sendo controlados pelos agentes hegemônicos e rumam para a imposição de normas e regras para a nova sociabilidade que, entre o último quartel do século XIX, com a chamada “Revolução Científico-Tecnológica” e o começo da Primeira Guerra Mundial, apontava para o “tempo das certezas” (COSTA e SCHWARCZ, 2000). Uma das características desta nova sociabilidade, era a imposição de normas de sanidade para o consumo de alimentos. Para este estudo ressaltamos que “a verdadeira lata de peixe não tem cheiro de mar nem de metal, mas contém um alimento particular: a sardinha cozida mergulhada no óleo, gorda e sem cabeça, inodora, inalterável” (CAPATTI, 1998, p. 780).

A conserva pode ser consumida praticamente em qualquer lugar e conservada por longo tempo. Porém, ela possui um componente que segundo

¹² Como exemplo, Bell (2000) demonstra que na década de 1840 já havia importação de carne enlatada pela Inglaterra e que, até a generalização das melhorias nos processos de frigorificação e transporte de carne, algumas empresas implantaram unidades fabris e cidades no pampa platino para garantir o fornecimento de alimento barato para os trabalhadores ingleses pois “tal era a fome na primeira nação industrial que até mesmo este produto [uma geléia de patas de boi fervida com uma bolacha numa tijela] era usado como comida” (BELL, 2000, p. 4).

cálculos empresariais, constitui cerca de 50 % do preço de venda: o pescado. As conquistas para pescar com mais eficácia, e minimizar a perecibilidade, não eliminam os ciclos naturais de cada espécie e as disputas territoriais entre os armadores pelos bancos de pesca. Foi preciso escolher certas espécies e localizar as fábricas em determinados pontos do território.

2.2. A LOCALIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DE PESCADO NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA

A tendência histórica do descolamento de uma ou outra determinação (social e/ou natural) para a localização dos fixos e sistemas de engenharia, exigiu esforços teóricos para a montagem de esquemas explicativos da instalação de plantas fabris, que vão de abordagens comportamentais às explicações assentadas na lógica combinada e contraditória das relações capital-trabalho, capital-capital em suas articulações com o Estado, especialmente nas cidades e nas regiões metropolitanas (MANZAGOL, 1985; MENDEZ, 1997).

A articulação apresentada é entre a abordagem da localização industrial das empresas de pesca e as estratégias empresariais das fábricas de pescado que enlatam sardinha e atum, pois “el estudio de la localización industrial es, sin, duda, el más tradicional y característico de la Geografía Industrial” (MÉNDEZ e CARAVACA, 1999, P. 21).

O capítulo sobre localização industrial do clássico “*Geographie industrielle*” de Jean Chardonnet (1965), afirma que dadas as condições de perecibilidade de certos produtos e os custos de transporte e de manutenção de determinadas propriedades, seu processamento é realizado nas proximidades nas fontes de matéria-prima. Inclui na mesma lógica locacional o processamento da cana-de-açúcar, legumes, flores e pescado.

Mamigonian (1965), no estudo realizado entre 1960 e 1962, sobre as origens das indústrias de Blumenau/SC, no capítulo sobre a localização, afirma que “algumas localizações se explicam pelo abastecimento das matérias-primas”

(p. 138), como a Cia. Hemmer de conservas de frutas e legumes em Badenfurt, que possuía sua unidade de conserva de sardinhas no município de Penha, no litoral do estado de Santa Catarina. Segundo Lago (1961), a Hemmer, em função da inconstância do abastecimento, diminuía de 40 trabalhadores no período de safra para apenas seis na chamada entressafra.

A existência de portos especializados e sua articulação com redes de transportes com a manutenção da lógica da localização das indústrias junto, ou muito próximo, à fonte da matéria-prima de grande perecibilidade é referendada por Besançon (1965).

George (1985) corrobora essas idéias, comentando que historicamente o consumo de pescado estava restrito as populações situadas próximas das áreas de pesca e que o desenvolvimento dos transportes, da refrigeração e da indústria conserveira ampliou o consumo de pescado, mas não retirou as fábricas das proximidades dos desembarques.

Ao expor as teorias de localização industrial, Manzagol (1985) cita a cana-de-açúcar como exemplo de matéria-prima industrial que, em função de uma característica, a fermentação, deve ser processada nas proximidades dos canaviais: “material perecível deve ser elaborado junto à sua fonte (..) O transporte de um produto perecível é naturalmente mais caro porque necessita da aplicação de técnicas adequadas” (p. 44).

A gradativa introdução da piscicultura e a monetarização das relações que transforma pescadores-caçadores em trabalhadores assalariados é apresentada por Andrade (1985) como uma tendência do setor. Ao confirmar as limitações impostas pela sazonalidade e a fácil deterioração do pescado, adverte para a presença de “grandes empresas transnacionais que estabelecem usinas modernas nas costas dos mares mais piscosos” (p. 177). Sobre a tipologia das fábricas (salga/defumação, conserva em lata, fabricação de óleo/farinha e congelamento/supercongelamento), afirma sobre as conservas:

(...) feita em usinas quase sempre situadas em portos pesqueiros. Nos Estados Unidos e na Europa essas fábricas trabalham com diferentes espécies de peixes, conforme a época do ano, a fim de não terem períodos ociosos; assim trabalham

com enlatamento da cavala na primavera e, da sardinha no verão e do arenque no outono (ANDRADE, 1985, p. 178).

As análises para a localização das indústrias que utilizam matéria-prima muito perecíveis podem ser consideradas como caudatária da formulação de Marx, no século XIX:

Quanto mais perecível uma mercadoria, quanto mais imediatamente depois de sua produção for preciso consumi-la e, portanto, também vendê-la, tanto menos ela pode se distanciar de seu local de produção, tanto mais estreita, portanto, sua esfera de circulação espacial, tanto mais local a natureza de seu mercado de venda. Portanto, quanto mais perecível uma mercadoria, tanto maior, por sua condição física, o limite de seu tempo de circulação enquanto mercadoria, tanto menos ela se adequa a ser objeto da produção capitalista. Só poderá ser objeto desta última em lugares densamente povoados ou à medida que as distâncias locais se encurtarem pelo desenvolvimento dos meios de transporte. A concentração da produção de um artigo em poucas mãos e num lugar densamente povoado pode, porém, criar um mercado relativamente grande também para artigos tais como os de grandes cervejarias, laticínios etc (MARX, 1983, p. 93).

Dessa forma, se um dos elementos de estruturação da moderna sociedade capitalista é a gradual quebra ou minimização das determinações históricas e naturais da divisão territorial do trabalho, para a localização dos grandes parques fabris de pescado ainda há marcas significativas de tais determinações. Esta formulação está em Sánches (1991) e claramente exposta por Méndez (1997): “la localización junto a los recursos naturales utilizados como matéria prima se limita hoy a unas pocas actividades y empresas que, además de transformar grandes cantidades de productos com escaso valor unitário, siguen dependiendo de una sola área de aprovisionamiento” (p. 281).

O Censo Industrial do Brasil, de 1907, apresenta em conjunto as firmas que realizavam conservas de carnes e de peixe, impedindo identificar seus dados separadamente. Porém, o Quadro 2 demonstra a concentração geográfica junto a áreas portuárias do litoral brasileiro em especial no município do Rio Grande: além de aí estarem instaladas cinco das 15 firmas, estas utilizavam 42 % da força motriz e empregavam 48,5 % dos trabalhadores do setor. Destaque para a Leal Santos & Cia., fundada em 1889, como filial da firma portuguesa pelos imigrantes Francisco Marques Leal Pancada, seu filho Antônio Pancada e seus genros Moysés Marcondes e José Antônio Juca Santos. A partir do final da década de

1960, a indústria foi controlada pelo Grupo Ipiranga e, entre as décadas de 1970 e 1990, figurou entre as 5 maiores firmas do setor pesqueiro nacional. Desde 1996 é controlada pelo octogenário grupo argentino Benvenuto, detentor da marca Campagnola e líder no mercado da Argentina.

QUADRO 2 - Brasil: indústria de conservas de carnes e peixes (1907).

Município/UF	Firma	Força Motriz energia (cv)	Número de trabalhadores
Rio Grande/RS	José Francisco da Costa	10	20
Rio Grande/RS	Rosa Júnior	4	30
Rio Grande/RS	Túlio Martins Freitas	10	30
Rio Grande/RS	Leite Nunes e Irmão	20	30
Rio Grande/RS	Leal, Santos & Companhia	25	150
Pelotas/RS	Leite Neves e Irmão	20	130
Pelotas/RS	MC Cool e Cia.	25	45
Pelotas/RS	Estabelecimento Paredão	16	32
Cabo Frio/RJ	Terra e Marques	8	5
Cabo Frio/RJ	Augusto Lourenço Cunha	4	8
Cabo Frio/RJ	Antonio José C.G. Periquito	6	6
Cabo Frio/RJ	Leger Palmer	6	8
Mendes/RJ	Ricardo Ranger	manual	3
S.Paulo/SP	Diogo J. Silva	10	31
Antonina/PR	Bruno Baer	manual	8
Totais		164	536

Fonte: Organizado por César Martins com base em: IBGE. Série estatísticas retrospectivas. Vol. 2 Brasil e suas riquezas naturais, suas indústrias. Tomo 3, 1983 (edição fac-similada).

A fina ironia de Marx (1983, p.151), que, no século XIX, afirmou que ainda não se inventara técnica de pescar onde não há peixes, é em grande medida ajustada à atualidade. Todavia, indica que a pesca, como a silvicultura, ainda se achavam na fronteira para o avanço das relações capitalistas que encontravam em outros setores da economia maiores possibilidades de reprodução ampliada.

No debate, instalado desde pelo menos a década de 1970, sobre a existência de um objeto da Geografia, cabe lembrarmos de um ensinamento de Armando C. da Silva, que passado o momento em que partes da natureza eram intocadas “num período relativamente curto de tempo a exploração da terra alcançou seus limites e extravasou para o espaço sideral (1981, p.13). Entendemos que a “exploração da terra” não ocorreu e não ocorrerá de forma

homogênea, materializa-se também apenas pelo conhecimento e não somente pela efetiva ocupação e incorporação e está inconclusa.

No começo da década de 70, Massimo Quaini, em estudo publicado originalmente em 1979, no Brasil, que é marco para parte de uma geração de geógrafos, ao buscar nas bases do pensamento de Marx e Engels a discussão sobre as relações natureza-sociedade que marcaram os fundadores da escola alemã de Geografia, apresenta uma formulação que marcou, e ainda marca, parte dos acirrados debates entre os chamados geógrafos físicos e os chamados geógrafos humanos :

(...) Não existe, portanto leis abstratas e imutáveis nem para o mundo nem para o mundo natural, desde que, como já observava Marx e com a maior razão podemos dizê-lo, não existe mais “eco-sistemas” naturais que não sejam já de algum modo modificados pelo homem (QUAINI, 1991, P. 49).

Em ao menos um texto escrito por geógrafo brasileiro no começo da década de 1980, em que se estruturam as Geografia(s), a questão aparece requalificada

Por mais que a vida em sociedade tenha transformado a própria vida biológica do homem, esse continua um ser vivo sob a ação das condições ambientais existentes na “superfície” do planeta Terra, às quais ele não se submete simplesmente, mas reage ativa e reflexivamente. Além do mais, não apenas a nível biológico, mas enquanto ser social, é impossível desconsiderar a determinação – e não o determinismo – das condições naturais sobre a vida econômica, em particular, sobre a existência social, em geral, e, conseqüentemente sobre suas respectivas ‘geografias’ (SEABRA, 1984, p. 12).

No mesmo ano, Neil Smith, geógrafo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, escrevia em livro publicado em 1988 no Brasil:

Elementos da primeira natureza, antes inalterados pela atividade humana, estão sujeitos ao processo de trabalho e ressurgem como essência social da segunda natureza. Nesta, todavia, sua forma foi modificada pela atividade humana, não deixaram de ser naturais, no sentido em que agora estão de certa forma imunes contra os processos e forças não humanas – gravidade, pressão física, transformação química, interação biológica (SMITH, 1988, 85).

Ora, não se trata de reacender o debate sobre a existência e/ou hegemonia desta ou daquela possibilidade analítica apresentada como geográfica, mas, de ao lembrar fecundas formulações que trabalharam e trabalham com a circunscrição de determinado problema, exigir a explicitação da abordagem¹³.

O estudo sobre um dos momentos das atividades pesqueira exige a reafirmação de que a pesca ainda é uma atividade extrativa de recursos vivos de ampla variedade e quantidade sujeitos aos ritmos naturais com suas oscilações, como o aquecimento ou resfriamento provocado por fenômenos como *El niño* e *La niña* e eventos extremos, como maremotos e *tsunamis*. A questão é que a ciência tem conseguido compreender alguns destes, por vezes prevê-los e em menor amplitude minimizá-los, e difundir suas descobertas com linguagem reconhecida internacionalmente em velocidade cada vez maior. Ao fazê-lo não está eliminada a determinação da biologia das espécies nas águas e as possibilidades da construção de fixos que alterem a dinâmica natural como dragagens e instalações portuárias ou de acidentes como vazamento de produtos tóxicos. Coloca-se a questão de como e quem tem acesso a informação para tornar determinada espécie um recurso.

Caso entenda-se que Massimo Quaini exagera na interpretação marxista de eliminação da uma “Natureza natural” em nome da expansão do capitalismo, é Manoel Seabra (1984) que, ao diferenciar o tempo de produção na Natureza, como o tempo de maturidade sexual para a reprodução, ou de alcance de determinados pesos e tamanhos que facilitam o abate e o processamento, com os tempos de trabalho, explica as taxas de ociosidade ou a busca de minimizações para o cálculo empresarial, como a reprodução de relações não assalariadas e a intensificação do trabalho, contribui para a compreensão das limitações ainda existentes para homogeneização da reprodução ampliada do capital em determinados setores e territórios. Ou seja, é determinação e não determinismo. E se há imperiosidade da discussão de uma ou mais “questões ecológicas”, elas

¹³ Entre os geógrafos um dos trabalhos pioneiros é: CARVALHO, Marcos. O que é natureza. S.Paulo: Brasiliense, 1991. São fundamentais também: DUARTE, Rodrigo P. Marx e Natureza em O Capital. S.Paulo: Loyola, 1986; FOSTER, Jonh B. A ecologia de Marx: materialismo e Natureza. R.Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

não estão restritas, nem são saídas para uma determinada ciência e devem ser pensadas minimamente do ponto de vista da instabilidade e talvez insustentabilidade do planeta¹⁴.

Apesar de pouco presente na obra de Milton Santos, a chamada relação Sociedade-Natureza é apresentada em palestra de abertura do ano letivo na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 1992, num período marcado pelo desmonte das sociedades e dos Estados socialistas do tipo soviético e do fortalecimento do discurso ambientalista incentivado pela Conferência Rio-92. O autor dava o tom do que iria teorizar em anos seguintes: “*una* na realidade a natureza, é agora *unificada* pela História, em benefício das firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas não é mais natureza Amiga e o Homem também não é seu amigo” (SANTOS, 1994, p. 19)¹⁵.

Na perspectiva de que os chamados recursos variam no tempo e no espaço com mudanças naquilo que é necessidade, nas fontes e naquilo que é possível encontrar algum uso (PATERSON, 1982), em entrevista realizada em 2000, Milton Santos teorizava: “na realidade, a natureza, hoje é um valor ela não é natural no processo histórico (...) os recursos naturais... se são naturais não são recursos e para serem recursos têm que ser sociais (SANTOS, 2000, p. 19-20). Como se tornou recurso? Pelo que Milton Santos havia chamado no começo da década de “ecumenização do planeta” (SANTOS, 1988, p. 87-93). Ciência, técnica e informação que foram desenhando e compreendendo a dinâmica das terras emersas também o fizeram e ainda o fazem nos grandes corpos oceânicos que cobrem cerca de 70 % do planeta e possuem 97 % da água do planeta.

¹⁴ Com maiores e menores doses de determinações e determinismos são instigantes os trabalhos de: COSBY, Alfred. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900). S.Paulo: Cia. das Letras, 2000; DIAMOND, JARED. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso e o sucesso. R.Janeiro/S.Paulo: Record, 2005.

¹⁵ Os grifos em itálico são de Milton Santos. Entre os muitos estudos sobre a obra de Milton Santos, destacamos sobre o tema: HENRIQUE, Wendel. A Natureza nos interstícios do social- uma leitura das idéias de natureza nas obras de Milton Santos. Terra Livre.S.Paulo AGB-DN, n. 21, 2003, p. 249-262.

2.3. OS OCEANOS DESCORTINADOS

A questão que colocamos é que as indústrias estudadas utilizam como matérias-primas espécies de pescado capturadas que obedecem a ritmos naturais em águas que historicamente são reguladas: por Estados que impõem normatizações de acesso aos seus mares territoriais e por acordos interestatais sobre águas internacionais, como por exemplo a proibição ou o estabelecimento de cotas como aquelas para atuns e afins estabelecidas pelo ICCAT, a Comissão para Conservação do Atum Atlântico. Combina-se a privatização em duas esferas: a primeira entre os Estados que possuem maior capacidade de impor no concerto internacional maiores áreas territoriais nos oceanos e mares que oscilam na maior parte dos casos entre 6 e 200 milhas e, pelo menos desde 1450, como alvo de disputas intercoloniais e interimperialistas, que envolvem a sua militarização e disputas por direitos a pesca, levando Mancke (1999) a afirmar que “nos últimos cinco séculos o espaço oceânico foi uma arena central na luta imperial” (p. 234). A segunda dimensão da privatização das águas ocorre entre os diferentes agentes que trabalham especificamente nas águas dos Mares Territoriais, com uma grande variedade de conflitos de interesses para impor determinadas regulações, como por exemplo, as disputas entre pescadores e coletores artesanais, aqüicultores, armadores de pesca, agentes portuários, agentes do setor terciário (como hoteleiros interessados em reservas da “natureza” para seus hóspedes), praticantes de esportes náuticos e mesmo incorporadores imobiliários articulados com esferas do poder público interessados na preservação ou transformações de pedaços do litoral. Quem usará o território?

Ao longo da História foram sendo mais ou menos identificados pelas diversas frações das chamadas Ciências Exatas e da Terra e pelas Ciências Biológicas as formas, dinâmicas e relações do planeta. Essas ciências, das simples e eventuais descobertas, construíram modelos e desenvolveram simulações de certos processos, podendo colocar pedaços da Natureza em seu estado mais simples ou cada vez mais amalgamados, com materiais e substâncias dos mais distintos, à disposição de determinados agentes e

conduzindo a aceleração da artificialização da vida. Ou seja, aquilo que em alguns dicionários especializados são definidos como um conjunto de certas riquezas naturais distribuídas desigualmente no Planeta que, dependendo de determinados objetivos e condições tecnológicas e econômicas, podem ser objeto do trabalho. Sabato ao articular a ascensão e a consolidação da burguesia e do Estado com o ideário renascentista de domínio da natureza e das ilusões do progresso, é taxativo; “todo que era trevas, desde o medo até a peste, iria ser iluminado pela Ciência” (1993, p. 55).

O ser humano, como ser biologicamente terrestre, estabeleceu relações contraditórias com os diferentes cursos de águas. Ao mesmo tempo em que necessitava se aproximar para minimamente satisfazer sua sede, encontrava ali possibilidades de acidentes e barreiras para o seu deslocamento. Com o desenvolvimento de algumas técnicas simples, o homem encontrou nas águas novas fontes de alimentos e de aceleração de seus deslocamentos. Porém, somente no final do século XIX, as áreas próximas aos cais dos portos começaram a deixar de ser consideradas insalubres e perigosas. Em alguns pontos as moradias passam a ter suas frentes voltadas para o mar e iniciam um intenso processo de valorização deixando de ser o “território do vazio” (CORBIN, 1989).

A sistematização das descobertas e conhecimentos sobre as águas oceânicas foi sendo realizada por uma ciência recente que se autonomizou da Geografia: a Oceanografia (GALLO e VERRONE, 1993).

Observando que a *Historie Physique de la Mer* de Luigi Masigli, publicada em 1725, é considerada o primeiro tratado moderno de Oceanografia; que os mapeamentos da costa da Antártida e das ilhas do Oceano Pacífico somente foram realizados entre os anos de 1838 e 1842 por seis embarcações estadunidenses (PHILBRICK, 2005), e que a expedição do *Challenger* foi realizada entre 1872 e 1876 cobrindo todos os oceanos, além de descobrir cerca de 700 novos gêneros e 4.000 novas espécies e relevar aspectos do fundo oceânico, podemos afirmar que é somente com a Primeira Guerra Mundial e, especialmente com a Segunda Grande Guerra, que serão desenvolvidos os

equipamentos e as técnicas de pesquisa nos oceanos. Podemos citar alguns exemplos: a eco sondagem é iniciada, em 1920 no Mar do Norte; em 1934, os zoólogos Willian Beebe e Otis Barton observam a vida marinha em uma batisfera a 923 metros de profundidade; em 1943, Jacques Cousteau e Emile Gagnan desenvolvem o escafandro autônomo; em 1951, o navio britânico *Challenger II* descobre a maior fenda do oceano, 11 quilômetros abaixo da superfície, próximo a Guam.

A consolidação do meio técnico-científico-informacional nos oceanos e mares pode ser verificada nos números das principais revistas de divulgação internacional como a descoberta de microorganismos vivos no ponto mais profundo da fossa das Marianas no Pacífico Sul em fevereiro de 2004¹⁶ e a divulgação do “Censo da Vida Marinha” que envolveu cerca de mil cientistas de 70 países apontando a existência de 106 espécies novas de peixes em novembro de 2004¹⁷.

Dadas as aparentes relações entre as condições naturais dos oceanos e as prováveis mudanças climáticas, bem como a utilização cada vez mais intensa de recursos dos oceanos, ocorrem esforços conjugados para a elaboração e ampliação das pesquisas e das formalizações dos acordos para o uso dos territórios marítimos.

No Brasil podemos afirmar que o início sistemático das pesquisas no Oceano Atlântico, ocorreram em 1957, com o navio-escola Almirante Saldanha, da Marinha brasileira e que, desde lá, essas foram ampliadas com a criação de cursos de graduação e pós-graduação em Oceanografia, como os da USP, da FURG e da UERJ, a incorporação de navios de pesquisa, como o Prof. Besnard do IO-USP e o Atlântico Sul da FURG, e a criação de centros pesquisas estaduais e da SUDEPE. Entre acertos e desacertos, continuidades e descontinuidades das pesquisas no Mar Territorial brasileiro, cabe lembrar o “Projeto Biota-Bentos Marinhos”, financiado em R\$ 2,5 milhões pela FAPESP, envolvendo profissionais

¹⁶ <<http://www.sciencemag.org>. Acesso em 30/03/2004.

¹⁷ <<http://www.coml.org>. Acesso 30/11/2004.

da USP, da UNICAMP e da UNESP, identificou 70 novas espécies de animais marinhos no litoral paulista.

Uma parte dessas pesquisas procurava dimensionar os estoques de determinadas espécies. A seguir, apresentaremos uma trajetória das pesquisas sobre a sardinha e o atum, utilizados pelas fábricas de pescado para o enlatamento.

2.4. A SARDINHA E O ATUM COMO MATÉRIA-PRIMA INDUSTRIAL NO BRASIL

A sardinha constitui um recurso capturado desde o final do século XIX com certa abundância no litoral Sul e Sudeste brasileiro, enquanto o atum é um recurso relativamente novo para a exploração industrial no Brasil e que as pesquisas têm indicado amplas possibilidades para o aumento dos volumes capturados. Tanto a sardinha como o atum são objeto de pesquisas e de regulamentações estatais sobre onde, quando e quais agentes podem executar as pescarias.

Matsuura (1977) indicou a existência de nove espécies de sardinhas no mundo. Algumas, como a *sardinops caerulea*, que se desenvolve nas águas da Califórnia e Baixa Califórnia, tiveram seus estoques comprometidos e obrigaram o governo dos EUA a proibir sua pesca. No Brasil, além da chamada sardinha verdadeira, *sardinella brasilienses* (Steidachner), há captura significativa de pelo menos mais um peixe com nome vulgar de sardinha, a sardinha-lage, também chamada de sardinha-chata ou sardinha-bandeira, *Opisthonema oglinun* (Le Sueur).

A sardinha verdadeira, *sardinella brasilienses* (Steidachner), foi descrita em 1879. No Brasil, apesar de estudada com certa frequência desde os anos de 1950, podemos considerar que a utilização de tal nomenclatura ocorreu inicialmente no relatório da primeira reunião do Grupo de Trabalho e Treinamento sobre a avaliação de estoque (sub-grupo da sardinha) realizado pela FAO/SUDEPE em 1974. Ou seja, apesar da prática secular da captura da espécie e da existência de

um dos maiores parques fabris do mundo de enlatamento da sardinha no Brasil, é somente a partir do começo dos anos de 1970 que ocorre efetivamente o início da sistematização dos dados de sua biologia e das suas possibilidades e limites como matéria-prima industrial. Ao admitir a precaução com os dados disponíveis, o relatório conclui que “pode se dizer que os estoques de sardinha parecem estar sub-explorados”.

Desde a década de 1970 foram intensificados os estudos que tentavam desvendar os ritmos de vida da sardinha verdadeira, centrados, especialmente, na busca da maior eficácia nas capturas de uma frota em expansão e dos recursos estatais colocados à disposição de agentes que deveriam alavancar a produção deste pescado em todas as formas de consumo no mercado interno e externo, pois a indústria da pesca era considerada pelo Decreto 221-67 como indústria de base.

Além do trabalho citado de Matsuura (1977), destacamos o estudo de Rossi-Wongtschowski (1977), identificando a existência de cardumes com indivíduos com pequenas variações de comprimento e áreas de desova entre as latitudes 23° e 25° Sul na primavera e inverno e entre 26° e 28° Sul na primavera. Na análise econômica realizada por Matsuura (1981), há a defesa de capturas com “um máximo sustentável de 173 mil toneladas ao ano “ (p. 63). O autor também sugere a intervenção do Estado para regular o preço do quilo da sardinha e garantir a viabilidade econômica da pescaria para os 300 barcos dos armadores de pesca, porque considera os salários tripulantes como 51,6 % dos custos por viagem.

A figura 2 representa a síntese de estudos que mapearam as áreas de desova da sardinha entre 1969 e 1987 nas águas oceânicas do litoral Sudeste e Sul do Brasil.

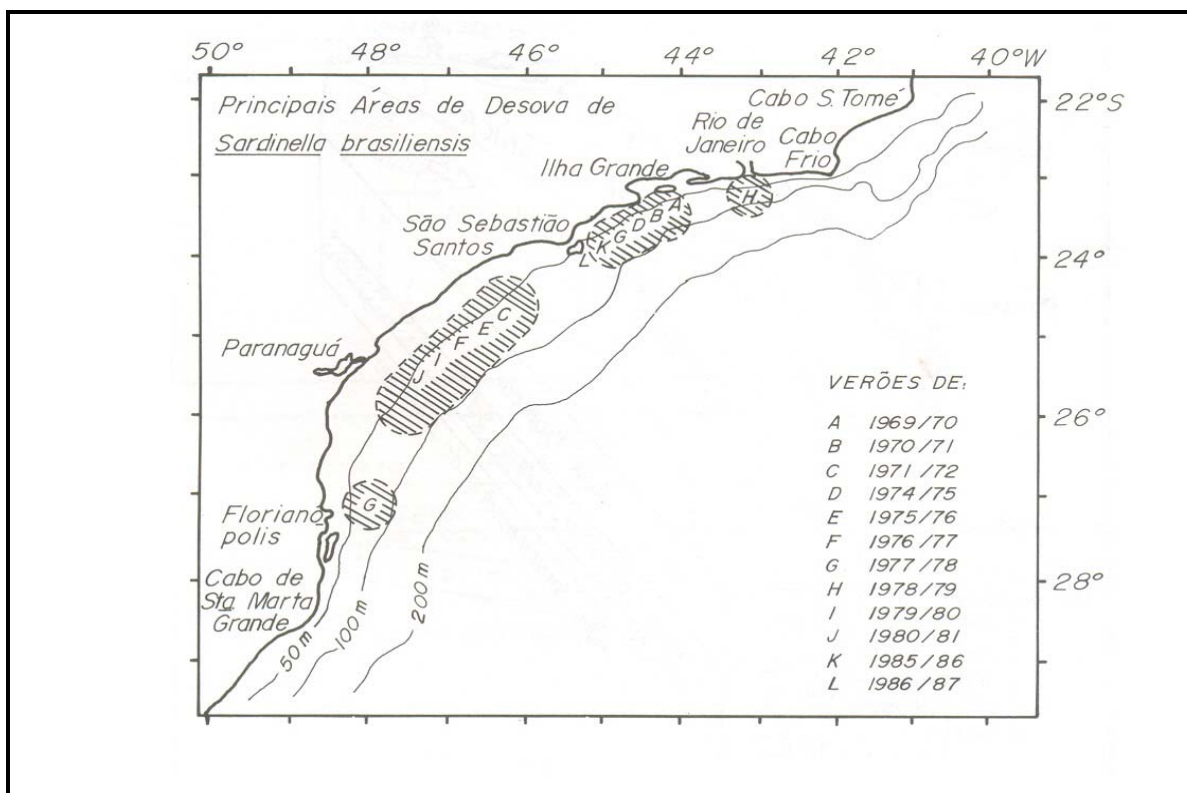


FIGURA 2 - Principais áreas de desova da sardinha verdadeira na costa das regiões sul e sudeste do Brasil.

Fonte: MATSUURA, Y. Synopsis on the reproductive and early life history of the Brazilian sardine, *Sardinella brasiliensis* and related environmental conditions. IOC Workshop report (65), Annex VIII, 1988.

Podemos considerar que Matsuura (1981) superdimensionou a capacidade de reposição dos estoques e que este pode ter contribuído para a redução das capturas. Existe a confirmação de uma tendência da organização da atividade pesqueira sobre a sardinha: a supremacia das capturas de sardinha realizadas por embarcações de maior porte nas quais predominam as relações de assalariamento, seja na forma direta de salário e/ou com o pagamento “por parte”. O pagamento “por parte”, dependendo de acordos formais ou não formais, é a divisão do resultado líquido da venda da pescada depois de deduzidos os gastos fixos e a parte do armador que giram em torno de 50 % entre os trabalhadores da pesca, em um número de partes que varia de acordo com a função na embarcação (por exemplo 3,5 partes para o mestre, duas para o cozinheiro e uma para cada tripulante). É importante destacar que além de garantir a maior parte da

remuneração para a manutenção da embarcação e para o armador, o pagamento por partes funciona como um incentivo para extrair o máximo do trabalho dos pescadores, da Natureza e ao apresentar a hierarquia na divisão interna da pescaria, indica a possibilidade de ascensão dos pescadores dentro da embarcação até a sua emancipação no sentido de se tornar proprietário¹⁸.

Tomando como base o critério de que embarcações até 20 TAB (tonelagem de arqueação bruta) são utilizadas pelos seus proprietários e membros de suas famílias que eventualmente assalariam e/ou exercem outras atividades sazonalmente assalariadas ou não, os dados da evolução da frota sardineira confirmam a tendência de que a pesca da sardinha é realizada por pescadores assalariados e pelos armadores (Tabela 3).

TABELA 3 - Composição e caracterização da frota permissionada para a pesca da sardinha no Sudeste-Sul

Unidade Federada	Nº de embarcações		TAB total		TAB média	
	1990	2002	1990	2003	1990	2002
Rio de Janeiro	105	115	3.540	4.832,6	33,71	42,0
São Paulo	113	113	6.176	6.489,9	54,66	57,4
Santa Catarina	99	125	7.417	9.110,1	74,92	152,8
Total	317	353	17.133	20.432,6	-	-
Médias totais	-	-	-	-	54,43	57,8

Fonte: Organizada por César Martins com base em: IBAMA/DIRPED/CEPSUL. Relatório da reunião do grupo permanente de estudos sobre a sardinha. Itajaí, março/1991; dados em meio eletrônico disponibilizados pelo Sr. Petrônio Borges do IBAMA-DF em outubro de 2003.

Saccardo e Isacc-Nahum (1985) confirmam as variações de tamanho dos indivíduos nos cardumes com diferentes longevidade e que “os resultados mais recentes indicam (...) um período de desova mais restrito entre novembro e abril

¹⁸ O objetivo da tese não é retomar a fecunda discussão sobre a relação combinada e contraditória entre as diferentes formas da chamada pesca artesanal com a pesca industrial. Citamos apenas dois estudos sobre o tema e que demonstram a formulação. A dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida em 1978 por DUARTE (1999) sobre os pescadores de Jurujuba em Niterói e o estudo de DIEGUES (1983), sobre a produção de três embarcações sardineiras que descarregavam em Ubatuba/SP entre 1967 e 1970, demonstra a tendência ao sobretrabalho.

com picos em janeiro-fevereiro” (p. 274), mas que já indicavam sinais de “colapso” que poderiam ser devido: “a oscilações na estrutura oceanográfica, provocando deslocamentos de cardumes para áreas de difícil acesso à frota (...); diminuição do tamanho da população desovante devido à sobrepesca; falhas de recrutamento; diminuição do esforço real aplicado” (p. 275).

O esforço conjugado do financiamento estatal para o empresariado do setor e das atividades de pesquisas permitiu o delineamento das principais áreas de captura da sardinha verdadeira em águas oceânicas brasileiras, que exigem a combinação das águas com salinidade e temperatura relativamente alta da Corrente do Brasil com as águas mais frias e menos salinas das águas originadas do Sul da América do Sul.

A sardinha verdadeira constitui a principal matéria-prima para a indústria pesqueira brasileira. Sua pescaria iniciou a partir de 1910 por pescadores espanhóis e portugueses estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro e pode ser considerada a primeira espécie capturada em ritmo industrial no Brasil. Esses pescadores introduziram o uso da rede de arrasto e forneceram a matéria-prima para as primeiras indústrias de conservas instaladas no Brasil (BERNARDES, 1950 e SOEIRO DE BRITO, 1961).

A figura 3 mostra um modelo esquemático dessa combinação, enquanto a figura 4 demonstra as principais áreas de pesca da sardinha em águas oceânicas na ZEE (Zona Econômica Exclusiva) brasileira.

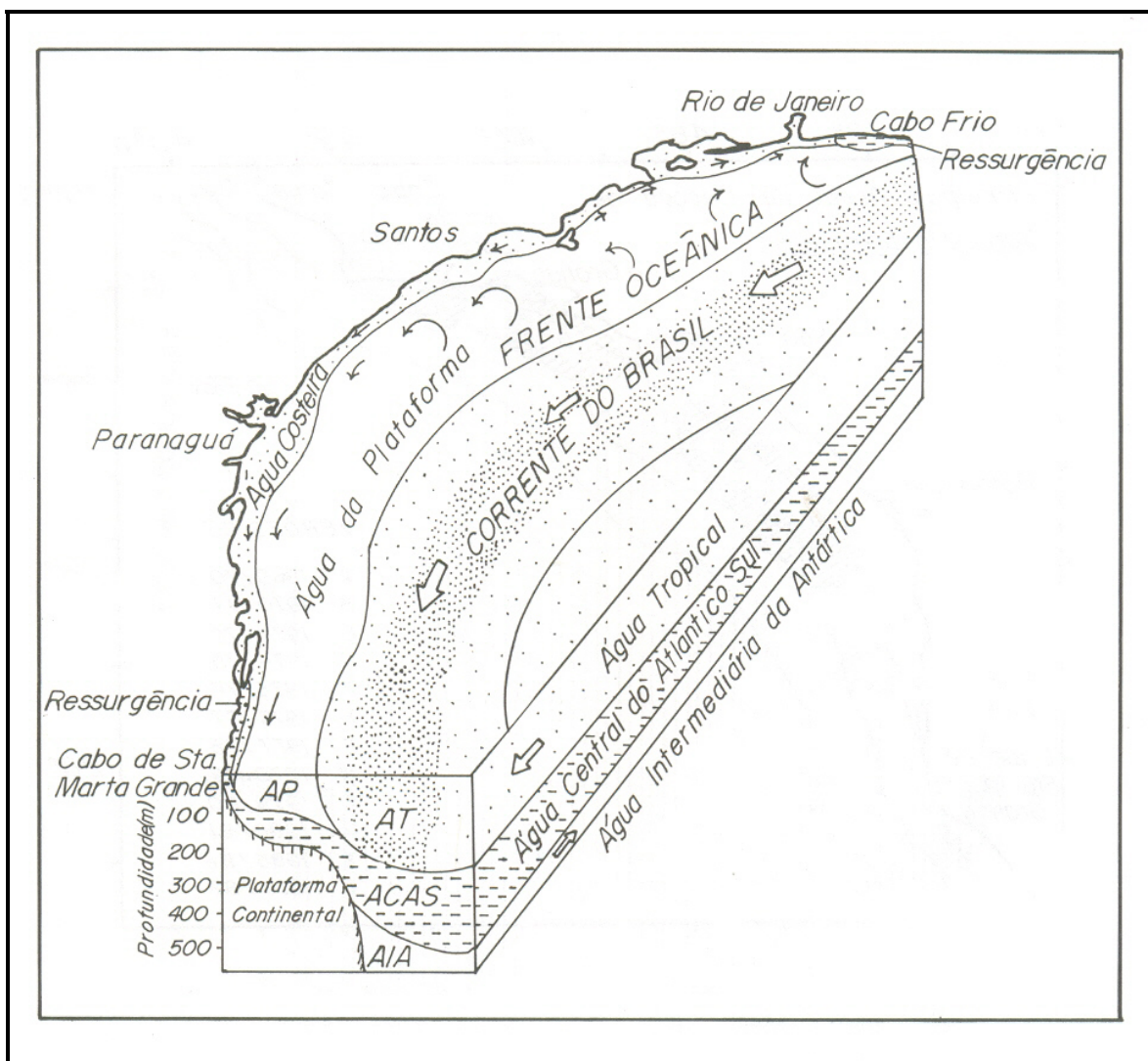


FIGURA 3- Esquema de confluência das águas no litoral Sudeste-Sul do Brasil

Fonte: MATSUURA, Y. Synopsis on the reproductive and early life history of the Brazilian sardine, *Sardinella brasiliensis* and related environmental conditions. IOC Workshop report (65),

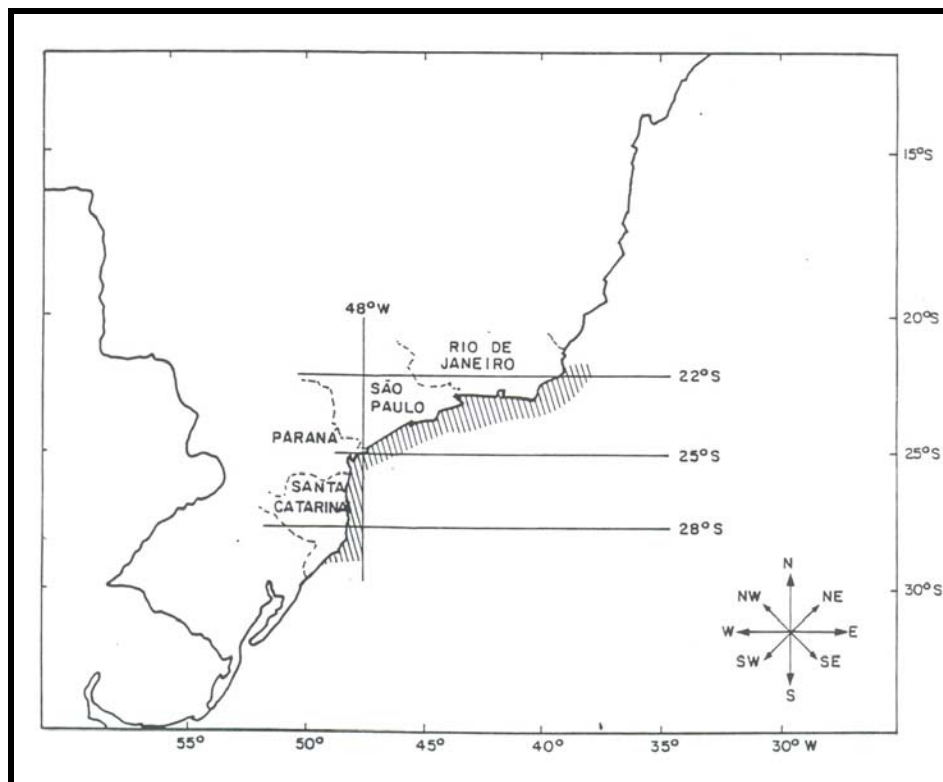


FIGURA 4– Áreas de captura da sardinha verdadeira em águas oceânicas brasileiras

Fonte: SACCARDO, S. A . ISACC-NAHUM, V.J. Biologia e disponibilidade de sardinha (*sardinella brasiliensis*, Steindachmer, 1879) na Costa Sudeste do Brasil. MA/SUDEPE/PDP. Série Documentos técnicos n. 33. Brasília, 1985, p. 267.

Atualmente, as capturas são realizadas por traineiras de pequeno porte e embarcações industriais em profundidades que variam de 30 até 60 metros de profundidade. Nas primeiras, os pescadores utilizam tarrafas e redes de cerco flutuantes. As embarcações industriais capturam a sardinha verdadeira com grandes redes de cerco e arrasto entre o Cabo São Tomé no Rio de Janeiro e o cabo de Santa Marta em Santa Catarina. Desde 1985, as pesquisas biológicas (WONGTSCHOWSKI et alii, 1995) têm observado duas tendências em relação à sardinha e que ainda não possuem explicação: a restrição das área de capturas, com concentrações maiores dos estoques de sardinha nas proximidades de Itajaí e do Cabo de Santa Marta em Santa Catarina e uma gradual substituição da sardinha por cardumes de anchoita (*Engraulis anchoita*) que não são capturados para fins industriais no Brasil. Schewingel e Castello (2000) apresentaram para o Ministério da Agricultura um programa de desenvolvimento da pescaria da

anchoita no Brasil, pois sua captura em águas oceânicas dos países do Mercosul está restrita a embarcações argentinas. Com base em cerca de 160 estudos publicados sobre a espécie, estima-se estoques que podem alcançar dois milhões de toneladas entre o litoral do Rio de Janeiro e o do Chuí. Em cruzeiro financiado pelo CNPq e realizado entre 10 e 17 de agosto de 2005 entre o porto do município do Rio Grande e a fronteira com o Uruguai foram identificados importantes cardumes de anchoita e cerca de 400 quilos do pescado foram entregues para as firmas Netuno e Gomes da Costa para a realização de experimentos de industrialização.

No Brasil, apenas a Indústria e Comércio de Conservas Ubatuba Ltda de Ubatuba, que emprega 70 trabalhadores, industrializa anchoita importada da Argentina ¹⁹.

A pescaria da sardinha verdadeira é um dos exemplos de como o Estado brasileiro é presente na atividade. Além do forte financiamento das indústrias enlatadoras com os recursos do Decreto-Lei 221/67 e do Fiset/Pesca, está estabelecido um tamanho mínimo para a captura (17 cm). Há pelo menos desde o começo da década de 1970, grupos especiais de trabalho de órgãos estatais que centram seus diagnósticos e sugestões e/ou imposições, sobretudo, no controle da liberação de licenças para embarcações e no estabelecimento de períodos de defeso.

Na década de 1940, Le Bret e Sauvée (1950) indicaram a existência de indústrias instaladas no Rio de Janeiro, em Rio Grande, em São Paulo e no Recife que produziam pescado para substituir as importações. A corvina salgada objetivava substituir o bacalhau e as sardinhas preparadas em conservas passaram a ocupar o lugar das similares portuguesas e, pelo excedente da produção, passaram a ser exportadas para a América do Sul.

Somente a partir de 1964, entretanto, iniciou-se a sistematização dos dados das capturas de sardinha no Brasil (tabela 4)

¹⁹ Cadastro do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura e questionário respondido pela sra. Regina D'Élia da Ubatuba Ltda pelo e-mail redelia@uol.com.br em 09/08/2001.

TABELA 4 - Desembarque de sardinha verdadeira, *sardinella brasiliensis* (Steindachner) nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil entre 1964 e 2002 (em toneladas)

Anos	Produção			Totais
	RJ	SP	PR/SC	
1964	20.087	9.054	9.631	38.772
1965	19.355	17.426	13.996	50.777
1966	19.368	28.194	11.991	59.553
1967	25.111	42.751	12.551	80.413
1968	30.611	33.848	11.262	75.721
1969	76.434	35.342	13.964	113.768
1970	76.434	37.040	21.926	135.400
1971	99.434	28.245	33.348	161.027
1972	108.272	24.168	38.266	170.706
1973	118.944	16.661	92.432	228.037
1974	71.916	9.610	95.563	177.089
1975	62.674	18.210	55.220	136.104
1976	62.396	15.846	27.034	105.276
1977	71.441	24.733	49.402	145.576
1978	54.262	34.397	56.026	116.379
1979	39.664	57.622	52.256	149.542
1980	41.481	27.824	76.972	146.277
1981	28.664	55.797	31.918	116.379
1982	24.950	78.579	35.848	98.873
1983	24.950	78.579	35.848	139.377
1984	23.137	82.840	31.229	137.206
1985	23.028	37.890	63.043	123.180
1986	11.795	58.160	56.225	126.180
1987	14.721	49.785	27.291	91.797
1988	16.948	20.984	26.749	64.681
1989	8.314	39.787	32.349	80.450
1990	7.911	9.030	16.106	33.047
1991	9.135	19.495	37.593	66.928
1992	8.959	20.287	36.682	65.928
1993	5.149	10.990	36.827	52.966
1994	8.547	14.874	62.177	85.598
1995	19.238	17.811	23.162	60.212
1996	34.915	18.294	43.883	97.092
1997	30.588	19.904	67.149	117.641
1998	8.376	16.751	57.155	82.282
1999	7.235	5.556	12.727	25.518
2000	3.587	6.855	6.610	17.053
2001	10.339	4.487	25.020	39.846
2002	10.339	7.128	10.423	27.890

Fonte: PAIVA (1997); IBAMA. Coordenação Nacional de Estatística Pesqueira.

Paiva (1997) considera que é possível estabelecer até 1994 três grandes períodos destas capturas (tabela 5).

TABELA 5 - Captura de sardinha verdadeira nas regiões Sul e Sudeste do Brasil em determinados períodos entre 1964 e 1994

Períodos	Toneladas médias
1964-1968	61.047
1969-1986	141.970
1987-1994	67.586

Fonte: PAIVA, 1997.

Com base na periodização proposta por Paiva (1997), na tabela 5, é possível fazer as seguintes observações:

1. no primeiro período, as capturas crescem e oscilam entre um mínimo de 38.772 toneladas, em 1964, e um máximo de 80.413 toneladas, em 1967. Ressaltamos que no período que antecede os máximos de capturas, já havia uma certa base de industrialização instalada. O Cadastro Industrial do IBGE, de 1965, no ramo “preparação e conserva de sardinha” indica a existência de 31 unidades no Rio de Janeiro, seis em Santa Catarina e em São Paulo e uma no Paraná, num total de 44 fábricas;
2. no período de maiores capturas médias entre 1969 e 1986 há um mínimo de 98.873 toneladas, em 1982, e um máximo de 228.037 toneladas em 1973. Esse período coincide com o oferecimento do maior volume de incentivos fiscais para o setor (entre 1968-1973) e com a aquisição da Conservas Coqueiro pela Quaker Oats, em 1973, iniciando a presença de grupos econômicos internacionais na indústria da pesca no Brasil;
3. o terceiro período foi marcado pela queda nas capturas com um mínimo de 33.047 toneladas, em 1990, e um máximo de 91.797 toneladas, em 1987, e pelo início da reestruturação do Estado no período da administração de Fernando Collor de Melo (1990-1992), com fim dos recursos setoriais capturados via incentivos fiscais e do desmantelamento do principal órgão de regulação (SUDEPE), que entre outras conseqüências atrasou em cerca de cinco anos a divulgação dos dados estatísticos do setor. Há sinais de

esgotamento dos principais estoques em função do ritmo acelerado das pescarias no período anterior.

As capturas de sardinha no Brasil apresentaram quedas no último decênio. Talvez com a combinação entre a sobrepesca, alguns fatores oceanográficos especiais, como os já descritos e com a baixa longevidade dos indivíduos (máximos em torno de quatro anos) que diminui os intervalos entre as classes etárias e aumentou as possibilidades nas falhas de recrutamento para a reprodução.

A constatação desse fato conduziu e conduz debates e conflitos entre o Estado, armadores, trabalhadores da pesca (os pescadores das chamadas embarcações industriais) e pescadores artesanais. Em 1994, o Grupo Permanente de Estudos sobre a Sardinha do IBAMA/CEPESUL de Itajaí sugeriu a suspensão das capturas por 28 meses, o que pode ter colaborado para o aumento das capturas entre 1994 e 1998. Com a redução das capturas a partir de 1999, acirra-se o debate para o aumento dos períodos de defeso. Desde 2003, com a criação da SEAP-PR e com uma maior interferência de pesquisadores, o período de defeso que era de 15 de dezembro até 15 março, foi ampliado para dois períodos: de 01 de novembro até 01 de março e de 01 de julho até 30 de agosto. Talvez uma das conseqüências desse novo período seja o aumento da produção da sardinha verdadeira, no ano de 2004 para 53.421 toneladas, sendo 16.975 no Rio de Janeiro, 7.458 em São Paulo, 414 no Paraná e 28.574 em Santa Catarina marcando um aumento de cerca de 50% em relação ao ano de 2002, que já se apresentava como um ano de recuperação das capturas²⁰.

Reafirmamos a análise: é indispensável estudar o setor pesqueiro considerando suas determinações e não os determinismos da natureza, amalgamados com a produção social. Observando apenas os últimos anos, identificamos que o setor passa por oscilações que vão de perspectivas

²⁰ Em 2005 o IBAMA criou o Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Sardinha Verdadeira (CGSS).

catastróficas (“Escassez de sardinhas afeta o mercado”²¹) a alegorias em apenas seis meses (“Sardinha reaparece na costa brasileira e anima o setor”²²), que trazem rapidamente reflexos nas relações institucionais e com os trabalhadores. Em 2002, as baixas capturas apontavam para demissões²³. Em 2004, com o aumento das capturas a SEAP/PR solicitou e obteve da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a suspensão da importação de sardinhas ao mesmo tempo que os pescadores de Itajaí/Navegantes paralisaram suas atividades, em abril, contra a redução do preço do quilo do pescado pago pelas indústrias.

Em função da limitação imposta pelas oscilações e da tendência declinante das capturas de sardinhas, as indústrias que enlatam pescado utilizaram duas estratégias básicas para manter suas atividades as quais possuem limitações como a importação de sardinhas, cujas taxas ficam sujeitas às variações cambiais. A primeira é a utilização de outras espécies do gênero *Sardinella*, como a sardinha lage (*Opisthonema oglinum*) que apresenta tamanho médio superior aos 17 cm da sardinha verdadeira, apresentando assim perdas no processo mecanizado de corte e de acomodação nas latas de 130 ou 135 gramas. Sua utilização também é ponto de discussão entre empresários e diretores de empresas do setor, pois desde a década de 1970, o Estado brasileiro e os agentes privados do setor participaram de intensos debates no *Codex Alimentarius* para definir a classificação da chamada sardinha brasileira como sardinha, no episódio conhecido como a “guerra da sardinha”. Depois de intensas negociações, a *sardinella brasilienses* aparece definida como sardinha verdadeira nos documentos da SUDEPE, a partir de pelo menos 1974.

O *Codex Alimentarius* é um dos pontos de referência do comércio internacional de alimentos, definindo normas sanitárias e de manejo. Ele considera como espécies para elaboração de conservas de sardinha ou produtos

²¹ Gazeta Mercantil. Caderno RS/SC, 10/01/2001, p. 2. Na matéria, os representantes da FEMPE de Navegantes/SC e da Gomes da Costa de Itajaí/SC informam que combinaram a paralisação das linhas de produção de sardinha com intensificação do enlatamento do atum e recorreram a importações.

²² Gazeta Mercantil. Caderno RS/SC, 26/10/01, p. 2.

²³ Gazeta Mercantil. Caderno Sul, 07/06/02, p. 1 e 3.

análogos a partir de pescado fresco ou congelado, as seguintes espécies: *Sardina pilchardus*; *sardinops melanostictus*, *s. neopilchardus*, *s. acellatus*, *s. sagax*, *s. caeruleus*, *sardinella aurita*, *s. brasileinses*, *s. madererensis*, *s. longiceps*, *s.gibbosa*, *clupea harengus*, *sprattus sprattus*, *Hyperlophus vittatus*, *Nemattalosa vlaminghi*, *Etrumeus teres*, *Ethmidius maculatum*, *Engraulis anchoita*, *E.mordax*, *E. ringes* e *Ophisthonema ogliuim*.

Entretanto, a negação das maiores firmas/grupos do setor ao uso de uma matéria-prima que não consideram como sardinha, não impede a sua captura e processamento por algumas fábricas.

Os dados da tabela 6 apresentam os resultados das capturas que são significativas especialmente no Rio Janeiro, onde estão localizadas cinco fábricas de enlatamento em Niterói (Atlantic e Santa Iria) e em São Gonçalo (Quaker, Rubi e Piracema).

TABELA 6 - Produção de outras sardinhas em Santa Catarina e no Rio de Janeiro (2002)

	Santa Catarina		Rio de Janeiro	
	2000	2002	2000	2002
Sardinha	-	-	5.612	11.907
Sardinha-laje	4.281	2.320	8.174	836
Sardinha cascuda	109	156	16	50
Total	4.390	2.476	13.802	12.793

Fonte: Organização de César Martins com base em: IBAMA. Coordenação Nacional de Estatística Pesqueira.

Uma alternativa ainda incipiente, é a tentativa da criação em cativeiro da sardinha, como aquela iniciada por pesquisadores da Univali de Itajaí/SC. Uma outra alternativa para as indústrias que enlatam sardinhas é a diversificação de sua produção e a utilização de outras espécies para o enlatamento.

No curso da História é possível caracterizar grandes períodos marcados pela captura e consumo de determinadas espécies de pescado: “o bacalhau seria o peixe mais procurado do século XVI ao XVIII, assim como o arenque foi o peixe da idade Média, e o atum, da Antiguidade (DIEGUES, 1983, p. 18)²⁴.

²⁴ Entre os fenícios ocidentais e cartagineses, desenhos de atuns eram cunhados em moedas.

No Brasil colonial e imperial, a escassez de alimentos, de maneira geral, atingia a toda sociedade e deixou pelo menos como uma marca a constante busca de alternativas pela população escrava e subalterna para se alimentar e que muitas vezes foram incorporados na alimentação de todas as classes e estratos sociais (ALGRANT, 1997).

Uma dessas alternativas foi o aproveitamento e o aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos de pesca das diversas nações indígenas como o uso de cercos e venenos para realizar pescarias e coleta em diferentes ambientes: “não terá sido difícil ao português acostumar-se à farinha de mandioca, ao milho, ao feijão e à pesca abundante, além do paraíso de frutas tropicais, pinhões, castanhas e palmito” (ORNELLAS, 2000, p. 228). Com instrumentos simples de trabalho e utilizados de acordo com os ritmos naturais, até a década de 30, a pesca no Brasil era realizada basicamente para garantir a subsistência dos pescadores, o abastecimento de algumas cidades e movimentava pequenas salgas localizadas muito próximas às fontes de matérias-primas que permitiam que excedentes comercializados ficassem sujeitos a constantes regulamentações estatais²⁵. Ou seja, historicamente os diferentes agentes sociais encontraram nas águas alternativa de fonte de alimentos ou de matéria-prima.

A diminuição das capturas de sardinhas e os limites para encontrar alternativas utilizando o mesmo recurso (importação e/ou a substituição da sardinha verdadeira pela sardinha laje) são combinados com a possibilidade da exploração expandida de um recurso relativamente novo que são os atuns e afins.

O atum utilizado para conserva também é regulado pelo *Codex Alimentarius*. As seguintes espécies são regulamentadas e podem ser apresentadas tanto enlatadas como compactadas (sem pele), em pedaços ou ralados: *Thunnus alalunga*, *thunnus albacares*, *thunnus atlanticus*, *thunnus*

²⁵Podemos considerar como exceção a pesca da baleia que até pelo menos a metade do século XIX produziu grandes excedentes exportáveis. Segundo Silva (1988), no período colonial e imperial havia uma série de regulamentações. Como exemplo: a organização de pescadores reais na Amazônia e do monopólio imperial sobre o sal no século XVII; a autorização para as Câmaras Municipais legislarem sobre o padrão das redes, a conduta dos pescadores e o pagamento de impostos e do dízimo no século XVIII; a proibição do uso de redes de arrasto e de currais no século XIX; a obrigatoriedade do alistamento dos pescadores nas Capitânicas dos Portos a partir de 1846 para comporem reserva para a força armada naval.

obesus, *thunnus maccoyii*, *thunnus thynnus*, *thunnus tonggol*, *euthynnus alletteratus*, *euthynnus lineatus*, *katsuwonus pelamis* (ou *euthynnus pelamis*), *sarda chiliensis*, *sarda orientalis* e *sarda sarda*.

Para este estudo, interessa que após a reconstrução do Japão no período após a 2ª Guerra Mundial, sua frota pesqueira em 1964 já atuava sobre estoques pesqueiros em todo o mundo e especialmente sobre os atuns e afins (figura 5). O Estado japonês mantém fortes políticas de intervenção para o setor e há forte articulação com grandes grupos econômicos e de departamentos de corporações como da Mitsui e a Mitsubishi (LAGO, 1982; LIMA SOBRINHO, 1990).

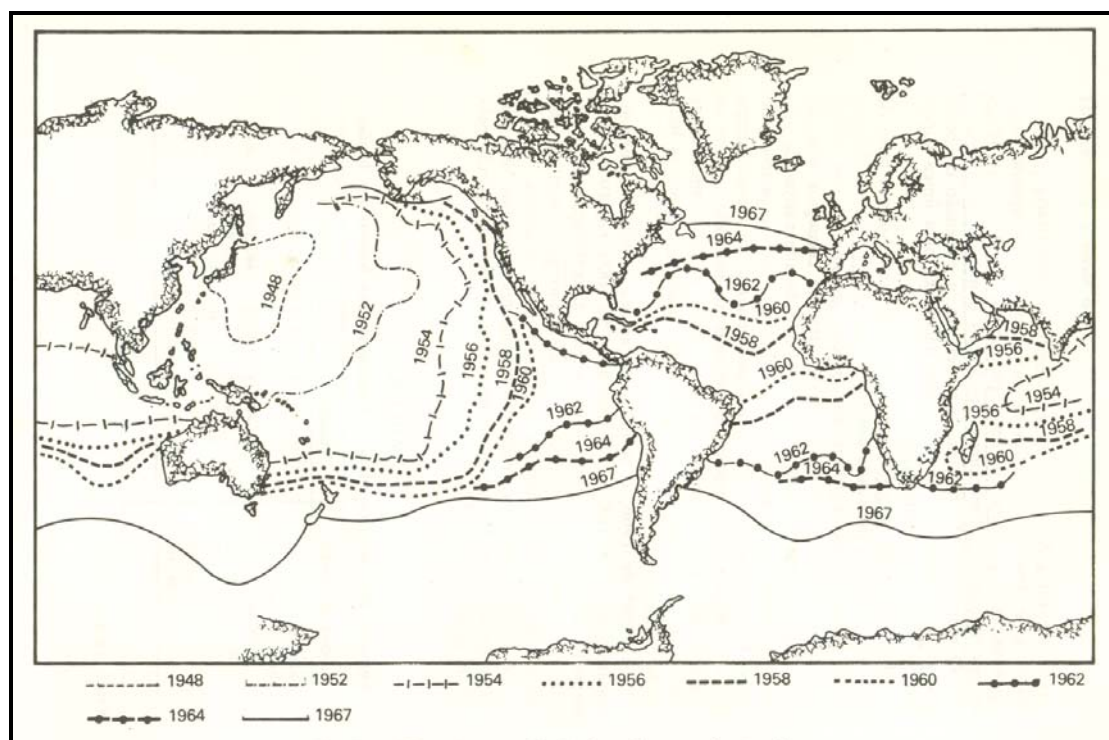


FIGURA 5 - Áreas de atuação dos atuneiros japoneses

Fonte: DIEGUES, Antônio C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 1983, p. 42.

Costa (1972) atribui a navios japoneses de médio porte fundeados em Recife a introdução da pesca do atum no Brasil em 1956. Porém Estrada (1958) identificou que a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura já havia estudado os atuns na costa brasileira e que havia uma certa regularidade em suas capturas desde a década de 1940.

Segundo Dias Neto e Dornelles (1996), em 1965/66, atuneiros iniciaram suas operações em Santos e em 1977 barcos japoneses de grande porte foram arrendados por empresas instaladas em Rio Grande e desativados em 1987. No Rio de Janeiro, as pescarias iniciaram em 1979 e em Santa Catarina a partir de 1981. Em 1982, a adaptação de embarcações de armadores de Santos para pesca do peixe conhecido como bonito listrado (*katsuwonus pelanis* ou *euthynnus pelamis*) ou *skipjack* com vara e isca viva era saudada como uma alternativa para o setor²⁶. Até o final da década de 90, 90 % das capturas de atuns foi realizada pela frota fundeada em Santos, Itajaí e Rio Grande (PAIVA, 1997).

No começo da década de 1980, Antunes (1983) identificou 4 espécies de atuns e afins que poderiam ser capturados no litoral brasileiro. Uma década depois foram identificados 15 espécies de atuns e afins nas águas brasileiras ou em suas proximidades: 5 espécies de atuns (albacora-zul, albacora-laje, albacora-branca, albacora-bandolim e albacorinha-bandolim com tamanhos que variam entre 40 e 300 cm). Entre as espécies consideradas afins há três de bonitos (bonito-pintado, bonito-barriga-listrada e sarda), quatro de agulhões (agulhão-vela, agulhão-preto, agulhão-azul, agulhão-branco e agulhão-bico-longo), um de espadarte, dois de cavalas (cavala-impigem e cavala) e um de peixe serra (PAIVA, 1997).

Em 14 cruzeiros, realizados entre novembro de 1982 e janeiro de 1987, no navio Atlântico Sul da FURG foram iniciadas as sistematizações das pesquisas sobre os estoques do bonito listrado (*katsuwonus pelanis*) que representa entre 90 e 95 % da principal matéria-prima das enlatadoras de atum instaladas no Brasil.

O processo de capturas de atuns e afins em alto-mar exige grandes investimentos e infra-estrutura operacional nos portos e apresenta duas características, no Brasil, relacionadas à frota pesqueira e à existência de uma certa divisão territorial do trabalho.

Quanto à frota, há uma clara distinção entre as embarcações nacionais e as estrangeiras. As primeiras, de menor porte, possuem autonomia de operação máxima de 20 dias e as segundas podem realizar viagens de pesca de até 120 dias. O Estado brasileiro, através do Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA)

²⁶ A Tribuna, Santos, 20/06/82, p. 12.

do Ministério da Agricultura, objetivando diminuir o déficit do saldo da rubrica pescado da balança comercial brasileira acelerou a liberação de licenças de pesca para barcos estrangeiros²⁷. Uma das primeiras medidas do governo Luis Inácio Lula da Silva foi suspender o arrendamento de embarcações estrangeiras e criar novas normas para as liberações, alegando que os contratos além de remunerar pouco os arrendatários (ao redor de 10% do total da venda do pescado), não cumpriam plenamente as exigências legais de manter 2/3 da tripulação de brasileiros e que parte das embarcações eram muito antigas e possuíam restrições para atuação em vários países do mundo.

De modo geral, a indústria da pesca instalada no Brasil apresenta historicamente uma divisão entre a concentração de unidades fabris de congelamento de espécies de maior preço no mercado internacional como camarões, lagostas e os chamados grandes atuns nas regiões Norte e Nordeste e de fábricas de salga e conservas no Sul e Sudeste.

Assim, desde a década de 1980, os armadores foram realizando adaptações em suas embarcações e algumas empresas aceleraram o arrendamento.

As capturas de bonito listrado com barcos de espinhel entre 1977-1991, desembarcados em Santos e Rio Grande tiveram médias de 0,5 toneladas/ano com o pico de 2,1 toneladas, em 1978, e capturas mínimas de 0,1 tonelada nos anos de 1981, 1982, 1983, 1986, 1989, 1990 e 1991.

O aumento das capturas ocorre a partir de 1978, com a introdução da técnica de captura com vara e isca-viva por armadores imigrados de Cabo Verde

²⁷ Segundo informação do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura há 130 atuneiros nacionais e 55 arrendados autorizados para atuar no Brasil. Até o final de 2001, deveriam estar liberados mais 200 atuneiros para realizarem pescarias no país. A disputa eleitoral para Presidência da República em 2002 teve reflexos na eleição para a direção do sindicato das indústrias de pesca de Itajaí. Como um dos sindicatos mais atuante no país, no editorial da "Revista do SINDIPI" de dezembro de 2002, o presidente recém eleito, sr. Antônio Carlos Monn, afirmava que a disputa no sindicato foi vencida por aqueles que "entendem que nosso mar é um patrimônio a ser zelado por todos os brasileiros e que as riquezas existentes sob as águas não estão bem avaliadas" contra a chapa que "consentia com a abertura de nossos mares para empresas estrangeiras". Uma das primeiras e mais polêmicas decisões da SEAP-PR foi suspender em janeiro de 2003 as licenças para embarcações estrangeiras atuarem no Mar territorial.

no chamado Sudoeste do Atlântico, na Zona Econômica Exclusiva brasileira onde ocorre a quase totalidade das capturas no chamado Atlântico Sul (tabela 7).

TABELA 7 - Capturas do bonito-barriga-listrada, *katsuwonus pelamis* (linnaeus), nas pescarias de isca-viva ao largo da costa sudeste-sul do Brasil por unidade da federação (1979-2002)- em toneladas

Ano	Rio de Janeiro	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Capturas Totais
1979	1.818	-	-	1.818
1980	6.070	-	-	6.070
1981	13.620	166	76	13.862
1982	14.706	1.593	1.714	18.013
1983	10.373	1.300	3.660	15.333
1984	4.574	2.804	5.707	13.085
1985	9.397	4.641	11.013	25.051
1986	6.988	7.334	8.220	22.542
1987	4.611	4.748	6.794	16.153
1988	4.959	5.004	7.264	17.227
1989	4.948	9.270	6.332	20.550
1990	5.046	8.244	6.735	20.025
1991	3.844	10.631	5.945	20.420
1992	3.617	10.157	4.497	18.271
1993	2.596	12.243	2.772	17.611
1994	2.854	13.857	3.842	20.553
1995	16.529
1996	22.517
1997	26.564
1998	25.769
1999	25.466
2000	5.222	10.922	6.093	22.537
2001	4.676	12.190	4.878	21.745
2002	4.766	13.880	4.482	23.128

Fonte: Organizado por César Martins com base em: MMA/IBAMA/DIRPED/CEPENE. Relatório da VII Reunião do Grupo Permanente de Estudos sobre Atuns e Afins. Tamandaré/PE, maio/1996; LIMA, J.H. et alii. As pescarias brasileiras de bonito-listrado com vara e isca-viva no Sudeste e Sul do Brasil, no período de 1980 a 1999. Boletim Técnico-Científico da CEPENE. Tamandaré, v.8, n.1, 2000, p. 185-278; MMA/IBAMA/DIRPED/CEPENE. Estatísticas de Pesca- Brasil (grandes regiões e unidades de federação). Tamandaré/PE, diversos anos.

... Dado não disponível

A diminuição da produção está mais vinculada à redução das ações das embarcações, pois não há nenhum sinal de sobrepesca sobre o bonito listrado e não sendo o mesmo passível da discussão de cotas do ICCAT.

A identificação e a captura sistemática do bonito listrado também possui uma história ligada a articulação entre as ações não premeditadas de alguns armadores e dos mestres de suas embarcações. Em outubro de 1975, a Revista Nacional de Pesca (RNP), publicação que expressava os interesses dos

empresários do setor, publicou matéria afirmando a inexistência do bonito listrado em águas brasileiras como o início de pesquisas acadêmicas sobre a espécie. Atualmente, sabe-se que é uma espécie migratória com ampla distribuição geográfica e que a presença de seus estoques no Mar Territorial brasileiro está associada sobretudo a influência das águas da Corrente do Brasil em latitudes maiores no inverno e sua captura pode ocorrer entre 20°S e 35°S em águas superficiais.

Um dos gargalos do aumento das capturas é a técnica de pesca com vara e isca viva. Considerada como uma pescaria pouco impactante sobre a natureza ela é acompanhada por intensos debates sobre a captura da isca viva que consiste na necessidade de haver na embarcação uma determinada quantidade de espécies pelágicas (como juvenis de várias espécies de sardinha) para servir de atração para o cardume. Até 1990 as embarcações atuneiras normalmente compravam de pescadores artesanais as iscas vivas. A partir daí, a Portaria Normativa nº 2.286 do IBAMA obrigou os atuneiros a capturarem suas próprias iscas. Assim, as embarcações realizaram adaptações como a inclusão da panga (pequeno barco que ao ser desembarcado do atuneiro se aproxima das áreas onde possa capturar os pelágicos que serão usados como isca viva) e de tanques para a manutenção dos indivíduos que serão utilizados para atrair o cardume, que será capturado com varas de bambu ou fibra de vidro. A voracidade dos bonitos é tal que quando identificado o cardume, são largados exemplares das iscas vivas com jatos de água na superfície permitindo sua captura inclusive sem iscas nos anzóis. Dependendo da destreza dos trabalhadores, uma embarcação com cerca de doze pescadores pode capturar entre 20 e 30 toneladas de peixe em uma hora.

O debate sobre a captura da isca viva envolve especialmente pescadores artesanais, organizações ambientalistas, os armadores e industriais do setor. Mancini (2004) listou 15 áreas de iscagem entre o litoral catarinense e o carioca que incluem praticamente todas as baías e enseadas: do Farol de Santa Marta até Imbituba; entre Garopaba e a Praia do Campeche; da Praia do Campeche até as Ilhas Aranhas; Reserva Biológica do Arvoredo; Entorno da Reserva Biológica do Arvoredo; de Taquaras a Armação do Itapocorói; da Armação do Itapocorói até

São Francisco do Sul; de São Francisco do Sul até Paranaguá; do Bom Abrigo até Santos; de Santos até a Ilha do Mar Virado; da Ilha do Mar Virado até a Ilha das Couves; Baía da Ilha Grande; da Ponta da Guaratiba até a Ponta de Itaipu na Baía da Guanabara; da Ponta de Itaipu até Cabo Frio no litoral Leste do Rio de Janeiro; de Cabo Frio até a Armação de Búzios. A autora demonstra que a legislação inclui regulações federais, estaduais e municipais como a de Ubatuba que nascida de movimentos sociais, acabou por proibir a pesca para fins de isca viva desde 2000.

Mesmo com as pesquisas inconclusas e os acirrados debates há indícios que a ação dos atuneiros não é responsável pelo comprometimento de espécies que são fundamentais para a reprodução da vida em localidades de pescadores artesanais²⁸. Há esforços de pesquisas para a substituição das atuais iscas vivas por espécies exóticas e criadas em cativeiro como a tilápia, para o uso de atratores artificiais ou mesmo da criação em cativeiro dos atuns.

Entretanto, como já afirmado, é o bonito listrado capturado com vara e isca viva que é a base do atum enlatado produzido no Brasil. E como objeto de investigação, sua dinâmica vem sendo descoberta e disponibilizada para os armadores que já podem contar com o uso de imagens de satélite que identificam a temperatura superficial da água como variável fundamental para diminuir o tempo e custos das viagens: desde fevereiro de 1987 o satélite japonês MOS-1 é utilizado para a detecção de bancos de atuns e, em 2000, o prêmio Jovem pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) foi concedido ao oceanólogo Humber Agrelli de Andrade da Univali de Itajaí, pelo desenvolvimento de um sistema de localização por satélite do bonito listrado. A figura 6, representa uma síntese do descortinamento da dinâmica da espécie do Sudoeste do Oceano Atlântico.

²⁸ LIN, Celso. Estimativa da quantidade de isca-viva utilizada pela frota atuneira no ano de 1989, no Estado de Santa Catarina. 1º seminário de captura e produtividade do atum no Brasil. Bombinhas, 1996.

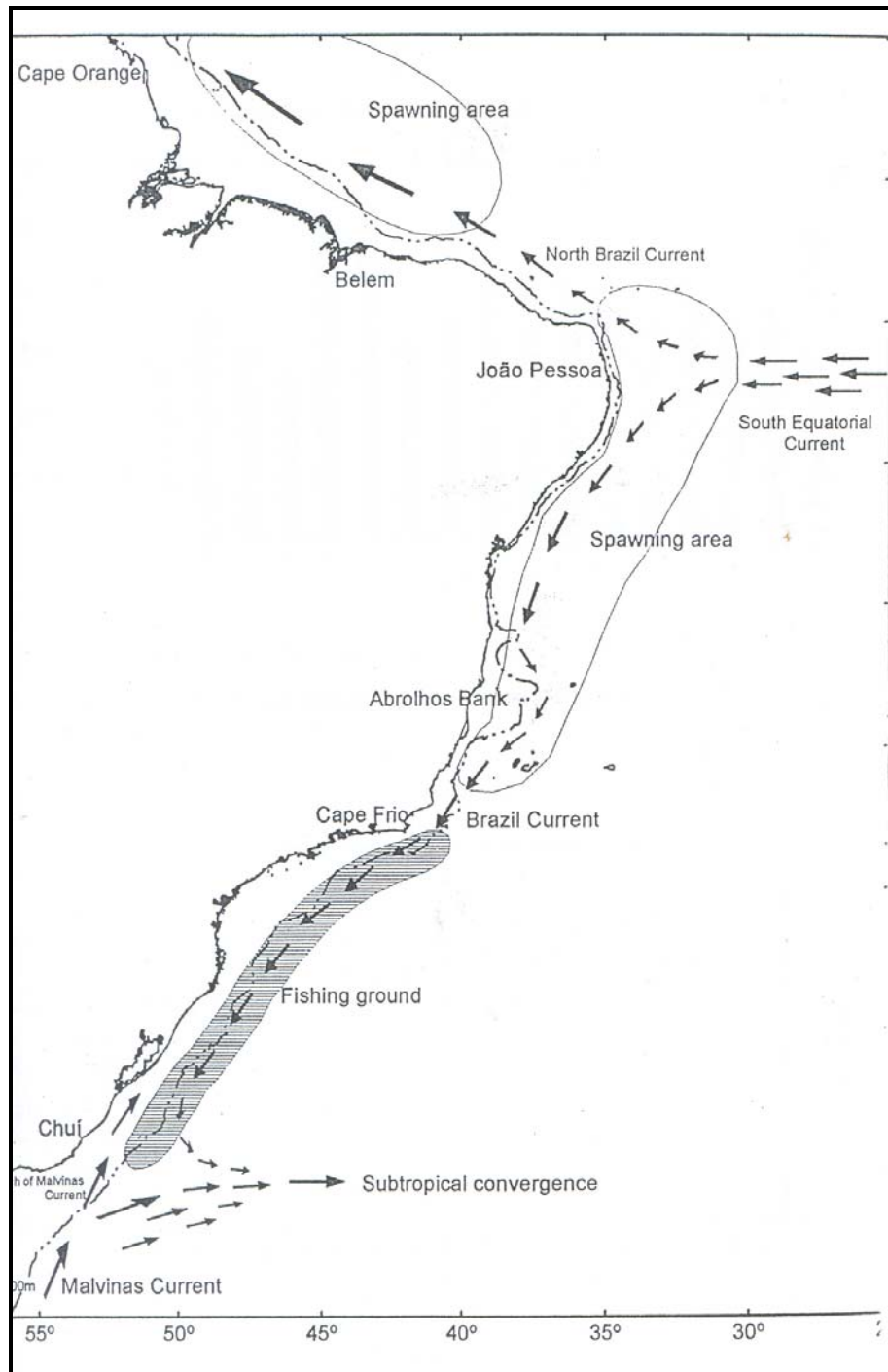


FIGURA 6 - Áreas de desova e captura do bonito listrado no Sudoeste do Oceano Atlântico

Fonte: MATSUURA, Y. e ANDRADE, H. A . Synopsis on a biology of skipjack tuna population and related environmental condition in Brazilian waters. Col. Vol. Sci. ICCAT, 51 (3), 2000, p. 399.

Para finalizar o capítulo apresentaremos dois pontos que permeiam o estudo. O primeiro está diretamente relacionado à superação das determinações da disponibilidade de matéria-prima para as indústrias pesqueiras em especial as enlatadoras instaladas no Brasil com o uso planejado e sistematizado das possibilidades oferecidas pela ciência, tecnologia e informação. Ora, se é possível afirmar que pelo menos desde a década de 70 com a implementação do RADAM-Brasil, as terras emersas da área territorial brasileira são objeto de investigação que constroem novos atributos e usos ao território, levando a Castillo (2003, p. 50) a afirmar que “testemunhamos hoje uma integração eletrônica, presidida pelo mercado, fragmentando e garantindo um uso corporativo do território brasileiro”, no sentido de um processo de informacionalização cujo maior exemplo tem sido a chamada expansão da fronteira agrícola (ELIAS, 2003; IBÁÑEZ, 2003). Asseguramos que tal processo está em curso na ZEE (Zona Econômica Exclusiva) brasileira²⁹. As indústrias de enlatamento de pescado combinam o uso de uma matéria-prima abundante (a sardinha) e que passa por decréscimos de capturas, mas que aparentemente inicia o reestabelecimento da sua produção máxima alcançada em décadas passadas, com a possibilidade de importação. Também, utilizam uma espécie nova, o bonito listrado, que não dá sinais de colapso, que pode ser importado e ainda contam com pesquisas como a de Andrade (2004) que indicam que pode haver a substituição da pescaria com vara e isca viva pela rede de cerco com aumento da eficiência da pescaria entre 2 e 7 vezes.

No segundo ponto, cabe destacar o aumento da eficácia da ciência produzida no Brasil, através de projetos como o projeto REVIZEE (Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva). Desde a ratificação pelo Estado brasileiro da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar de 1994 há esforços para identificar e mapear os recursos disponíveis na ZEE. Aqueles Estados Nacionais que não apresentarem estudos sobre os recursos potenciais na ZEE a partir de 2001, perderiam o direito

²⁹ A ZEE corresponde a uma área de oceano que vai do limite das 12 milhas do Mar Territorial até 200 milhas da costa.

de uso exclusivo. Para os recursos pesqueiros é o projeto REVISEE, que desde 1995, procura realizar o levantamento dos recursos vivos do litoral brasileiro. Para tal, utiliza quatro navios de pesquisa: o Atlântico Sul, da FURG; o Soloncy Moura, do IBAMA, o Professor W. Besnard do Instituto Oceanográfico da USP e o Thalassa, barco francês conveniado. Neste sentido são relevantes as manifestações públicas do comandante da Marinha do Brasil, almirante-de-esquadra Roberto Guimarães Carvalho, no sentido de apresentar a proposta do governo brasileiro à Comissão de Limites da ONU (Organização das Nações Unidas) de incorporar os cerca de 900.000 km² da plataforma continental à jurisdição nacional³⁰.

Os resultados parciais dos seis cruzeiros do Navio Oceanográfico “Atlântico Sul”, da FURG, realizados, entre 1996 e 1999, resultaram na identificação de 185 espécies em águas entre 100 e 1.500 metros de profundidade entre as latitudes 22°S e 34° S (figura 7).

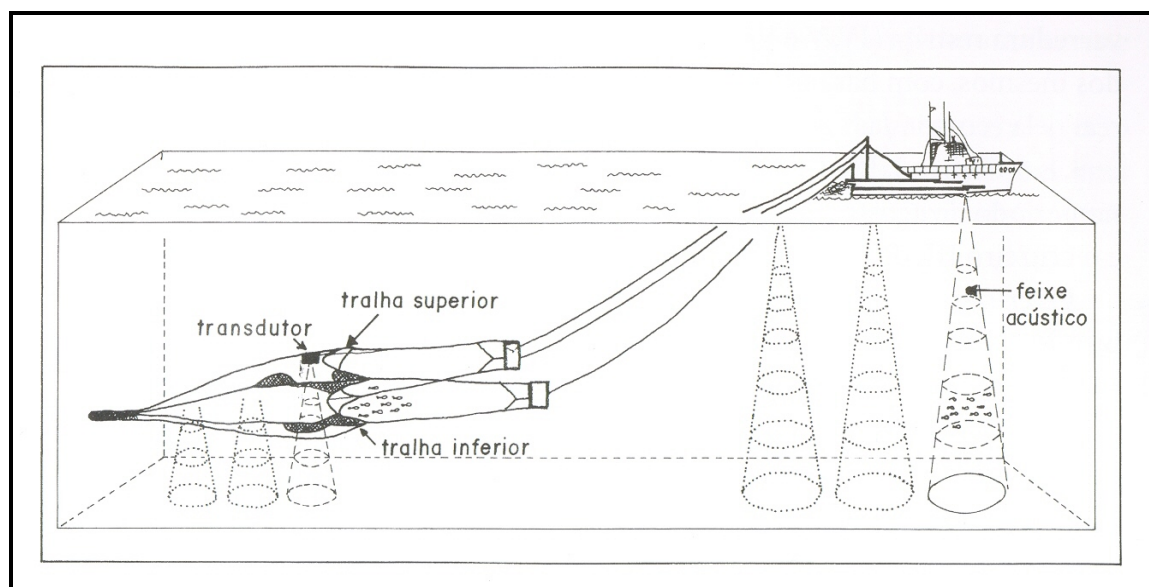


FIGURA 7 - Esquema ilustrativo da operação de coleta por meio da detecção hidroacústica

Fonte: FIGUEIREDO, José L. et alii. Peixes da Zona Econômica Exclusiva da região Sudeste- Sul do Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

³⁰ Folha de São Paulo, 14/04/05, A3; Folha de São Paulo, 11/05/05, A3.

O refinamento da pesquisa permite não somente mais a identificação por satélite e a representação bidimensional das águas oceânicas do Mar Territorial Brasileiro, mas também a representação tridimensional da costa brasileira (figura 8).

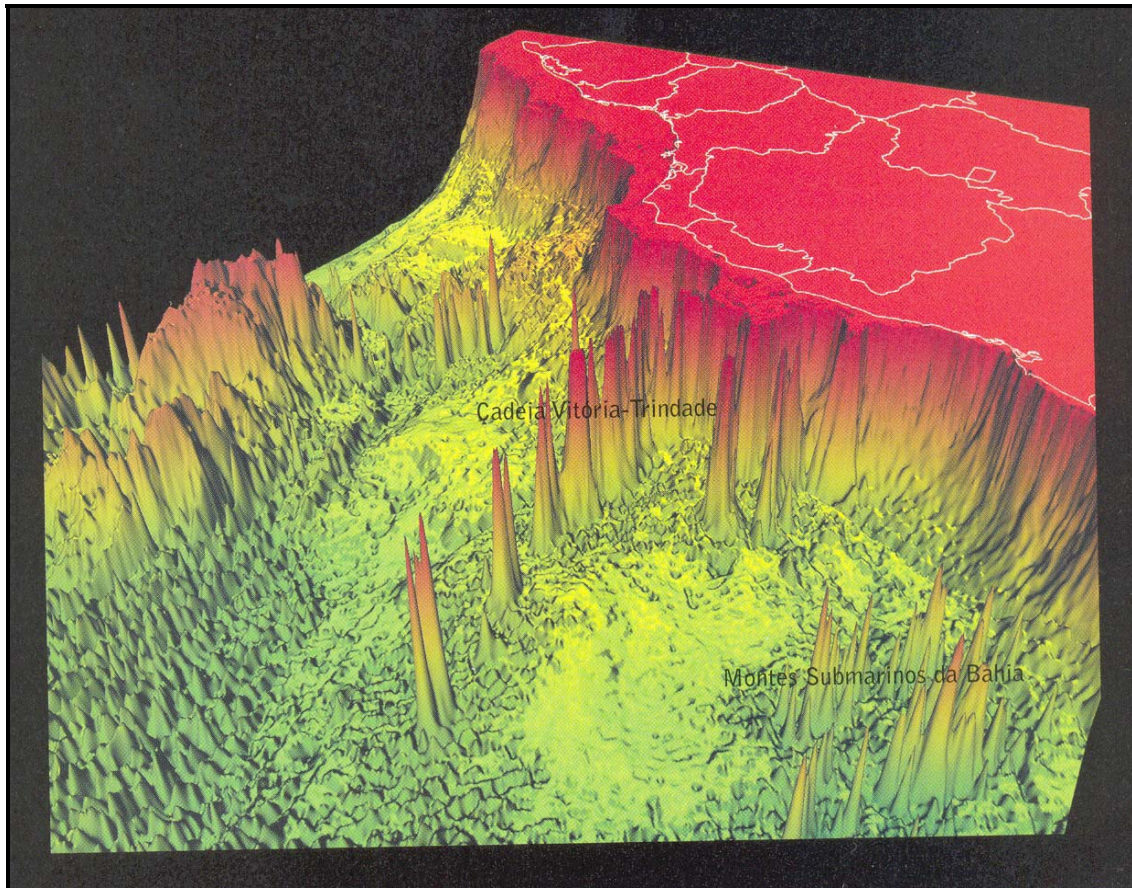


FIGURA 8- Perfil do Oceano Atlântico na costa brasileira

Fonte: Pesquisa FAPESP- ciência e tecnologia no Brasil, n. 90, agosto de 2003.

No capítulo seguinte, apresentaremos a ligação genética entre as políticas de Estado e o uso do território pelas indústrias de pesca. Pretendemos realizar a análise com base em uma periodização possível das políticas de regulação no Brasil e também analisar como foi o processo de constituição do parque industrial no município do Rio Grande no Estuário da Laguna dos Patos, demonstrando o significado da forte presença do Estado entre 1962 e 1989, bem como de sua possível ausência a partir da década seguinte.

3. TERRITÓRIO E A INDÚSTRIA DA PESCA

Inicialmente, reafirmamos duas posições: a primeira é que a opção conceitual do trabalho não eliminou a possibilidade de manter o diálogo com outras formulações e a segunda é a obrigatoriedade de analisar as políticas de Estado para o setor pesqueiro.

Para o estudo do setor de enlatamento de pescado no Brasil, é necessário a análise das políticas estatais em suas relações com a presença dos novos agentes, que constituem com e no espaço e nos territórios, porque há entre eles ligação genética.

Aqui, é fundamental retomarmos brevemente Henri Lefebvre (1978 e 1986) como pensador rigoroso das estruturas, formas, conteúdos e nexos constitutivos do modo capitalista de produção. A análise deve levar em conta os aspectos tático-estratégico, prático e ideológico (LEFEBVRE, 1978, p. 311). Ou seja, da subordinação dos recursos do território a objetivos políticos e à perspectiva de tecnocratização da sociedade, passando pelos instrumentos e meios de ação.

Entendemos o espaço como condição e condicionante da reprodução social, mais especificamente, das relações sociais, portanto, pensado a partir da existência de diversos agentes sociais que, combinados contraditoriamente, produzem e são produzidos, permitindo à Geografia contribuir para interpretá-lo ao lado de outros conceitos fundamentais: região, território, escala e redes, como providencialmente sumarizado por Castro et al. (1995). Ou seja, o espaço

(...) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas produzidas, e compreende suas relações de coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é resultado de uma série de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Assim, ele não tem nada de ficção, de irrealidade ou de idealidade comparável a um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe (LEFEBVRE, 1986, p. 88/89) .

* “Or, l’espace (social) n’est pas une chose parmi les choses, un produit quelconque parmi les produits; il enveloppe les choses produites, il comprend leurs relations dans leur coexistence leur simultanéité: ordre (relatif) et/ou désordre (relatif). Il résulte d’une suite et ensemble d’opérations, et ne peut se réduire à un simple objet. Pourtant, il n’a rien d’une fiction, d’une irréalité ou idéalité

A ligação entre o espaço, seus fragmentos e o Estado, na sociedade capitalista, como um dos instrumentos de amálgama entre o que se apresenta como desordem/desunião, construindo a(s) ordem(ns) e fragmentando os ordenamentos é sugerida por Lefebvre (1978) : “o Estado se liga ao espaço desde sua origem por uma relação complexa, que muda e atravessa pontos críticos (...) o Estado tende a controlar os fluxos e a existência, e assegura a sua coordenação” (p. 261 e 263) **.

O Estado brasileiro mantém historicamente planos e estratégias de regulação do setor pesqueiro. O Estado aqui tratado é territorial, tributador e mantenedor da força pública (ENGELS, 1977) e mesmo que, eventualmente, construa políticas, no sentido de formular, executar e/ou incentivar ações minimizadoras das tendências do acirramento das desigualdades sociais e territoriais, é tomado como numa formulação clássica de Marx e Engels: “a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política” (1989, p. 70). Portanto, sem minimizar a possível capacidade de intervenção de outros agentes, como por exemplo, de movimentos sociais, sejam eles legais, ilegais ou considerados como de maior ou menor legitimidade, interessa-nos estabelecer o diálogo com alguns autores que estudaram as chamadas políticas públicas para o setor pesqueiro.

Por que compreendermos que esta indicação é profícua? Porque o Estado tem sido historicamente um regulador das atividades pesqueiras entre os Estados Nacionais através de acordos sobre os direitos de capturas em determinadas áreas territoriais, legislando sobre os direitos e obrigações de pescadores e armadores ou mesmo intervindo diretamente com políticas de incentivos e subsídios.

comparable à celle d'une signe, d'une représentation, d'une idée, d'un rêve. Effet d'actions passées, il permet des actions, en suggère ou en interdit.”

“L'État se lie à espace, au cours de sa genese, par une relation complexe, qui a change et traverse des points critiques (...) L'État tend à contrôler flux et stocks, em assurant leur coordinations”.

3.1. A REGULAÇÃO ESTATAL NA PESCA

No Brasil, apesar de poucos trabalhos de maior fôlego, é possível afirmar com Diegues (1983), Silva (1988) e Abdallah (1998) que desde o período colonial existiam regulações estatais para o setor pesqueiro. É sobretudo a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, e por meio do decreto 221 de 1967, que o Estado objetivou transformar a pesca em uma indústria de base, executada por agentes modernizados, portadores dos mais eficazes instrumentos e técnicas para reduzir as incertezas das capturas e dos problemas relativos à comercialização e à conservação. Os principais benefícios fiscais eram isenções de impostos: para produtos industriais que equipariam embarcações; para o pescado *in natura* destinado ao mercado interno e exportações; de Imposto Renda para pessoas jurídicas com projetos aprovados na SUDEPE; para produtos industrializados para importações previstas em projetos aprovados pela SUDEPE.

Ainda sobre a elaboração de políticas estatais que visam regular o uso dos mares e oceanos, cabe ressaltar que o debate doutrinário foi iniciado no século XVI e que, até aproximadamente 1945, havia um certo consenso sobre o livre acesso e uso das águas que interessavam às maiores potências do período. De modo geral, há duas inflexões na última metade do século XX: no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e a partir da Conferência de Genebra de 1958 e da Convenção de 1964.

Na primeira, o Presidente Truman, dos Estados Unidos da América, defendeu publicamente o uso exclusivo das águas até o limite da Plataforma Continental pelos países ribeirinhos, quebrando a tradição liberal. Ora, desde a década de 30, do século XX, parte da frota estadunidense realizava capturas numa linha de 3.000 milhas no sentido Norte-Sul no Oceano Pacífico com bases em portos de Porto Rico, e barcos atuneiros estadunidenses pescavam na costa atlântica da África. Há uma história relativamente longa e conflituosa da expansão das atividades de pesca que envolvem longos deslocamentos para as capturas de diferentes espécies, com conflitos entre os pescadores e outros agentes,

chegando a mortes e tragédias para os trabalhadores do mar, mantendo seu trabalho como *“lo más perigloso del mundo”* (OIT, 2000) e como demonstrado com maestria por Ernest Hemingway em “O velho e o mar”, em que o velho Santiago com seus instrumentos simples de trabalho enfrenta a Natureza e “os ricos que têm radio [que] têm aparelho de rádio nos seus barcos para ouvir música e notícias do futebol” (2001, p. 44) ou em extremo e com certo exagero cinematográfico no filme “Mar em Fúria”. No Brasil, o Ministério do Trabalho e do Emprego reconhece as falhas e dificuldades nas estatísticas oficiais sobre as diferentes modalidades de acidentes durante as diferentes fases das pescarias de qualquer modalidade, daí as desconfianças de pescadores e mesmo de funcionários do Estado em relações aos dados disponibilizados ¹.

A segunda inflexão pode ser considerada quando a Convenção de 1964 define “el lecho del mar y el subsuelo de las zonas submarinas adyacentes a las costas pero situadas fuera del mar territorial, hasta una profundidad de 200 metros o, más allá de este limite, hasta donde la profundidad de las águas suprayacentes permita la explotación de los recursos naturales de dichas zonas” (URTEAGA: 1988, p. 12).

Na Espanha, Gonzáles Laxes (1988) e Viruela Martínez (1995) deram indicações das estratégias dos Estados e dos pescadores organizados para garantir a sobrevivência das comunidades e fazer frente às renegociações do uso das águas do Mar Mediterrâneo propostas pela União Européia e por Estados Nacionais do Norte da África.

Consideramos que até o começo da década de 70 do século XX, são definidas as linhas gerais das estratégias e ações do Estado brasileiro sobre o uso do Mar Territorial. Numam (1972) indica que a ação do Estado brasileiro, do final da Segunda Grande Guerra Mundial até o começo da década de 1970, está formalizada sinteticamente, em três decretos:

1. Decreto 28.840 (08/11/50) que incorpora a plataforma continental e insular ao território nacional;

¹ Comunicações orais durante o “Seminário Catarinense do Trabalho na Atividade Pesqueira” ocorrido entre 15 e 17 de outubro de 2003 em Florianópolis.

2. Decreto 44 (16/11/66) que determina que até seis milhas o Brasil tem direito exclusivo de pesca e de exploração dos recursos vivos do mar;
3. Decreto 1098 (25/03/70) que determina as 200 milhas de Mar Territorial para o Brasil. Para os armadores e industriais instalados no Brasil, o fechamento das águas brasileiras teve como principal impacto o fechamento dos Mares Territoriais do Uruguai e Argentina impedindo o acesso aos seus pesqueiros que passaram a ser utilizados por embarcações fundeadas no porto pesqueiro do Rio Grande, desde 1953.

Essas políticas somente poderiam ter alguma eficácia com a existência e a ação de determinados agentes. E foram escolhidos os agentes: havia a necessidade da formação e da consolidação de um empresariado (armadores e industriais) capaz de aumentar a produção e o processamento de pescado com o aumento da base técnica nas capturas, no processamento fabril e na distribuição. Do ponto de vista das capturas, procurava-se uma espécie de via prussiana de modernização e do processamento. Havia a perspectiva do alargamento da disponibilidade de alimentos industrializados para suprir o consumo da acelerada urbanização do país. Objetivava-se, assim, garantir e alargar as possibilidades de lucros em mais um setor da economia, assegurar mais um grupo de alimentos com sanidade e menor preço para manter o custo da reprodução da força de trabalho mais baixo e com eventuais excedentes e/ou na melhoria da qualidade do pescado, tentar minimizar o histórico *déficit* da balança comercial do setor.

Porém, podemos constatar que, anteriormente ao decreto 221/67 e as políticas subseqüentes, o Estado brasileiro havia elaborado e aplicado ações no setor e que havia agentes que atuavam e se reproduziam na atividade.

Descartando o período colonial, em que as principais preocupações estavam centradas na regulação da atividade baleeira, o Decreto Imperial nº 876, de 10 de setembro de 1876, e o Decreto nº 8338 de 17 de dezembro de 1881, garantiam a concessão de terrenos para empreendimentos de pesca e favores

fiscais e financeiros para companhias de pesca, salga e secagem de pescado. Também criava-se a Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha que pode ser considerada a primeira instituição de pesquisa sobre as chamadas “ciências do mar”.

No começo da República, através do decreto nº 478, de 09 de dezembro de 1897, o Estado objetivava nacionalizar a atividade pesqueira, enfrentando forte resistência do Estado português, interessado em defender os portugueses lusos, especialmente os poveiros que atuavam no Brasil, e criou, em 1912, a Inspetoria de Pesca, que trouxe a primeira regulamentação mais abrangente para o setor. A regulamentação da Inspetoria envolvia desde a manutenção de laboratório de pesquisa e publicações especializadas até a existência dos chamados “guardas de pesca” para controlar as atividades de pesca em períodos e com instrumentos considerados danosos às espécies e ao contrabando. Seguem-se a tentativa de criação da primeira Estação de Biologia Marinha (entre 1915 e 1916) com objetivo de iniciar e sistematizar as pesquisas e a divulgação de elementos para auxiliar as indústrias, a organização da “Missão de nacionalização da pesca e saneamento do litoral”, dotando de recursos uma expedição com o cruzador “José Bonifácio” que percorreu o litoral, entre 1919 e 1921, realizando o primeiro grande inventário da “terra e do homem” da costa brasileira.

A forte intervenção estatal no período após a Revolução de 30, pode ser compreendida com dois exemplos: a exclusividade dada ao Estado, pela Constituição de 1934, para a criação dos Entrepostos de Pesca e na abertura política, após o Estado Novo (1937-1945), na qual foi criada a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca, em 1945, cuja taxa de 5 % do valor total das vendas em leilão, nos Entrepostos, objetivou financiar desde a aquisição de material de pesca e gelo até montagem de pequenos frigoríficos.

Antes da criação da SUDEPE, em 1962, mais precisamente em 1961, o Conselho do Desenvolvimento da Pesca tinha, entre seus objetivos formais, a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Pesca. A SUDEPE nasce com a Lei Delegada nº 10, de 11 de setembro de 1962, inspirada na formulação

da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com a idéia de planejamento estatal com viés setorial.

Insistimos que se houve e há um conjunto de regulações do Estado para o setor, essa relação deve ser apreendida no e com o território, como sugere Antas Jr. (2005).

Como já apresentado, em referência ao Censo de 1907, havia a inclusão de estabelecimentos que produziam conservas de carnes, no item correspondente às conservas de pescado. O Censo Industrial, de 1920, apresenta a mesma classificação que limita a análise do setor pesqueiro (tabela 8).

TABELA 8 - Brasil: fábricas de conservas de carne e de peixe (1920)

Unidade Federada	Número de estabelecimentos	Capital (contos)	Força Motriz (Hp)	Número de Trabalhadores	Valor da Produção (contos)
Rio Grande do Sul	42	2.944:250	431	564	7.641:961
Distrito Federal	12	3.061:401	109	176	2.631:931
São Paulo	12	257:550	52	42	1.873:120
Minas Gerais	7	280:000	23	41	946:056
Rio de Janeiro	7	560:161	25	88	1.439:629
Santa Catarina	7	16:800	10	10	66:073
Outras UF	4	616:042	53	175	1.735:129
Totais	91	7.766:204	703	1096	16.333:899

Fonte: Censo Industrial, 1920.

A partir de 1962, com a criação da SUDEPE, o Estado brasileiro possui um órgão que, até a sua extinção em 1989, produzirá os melhores levantamentos de dados para o setor pesqueiro da história do país. Entretanto, é o IBGE que publica, em 1965, o cadastro industrial que permite não somente isolar o setor, mas também decompô-lo em três sub-setores com a identificação nominal dos empreendimentos por município.

O quadro 3 apresenta a síntese dos estabelecimentos nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

QUADRO 3 - Brasil: tipologia das firmas industriais de pescado nas regiões Sul e Sudeste (exceção da Guanabara) em 1965

Município/UF	Tipologia				
	conservas de peixes, crustáceos e moluscos, exceto sardinha	peixe fresco, refrigerado, salga e secagem	preparação e conserva de sardinha	Totais	
				Municipais	UF
Angra dos Reis/RJ	-	-	22	22	
Cabo Frio/RJ	-	8	1	9	
Niterói/RJ	-	-	5	5	
S.Gonçalo/RJ	-	-	3	3	
Totais do Rio de Janeiro	-	8	31		39
Rio Grande/RS	8	17	-	25	
São José do Norte/RS	-	6	-	6	
Pelotas/RS	1	1	-	2	
São Lourenço do Sul/RS	1	1	-	2	
Barra do Ribeiro/RS	-	1	-	1	
Total do R. Grande do Sul	10	26	-		36
Balneário Camboriú/SC	1	2	1	4	
Ganchos/SC	-	1	3	4	
Florianópolis/SC	3	-	-	3	
Imaruí/SC	1	1	-	2	
Laguna/SC	2	-	-	2	
Navegantes/SC	2	-	-	2	
Palhoça/SC	-	2	-	2	
Penha/SC	2	-	-	2	
Araquari/SC	1	-	-	1	
Brusque/SC	-	-	1	1	
Canelinha/SC	1	-	-	1	
Porto Belo/SC	-	-	1	1	
Total de Santa Catarina	13	6	6		25
Ubatuba/SP	1	2	3	6	
Santos/SP	2	1	1	4	
S.Paulo/SP	-	-	2	2	
São Vicente/SP	-	2	-	2	
Cananéia/SP	-	1	-	1	
Registro/SP	-	1	-	1	
Total de São Paulo	3	7	6		16
Paranaguá/PR	-	3	-	3	
Curitiba/PR	-	-	1	1	
Total do Paraná	-	3	1		4
Total	26	50	44		120

Fonte: Organizado por César Martins com base em: IBGE. Cadastros industriais por Unidade Federada, 1965.

Optamos por esse corte regional, pois é nessas regiões que estão concentradas as empresas de enlatamento em operação no Brasil².

² Agradeço a sugestão da busca no referido Cadastro e o empréstimo do exemplar referente ao estado de Santa Catarina ao Prof. Armen Mamigonian da USP. Em nossa pesquisa nas bibliotecas do IBGE em Porto Alegre, em Florianópolis e na cidade do Rio de Janeiro (no Centro de Documentação no bairro do Maracanã e na Av. Franklin Roosevelt no centro) não foi localizado o exemplar da extinta Guanabara.

O Cadastro mostra a manutenção da localização das plantas fabris em municípios litorâneos e apresenta duas características: a concentração das indústrias conserveiras de sardinhas próximas às áreas de captura, especialmente ao redor dos litorais do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de São Paulo, e a existência de um grande parque fabril junto a Laguna dos Patos e do seu estuário e litoral adjacente, com fábricas que não preparavam conservas de sardinha. Ou seja, as políticas estatais do setor confirmarão ou conferirão novos significados ao território.

3.2. TERRITÓRIO E O FINANCIAMENTO ESTATAL DA PESCA NO BRASIL

Primeiramente, informamos que a referência a políticas e financiamentos estatais para a pesca está restrita aquelas executadas em nível federal.

Como Diegues (1983) e Abdallah (1998), consideramos que o Decreto 221/67 é um marco inflexivo no setor pesqueiro nacional como uma forma de modernização. Do ponto de vista dos incrementos produtivos houve saltos: (I) as capturas passam de 377.008 toneladas, em 1964 para 815.720 toneladas em 1974, chegando a 971.537 toneladas, em 1984; (II) o número de fábricas que enlatam pescado sobe das 22 empresas em 1965 para 40, em 1976 (dezesseis no Rio de Janeiro, onze em São Paulo, oito no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina); (III) o consumo aparente de pescado duplica entre 1964 e 1984; (IV) o saldo da balança comercial do setor de pescado torna-se positivo; (V) são instalados cursos superiores e instituições de pesquisa voltados para o estudo dos ambientes aquáticos e para a criação de tecnologias de pesca e industrialização de pescado; (VI) são criadas e impostas normas de sanidade para a produção e consumo de pescado.

Somados a esses resultados, Diegues (1983) indica que, além do comprometimento de várias espécies pela intensificação das capturas, a negligência com a pesca artesanal, mais do que comprometer estoques, desestruturou o modo de vida de muitas localidades. Cardoso (2001) demonstra

que, passadas mais de três décadas de um modelo de modernização que privilegiava sobretudo os agentes hegemônicos do setor, em diversos pontos do Brasil, os pescadores artesanais se articulam para resistir e apresentar propostas de suas territorialidades, marcadas pela utilização de instrumentos simples de trabalho que, ao garantir sua reprodução simples, também podem produzir pescado de qualidade para diferentes mercados e colaborarem na manutenção de determinados estoques³.

Assim, se é possível concordar em linhas gerais com os autores citados acima que, até a criação da SUDEPE, do Serviço de Inspeção Federal e do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro em 1962 e talvez até a operacionalização do decreto 221/67 que não existiam políticas estatais de financiamento e um parque pesqueiro de importância nacional, discordamos com base nos elementos já apresentados que não houvessem, de um lado, políticas de Estado e de outro, industriais que usavam o território em suas frações para se constituírem em agentes hegemônicos no setor. Observe-se que o Censo Industrial de 1907 já registrava exportações de pescado pelos portos do Rio de Janeiro, de Manaus, de Rio Grande, de Florianópolis, de Belém, de Salvador, de São Luís (MA) e de São Francisco (SC) para os mercados da Alemanha, da França, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia, do Peru, de Portugal, da Itália e do Paraguai. E, na década de 30 são fundadas duas das atuais fábricas de enlatamento de pescado em funcionamento no Brasil: a Rubi, em 1934, e a Coqueiro, em 1937, ambas em São Gonçalo.

Consideramos que até 1967 não havia financiamento estatal sistematizado para o setor pesqueiro. Nessa perspectiva, sugerimos a seguinte periodização para as políticas de Estado para a pesca no Brasil:

1. de 1967 até 1973: forte intervenção com recursos do decreto 221/67 para a montagem de firmas e expansão dos

³ Um exemplo recente é o estabelecimento de parcerias dos coletores/produtores de moluscos bivalvos organizados em cooperativas no litoral paulista para abastecimento da rede de supermercados Pão de Açúcar.

- empreendimentos do setor. Em 1969 é elaborado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro;
2. de 1974 até 1986: início do esgotamento dos recursos do decreto 221/67 e montagem do Fundo de Investimento da Pesca (FISSET/Pesca), que após uma série de denúncias e comprovação de irregularidades no uso dos financiamentos, objetivava basicamente promover o saneamento de algumas firmas e fusões e aquisições. Em 1974 e em 1980 são elaborados dois planos nacionais para o setor;
 3. de 1986 até fevereiro de 1989: esgotamento do modelo de financiamento e início da precarização do trabalho no serviço público federal. Culmina com a fusão da SUDEPE com a Superintendência da Borracha, com o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Espacial do Meio Ambiente (SEMA) no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Há o desmonte de estruturas básicas como a de sistematização e de divulgação dos dados e a afirmação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no financiamento do setor;
 4. de fevereiro de 1989 até 2002: a fragilidade dos órgãos de Estado no setor pode ser comprovada pela efemeridade do GESPE (Grupo Executivo do Setor Pesqueiro), criado em 1995, e substituído, mas não extinto pelo DPA (Departamento de Pesca e Aqüicultura) no Ministério da Agricultura e Abastecimento, em 1998. Além do atraso na divulgação de praticamente todos os dados sobre o setor, é no período que se afirmam três processos nos quais o financiamento do BNDES é fundamental: a concentração relativa no setor de enlatamento, com a extinção do processo produtivo em fábricas que não enlatavam sardinha e/ou atum, a ascensão de grupos empresariais que arrendavam embarcações para pesca de atuns e afins de alto-mar para

exportação e a expansão das firmas de cultivo, especialmente de camarões, no Nordeste brasileiro (MARTINS, 2003). O período é encerrado com a criação da SEAP-PR em janeiro de 2003.

Por que apresentamos esta periodização com forte influência das ações do Estado? Porque não é possível fazer a análise de políticas estatais sem considerar o território como normativo. Portanto, é necessário retomar mais uma vez, mesmo que brevemente, a obra de Milton Santos. Em “Estado-nação como espaço, totalidade e método”, a discutir as características dos chamados “países subdesenvolvidos” o autor afirma que a estrutura dos gastos públicos se orientam para servir “melhor e mais barato às empresas modernas” (1979, p. 31). Mas, é em “A Natureza do espaço” que dedica um item “as normas e o território”, onde “as normas das empresas são, hoje, umas locomotivas do seu desenvolvimento e de sua rentabilidade” (1996, p. 183). Entendemos que as flutuações das políticas de Estado no setor pesqueiro podem ser analisadas com pelo menos uma permanência: sua maior presença ou ausência foi, e é, indispensável para compreender o uso do território pelos seus agentes. E mais, é componente indispensável para formular uma explicação para a gênese, consolidação e mesmo decadência de determinados agentes no uso do território.

Uma das demonstrações da capacidade de organização dos industriais da pesca foi a publicação da Revista Nacional da Pesca (RNP), que funcionou como espécie de porta-voz do setor e era o órgão oficial da Associação Nacional das Empresas de Pesca (ANEPE). Em seu número de agosto de 1968, trazia matéria intitulada “Governo de frente para o mar”, com a seguinte declaração do Ministro Antônio Delfim Neto:

Os incentivos fiscais estão abrindo perspectivas de um desenvolvimento acelerado e racional das atividades em tantos setores fundamentais da economia brasileira. A pesca é um desses setores. E as notícias que temos são as mais auspiciosas, demonstrando plena confiança dos investidores na política traçada pelo governo da República (p. 3).

Concluía a matéria em tom de grandiloquência: “Em suma: Brasil desperta para a pesca. Deixou de ser um mero importador de bacalhau e sardinha enlatada”.

O quadro 4 apresenta o total de recursos solicitados e liberados pelas empresas no período de 1968 até 1973 que representou cerca de 75 % do total dos pedidos e das liberações efetuadas até 1986, quando a SUDEPE estava esgotando sua política de financiamento.

QUADRO 4 - Brasil: quadro geral das liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (em U\$)

Total de firmas/grupos solicitantes	Recursos solicitados	Recursos liberados	% dos recursos liberados
137 (1)	216.004.012	102.696.634	47,5

(1) As firmas FRIDUSA-Frigoríficos e Ind. de Alimentos S/A de Niterói e ANPESCA- Cia. de Pesca Angra dos Reis do município de Angra dos Reis (RJ) elaboraram projetos mas não há dados disponíveis dos recursos solicitados.

Fonte: Anuário da Pesca, 1974.

A tabela 9 mostra a concentração dos recursos em empresas instaladas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

TABELA 9 - Brasil: distribuição estadual das solicitações e liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (%) e média dos orçamentos dos projetos (U\$)

Unidade Federada	Firmas/grupos solicitantes	Recursos solicitados (%)	Recursos recebidos (%)	Média dos recursos recebidos por projeto (U\$)
Santa Catarina	36	17,8	15,8	447.920
São Paulo	35	35,0	38,8	1.135.405
Rio Grande do Sul	20	20,3	19,5	995.578
Guanabara	19	14,9	10,9	591.639
Rio de Janeiro (1)	16	8,4	11,0	705.551
Pará	4	1,2	1,4	367.054
Espírito Santo	2	0,5	0,4	237.563
Paraná	2	1,1	2,1	1.099.747
Pernambuco	1	0,2
Bahia	1	0,5	0,1	152.850
Ceará	1	0,1
Totais	137	100	100	747.983

(1) As firmas FRIDUSA-Frigoríficos e Ind. de Alimentos S/A de Niterói/RJ e ANPESCA- Cia. de Pesca Angra dos Reis do município de Angra dos Reis/RJ elaboraram projetos mas não há dados disponíveis dos recursos solicitados.

... Informação não disponível

Fonte: Organização e cálculos de César Martins, com base em: Anuário da Pesca, 1974.

Combinado com a concentração dos recursos em empresas instaladas no Sudeste e no Sul, que rapidamente exerceriam pressão para que os pescadores e/ou armadores trabalhassem com mais eficácia sobre os estoques, houve também a concentração em nível das empresas. O quadro 5 mostra o total das 30 maiores liberações de recursos por empresas.

QUADRO 5 - Brasil: as 30 maiores liberações de recursos de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1967 até 1973 entre 137 firmas/grupos econômicos que apresentaram projetos (U\$)

Firma/Grupo	Local do projeto	Total liberado	Total do projeto	% do recurso liberado
1 COMPESCA- Cia. Brasileira de Pesca	São Paulo/SP	6.903.162	6.903.162	100
2 CONFRIO- Cia. Nacional de Frios	São Paulo/SP	6.096.901	6.218.110	98,0
3 INTERPESCA- Cia. Internacional de Pesca	São Paulo/SP	5.401.634	16.960.295	31,8
4 Leal Pescados S/A	Rio Grande/RS	4.480.914	4.485.717	99,0
5 Pescal S/A Ind. Brasileira de Peixe (1)	Rio Grande/RS	3.995.695	4.345.201	91,9
6 Pescanova S/A Ind. e Comércio	São Paulo/SP	3.947.171	3.976.121	99,2
7 CIBRADEP- Cia. Brasileira de Pesca	Rio de Janeiro/GB	3.736.661	5.392.655	69,29
8 Conservas Coqueiro S/A	São Gonçalo/RJ	3.451.143	3.449.422	99,7
9 INAPE- S/A Ind. Nacional da Pesca	Santos/SP	3.342.567	3.342.567	100
10 Metal Forty S/A Conservas Alimentícias	Niterói/RJ	3.053.663	3.170.874	96,3
11 Cia. de Pesca Krause	Itajaí/SC	2.915.471	5.373.049	89,7
12 Brasil Atlantic Ind. e Comércio da Pesca S/A	São Paulo/SP	2.143.271	3.317.632	64,6
13 Jangada- União Brasileira de Pesca e Conservas	São Gonçalo/RJ	1.960.993	2.237.698	87,6
14 Wigg S/A Comércio e Indústria	Rio Grande/RS	1.867.573	2.196.902	85,0
15 Mantuano Com. e Indústria de Pesca S/A	Rio de Janeiro/RJ	1.801.995	4.694.785	62,6
16 TRANSPESCA- S/A Transporte e Distribuição de Pescado Nacional	Curitiba/PR	1.799.778	1.995.921	90,0
17 Mallmann & Filhos S/A	Porto Alegre/RS	1.717.812	2.973.959	57,8
18 FRIPECA- Frio Pesca Com. e Indústria S/A	Rio de Janeiro/GB	1.664.768	4.400.348	37,8
19 INDUSPECA- Ind. Brasileira de Pesca S/A	Florianópolis/SC	1.628.814	3.569.938	45,6
20 Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira	Santos/SP	1.519.740	10.066.281	15,0
21 Abel Dourado Ind. Alimentícia S/A	Rio Grande/RS	1.503.120	2.164.203	56,0

22	Vivamar S/A Ind. e Comércio	Rio de Janeiro/GB	1.313.233	1.864.670	70,4
23	Wildner Ind. e Conservas S/A	Biguaçu/SC	1.286.269	1.286.276	99,9
24	Sul Atlântico de Pesca S/A	Itajaí/SC	1.263.506	4.483.956	28,1
25	ISAPEIXE- Indústria Riograndense de Pescado S/A	Rio Grande/RS	1.261.911	1.261.911	100
26	Torquato Pontes Pescado S/A	Rio Grade/RS	1.259.317	2.490.220	50,6
27	MULTIPESCA S/A- Indústria de Pesca	São Paulo/SP	1.245.730	1.728.907	72,0
28	IPESCA- Industrial pesqueira Camboriu S/A	Itajaí/SC	1.211.571	4.426.681	27,3
29	Babitonga Ind. e Comércio de Pesca S/A	São Francisco do Sul/SC	1.162.032	1.168.347	99,5
30	SIP- Indústria .Pesqueira S/A	Navegantes/SC	1.088.872	1.839.302	59,2
Total			76.025.287	121.785.110	62,4

(1) Durante a década de 1970, a Pescal S/A fazia parte de um grupo com a Fortex Representações S/A com sede no Rio de Janeiro/GB e a Nutrigel S/A- distribuidora de pescados e congelados com sede em Curitiba/PR. Ambas obtiveram recursos separadamente. A primeira obteve U\$ 208.252,00 e a segunda U\$ 399.717,00.

Fonte: Organização e cálculos de César Martins, com base em: Anuário da Pesca, 1974.

As 30 empresas que obtiveram os maiores volumes de liberação de recursos, correspondiam a cerca de 22% das solicitantes, foram responsáveis por 56,3 % dos pedidos de recursos e conseguiram 74,0 % da liberações.

Para fins de comparação, lembramos que em 1990, primeiro ano de disponibilidade dos dados de financiamento do BNDES, todo o financiamento do chamado “complexo pesca” instalado no Brasil recebeu U\$ 2.388.419,00, quando o preço estimado de um barco novo para captura de atuns era de aproximadamente um milhão e quinhentos mil dólares.

Obtivemos dois depoimentos que auxiliam a compreender o rápido descontentamento por parte dos empresários do setor e o esgotamento de tal política, já na metade dos anos de 1970, e a necessidade de criação de mecanismos que deveriam corrigir as distorções. A apresentação dos relatos objetiva mostrar que a chamada “estratégia organizacional” das firmas e/ou grupos já instalados e/ou em instalação, aliava aos componente essenciais de um investimento, ou seja, a otimização da produção e a maximização do lucro, a necessidade e a perspectiva de obrigatoriamente estabelecer relações que

superem a busca da matéria-prima, dos insumos, do trabalho e do mercado, mas de “regulações e interações mais complexas, pluriformes (...) no qual os valores éticos nem sempre estão presentes” (ALBUQUERQUE, 2002).

O primeiro é de um dos técnicos que colaborou na construção da SUDEPE e do decreto 221/67, que se demitiu do setor público e se aposentou no final da década de 1980, depois de ser diretor de duas das mais importantes indústrias de conservas do estado do Rio de Janeiro: “vimos que com a complexidade da elaboração dos projetos, alguns técnicos do próprio governo passaram a montar firmas para auxiliar os industriais a montar os projetos que eles mesmos avaliariam. E depois eram muitos projetos e não havia como acompanhar”⁴. O segundo é do diretor de uma empresa de origem familiar de Santa Catarina e atualmente funcionário de empresa do governo catarinense: “começaram a aparecer pessoas oferecendo os serviços para agilizar a liberação na SUDEPE. Como não aceitamos, houve o atraso na liberação do dinheiro e a sardinha começava a escassear e perdemos o equipamento que ficou retido no porto de Santos”⁵.

O Estado brasileiro organizou e implantou normatizações que previam o incentivo setorial, centrando seus recursos na constituição ou no reforço de grandes empresas que estavam situadas em pontos determinados do território: onde havia uma certa tradição de produtores e consumidores de pescado processado industrialmente e a matéria-prima estava concentrada no litoral Sudeste-Sul. O território também foi um elemento ativo da formatação da política de Estado que não levava em conta a possibilidade da existência e da criação de fontes e redes não formais, que poderiam solapar a estratégia. Do ponto de vista histórico, seus formuladores e aplicadores aprenderam com Adam Smith, em obra de 1776, que ao classificar os produtos naturais em difíceis de multiplicar, em aqueles que podem ser multiplicados de acordo com a demanda e em aqueles em que a eficácia da multiplicação é incerta ou limitada, inclui no último, o pescado, dado a manutenção de limitações naturais, como a fertilidade natural, a distância e

⁴ Depoimento em fevereiro de 2003, na cidade de Niterói.

⁵ Depoimento em outubro de 2003, na cidade de Florianópolis.

a perecebilidade. Porém, ignoraram o capítulo sobre os subsídios para a pesca: “o efeito habitual de tais subsídios é estimular empresários precipitados a aventurar-se em um negócio que não entendem, e o que perdem pela própria negligência e ignorância compensa demasiadamente tudo o que podem ganhar pelo extrema liberalidade do Governo” (SMITH, 1996, p. 26-27).

Nesta pesquisa foram coletados depoimentos que demonstravam indignação com as facilidades para a aprovação e a liberação dos recursos para determinados projetos pela SUDEP, E no começo da década de 1970⁶. Como alguns dos depoentes demonstraram desconforto com as histórias relatadas e naquele período, que precedia as eleições de 2002, havia a clara indicação que seria criado um novo órgão estatal para o setor e os mesmos combinavam a unanimidade no sentido de concordar com a sua urgência com a desconfiança dos caminhos e dos destinos do futuro órgão, apresentamos a seguir relatos registrados em publicações do começo dos anos de 1970 que mais uma vez traziam discursos sobre as possibilidades de acertos com o Fiset/Pesca.

O primeiro é Emílio Varoli, médico veterinário, dirigente da SUDEPE entre 1964 e 1967:

(...) poucos empresários não tiveram o bom senso de projetar as suas novas instalações de acordo com a quantidade de matéria-prima disponível e assim surgiram verdadeiros monstros que nunca atingiram cerca de 50 % de utilização do equipamento instalado e, em consequência estão fadados a **déficit** eterno” (...) as novas empresas poderiam ser salvas em parte mediante fusões, ou quando não, ao menos teriam suas atividade encerradas, deixando de concorrer com as sobreviventes na **caçada** as incentivos fiscais (ANUÁRIO DA PESCA, 1974, p. 21, grifos no original).

O ano de 1973 “serviu para selecionar o gado do lobo (...) todas as expectativas [para 1974] estarão na dependência quase exclusiva do apoio governamental à pesca, afirmou o sr. Paulo Jaskow, engenheiro militar que, em 1963, fundou a Brasil-Atlantic, com um projeto para uma frota de 40 barcos, frigorificação, enlatamento de pescado, aqüicultura, rede de transportes e duas grandes fábricas para conservas de sardinhas no Rio Grande do Sul e em Santos. (ANUÁRIO DA PESCA, 1974, p. 22).

⁶ Ver listagem dos entrevistados no apêndice.

O depoimento mais contundente é do sr. Rubens Oliveira Gasparian, então diretor da CONFRIO e vice-presidente da Associação Nacional das Empresas de Pesca (ANEPE):

O decreto 221 criou favores para a implantação de complexos pesqueiros, mas não cogitou de condições preferenciais para a sua operação. Ora, de nada adianta implantarem-se complexos magníficos se eles vão trabalhar no vermelho. Impõem-se, pois, que se dêem condições para uma operação rentável. E esta é agora a tônica do governo em nível inter-ministerial. E estas condições indispensáveis começaram as ser concedidas. (ANUÁRIO DA PESCA, 1975, p. 12.)

Para confirmar os depoimentos orais e a documentação escrita, realizamos uma pesquisa nos arquivos da JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina) em Florianópolis, consultando os documentos arquivados por um conjunto de firmas que constavam nos cadastros da SUDEPE como enlatadoras de pescado e instaladas naquele estado. Talvez o exemplo mais emblemático de um período de fatura de recursos públicos e da montagem de estratégias para sua captação seja o da empresa SIP- Projeto Industrial Pesqueira de Itajaí, que apresentou projeto para a SUDEPE e publicou anúncio de uma página no nº 4 de abril de 1967 da Revista Nacional de Pesca, conclamando pessoas jurídicas a fazerem investimentos com dedução de 25% do Imposto de Renda. Segundo os dados coletados na JUCESC, depois de instalada formalmente, em 18 de outubro de 1965, as Assembléias Gerais (AGEs) tratavam de questões burocráticas e da captação de recursos em órgãos públicos. Na AGE de 28 de julho de 1967 o então presidente, sr. Geraldo Resende demite-se para assumir um cargo do governo federal e existe o registro de que a fábrica não estava funcionando. Em 1969, a sede da futura fábrica é definida para ser instalada no bairro de Machados, em Navegantes e a sede da empresa muda-se da cidade de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro. Em 29 de dezembro de 1969 os votos dos cotistas são interditados judicialmente e a falência é decretada em 03 de maio de 1984. Uma parte do terreno da SIP é ocupado por uma empresa pesqueira de Navegantes/SC e de acordo com o depoimento de alto funcionário com 30 anos de trabalho no setor: “a SIP nunca produziu nada”.

Em 1974, o governo federal, ao detectar um conjunto de denúncias e irregularidades na sistemática da concessão e aplicação dos incentivos fiscais, pelo decreto-lei nº 1376, criou cinco fundos de investimentos: (I) o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste; (II) o FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia); (III) o Fundo de Investimento para o setor florestal (FISSET/Florestamento-reflorestamento); (IV) o Fundo de investimento para o turismo (FISSET/Turismo); (V) o Fundo de investimento da pesca (FISSET/Pesca).

O começo do período de implantação do FISSET/Pesca coincidia com o começo do esgotamento do modelo político dos golpistas de 1964 e que tomaria sobre vida, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e com as artimanhas para dar sustentação ao bloco de poder hegemônico ainda no governo Geisel, em função especialmente dos resultados das eleições de 1974, que deram ampla vitória ao campo de oposição estabelecido no MDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A Revista Nacional da Pesca publicou uma carta de um investidor que reclamava de uma empresa e a redação responde apontando para o caminho que o governo estava delineando:

Peço uma orientação de V.Sas. sobre o que devo fazer e a quem recorrer. Apliquei algum dinheiro em ações dessa empresa de pesca (Pescanova) e agora estou sabendo do pedido de concordata ...) J.M.M. Pareta, S.Paulo, Capital.
 N.da R. No caso da pesca brasileira tais insucessos têm origem em dois aspectos da própria estrutura do setor; 1) nem os empresários, nem administração pública dispunham de subsídios seguros que permitisse dimensionar realisticamente os projetos, quando do advento do DL-221, em 1967; 2) ainda é deficiente o controle oficial sobre o setor econômico, dificultando a eliminação das causas que levam os empreendimentos ao fracasso, isto em consequência da própria situação administrativa dos órgãos responsáveis pela execução da política governamental. (...) No caso citado, acreditamos que a empresa tem condições de reagir e superar as dificuldades por que passou (RNP, n. 137, agosto/1974).

No ano seguinte, o editorial da RNP traz um tom crítico, mas apresenta o recém criado FISSET/Pesca como mais uma salvação: "(...) o governo brasileiro procura agora corrigir as falhas do passado que transformaram a pesca em nosso país num verdadeiro *elefante branco*, pesado de carregar e de visão

completamente estrábica, incapaz de permitir enxergar o caminho correto a seguir” (RNP, n. 143, fev-,março, 1975, p. 15).

As discussões e ações continuavam no país. Em 1975, enquanto a Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira negava a fusão com a Interpesca utilizando os recursos do Fiset/Pesca, em cerimônia no palácio governamental, com a presença do governador Antônio Carlos Konder Reis, era assinada a fusão de três firmas catarinenses: a Consal, de captura, a INFRISA, de beneficiamento, e a Solmar de enlatamento de sardinha utilizando os recursos do mesmo Fundo. Também no mesmo período, o deputado e armador de pesca do MDB paulista, Del Basco Amaral, apresentou a moção n. 204, de 1975, ao Presidente da República, pedindo intervenção na SUDEPE, dado a política do Fiset de incentivar fusões, aquisições e a formação de *holdings* favorecendo algumas grandes firmas em detrimento dos pequenos e médios empresários do setor.

Um resumo foi apresentado pelo Anuário da Pesca de 1976 com o quadro das empresas de pesca na política de incentivos fiscais, entre 1967 e 1975: das empresas cadastradas na SUDEPE, 137 haviam recebido incentivos, 21 foram consideradas incapazes para recebê-los, 23 tiveram seus recursos cassados e 52 não obtiveram nenhum tipo de liberação.

Um exame dos dados de distribuição regional dos recursos do Fiset/Pesca permite confirmar a tendência para a concentração regional, bem como o início da presença de agentes do setor instalados no Nordeste (armadores de pesca de atuns em alto mar e posteriormente piscicultores), do Centro-Oeste (piscicultores) e da região Norte (armadores e industriais exportadores que pescavam camarão na costa amapaense, piramutaba na foz do rio Amazonas e atuneiros), bem como o decréscimo do volume de recursos liberados (tabela 10).

TABELA 10 - Brasil: número de firmas/grupos econômicos com projetos aprovados por regiões e recursos liberados pelo Fiset/Pesca (1975-1986)

Ano	Número de empresas com projetos aprovados por Região						U\$ total (em mil)	U\$/médio por projeto (em mil)
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total		
1975	12	6	-	-	-	18	18.665	1.036
1976	8	6	1	-	1	16	11.788	736
1977	4	3	1	-	-	8	3.673	459
1978	2	1	-	-	1	4	2.250	562
1979	5	1	-	-	-	6	6.532	1.088
1980	1	3	-	-	-	4	1.837	459
1981	3	2	2	-	-	7	2.391	341
1982	1	6	4	-	2	13	4.988	383
1983	4	-	10	2	-	16	4.156	259
1984	-	3	12	3	3	21	2.985	142
1985	1	4	12	1	-	18	2.068	114
1986	1	4	7	1	-	13	1.730	133
Totais	42	39	49	7	7	144	63.063	438

Fonte: Organização e cálculos: César Martins com base no Ofício IBAMA/AUDIT/n.214/05

A reclamação do Deputado Del Bosco Amaral era procedente pois os dados sobre a liberação de recursos do Fiset/Pesca confirmavam a tentativa de iniciar o saneamento econômico-financeiro do setor, que teve seu alicerce no financiamento de fusões e aquisições (quadro 6).

QUADRO 6 – Brasil: fusões e aquisições financiados pelo Fiset/pesca entre 1975 e 1979

Ano	Firma favorecida	Natureza da operação		Firmas adquiridas ou fusionadas e localização	Valores em mil U\$		Situação em 2003 da firma favorecida
		Fusão	Aquisição		Fiset	Próprios	
1975	Brasil Atlantic S/A - S.Paulo/SP		X	Pescanova-Bertioga/SP	3.690	13.166	Falida
1975	CONFRIO - S.Paulo/SP		X	INDUSPESCA, INAPE- Santos/SP, Pescanova e Pescatlan	871	-	Fase de liquidação
1975	IBRAC S/A- R.Janeiro/RJ		X	Freezer Alimentos Super Gelados/ S.Paulo/SP	788	-	...
1975	VIVAMAR S/A - R.Janeiro/RJ		X	Argonauta S/A	1.140	665	...
1975	FR Amaral S/A - Rio Grande/RS		X	Apolo S/A- R.Grande/RS INCOPESCA- Itajaí/SC	1.476	-	Falida

1975	Babitonga S/A – S.Francisco do Sul/SC	X	X	Fusão com a Meg S/A S.Francisco do Sul e controle acionário da INFRISA S/A de Florianópolis/SC	762	448	Falida
1976	PINA S/A – Belém/PA		X	Cia. Krause- Itajaí/SC	1.593	534	...
1976	Brasil Atlantic S/A- São Paulo/SP		X	Segunda fase da incorporação da Pescanova	468	159	Falida
1976	Coop. Nipo-Brasileira de Pesca-Santos/SP		X	Compesca-S.Paulo/SP	2.895	9.653	Em atividade
1976	Mallmann S/A-Porto Alegre/RS		X	Pesqueiros do Sul	374	411	...
1976	Leal Santos-Rio Grande/RS		X	WIGG S/A e ISAPEIXE de Rio Grande/RS	1.686	-	Em atividade e controlada pelo grupo argentino Benvenuto desde 1996.
1976	CODIPESCA-S.Paulo		X	Firma não informada	724	296	...
1977	Pesca Alto Mar-Natal/RN		X	SUAPE	424	388	...
1977	Andréa S/A-Vitória/ES		X	Super Peixe	325	605	Desativada
1978	CIAPESC-Belém/PA		X	Pescomar	1.106	213	...
1979	CONFRIO – São Paulo/SP		X	Gelo Pesca	526	131	Fase de liquidação
1979	Conservas Rubi-S.Gonçalo/RJ		X	Jangada-São Gonçalo/RJ	143	777	Em atividade
1979	Mantuano S/A-R.Janeiro/RJ		X	Pescanova-Bertioga/SP	2.237	2.237	Falida
TOTAL					21.228	27.669	

Fonte: Organização e Cálculos: César Martins Ofício IBAMA/AUDIT nº 214/05

O Estado brasileiro, em sua política setorial, materializou uma das premissas do capitalismo, sobretudo em regimes de exceção: ao tomar para si a exclusividade da regulação e ao realizar investimentos, privilegiou alguns agentes, excluiu os agentes já subalternos, como os pescadores artesanais, e transferiu para o conjunto da população os custos dos imbrólios financeiros e jurídicos que se seguem nas possíveis cobranças dos recursos utilizados indevidamente ou incorretamente. Diegues (1983), utilizando jornais do período, revela que, dada as facilidades para obtenção de recursos junto à SUDEPE, alguns industriais da pesca pediram dinheiro para evitar que "aventureiros o tomassem para outras finalidades" (p. 139). O mesmo autor, baseado em

documentos oficiais, apresenta a seguinte síntese para os resultados da política estatal pesqueira, entre 1967 e 1977: 40 % das empresas incentivadas faliram, os erros de planejamento levaram a aplicação de 74 % dos investimentos entre industrialização e administração, 29 % na captura e "somente 7 % para a comercialização, onde se situa um dos pontos de estrangulamento do setor pesqueiro" (p. 140). Um outro aspecto foi a seletividade das espécies que aumentou os custos operacionais das viagens (lembramos a crise do petróleo do início dos anos setenta, pois os gastos com combustíveis representam entre 30 e 50% dos custos de uma pescaria em alto mar) e que atualmente compromete alguns estoques tradicionais como a piramutuba, a lagosta-vermelha, o pargo, os camarões, a sardinha-verdadeira, a corvina, a castanha, a pescadinha-real e os peixes de linha de Abrolhos e do Sudeste como a garoupa, o badejo, o namorado, e o cherne.

Os problemas na SUDEPE vieram a público com uma sucessão de matérias do jornalista Edison Brenner, publicadas entre os dias 01 e 08 de maio de 1977, no Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, com o criativo título de "O conto de fadas da pesca no Brasil" e que contribuíram para a exoneração do superintendente daquele órgão estatal, em maio de 1978.

Em 1985, foi criada a Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais (COMIF) para realizar um levantamento da aplicação dos recursos regidos pelo Decreto-lei 1.376 de 1974. Sumariamente a COMIF avaliou as condições precárias da maior parte das empresas favorecidas. Houve desde simples desvio de recursos até a aplicação incorreta dos mesmos e também a SUDEPE colocou-se mais como transmissora do que acompanhadora e fiscalizadora da utilização desses recursos.

Demonstramos que, no período anterior a criação da SUDEPE e do decreto 221/67, já havia uma estrutura industrial pesqueira com uma certa diversificação e relativamente concentrada no litoral do Sudeste-Sul do país. Reafirmamos que aí estavam as espécies que se tornariam matéria-prima industrial, que o Estado brasileiro passou a, efetivamente, ser o indutor do crescimento do setor. No item a seguir analisaremos a gênese e as metamorfoses do parque industrial pesqueiro

instalado no Rio Grande/RS, que foi organizado antes do período da SUDEPE e da política de financiamento, teve sua ascensão e, atualmente, passa por um processo de decadência e especialização.

3.3. UM EXEMPLO DE PARQUE INDUSTRIAL PESQUEIRO NO BRASIL: RIO GRANDE (RS)

Em uma canção de 1981, Kledir Ramil e José Fogaça saúdam a Laguna dos Patos, conhecida popularmente como “Lagoa dos Patos”⁷ na voz de Kleiton, Kledir e do grupo MPB-4:

“Lagoa dos Patos, dos sonhos, dos barcos
mar de água doce, paixão”

O “mar de água doce” é também um grande ambiente mixohalino que na mistura das águas interiores que correm de parte do “Continente do Rio Grande” com as influências das águas oceânicas: as mais frias, que vem do Sul da América do Sul e as mais quentes oriundas do litoral do Brasil tropical. Aproveitando-se da explosão biológica da mistura das águas, instalaram-se agentes que construíram o que foi o maior parque industrial do Brasil, durante pelo menos as décadas de 1970 e 1980. Deram vida e viveram no Estuário e no litoral adjacente.

As indústrias pesqueiras localizadas em Rio Grande, na década de 1940, apresentavam relevância nacional e até o início da década de 1980 possuíam metade da capacidade instalada em todo o Brasil (MA/SUDEPE, s/d).

Nos limites da revisão bibliográfica baseada em alguns dos estudos fundantes e referenciais que investigaram a industrialização brasileira, admitimos

que nas Ciências Sociais “não há uma história da indústria da pesca no Brasil” (DIEGUES, 1983, p. 131-147)⁸. Também não pretendemos escrever uma história

⁷ CD Kleiton e Kledir. Gravadora Poligram, 1998.

⁸ Citamos os seguintes estudos sobre o processo de industrialização no Brasil e que não fazem referência a indústria da pesca: LUZ, Nícia V. A luta pela industrialização no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975; CASTRO, Ana C. As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913). R.Janeiro: Zahar, 1979; FOOT

da indústria da pesca em Rio Grande, mas há referenciais que permitem, a partir do parque industrial pesqueiro instalado no município, realizar movimentos de análise regressiva que objetivam delimitar sinteticamente sua estruturação para formular um problema passível de investigação.

Neste sentido, podemos delimitar dois momentos de sua constituição. O primeiro, no último quartel do século XIX, quando imigrantes portugueses, portadores de capitais vinculados à pesca, organizaram as primeiras parselhas de pesca e unidade de industrialização. O segundo, com os resultados das políticas estatais iniciadas e consolidadas pelo decreto 221/67.

Desde 1870, imigrantes lusos inflexionaram a pesca como atividade mercantil para demonstrar a riqueza do Estuário da Lagoa dos Patos e litoral adjacente. Inflexionaram no sentido de que os registros sobre a existência da atividade pesqueira são escassos e os dados disponíveis sobre as exportações de pescado pelo porto do Rio Grande revelam sua pequena importância em relação aos produtos da pecuária. Porém, no começo da década de 90 do século XIX, houve o incremento das exportações de pescado para o Nordeste brasileiro e em Rio Grande “fundaram-se duas fábricas de conservas” (VARELLA, 1897, p. 449).

Entre os imigrantes lusos uns eram despossuídos dos meios de produção e possuidores da capacidade de trabalho na pesca. Foram os homens que viveriam suas vidas puxando as redes e dando vida ao Estuário. Alguns ao se capitalizarem, deixaram de pescar e se diferenciaram dos outros como comerciantes de pescado. Estes passaram a se reproduzir através do trabalho dos que seguiam vivendo de puxar as redes ou da venda da força de trabalho nas indústrias. Outros imigrantes lusos já chegaram capitalizados para serem os donos das embarcações, do comércio de pescado e/ou para estruturar um grande

parque fabril pesqueiro em quantidades produzidas e das diferentes formas de processamento, isto, a salga, os congelados, os óleos/farinhas, as especialidades

e o enlatamento. Na década de 1940, eram sete as indústrias de pescado instaladas no Rio Grande e quatro realizavam o enlatamento (PIMENTEL, 1944).

Entre as imagens que artisticamente representam este momento de transição de um Brasil agrário-rural para uma sociedade urbano-industrial estão um conjunto de quadros pintados por artistas brasileiros entre a década de 1930 e 1950 que retratam a manutenção de instrumentos simples de trabalho por trabalhadoras e trabalhadores com corpos marcados pelo esforço físico. Como exemplos de pinturas que representam as marcas do trabalho no campo estão o “Café” (1935) de Candido Portinari e os “Camponeses” (1943), de Mario Zanini. Porém quadros como os “Pescadores” (1946), de Di Cavalcanti e “Consertando redes” (1947), de Raimundo Cella, ao também mostrarem a vida de trabalhadores com instrumentos simples de trabalho, amplificam os sentidos destacando que também havia um Brasil que vivia no ritmo lento, próximo aos ritmos da natureza e que demonstrava a vida dos cursos de água. Esse Brasil em metamorfose com a hegemonia da sociedade urbano-industrial, que entre suas características dilui as possibilidades da produção dos alimentos sem a mediação da ciência e da técnica, estabelece um conjunto de regulamentação em praticamente todos os momentos e no território, cujo símbolo é a cidade que se expande horizontalmente e verticalmente sobre a natureza. Talvez as maiores representações dessa expansão, que vai dando uma geometria quase totalmente reticular para a cidade e seus moradores são os quadros “Operários” (1933), de Tarsila do Amaral e “Acidente de Trabalho” (1944) de Eugênio Sigaud⁹. Nestes, podemos observar uma tendência de simetria entre a cidade que deixa de ser obra para ser produto e as feições dos Homens que lhe dão vida e às vezes, a vida.

A riqueza dos ritmos naturais do Estuário da Laguna dos Patos e do litoral adjacente é produzida pelo ritmo dos novos agentes com seus instrumentos e

⁹ Em uma de nossas tentativas de contato com o Sindicato das Indústrias de Pesca do estado de São Paulo no prédio da Federação das Indústrias do estado de São Paulo na cidade de São Paulo, tivemos a oportunidade de visitar a exposição “Arte para quê?” no Instituto Cultural Itaú. A exposição apresentava obras de arte que demonstravam a preocupação de artistas brasileiros com a realidade brasileira. Como referência bibliográfica utilizamos: AMARAL, Aracy A. Arte para quê? A preocupação social da arte brasileira (1930-1970). 3. ed. S.Paulo: Nobel, 2003.

técnicas de trabalho para abastecer o mercado urbano-industrial em constituição no Brasil.

Imigrantes como F. Marques Leal Pancada, J. Cunha do Amaral, J. Gomes Sequeira, Francisco Furtado, M. Pereira de Almeida. F. Fernandes Troina, Torquato R. Pontes, Abel F. Dourado e Albano G. de Oliveira, chegaram a Rio Grande entre 1889 e 1930, combinaram atividades comerciais com a fundação de suas indústrias até metade do século XX. Suas atividades de gestão e processamento estavam em Rio Grande ou em pequenas filiais em municípios da Lagoa dos Patos como São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul. Utilizavam como matéria-prima basicamente o pescado do Estuário da Laguna dos Patos e vegetais produzidos por camponeses instalados em municípios do Sul do Rio Grande do Sul. Entre essas indústrias a exceção foi a indústria fundada por F. Marques Leal Pancada (a Leal Santos), que ao ser incorporada pelo Grupo Ipiranga em 1945, atuou na captura e processamento de camarão no porto de Icoaracy, nas proximidades de Belém no estado do Pará. A Leal Santos foi, até a década de 1990, uma firma que tentava manter escala e escopo com a produção de uma variada linha de produtos alimentares com destaque para as frutas e legumes em conservas (figura 9) e de pescado (figura 9).



FIGURA 9 - Rótulo de aspargos enlatados na filial de Pelotas da Leal Santos



FIGURA 10 - Produtos congelados e enlatados a base de pescado produzidos na unidade fabril de Rio Grande da Leal Santos

Evitamos a hipótese inicial do “imigrante desprovido de recurso mas com iniciativa” e/ou generalizar a evolução da pequena salga em direção à grande indústria. Neste sentido, vale lembrar a abordagem de Waren Dean sobre parte dos imigrantes que enriqueceram no processo de industrialização de São Paulo:

(...) os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em suas pátrias haviam morado em cidades, pertenciam a famílias de classe média, possuíam instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital (...) outros haviam sido contratados para trabalhar como técnicos ou administradores (DEAN, 1971, p. 59).

Gorender (1981) sugere que conjuntamente com o comércio de importação do exterior, o comércio interno e mesmo a transição da pequena oficina à fábrica foram importantes para a formação da burguesia industrial brasileira ¹⁰.

Os empresários do setor pesqueiro, instalados em Rio Grande, reproduziram-se como proprietários do capital, com a riqueza e os ritmos da

¹⁰ A gênese dos industriais brasileiros é um dos debates mais fecundos e inacabados entre os cientistas sociais brasileiros. Na Geografia, Mamigonian (1965) pode ser considerado um dos pioneiros. O mesmo autor, retoma a discussão em: Teorias sobre a industrialização brasileira. Florianópolis: Cadernos Geográficos, n, 2, 2000.

Natureza do lugar, com o trabalho de homens sem meios e instrumentos de produção, disponíveis para vender sua força de trabalho (formadores do operariado fabril), com os resultados do trabalho de homens conhecedores das artes de pesca e proprietários de embarcações (os pescadores artesanais) e com o privilégio das regulações estatais para o setor, que incluíam imposições contra as importações de pescado e o uso exclusivo do Mar Territorial.

O parque industrial pesqueiro instalado no Rio Grande foi capitaneado por essencialmente, imigrantes lusos capitalizados, num momento histórico que lhes garantiu supremacia durante a formação do mercado consumidor abastecido pela produção nacional. Sodré (1976) demonstra que entre 1839 e 1844, a pauta de importações do Brasil era hegemonizada pelas manufaturas têxteis (51,6 %) e alimentos (21 %): o bacalhau, era o 10º produto numa pauta de 25 produtos importados. Nestas condições estariam sendo preparadas as possibilidades para a produção de outros pescados salgados para a substituição das importações: “o Rio Grande do Sul concorre ainda grandemente para o abastecimento de peixes para a capital do país” (SILVA, 1944, p. 1171).

O significado do desenvolvimento industrial de produtos da indústria de alimentos no Brasil é constatado quando observado que no começo do século XX, cerca de 20 % do produto industrial brasileiro era composto por esses produtos.

Os industriais da pesca instalados no Rio Grande podem ser caracterizados como “capitães de fábricas”, como na expressão forjada por Cardoso (1972) para aqueles homens que ao se estabelecerem, produziram qualquer mercadoria, a qualquer preço, na chamada “industrialização extensiva”, baseados em intensa exploração da força de trabalho, da natureza e amalgamados ao Estado-patrimonialista. Em nosso entendimento, o significado nacional desses industriais é confirmado quando da fundação da Associação Nacional das Empresas de Pesca, na I Convenção Nacional da Pesca em 1972. Na primeira direção eleita desta Associação, por representantes de 60 indústrias, havia dois dirigentes de empresas locais: Élio Pontes, da Torquato Pontes, como presidente e Nelci Gomes Siqueira, da Indústria Joqueira como secretário.

A partir de 1947, com o começo das capturas no litoral adjacente, com mestres e embarcações estrangeiros contratados por armadores e/ou armadores/industriais houve o incremento das capturas e do pescado industrializado (BEATTY, 1961; YESAKI e BAGER, 1975).

A partir de 1952 foram delineadas as condições para a participação do setor pesqueiro local, particularmente das indústrias, no projeto de modernização conservadora pós-1964 (FERNANDES, 1975; IANNI, 1979). Neste sentido, as indústrias do Rio Grande forneceram volumosas quantidades de pescado em diferentes modalidades de beneficiamento para o mercado do Sudeste e Nordeste do Brasil, garantindo alimentos baratos que sustentariam a reprodução da força de trabalho com baixos custos.

Os dados referentes às quantidades de pescado, desembarcado no Rio Grande, no primeiro quinquênio de dados disponíveis (1945/49), indicam médias anuais de 14.000 toneladas/ano. Com o uso das águas territoriais uruguaias e argentinas, expansão e tecnificação da frota, na década de 1970, houve máximos de aproximadamente 120.000 toneladas/ano. Os dados disponíveis do último quinquênio antes do fechamento de parte das fábricas (1993/1997) mostram capturas médias de 56.000 toneladas/ano. Ou seja, as médias são superiores àquelas do período de delimitação do parque fabril instalado no Rio Grande, não justificando a diminuição da produção desse parque fabril. O pescado das redes dos pescadores estava “caindo em outras redes”.

Nos anos de 1961-1962 doze das dezessete indústrias operando legalmente em Rio Grande enlatavam pescado (BARCELLOS, 1966). Entre 1978-1979 apenas sete, das quinze empresas industriais de pescado que funcionavam no município enlatavam igualmente espécies capturadas no Estuário e no litoral próximo (CIRG, 1980). Ou seja, o aumento das capturas e do processamento de pescado foi acompanhado de um processo de concentração/centralização no parque industrial pesqueiro local.

Um único trabalho acadêmico sobre a situação econômico-financeira do setor em Rio Grande apontava que "o setor pesqueiro do estado do Rio Grande

do Sul encontra-se numa situação ainda confortável, porém com rentabilidade sofrível, mas que poderá ter problemas a curto ou médio prazo" (BRANCO Jr., 1978, p.113). Portanto, o trabalho publicado no final da década de 1970 apontava a necessidade de serem tomadas providências no sentido de minimizar e/ou evitar possíveis dificuldades econômico-financeiras para a década seguinte. Ainda sobre o parque industrial, reafirmamos que seu crescimento foi sobretudo devido à ação efetiva do Estado brasileiro, via SUDEPE, que alocou volumosos recursos para o setor. Os industriais da pesca do Rio Grande do Sul receberam cerca de 20 % de todos os incentivos fiscais e esperavam utilizar o pescado das águas uruguaias e argentinas (fechadas para barcos brasileiros em 1973, como represália da decretação do mar territorial brasileiro com 200 milhas).

Barcellos (1966) calculou, para o período compreendido entre 1959 e 1962, uma ociosidade média de 52,9 % da capacidade de industrialização. Com os dados disponibilizados pelo CIRG (1980), calculou-se as seguintes taxas de ociosidade para os anos de 1977 e 1978: salga, 78,80 %; enlatamento, 57,68 %; subprodutos, 77,45 %.

Branco Jr. e Santos (1998), com base nos dados econômico-financeiros de quatro das oito indústrias, em operação entre 1994 e 1996, reiteram constantemente a dependência do setor das políticas estatais e que ainda apresentavam capacidade de pagamento satisfatória e margem de lucro razoável, apesar da tendência ao aumento do endividamento.

Especificamente no Rio Grande do Sul, além da redução do número de indústrias do setor, calcula-se uma ociosidade de 72% para a capacidade de enlatamento e cerca de 80 % para o congelamento dado ao superdimensionamento dos projetos e construções financiadas com recursos públicos.

Consideramos que parte das dificuldades de organização e mesmo de divulgação do trabalho das indústrias de pescado do Rio Grande (o último perfil elaborado do setor foi publicado em 1980) tem relação com a recente política estatal de planejar e financiar o setor. Ou melhor, a atividade industrial foi

exponencializada com abundantes e fáceis recursos estatais, matéria-prima que se apresentava como inesgotável e homens disponíveis para pescar e produzir o pescado industrializado. Porém, seus agentes hegemônicos (industriais, armadores e industriais/armadores) foram obrigados a reconstruírem suas racionalidades sem as facilidades do Estado, com os sinais dos limites na reprodução das espécies que representavam sua matéria-prima, e a presença de novos agentes. Neste sentido, é pertinente o trabalho de Gros (1990) que inclui o setor industrial pesqueiro como um dos mais dependentes das políticas estatais no Estado no Rio Grande do Sul .

Com a diminuição e posterior fim dos recursos estatais da SUDEPE e da legislação protecionista, que impedia a importação de pescado e seus derivados em suas diversas formas, teve início o período de fechamento das indústrias de pescado em Rio Grande que aumentaram sua produção de aproximadamente 20.000 toneladas/ano, no biênio 1961/62, para cerca de 53.000 toneladas/ano no biênio 1978/79.

O trabalho de pescadores, trabalhadores fabris, armadores e industriais da pesca, instalados em Rio Grande compunha a estrutura industrial de um país que entre 1930 e 1980, “fabricava quase tudo” e que construiu o “predomínio do alimento industrializado” (MELLO e NOVAIS, 2000, p. 562).

Especificamente em Rio Grande, o projeto geopolítico pós-1964, incluiu a construção e consolidação de um pólo de pesquisa oceanográfica e de apoio logístico para a hegemonia brasileira no Cone Sul e para a Antártica. Além dos projetos do Distrito Industrial, do SuperPorto e da transferência do Comando do Quinto Distrito Naval, foi instalado um avançado centro de pesquisa oceanográfica na então Fundação Universidade do Rio Grande, atual Fundação Universidade Federal do Rio Grande, onde funciona, desde 1971, o primeiro curso de Oceanologia criado no Brasil. Daí, resultaram relevantes pesquisas na biologia pesqueira, realizadas por especialistas de renome como Chao et ali(1982), que indicaram a existência de 110 espécies de peixes no Estuário da Lagoa dos Patos e no litoral adjacente. Porém, a nova lógica de ordenamento constrói um limite: os indicadores mostram capturas próximas aos limites reprodutivos das principais

espécies capturadas nas áreas tradicionais (FAO, 1995). O descolamento do ritmo do trabalho social dos ritmos reprodutivos naturais, pela ampliação das possibilidades de capturas (com aportes cada vez maiores de ciência e tecnologia) aparece como crise do recurso.

Com os resultados das políticas estatais de subsídios e isenções fiscais da SUDEPE, entre 1962 e 1989, o trabalho dos pescadores produziu os maiores volumes de pescado capturado da história e o volume processado pelas indústrias atinge as maiores quantidades. A tipologia das atividades desempenhadas indicava que entre 1986 e 1988, das 19 indústrias que operavam legalmente, 14 enlatavam pescado e eram controladas localmente. As indústrias tinham uma capacidade total de enlatamento de 325.000 latas/dia (para fins de comparação em 1976 a Coqueiro de São Gonçalo produzia cerca de 330.000 latas/dia) e enlatavam diversas espécies como savelha, castanha, corvina, merluza, anchova, pampo e camarão em embalagens de lata que iam de 185 gramas até 1.200 gramas. Ou seja, essas fábricas conjugavam uma diversidade de processamentos em seus pátios, não tinham padronização de embalagens ou de espécies e tinham pouca escala de produção.

A figura 11 apresenta uma das últimas latas de pescados produzida por uma fábrica instalada em Rio Grande/RS. O produto tinha validade de quatro anos a partir da data de fabricação (30/06/1986).



FIGURA 11 - Rótulo da embalagem de tainha enlatada produzida pela firma Furtado S/A de Rio Grande/RS comercializada com a marca “Dourado”

Na década de 1990 e começo da primeira década do século XXI, período de decadência e de reestruturação do setor instalado localmente, alguns

pesquisadores das Ciências Humanas passaram a realizar estudos e publicar trabalhos procurando analisar a dinâmica social que valoriza o recurso pesqueiro. Entre os mais relevantes, além dos já referenciados podem ser citados: o estudo de Martins (1997) sobre a lógica da reprodução social dos pescadores artesanais no Estuário da Lagoa dos Patos; a análise da capacidade tecnológica das indústrias realizadas realizado por Schmitt (1998); o estudo de Finco e Abdallah (2001) sobre a elasticidade-preço da demanda e da oferta de pescado que indicam uma certa independência entre as variações de preço e as quantidades produzidas e consumidas em Rio Grande; a tese de Martins (2004) que ao articular a produção do espaço urbano aos períodos de industrialização, considera as origens das indústrias vinculadas ao período de industrialização dispersa (1874-1930) e sua expansão no segundo período de industrialização restringida (1970-1990); o estudo comparativo dos campos organizacionais da indústria de pesca dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, realizado por Vieira et ali. (2004).

Na década de 90, todas as unidades de enlatamento de pescado das indústrias de Rio Grande são desativadas. As 12 unidades fabris operando legalmente entre 1994 e 1995 ao salgar e ao congelar o pescado apontavam para uma nova posição na divisão territorial do trabalho no setor (Quadro 7).

QUADRO 7 - Rio Grande: indústrias de pesca operando legalmente entre 1994 e 1995

Nome	Ano de fundação	Endereço	Número de empregados
Albano de Oliveira Sobrinho & Cia. Ltda	1953	Gal. Canabarro, 154	90
Atlantis Ind. E Com.de Pescado Ltda	1968	Atlantis, 241, Bosque Silveira	49
Cunha Amaral S/A Ind. E Comércio	1876	Av. Portugal, 262	5
Furtado S/A Com. e Ind.	1943	Av. Portugal, 204	200
Jahu Ind. Com. de Pescado Ltda	1976	Visc. de Mauá, 1231	355
Leal Santos Pescados S/A	1969	Quarta Secção da Barra	720
Marsilva Imp. e Exp. De Pescado Ltda	1971	Visc. Mauá, 1297	8

Nilmarsul Ind. Exp. De Pescado Ltda	1976	Rua dos Dragões, 80	9
Pescal S/A	1942	Mal. Andréia, 268	900
Pesqueira Nacional S/A (PENASA)	1984	Av.Portugal, 286	20
PROMAR S/A Ind. e Com. De Pescados	1964	D.Pedro I, 164	101
Toquato Pontes Pescado S/A	1970	Mal. Andréia, 208	224

Fonte: FIERGS. Cadastro Industrial/RS, 1994/1995.

As fábricas fechadas no centro da cidade são uma das marcas na paisagem urbana. Na foto 1 são apresentadas as antigas instalações da firma FR Amaral na rua Av. Portugal do Rio Grande/RS, tendo ao fundo as águas do chamado Canal do Norte no Estuário da Lagoa dos Patos. A FR Amaral recebeu U\$ 316,2 mil em projeto aprovado em 1969 e pelo menos U\$ 1.476 mil do Fiset/Pesca em 1976 para a aquisição das firmas Apolo S/A de Rio Grande/RS e Incopesca S/A de Itajaí/SC (figuras 12 e 13). Após haver arrendado suas instalações para outras firmas teve sua execução fiscal ocorrida em 1994.



FOTO 1 - Antigas instalações da FR Amaral na Avenida Portugal em Rio Grande/RS.

Fonte: César Martins, pesquisa de campo, abril de 2000.



FIGURA 12 - Rótulos de produtos da marca “Norma” produzidos pela firma FR Amaral no começo da década de 1970.



FIGURA 13 - Calendário de bolso da firma Apolo S/A no ano de 1972. Em 1975 a Apolo S/A foi adquirida pela firma FR Amaral com recursos do Fiset/Pesca.

As figuras 14 e 15 apresentam imagens de parte do resultado do trabalho de firmas originadas do capital dos imigrantes lusitanos Abel Francisco Dourado e Joaquim Gomes Sequeira.

abel

S. A. Abel Dourado Indústrias Alimentícias

- CAPTURA — INDUSTRIALIZAÇÃO
- DISTRIBUIÇÃO
- EXPORTAÇÃO DE PESCADOS
- CAMARÕES CONGELADOS
- FILÉS DE PESCADOS CONGELADOS
- PESCADOS SALGADOS, ETC.

A unidade fabril de ~~Realeza~~ produz conservas de frutas e legumes desde 1950

~~PELOTAS: São Argentina, CEP 1865~~

RIO GRANDE: Rua Francisco Campello, 86 — Fone 843 — Cx. Postal 562
End. Telegráfico: "ADORADO"

FIGURA 14 - Cartão de apresentação da S/A Abel Dourado Indústrias Alimentícias (data não definida entre o final dos anos de 1960 e começo da década de 1970).

JOQUEIRA

P. BRUTO 390 g
P. LÍQUO 350 g

BAGRE AO NATURAL

JOQUEIRA
J G S

J. G. SEQUEIRA
RUA GAL. OSORIO, 576-584 - R. GRANDE
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
INDÚSTRIA BRASILEIRA

JOQUEIRA

MÓDULO REGISTRADO NA D.F.P.C.A. SOB Nº 146

FIGURA 15 - Rótulo de pescado enlatado pelo firma Joqueira (data não definida entre o final dos anos de 1960 e começo da década de 1970).

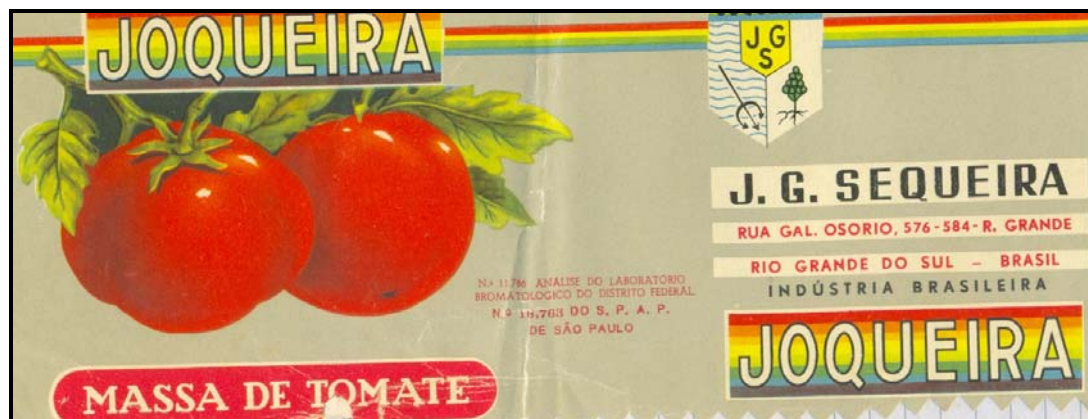


FIGURA 16 - Rótulo de massa de tomate enlatada pelo firma Joqueira (data não definida entre o final dos anos de 1960 e começo da década de 1970).

Na foto 2 estão as instalações das fábricas de três firmas na rua Francisco Campelo no centro do Rio Grande, nas proximidades do antigo Entrepasto Federal de Pesca e do escritório do CEPERG (Centro de pesquisa e Gestão dos Recursos Lagunares e Estuarinos) do IBAMA. Em primeiro plano, onde há propaganda pintada nas paredes do prédio, está a firma Abel Dourado S/A, que recebeu U\$ 2.633 mil dólares entre os recursos do Decreto 221/67 e do Fiset/Pesca e possui o último arquivamento na JUCERGS (Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul) em 1983. Em segundo plano, com a segunda chaminé, o prédio da salga em funcionamento da Torquato Pontes S/A. Ao fundo, as antigas instalações da Joqueira S/A, que recebeu 842 mil dólares do decreto 221/67. Segundo o Anuário da Pesca de 1973, ao comemorar a aquisição de novos equipamentos, era considerada “a mais moderna indústria pesqueira da atualidade” (p. 102). Seu último arquivamento na JUCERGS foi em 1981 e atualmente comporta uma pequena venda de gelo e tem seu prédio adaptado fracionado para o estabelecimento de pequenos negócios de comércio e serviços.



FOTO 2- Antigas instalações da Abel Dourado e da Joqueira e de uma das unidades da firma Torquato Pontes em Rio Grande

Fonte: César Martins, pesquisa de campo, junho de 2002.

Na cidade de São José do Norte separada pelo canal do Rio Grande da cidade do Rio Grande, também existiram investimentos originados do decreto 221/67. Dois desses empreendimentos eram as filiais da Frigoria do Rio de Janeiro e da Confrio de São Paulo. A primeira operou entre 1972 e 1983 empregando até 460 trabalhadores entre fixos e temporários e a gunda funcionou entre 1972 e 1982, com cerca de 400 trabalhadores (WYSE, 2000).

Destacamos que ambas funcionaram em instalações que datam da metade do século XX, pertenciam a empresários locais e encontram-se desativadas desde a metade da década de 1990.

Na foto 3, em registro de 1974 da filial da Frigoria a partir do cais de descarregamento de pescado, destaque para as excelentes condições das instalações e forte presença do trabalho feminino.

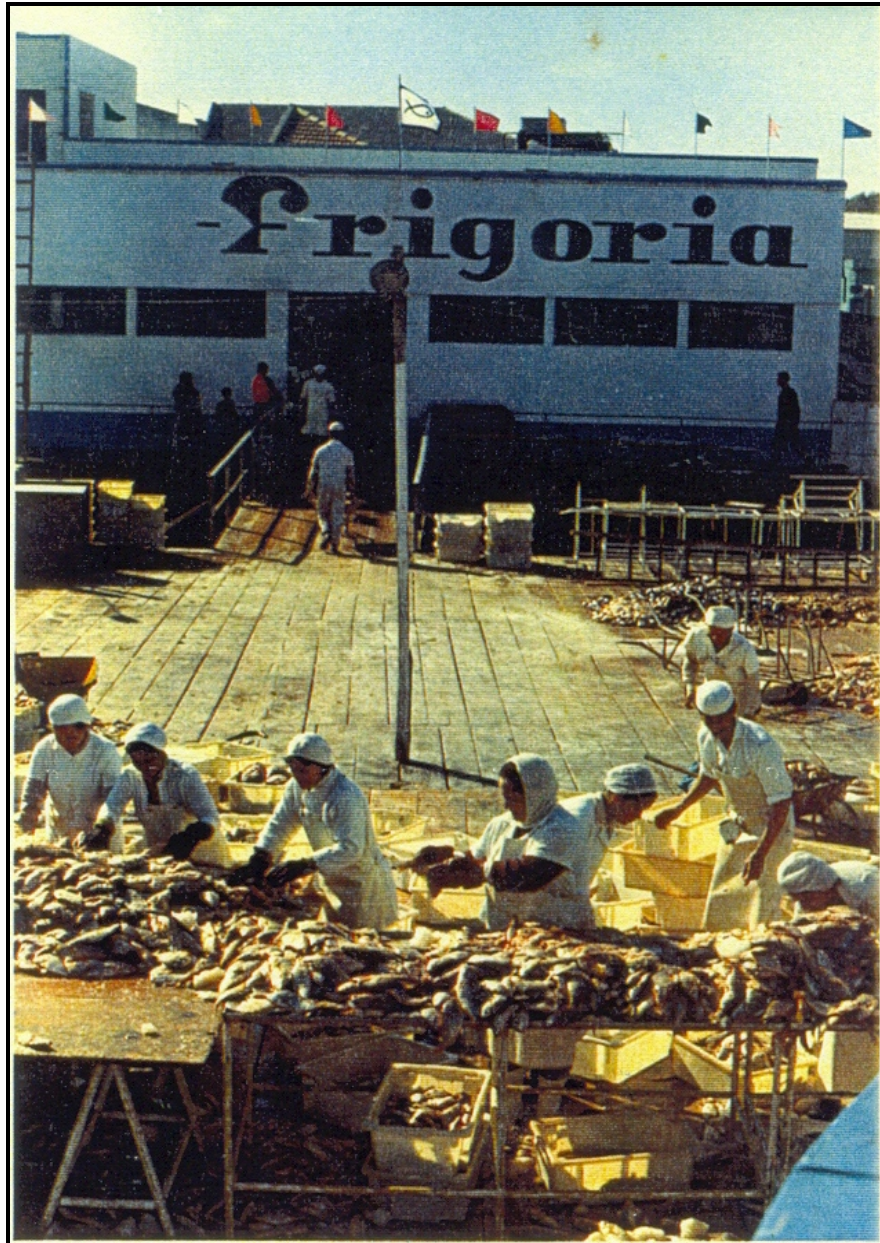


FOTO 3 - Instalações da filial da FRIGORIA em São José do Norte (1974)

Fonte: WISE, 2000.

A foto 4 mostra as instalações da Frigoria com a placa de recebimento de recursos do Fiset/Pesca. A firma recebeu 976,6 mil dólares, em 1975, e U\$ 744,1 mil, em 1976, para saneamento financeiro e transferência do controle acionário para a Cooperativa Nipo-Brasileira de Pesca.

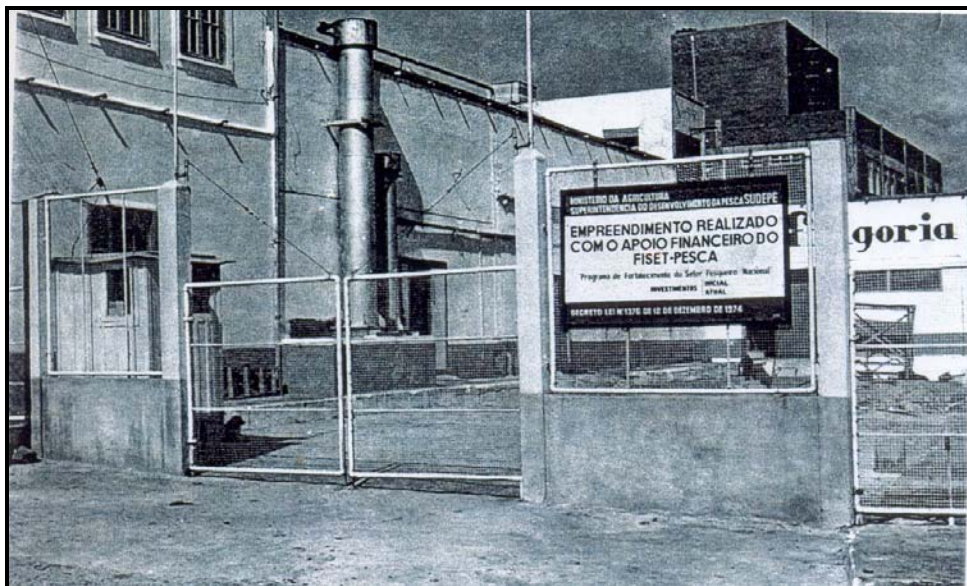


FOTO 4- Instalações da filial da FRIGORIA em São José do Norte com painel que anunciava os recursos do FASET/Pesca

Fonte: WYSE, 2000.

Na foto 5, as antigas instalações da Frigoria e da Confrio em São José do Norte, no ano de 2003.



FOTO 5 - Antigas instalações da Frigoria e da Confrio em São José do Norte.

Fonte: César Martins, trabalho de campo em março de 2003.

No parque industrial pesqueiro instalado no Rio Grande, há duas marcas recentes indicadoras da reestruturação em curso: a desativação da Leal Santos, em 1994, e da Pescal, em 1998, e suas reativações com novas administrações.

A Leal Santos foi adquirida pelo grupo argentino Benvenuto (possuidor de 25 % do mercado de pescado na Argentina, com três plantas nas cidades de Mar del Plata, Mendoza e Rio Negro) e reiniciou as atividades em 1997. Atualmente, utiliza a frota pesqueira montada em 1947, e embarcações arrendadas exportando atuns e afins congelados.

A Pescal foi a maior empresa brasileira do setor durante parte da década 1990, optou, em 1998, por eliminar a industrialização, manteve a comercialização de especialidades produzidas na Argentina e Uruguai e pelas indústrias Torquato Pontes e Furtado do Rio Grande e arrendou parte de suas câmaras frigoríficas para as exportações do grupo Frangosul. Em janeiro de 2001, em parceria com a Empresa de Armazenagem Frigorífica Ltda (EMPAF), de Recife, reiniciou a industrialização de pescado¹¹.

Até o final do ano de 2001, nenhuma das cinco indústrias de pescado em operação em Rio Grande (Torquato Pontes, Leal Santos, Pescal/EMPAF, Junção e Albano de Oliveira e Sobrinho) enlatavam o pescado. Porém, ainda estão instaladas em Rio Grande/RS, dez fábricas de pescados com autorização estatal para comercializar suas mercadorias em todo o território nacional. Ou seja, 25% das firmas instaladas no Brasil com autorização do SIF como fábrica de conserva de pescado estão localizadas em Rio Grande (quadro 8).

¹¹ O jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 25/07/94, estampava a manchete: "Pescal mantém a liderança na produção de pescado" (p.22). A EMPAF foi constituída como empresa de importação e comercialização de pescado com a marca "Netuno". Desde 1998 vem diversificando suas atividades com a captação de recursos do BNDES, constituindo fazendas de cultivo de camarões no Nordeste e contratos de exclusividade, com cerca de 500 pescadores nordestinos para o fornecimento de pescado. O grupo planejava, a partir de Rio Grande, utilizar a marca "Pescal" para atuar nos mercados do Sul e Sudeste do Brasil.

QUADRO 8 - Rio Grande: estabelecimentos com inscrição na categoria Fábrica de Conserva de Pescado no Serviço de Inspeção Federal do Departamento de Inspeção de Produtos de origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Nome das firmas e ano de fundação	Observações sobre atividades atuais
Albano de Oliveira e Sobrinho & Cia. Ltda (1953)	Controle familiar; cerca de 120 trabalhadores; 7 embarcações; 7 caminhões; 3 carretas; produz pescado congelado, fresco e salgo; uma loja de varejo que comercializa pescado
Ártico S/A (1998)	Controle da família de Ricardo Tavares; 45 trabalhadores; produz congelados
Furtado S/A Comércio e Indústria (1943)	Controle da família de Moacir Gomes; filial aberta em Itajaí; último arquivamento da JUCERGS foi em 03/02/2001
Ind. de Alimentos Leal Santos Ltda (1889)	Em dezembro de 2005 o grupo Benvenuto foi adquirido pelo também argentino Arcor e não fornece informações.
Junção Indústria e Comércio de Pescado Ltda (2000)	Controlada pela família de Orlando Hepp; produz congelados em e <i>join-venture</i> com firma a Roundstar dos EUA produz carne de siri
Marsilva- importadora e exportadora de pescados Ltda (1977)	Controle familiar; 20 trabalhadores; produz pescado salgado
Promar S/A Indústria e Comércio de Pescado	s.i
Rio Grande Produtos Alimentícios Ltda	Controle familiar; 50 trabalhadores; terceiriza as instalações para outras firmas
Torquato Pontes Pescados S/A	Controle da família de Élio Pontes; 80 trabalhadores; 100 metros de cais próprio; 2 caminhões; 3 barcos; produz congelados e salgados da marca "Ideal"

Fonte: Organização: César Martins, com base em: cadastro disponível em www.agricultura.gov.br/dipoa (acessado em 30/08/2005); Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul; Trabalho de campo do estudante Maurício Freitas do curso de Geografia da FURG no primeiro semestre de 2005.

O encerramento das atividades de algumas firmas e a especialização de outras podem ser consideradas como uma das marcas da divisão territorial do trabalho no setor e do uso do território. Ou seja, o território foi produzido e produtor de uma forte concentração de fixos do setor fabril pesqueiro: os agentes que lá estavam ou para lá se deslocaram, fizeram dele uma referência para presença do Estado, seja financiando ou regulando a importação e a exportação, bem como as relações de trabalho (ainda é forte a presença do trabalho remunerado por dia e por produção, sobretudo feminino) para o setor.

A tabela 11 com dados do RAIS (Registro Anual de Informações Sociais) não separa os pequenos entrepostos das fábricas de pescado, mas apresenta uma nova tendência: além da redução do número de trabalhadores por estabelecimento, esta redução atinge as trabalhadoras e os trabalhadores, indicando que as formas flexíveis de relações de trabalho são mantidas em relação às mulheres e estão sendo implementadas junto aos homens.

TABELA 11 - Rio Grande: empresas, trabalhadores e seus gêneros na classe de preparação e preservação do pescado e fabricação de peixes, crustáceos e moluscos (1995-2003)

Ano	Número de Firms	Trabalhadores (total)	Total de Homens	Total de Mulheres
1995	17	3829	1545	2284
1996	17	2255	939	1316
1997	15	2593	909	1684
1998	16	1726	648	1078
1999	15	1915	711	1204
2000	13	1741	692	1049
2001	16	2352	934	1418
2002	17	1759	809	950
2003	16	1865	852	1013

Fonte: Organizado pelo acadêmico André C. Diniz do curso de Geografia da FURG com base no Banco de Dados *on-line* do RAIS

Assim, refletimos a articulação entre a retirada do Estado como regulador fundamental e o uso do território pelas firmas de enlatamento de pescado. No próximo capítulo faremos a discussão baseados na idéia que, há no território e ele mesmo se constitui como um conjunto de variáveis, que colaboram para a explicar a tendência a forte tendência para a concentração e o reordenamento no setor.

4. A ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO SETOR DE ENLATAMENTO DE SARDINHA E ATUM NO BRASIL

Nos capítulos anteriores argumentamos que há um entrelaçamento entre a tendência de cientifização da alimentação e das pescarias com as políticas de Estado que somente podem ser materializadas com o uso do território pelos agentes privilegiados no estudo: as indústrias de enlatamento de pescado.

Neste capítulo, a estrutura produtiva será abordada a partir da herança dos incentivos fiscais para a montagem do parque industrial de enlatamento. Apresentaremos a idéia de como o território foi ativo para a manutenção e a reprodução das empresas do setor e da tendência para a concentração relativa. Portanto, temos como período a fase entre a extinção da SUDEPE em 1989 e o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003.

A extinção da SUDEPE, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), da Superintendência da Borracha e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em fevereiro de 1989 e a criação do IBAMA no mesmo ano é um marco para atividade pesqueira nacional. Houve um certo consenso de que a SUDEPE já havia cumprido o seu papel e a seqüência de problemas administrativos tornaram o órgão mais um palco privilegiado para os ataques que se faziam ao Estado por parte do bloco de poder que dava sustentação ao presidente eleito Fernando Collor (1990-1992). Porém, com o verdadeiro desmonte do Estado e a fase de transição que se seguiu à deposição de Collor, os diferentes agentes do setor perceberam que é indispensável um órgão de coordenação e gestão do setor. A situação tornou-se crítica ao ponto de que no começo do ano de 2000 ainda havia falhas e dúvidas referentes a dados simples como os de capturas por espécie, arte de pesca e local de desembarque desde o ano de 1989, pois o IBGE não tinha mais estrutura para publicar as suas “Estatísticas de Pesca” e como a SUDEPE foi extinta, parte de seus quadros

técnicos foi deslocado para outros setores ou pressionados pelas ameaças, a sua condição de trabalhadores do serviço público, pediram aposentadorias. Para os agentes privados já havia o deslocamento do financiamento para o BNDES e sinais de que no IBAMA estava estabelecido o conflito entre uma postura mais conservacionista do novo órgão com aquela racionalidade da SUDEPE baseada no aumento da produção que entre outras conseqüências elevou as capturas de muitas espécies para limites próximos do máximo que perdurou desde a criação da SUDEPE em 1962.

4.1. A AFIRMAÇÃO DA POLÍTICA ESTATAL DE FINANCIAMENTO PARA O SETOR PESQUEIRO NO BRASIL

Qual o quadro geral das fábricas de pescado no Brasil entre o período de forte financiamento estatal e o começo do desmonte da estrutura da SUDEPE? O quadro 9 baseia-se no “Inventário Geral das Indústrias” e foi publicado em documento da SUDEPE e mostra a organização das informações do setor.

QUADRO 9 - Brasil: tipologia das principais atividades nas unidades fabris pesqueiras (1976)

Unidade Federada	Total de Unidade fabris	Tipologia da produção em cada unidade fabril								
		Resfriamento	Congelados	Enlatados	Salga	Farinha	Óleo	Gelo	Estocagem de congelados	Outros (1)
S.Catarina	50	34	28	5	26	9	5	20	30	2
S.Paulo	50	26	11	11	25	3	1	25	14	6
R.Janeiro	47	24	8	16	16	19	12	20	10	-
Rio Grande do Sul	35	28	24	8	25	10	8	25	27	1
Ceará	26	24	-	-	-	-	-	20	25	-
Bahia	18	8	5	-	-	-	-	10	12	-
Pará	15	7	9	-	-	-	-	13	10	-
Pernambuco	13	11	6	-	-	-	-	9	10	-

Rio Grande do Norte	13	7	17	-	-	-	-	8	7	-
Paraíba	11	6	4	-	2	-	2	8	5	-
Amazonas	9	4	3	-	4	-	-	4	3	-
Mato Grosso	8	8	-	-	-	1	-	-	-	-
E. Santo	8	7	3	-	-	-	-	6	4	-
Alagoas	7	1	2	-	-	-	-	5	5	-
Sergipe	6	1	-	-	-	-	-	2	5	-
Paraná	5	4	2	-	3	-	-	4	2	-
Maranhão	4	1	1	-	-	-	-	4	1	-
Piauí	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-
Totais	326	174	124	40	101	42	28	164	171	9

(1) Inclui defumação, produção de derivados e algas.

Fonte: Organização de César Martins, com base em : MENCIA-MORALES, F, et alii. Avaliação da indústria pesqueira brasileira: capacidade produção e mercado. Brasília: FAO/SUDEPE/PDP, 1976 (série Documentos Técnicos n. 20).

O quadro 9 apresenta a existência de um número total de indústrias que se assemelha aquele identificado no monitoramento que realizamos entre 2000 e 2003. Também apresenta certa ubiqüidade regional e a concentração do processamento em atividades mais simples e que confirmam a tendência mundial de hegemonia da difusão de técnicas que preservam o pescado mais próximo da condição de *in natura* como o uso do gelo e no máximo o congelamento. Assim, confirmamos a impossibilidade de estudar o conjunto das firmas em função de seu elevado número, diversidade e a localização em diversos pontos do Brasil.

Ressaltamos a opção em estudar as empresas que realizavam o enlatamento e estavam e ainda estão concentradas em estados das regiões Sudeste e Sul.

Qual a relação que as indústrias conserveiras estabeleceram com a política de incentivos? O quadro 10 apresenta a lista das 25 firmas que receberam os recursos do DL 221/67 e do Fiset/Pesca.

QUADRO 10 - Brasil: Financiamentos estatais com recursos do Decreto-Lei 221/67 e do Fiset/Pesca para 25 firmas/grupos econômicos que industrializavam conservas de pescado em 1976 (em mil U\$)

Firma/grupo e ano de instalação	DL- 221/67	FISSET/Pesca	Total	Situação Atual
Leal Santos- Rio Grande (1889)	4.480	1.686	6.166	Em atividade e controlada até o final de 2005 pelo grupo argentino Benvenuto que foi adquirido pela Arcor da Argentina. Não enlata mais pescado
Multipesca- Bertioga (1970)	1.259	3.158	4.417	Fechada
Pescanova- Bertioga (1967)	3.947	-	3.947	Adquirida pela Brasil Atlantic e Mantuano. Fechada entre 1975-76.
CIBRADEP- R.Janeiro (s.i)	3.736	-	3.736	...
Coqueiro- São Gonçalo (1937)	3.451	-	3.451	Pertence ao grupo Pepsico desde 2001. É a líder do setor.
Mantuano- Niterói (1970)	1.801	1.643	3.444	Fechada entre 1983-84
Metal Forty - Niterói (1954)	3.053	-	3.053	Execução fiscal em 1989. Em 1998 o controle acionário do espólio pertence ao fundo americano TCW Latin American LLC que fecha a unidade de Niterói e adquire as instalações da MIPESCA em Itajaí/SC onde é a segunda empresa do setor com o nome Gomes da Costa (GDC Alimentos). Desde 2004 pertence ao grupo espanhol Calvo
Abel Dourado- R.Grande e filial em Pelotas (1969)	1.503	1.130	2.633	Fechada. Último arquivamento na JUCERGS em 1983.
Jangada- Niterói (1944)	1.960	-	1.960	Execução fiscal em 1988-89.
Wildner- Biguaçu (1955)	1.263	626	1.889	Paralisada em 1978. De 1979 até 1982 administrada por Carlos Hoepcke S/A. De 1982 até 2002 mantém registro na JUCESC com a direção de Onofre Perez Neto

Torquato Pontes- R. Grande (1937)	1.259	442	1.701	Em operação, sem enlatamento.
Santa Iria- Niterói	585	995	1.580	Em operação.
Atlantic- Niterói	153	799	952	Funciona precariamente e com problemas trabalhistas e ambientais com a FEEMA.
V. de Santa´Anna e Cia. S/A – Canelinha (SC) (1944)	72	865	937	Falida em 1981.
Joqueira- Rio Grande (1958)	842	-	842	Último arquivamento na JUCERGS em 1981.
G.P. Gelo- São Gonçalo	-	798	798	s.i
MIPESCA- Itajaí (1966)	608	81	689	Em atividade. A partir de 1998 pertenceu a GDC Alimentos e desde 2004 é controlada pelo grupo espanhol Conservas Calvo.
Ind. Reunidas São Gonçalo- São Gonçalo	601	-	601	s.i.
Sui-San- S.Sebastião (1968)	460	190	650	Venda de patrimônio em 1978 e último arquivamento na JUCESP em 1979.
Infrisa- Florianópolis com filial em Biguaçu	351	-	351	Fusionada com a MEG e adquirida pela Babbitonga de S.Francisco do Sul/SC em 1975.
Furtado- Rio Grande (1943)	248	-	248	Suspendeu o enlatamento entre 1992-93 e as atividades em 2005.
Cia. Hemmer- Penha (1915)	282	-	282	Suspendeu o enlatamento em 1981 e retomou em latas de 2kg em 2002 na unidade de Blumenau/SC.
Conservas Rubi- São Gonçalo (1934)	22	143	165	Em operação.
Alcyon- Santos (1955)	-	132	132	Adquirida em 1979 pela FEMEPE de Navegantes/SC e em atividade.
Orleans- S.Gonçalo	20	737	757	Fechada entre 1988-89

Fontes: Organização e cálculos de, César Martins com base em: Anuário da Pesca, 1974; MENCIA-MORALES, F. et alii. Avaliação da indústria pesqueira brasileira: capacidade, produção e mercado. Brasília: FAO/SUDEPE/PDP, 1976 (série Doc. Técnicos nº 20); Ofício IBAMA/AUDIT nº 214/05; Juntas Comerciais Estaduais.

O quadro 11 apresenta a localização e a situação atual das 15 firmas que não receberam recursos do DL 221/67 e do Fiset/Pesca.

QUADRO 11 - Brasil: 15 firmas/grupos econômicos que industrializavam conservas de pescado em 1976 e não receberam recursos do Decreto-Lei 221/67 e do Fiset/Pesca

Firma/grupo e ano de instalação	Localização	Situação atual
Ind. Com. Figueiredo	Rio Grande/RS	Fechada
Manoel Pereira de Almeida (1930)	Rio Grande/RS	Fechada. Último arquivamento na JUCERGS em 1992.
Incamar S/A (1970)	Pelotas/RS	Último arquivamento na JUCERGS em 1994.
Aurichio S/A (1962)	Ubatuba/SP	Fechamento da unidade de enlatamento de pescado em 1979. Concordata em 1988 e falência em 2000.
Indústria de Conservas Ubatuba (1958)	Ubatuba/SP	Em operação. Especializada em conservas de anchoita.
Conserva de Peixe Tupi (1958)	Santos/SP	s.i.
Tsotomu Ikenami Conservas (1955)	São Paulo/SP	Fechada com cancelamento em 1986.
Kamakishí Oshiro	São Sebastião /SP	s.i
Kenzo Fugi & Cia Ltda (1950)	São Sebastião/ SP	Último arquivamento na JUCESP em 1979.
SIPESCA S/A (1970)	Guarujá/SP	Último arquivamento na JUCESP em 1982.
Conservas Ribeiro	Niterói/RJ	Fechada em 1985.
Conservas Piracema (1964)	São Gonçalo/RJ	Em operação
Ind. Alimentícias Beira-Alta (1964)	Rio de Janeiro/RJ	Execução fiscal em 1990 e adquirida pela Arisco em 1993.
Pesca e Conservas Poveiro	Angra dos Reis/RJ	s.i
Suplemento LB Ltda	Angra dos Reis/RJ	s.i

Fontes: Organização e cálculos de César Martins, com base no Anuário da Pesca, 1974; MENCIA-MORALES, F. et alii. Avaliação da indústria pesqueira brasileira: capacidade, produção e mercado. Brasília: FAO/SUDEPE/PDP, 1976 (série Doc. Técnicos nº 20); Ofício IBAMA/AUDIT nº 214/05; Juntas Comerciais estaduais.

O quadro 12 apresenta as indústrias enlatadoras e sua capacidade produtiva no período considerado como o mais importante para o setor e com reflexos do financiamento estatal.

QUADRO 12 - Brasil: 18 firmas/grupos econômicos com maior capacidade de enlatamento de pescado (1974-1980)

Firma/grupo econômico	Município/UF	Estimativa da capacidade de enlatamento (em mil latas/dia)
Conservas Coqueiro S/A	São Gonçalo	330
Multipesca S/A	Bertioga	200
Metal Forty S/A	Niterói	180
União Brasileira de Pesca e Conservas	São Gonçalo	140
Indústrias Reunidas São Gonçalo S/A	São Gonçalo	130
Conservas Rubi S/A	São Gonçalo	120
Indústria Alimentícia Beira Alta S/A	Rio de Janeiro	120
Pescanova Com. e Ind. S/A	Bertioga	120
Atlantic Indústria de Conservas S/A	Niterói	110
Conservas Piracema S/A	São Gonçalo	100
Orleans Com. e Ind. S/A	São Gonçalo	80
MIPESCA- Indústria e Comércio de Pesca	Itajaí	80
Mantuano S/A Comércio e Indústria de Pesca S/A	Niterói	60
Cia. Industrial de Conservas Santa Iria	Niterói	60
Wildner S/A- Pesca, conservas e congelados	Biguaçu	40
S/A Alcyon Ind. de Pesca	Santos	20
SIPESCA- Conservas Guarujá S/A	Guarujá	10
Conservas Ribeiro S/A	Niterói	10
Subtotal		1.950
Outras		400
TOTAL		2.350

Fonte: Organização de César Martins, com base em: Anuário da Pesca/73; Consulta nos arquivos das Juntas Comerciais de Santa Catarina e de São Paulo.

Destacamos no quadro 12 a concentração das fábricas ao redor da Baía de Guanabara, duas grandes empresas no litoral paulista e a existência de outras 12 unidades de enlatamento que somadas possuíam a capacidade para enlatar 400 mil latas/dia. Relembramos que dessas, cerca de 300 mil eram enlatadas pelas seis fábricas instaladas em Rio Grande e as duas em Pelotas.

Entre as firmas que não receberam os recursos estatais daquele momento destacamos a Beira-Alta do Rio de Janeiro. Fundada em 1955 pelos comerciantes Oscar Silva Barbosa, Affonso Baião Galvão e José Borges Nunes como Produtos

Alimentícios Barbosa S/A, a firma foi transformada em 1964 em Indústrias Alimentícias Beira Alta S/A para beneficiar e comercializar azeite, ameixa e ervilha. A partir de 1968, inicia a comercialização de produtos de terceiros, principalmente sardinha. Ao encontrar as possibilidades oferecidas pela aceleração das capturas e afirmação do mercado consumidor de produtos industrializados, em 1972, inicia a produzir sardinha em conserva com recursos próprios e do governo estadual empregando 400 trabalhadores. A partir da segunda metade da década de 1970 reorganiza sua estrutura: melhora seu *merchandising*; aumenta o número de empregados para cerca 1.000 trabalhadores; passa a produzir dois novos produtos: cavalinha em óleo comestível (270g) em embalagens de quatro cores para atender o mercado internacional e sardinha com condimentos (cenoura, tomate, pimentão, cebola, azeitona, louro) em latas de 140 gramas; realiza exportações para Estados Unidos da América, Portugal, Marrocos e Espanha; avalia a ineficácia da frota de captura de sardinha para seus planos de produção e planeja a verticalização com a construção de uma frota de embarcações próprias (figura 17).



FIGURA 17- Propaganda das exportações da Beira Alta.

Fonte: Revista Nacional da Pesca, n. 150, 1975.

Em entrevista para RNP n. 155 de abril de 1976, o senhor Sérgio Mello Nunes, diretor-superintendente anuncia exportação de 16 milhões de latas de alimento especial para gato com base em sardinha cozida, triturada e com adição de vitaminas, com *know-how* da firma estadunidense *Carnation International*; exporta 50 mil latas para a Colômbia e 150 mil latas para Porto Rico com embalagem em alumínio e *easy open*.

Firma originada do capital de imigrantes do setor de importação-exportação que foi transformada em uma das marcas de maior relevo no nascente mercado de alimentos industrializados da sociedade urbano-industrial que se afirmava no Brasil, a Beira Alta, saltou das páginas das revistas de negócios para um intrincado caso policial que envolveu um dos seus diretores: o senhor Marcos Galvão, foi condenado com um grupo envolvido no tráfico internacional de drogas e assassinatos, que ficou conhecido no Rio de Janeiro como o caso da exportação de cocaína em latas de sardinha em 1984¹. A crise instalada não impediu que entre os anos de 1979 e 1991 a empresa figurasse entre as cinco maiores do setor de conservas nos Balanços da Gazeta Mercantil, mas com a execução fiscal iniciada em 1989 foi adquirida pela Arisco em 1992². Após negociações que envolviam a Pepsico e a Unilever, o grupo Arisco foi adquirido pelo grupo

¹ A revista Isto É de 19/11/1997 publicou ampla matéria resgatando o caso.

² Arisco foi fundada em Goiânia em 1969 pela família Alves de Queiroz para a produção de temperos industrializados para alimentação. Através de uma série de aquisições de pequenas fábricas, diversificou-se nos anos 80 e 90 para os setores de higiene, limpeza e químico, tornando-se um dos maiores grupos econômicos brasileiros até o fim dos anos 90 (Gazeta Mercantil. Balanço Anual. Diversos anos; Exame. 500 maiores empresas do Brasil. Diversos anos). Em 1995 o grupo vendeu 20% de seu controle acionário para o Banco Goldman, Sachs & Co. dos Estados Unidos da América. Em 1998 o grupo Arisco ocupou o 81º lugar em os maiores grupos instalados no Brasil segundo o volume de vendas, empregando cerca de 7.000 trabalhadores e controlando empresas como a Indústria de Alimentos Beira Alta, Indústria Química Arco, Confeitaria Colombo, Inbas, Transporte Sistema, Visages e Pardelii (Exame- maiores e melhores, junho/1999, p. 103). Nos anos de 2000 e 2001 o grupo Arisco não figurou mais nos balanços da Exame- maiores e melhores. Para este estudo destacamos a aquisição da Confeitaria Colombo do Rio Janeiro em 1992 em função de algumas inovações. A Confeitaria Colombo foi fundada pelos portugueses Joaquim Borges Meirelles e Manoel José Lebrão na cidade do Rio de Janeiro em 1894. A empresa foi responsável por algumas inovações no começo do século XX: em 1919 inaugurou instalações com fogão à gás e na década de 30 a produção de creme de arroz, sagu e féculas em caixas de papelão. As embalagens traziam informações nutricionais e sobre os modos de preparo e a geléia de mocotó em copos de vidro que podiam ser reaproveitados para uso doméstico (ACCIOLLY, 2000).

americano Bestfoods através da Refinações de Milho do Brasil (RMB) em fevereiro de 2000³.

A RMB foi comprada pela anglo-holandesa Unilever em junho de 2000. Com a aquisição, a Unilever tende a se tornar a maior empresa do setor de alimentos no mundo. Com essa aquisição ela assume no Brasil a liderança em pelo menos dois ramos no Brasil: de atomatados, na disputa com a Parmalat-Etti e Bombril-Cirio e de maioneses com as marcas Gourmet da Gessy Lever e Hellman's da RMB.

A Unilever iniciou suas operações no Brasil ao adquirir em 1960 a empresa Gessy criando a Indústria Gessy Lever Ltda⁴. Uma das estratégias geográficas da Unilever é a existência de duas sedes de gestão para realização unificada de seus negócios. Uma localizada em Rotterdã que controla as atividades européias e outra em Londres que administra os negócios no resto do mundo. Atualmente o grupo é organizado em duas divisões: a Unilever Bestfoods, de alimentos, união da Van der Berg, Arisco, Cica e RMB e a Unilever HPC de produtos de higiene e limpeza resultado da fusão entre a Ellida Gibbs e Gessy, que emprega cerca de 255 mil trabalhadores e somente no ano de 2000 fechou 23 fábricas em todo mundo. Esse grande grupo econômico está inserido no contexto de expansão do grande capital em que desde a metade do século XIX as mudanças das organizações empresariais ocorrem principalmente em resposta às novas condições de competição que uma crise produz: "este processo ocorre devido à acumulação e seu aumento que pode ser interpretado como originário do crescimento desigual da tendência para a concentração e centralização do capital"^{*} (TAYLOR E THRIFT, 1983, p. 450).

³ A RMB tem origem na empresa dos ingleses W.Brown e John Polson que criaram uma indústria para produzir amido de milho. Em 1858 realizaram as primeiras exportações para o Brasil. Em 1930 iniciou a produção do amido de milho "Maisena" no Brasil.

⁴ A Gessy foi fundada em 1897 no Rio de Janeiro por A.C.J. Milani pioneira na fabricação de sabonetes no Brasil. Em 1932 diversificou sua produção no setor de higiene pessoal criando a Cia. Gessy Lever Industrial. Em 1999 a Cia. Gessy Lever Industrial empregava 11.000 trabalhadores em 13 unidades industriais no Brasil que produziam 17 linhas de produtos de higiene-limpeza e alimentos.

^{*} This process, both fuelled by accumulation and fuelling accumulation, can be interpreted as stemming from uneven development of tendency to concentration and centralization of capital.

O intenso processo de aquisições e fusões protagonizado pela Unilever e acompanhado com rigor pela SAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico) do Ministério da Fazenda impediu o acesso direto à informações do grupo. Observe-se que a formalização das aquisições iniciadas em 2000 somente foi aprovadas em dezembro de 2002 com restrições para impedir a constituição de monopólio em diversos mercados como o de polpa e purê de tomate, de *catchup*, de mostarda e de maionese. Assim, apesar de o grupo possuir experiência no setor de pescado, chegando a participar do cartel do pescado na Alemanha (MIRROW, 1980), manteve a desativação da unidade de enlatamento da Beira Alta executada pela Arisco e não há indicações de sua penetração no setor. Consideramos com Friedland e Palmer (1994) que grupos econômicos como a Unilever, podem reempregar recursos muito rapidamente, protegendo-se dos contratempos dos ciclos dos negócios e rapidamente podem se inserir ou num novo setor que apresente probabilidades de expansão dos negócios.

Destacamos anteriormente a concentração das fábricas ao redor da Baía de Guanabara, de duas grandes empresas no litoral paulista e a existência de outras 12 unidades enlatamento que somadas possuíam a capacidade de enlatar somente 50 mil latas/dia, ou seja metade das cerca de 10 mil latas diárias das duas menores fábricas entre as 18 maiores.

Apesar de existirem 11 indústrias enlatadoras no estado de São Paulo, o destaque na capacidade produtiva estava concentrado em duas: a Multipesca e a Pescanova. De acordo com nossa pesquisa na Junta Comercial do Estado de São Paulo e na RNP, a primeira eliminou, no começo dos anos de 1980, seu parque fabril e atualmente é uma empresa do ramo de turismo e hotelaria. A segunda é considerada um exemplo do aventureirismo referido por empresários da época. Fundada em dezembro de 1968, a Pescanova teve seu projeto aprovado pela SUDEPE, possuía integração vertical, incluindo duas fábricas em Itajaí e Navegantes com 13 barcos camaroneiros, uma unidade de manutenção da frota e estabeleceu um contrato de assistência técnica com a maior enlatadora de pescado da Noruega, a Christian Blelland & Co. Em 1969, passou a industrializar bacalhau e empanados. Em 1973, iniciou a operar em Bertioga com 800

trabalhadores e 100 pescadores (cerca de 70% da população local trabalha direta ou indiretamente para a Pescanova, segundo a RNP, nº124 de junho de 1973, p.8), com duas linhas semi-automáticas de enlatamento, produção de farinha e óleo de peixe, gelo (80 toneladas/dia), latas de alumínio, túnel de congelamento para 40 toneladas e câmara de estocagem para 750 toneladas. Em 1974, entra em concordata, suspende as operações industriais e de pesca e concede férias coletivas para seus trabalhadores. A portaria 463, de 17/09/1975, autoriza a Brasil Atlantic captar recursos do Fiset/Pesca para recuperar a Pescanova. No breve período de recuperação, reiniciou em 1976 as atividades de enlatamento e de experiência de pesca de atum com rede de cerco, mas em 1979 a diretoria renunciou e a Mantuano S/A de Niterói recebeu recursos do Fiset/Pesca para incorporar novamente a Pescanova.

Desenvolvemos em capítulos anteriores a formulação que historicamente o Estado brasileiro como outros Estados, planejam e executam políticas para o setor pesqueiro. Políticas essas que dependendo da capacidade de organização e operativa dos diferentes agentes são seletivas e priorizam determinadas ações tanto de regulação como de financiamento. Dada a diversidade do setor pesqueiro instalado no Brasil e das possibilidades de pesca relativamente reduzidas em um Mar Territorial majoritariamente marcado pela tropicalidade de suas águas, o Estado brasileiro, especialmente após 1967, planejou e executou ações que visavam aumentar a base técnica das pescarias e garantir a existência de fábricas que transformariam parte significativa do pescado em produtos industriais e/ou em mercadorias que pudessem contribuir para a melhoria do saldo da balança comercial. Nesse sentido, a intervenção estatal foi na direção de transformar a pesca em uma atividade majoritariamente realizada por armadores com embarcações tecnificadas que assalariavam os pescadores e as indústrias em estruturas produtivas que combinassem o aumento da capacidade da absorção dos resultados das pescarias com um maior controle das condições sanitárias, marcando um momento que exemplifica a constituição da tecnosfera. A articulação com a psicosfera vai ser desenhada com as tentativas de regular o consumo de pescado *in natura*, impedindo a manutenção do consumo fora de

varejos controlados e montagem de campanhas publicitárias divulgando as vantagens da alimentação com pescado que passou por algum processamento industrial⁵. Ora, é uma das características da economia dos chamados países periféricos a existência e a coexistência de firmas com grandes desníveis tecnológicos e como preconizava Ignácio Rangel em 1960 “esta é uma das razões pelas quais, nos países subdesenvolvidos, o Estado deve intervir na economia muito mais do que nos desenvolvidos” (RANGEL, 1980, p. 88).

A intervenção estatal ocorrida entre a criação e a extinção da SUDEPE (1962-1989) era marcada sobretudo pela regulação das pescarias e do financiamento. O discurso e a prática de desregulamentação da década de 1990 e do começo do século XXI é muito mais da regulação das pescarias, mesmo com as dificuldades operacionais do IBAMA para a aplicação das restrições a pesca, e da consolidação de pelo menos três agentes que se tornam hegemônicos no setor. Esses são as firmas de grupos econômicos: os aqüicultores, os armadores de pescarias de atuns e afins de alto mar para exportação e os enlatadores de pescado em forte processo de transnacionalização.

4.2. A CONFIGURAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE ENLATAMENTO NOS ANOS DE 1990

Não identificamos estudos sobre indústria de processamento de pescado no Brasil e é necessário confirmar o tripé explicativo: a superação dos limites impostos pela disponibilidade de matéria-prima, as ações do Estado e a tendência à concentração do capital⁶.

⁵ O Grupo Ipiranga em 1968 constituiu a ISAPEIXE (Indústria Rio-grandense de Pescado S/A) que proprietária de duas embarcações tentou uma nova modalidade de venda de pescado no varejo: a comercialização de filés de peixe em embalagens menores que um quilo em sua rede de postos de gasolina.

⁶ Na pesquisa realizada não foram encontrados estudos sobre a indústria da pesca em órgãos estatais como o BNDES, IPEA e IBAMA, bem como em importantes Centros de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil como a USP, a UNICAMP, a UFRJ, a UFF, a PUC-SP, a UFRGS e a UFSC.

Podemos considerar que Alfred Chandler (1998) foi um dos pioneiros em estabelecer as primeiras grandes diretrizes para o estudo das organizações empresariais em seus processos de verticalização e busca de escalas e de escopo. Uma das características de seus trabalhos era a densidade das informações setoriais e por empresas com datações e localizações precisas. Neste sentido, sugerimos que esta formulação está nos fundamentos do trabalho de alguns geógrafos que se dedicaram sobretudo ao estudo dos processos econômicos.

Nos limites desta proposta de estudo e baseados nas proposições iniciais é possível remeter para uma sugestão de Pierre Monbeig, um dos geógrafos franceses formalizador da Geografia acadêmica no Brasil. Em 1957, Monbeig elabora a proposição de uma “cartografia baseada nos modos de utilização do capital” (p. 221) no sentido de que “a ação geográfica dos grandes grupos torna-se possível porque eles dispõem de capitais e possuem a indispensável capacidade de investir” (p. 231). No mesmo texto, sugere uma “Geografia dos bancos ou dos investimentos” e indica dois caminhos para os estudos: a localização das regiões onde se constituem as reservas disponíveis, sua explicação e “a circulação e as estradas que acompanham êsses investimentos” (p. 231/232).

Monbeig (1957) sugere a possibilidade de estudos da espacialidade das estratégias dos grandes agentes econômicos pois “há um comportamento geográfico dos investimentos que depende das condições naturais e das circunstâncias políticas e sociais, ao mesmo tempo” (p. 233).

A pesquisa realizada se inscreveu num contexto como aquele apresentado por Andrade (1985) em que é possível a elaboração de uma pauta de estudos das relações entre empresa e integração espacial, obrigando-nos a levar “em consideração a existência de uma divisão do território, segundo a área de influência das empresas, da mesma forma que o fazemos em relação à área de influência dos Estados” (p. 69).

A análise procura vincular as firmas/grupos econômicos ao território. Na Geografia, destacamos estudos com os de Serrano (1996), de Méndez (1997) e

de Pires do Rio (1998) que contribuem para nossa justificativa. José M. Serrano (1996) constrói a regionalização do mundo em função das estratégias e ações das grandes empresas mundiais. Essa proposta assemelha-se a proposição de uma “geografia das multinacionais” de Ricardo Mendez (1998). Um encaminhamento possível para estudos das relações entre estrutura organizacional e o processo de reestruturação produtiva coordenados por corporações é sugerido por Gisela Aquino Pires do Rio (1998). Portanto, os agentes que estamos considerando como novos no setor são tradicionais agentes hegemônicos que constituem e são fortalecidos na globalização perversa (SANTOS, 2001).

Reinaldo Gonçalves (1999), em um estudo sobre a atual inserção do Brasil na economia mundial argumenta que “devemos ter enorme cautela quando casos específicos (produto, empresa ou setor) são tomados para se fazer generalizações quanto ao impacto da abertura comercial” (GONÇALVES, 1999, p. 98). No capítulo VII, intitulado “Desnacionalização: evidência setorial” realiza o balanço dos setores de mineração, autopeças, laticínios, bancos, seguro, energia elétrica, supermercados, meios de comunicação e aviação.

O trabalho se inscreve no amplo contexto de discussões sobre o processo articulado de inserção subalterna da sociedade e do território brasileiro na economia mundial com “um nítido e forte processo de desnacionalização, que vem acompanhado da perda de posição relativa, tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas nacionais” (GONÇALVES, 1999, p. 134). Em nosso trabalho partimos de um setor da economia dependente de recursos naturais do território e que muito tardiamente se inscreve no processo de abertura da economia com a presença de grandes grupos econômicos e pretendemos contribuir para o debate acadêmico e político sobre o papel das diferentes escalas (local/nacional/global) no processo de transnacionalização da economia brasileira.

Como afirmamos em itens anteriores, o Estado brasileiro mantém historicamente planos e estratégias de regulação do setor pesqueiro. Porém, desde a extinção da SUDEPE pelo Decreto lei 7735 em fevereiro de 1989 e o fim dos incentivos do Decreto 221/67 no início dos anos 90, há uma certa divisão de tarefas relacionadas ao setor pesqueiro entre o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA) do Ministério da Agricultura. O primeiro atua, sobretudo, na fiscalização da atividade pesqueira, enquanto o DPA entre outras atividades tem expedido licenças para embarcações estrangeiras pescarem no Brasil e a instalação de várias formas de cultivo de pescado. Ou seja, desde o começo da década de 90, as estratégias e ações do Estado brasileiro para o setor pesqueiro são de “maior rigor no controle da pesca extrativa e incentivo à criação de pescado” (ABDALLAH, 1998, p. 51). Acrescenta-se a essas ações a agilização das licenças para barcos atuneiros que a partir de terminais de cidades do Norte e Nordeste realizam exportações de atuns e afins como *commodities* e as iniciativas para transformar a pesca costeira realizada com pequenas e médias embarcações em fornecedora de pescado que será transformado em ração para os aqüicultores produtores sobretudo de camarões e peixes de maior valor comercial para o mercado externo e extratos tipificados do mercado interno⁷.

A retirada dos recursos estatais via SUDEPE e de seu sucessor, o IBAMA, colocou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como principal financiador estatal do setor pesqueiro e indica a pertinência da análise que estamos elaborando. O volume de recursos liberados pelo BNDES na primeira metade da década de 90 corrobora a análise apresentada (tabela 12).

⁷ Territorialmente desenha-se um certo grau de especialização dos portos pesqueiros. Em Cabedelo/PB há investimentos de infra-estrutura da prefeitura e do governo estadual e que indicam a possibilidade de realizar pescarias sobre estoques ainda pouco utilizados de atuns e afins que são exportados inteiros para a União Européia e Ásia aproveitando a localização privilegiada. No porto pesqueiro paraibano, distante cerca de 18 quilômetros de João Pessoa, são cerca de 50 embarcações sediadas que capturaram 3.000 toneladas de atuns e afins em 1999 e cerca de 10.000 toneladas em 2000 numa rede de exportação por via marítima ou aérea para os Estados Unidos e Europa (Gazeta Mercantil, 26/01/2001). Esta rede se reproduz também em Rio Grande/RS, como por exemplo com o agenciamento de embarcações arrendadas da Cabedelo Pesca Ltda pela JL Grafalha Serviços Marítimos. A Tunasa (Tunídeos da Amazônia S.A), com recursos da extinta SUDAM em 2000, adquiriu 3 barcos atuneiros e a partir de uma unidade de processamento em Curaçá/PA exportará por via aérea para a Aquafarming e Fisheries International dos Estados Unidos.

TABELA 12 - BNDES: desembolsos para a pesca, aqüicultura e indústria - 1990/1996 (em mil dólares)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Pesca	0	0	0	0	0	136	94
Aqüicultura	120	1211	6562	1404	1869	4306	13028
Indústria de pescado	2268	876	4036	1504	1312	2834	3106

Fonte: Faveret Filho e Siqueira, 1997.

A dinâmica recente do setor implica uma nova divisão territorial do trabalho (a concentração do processo industrial de enlatamento de pescado por empresas de grandes grupos econômicos) e a redefinição do trabalho dos outros agentes sociais.

O processo de remodelação tecnológica e organizacional da indústria no Brasil intensifica-se a partir dos anos 90 com algumas características gerais como a redução de pessoal ocupado, o aumento da produtividade do trabalho e a adoção de uma política deflacionária que imputa arrocho ao potencial produtivo com contração da demanda para estabilizar a moeda.

No plano político-institucional, a aliança formada ao redor da candidatura vitoriosa de Fernando Collor Mello à Presidência da República no final dos anos 80 aplicou na sociedade brasileira um programa que partia do diagnóstico que indicava estar esgotado o modelo de desenvolvimento brasileiro assentado nos pressupostos da Segunda Revolução Industrial e da sua incapacidade para cumprir os requisitos da Terceira Revolução Industrial, tentando eliminar quaisquer resquícios dos projetos nacional-desenvolvimentista, seja o de Getúlio Vargas ou dos segundo (1975-1979) e do terceiro (1980-1985) Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). O diagnóstico apontava para a necessidade de romper com algumas das relações historicamente construídas entre parcelas do empresariado e o Estado, bem como alterar algumas das poucas conquistas da classe trabalhadora. O início do processo de reestruturação gozou de uma enraizada base ideológica que garantia que a mesma poderia ser realizada autoritariamente. Como analisou Fiori: “aceitava-se a indispensabilidade de um profundo ajuste macroeconômico e de uma reestruturação produtiva e, por fim, identificava-se, o imperativo de uma reforma do Estado” (1993, p. 153).

Nas reformas do Estado brasileiro em curso desde 1990, foram planejadas e aplicadas as medidas de reestruturação que visavam basicamente a retirada do Estado de algumas de suas funções historicamente construídas e o favorecimento explícito às ações de uso privado dentro e com as instituições e órgãos estatais. Portanto, as reformas mantiveram a lógica do Estado como mantenedor da riqueza dos representantes do sistema financeiro, colaborando para uma agressiva reconcentração da renda, para o aumento exponencial da dívida pública e para a constituição ideológica de uma aparente incapacidade de planejar e executar projetos de universalização da cidadania.

A síntese é apresentada por Tavares (1999):

o neoliberalismo tardio do Brasil forçou a aceleração drástica da implementação das medidas do chamado Consenso de Washington depois da crise do México em 1994 (...) Em menos de 5 anos conseguimos compactar abertura econômica, políticas de estabilização, o pacote de reformas neoliberais e as privatizações e desnacionalização em um ritmo, extensão e profundidade, que levaram no México, o país livre-associado dos EUA, mais de 14 anos para se completar (p. 478/479).

Como o novo padrão tecnológico-institucional é assentado em quatro grupos industriais (eletrônica, informática, biotecnologia e novos materiais) e em sistemas flexíveis de produção, quais as novas formas e conteúdos do setor pesqueiro industrial instalado no Brasil?

Com o estudo do setor industrial de enlatamento de pescado instalado no Brasil, inserimos a pesquisa no debate intensificado nos últimos dez anos quanto à capacidade competitiva das empresas instaladas no Brasil. Procuraremos averiguar se as empresas do setor possuíam capacidade competitiva quanto as suas estruturas administrativas, seus produtos e sua organização territorial.

Nossa pesquisa é baseada no estudo elaborado por Coutinho e Ferraz (1995) que aponta as seguintes características do formato organizacional das empresas competitivas:

1. quanto aos processos decisórios: crescente descentralização, decrescente número de níveis hierárquicos, crescente

participação dos trabalhadores nas decisões e ganhos das empresas;

2. quanto ao fluxo de informações: horizontalização e crescente intensidade;
3. quanto aos produtos: crescente atendimento às especificações dos clientes e crescentes esforços de desenvolvimento;
4. processos produtivos: busca de melhoria contínua, crescente flexibilidade, baixos níveis de estoque, menores tempos mortos.

O diagnóstico geral para as empresas de capital nacional apresentado por Coutinho e Ferraz era que “estão presentes na maioria dos setores, mas, relativamente às empresas de outros países, elas são de menor porte, têm prevalência em setores tradicionais, não estão associadas ao setor financeiro e apresentam baixo nível de capacidade em gestão” (FERRAZ e COUTINHO, 1995, p. 190).

Os elementos levantados indicam que até o começo da década de 1990 as indústrias de enlatamento de pescado instaladas em Rio Grande apresentavam essas características. Portanto, ganha relevo a radicalização do debate sobre o processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil que tem como formulação emblemática a comparação do ex-presidente Fernando Collor dos automóveis produzidos no Brasil com as carroças. Haveria comparação possível para a sardinha e o atum enlatados produzidos no Brasil?

Consideramos que esse debate pode realizar a interlocução entre formulações como as de Gonçalves (1999), Goldenstein (2001) e Castro (2001) sobre a reestruturação produtiva em curso. O primeiro sintetiza a trajetória dos anos 90 e especialmente com o que chama de “herança trágica do governo FHC” com base no aumento da vulnerabilidade externa em quatro eixos:

desestabilização macroeconômica, desmantelamento do aparelho produtivo, degradação do tecido social e deterioração político-institucional” (GONÇALVES, 1999, p. 14-32).

Goldenstein defende o processo de abertura comercial e a necessidade de impor ao parque produtivo instalado no Brasil a superação do paradigma assentado na transferência de custos para toda a cadeia produtiva e aos consumidores, no período inflacionário. Tal superação paradigmática obrigou a negociações intracadeia produtivas e o estabelecimento de novas relações entre os diferentes agentes. A abertura comercial é considerada como indispensável para melhorar a produção e a produtividade levando por exemplo a constatação que a “tradicional empresa familiar brasileira está morrendo” e que “muitas empresas familiares que se adaptarem a uma economia aberta e estabilizada sobreviverão” (p. 218). A autora na defesa da política executada no período do Plano Real, na abertura e no processo de privatização, sintetiza:

juntos, mudaram de forma radical o panorama econômico do país, abrindo em alguns casos, novas possibilidades para velhos setores, segmentos e empresas que, por motivos de natureza financeira e/ou empresarial, conseguiram se modernizar. Abriram também novas frentes de investimentos em áreas que antes, em uma economia fechada, estagnada e inflacionária, não despertavam interesse (GOLDENSTEIN, 2001, p. 220).

Segundo Castro (2001), as empresas industriais deram três respostas ao novo quadro dos anos 90:

1. reestruturação das práticas gerenciais para busca de padrões e gabaritos de eficácia;
2. modernização/diversificação das linhas de produtos com o aumento de importações de insumos e equipamentos;
3. deslocamento de unidades fabris para áreas de melhor infraestrutura, mão de obra barata e/ou benesses fiscais.

Conjuntamente com as respostas acima, entre 1989 e 1994 foram identificadas estratégias que combinavam reduções (de postos de trabalho, de

produtos e de unidades produtivas) com a adoção de práticas gerenciais baseadas na Gerência de Qualidade Total (TQM) e *just-in-time* para a busca de certificados ISO.

Com base na existência de sete funções do processo produtivo (P & D, *design*, engenharia de produção e processos, fabricação, montagem, logística e distribuição, *marketing* e gerência de marcas), Castro (1997) advoga que os quatro momentos de produção de menor valor agregado (engenharia de produção e processos, fabricação, montagem e logística e distribuição) é que estão consolidados e em expansão no Brasil, na “lógica da rede articulada em volta da empresa líder” (CASTRO, 2001, p. 24) e que “se pretende alcançar uma economia capaz de gerar bons lucros e pagar altos salários, o posicionamento típico das atuais empresas industriais tem que ser seriamente revisto” (p. 26).

A pesquisa demonstrou a carência de estudos sobre a estrutura empresarial e a capacidade de inovação do setor no Brasil⁸.

Na década de 70, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) solicitou um estudo sobre a indústria de alimentos para o técnico francês M. Rondière. Sobre a indústria de pesca, o diagnóstico foi que com “com raras exceções, todas as fábricas brasileiras visitadas estão longe de trabalhar com plena capacidade, principalmente por falta de produtos agrícolas. Na indústria de peixe o problema se torna mais sério”⁹.

No único texto identificado que procura analisar a atividade pesqueira em seu conjunto na década de 90, Sifferert Filho e Faveret Filho (1998) apresentam suas características básicas (incerteza, extrativismo, diversidade, baixo grau de integração vertical e as urgências de controlar o esforço de pesca e de pesquisa

⁸ O IPEA no final de 2005 trouxe a público um grande balanço sobre as inovações, padrões tecnológicos e o desempenho das indústrias brasileiras. Há um capítulo dedicado ao estudo da inovação na indústria de alimentos, no qual a utilização da classificação do CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) inclui no item 151, o abate e preparação de produtos e carnes e de pescado (CONCEIÇÃO e ALMEIDA, 2005). Em função da reconhecida dinâmica e agressividade do mercado das indústrias de carnes (ESPÍNDOLA, 2002) optamos por não utilizar os resultados da pesca para as firmas industriais de pescado.

⁹ Indústria e Produtividade, n. 38 ano 4. julho/1971, p. 79. Nos 263 números da revista “Indústria e Produtividade” da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) do período de maio de 1968 até janeiro de 1991 há apenas três matérias sobre a indústria pesqueira.

do ritmo das espécies) e o diagnóstico sobre o grau de integração da cadeia produtiva e as estratégias empresariais quando comparado a cadeia bovina e a de frango/suíno. Tal síntese comparativa é apresentada no quadro 13.

QUADRO 13 - Brasil: cadeias produtivas e estratégias empresariais

Matéria-prima	Bovino	Frango/suíno	Peixe
Regularidade da oferta	Baixa/fraca	Alta	Baixa/safra
Produtividade	Baixa	Alta	Baixa
Controle da indústria sobre o progresso técnico	Nenhum	Alto	Nenhum
Tipo de relação com a indústria	Mercado	Contrato	Mercado
Pagamento por qualidade/produtividade	Raro	freqüente	Raro
Sanidade do rebanho	Crescente	Grande	-
Indústria			
Atualização tecnológica	heterogênea	Homogênea	Defasada
Padrão sanitário	heterogênea	Bom	Bom
Economia de escala	Limitadas	Grandes	Limitadas
Custos de coordenação	Baixos	Altos	Baixos
Esforço para diferenciação de produtos	Fraco	Grande	Fraco
Canais de comercialização			
Atacadistas	Sim	Não	Sim
Supermercados	Sim	Sim	Sim
Equipes de venda	Não	Sim	Não
Grau de intermediação	decrecente	Baixo	Alto

Fonte: Sifferert Filho e Faveret Filho, 1998.

Neste estudo concordamos com os autores acima referenciados e acrescentamos que não é possível afirmar a existência no setor pesqueiro nacional de um sistema no sentido agroindustrial, seja de *commodities*, de *filière* ou de um sistema agroalimentar em rede como sugerido por Zylbersztajn (2000). Porém, esse diagnóstico contrasta com as avaliações da década de 70 que indicavam que as indústrias pesqueiras brasileiras possuíam, naquele período, padrão tecnológico compatível com o apresentado em outros países (MA/SUDEPE, s/d). Além disso, mostravam que, apesar dos desperdícios pelo manuseio inadequado do pescado, na década de 90 “esse parque possui uma estrutura de beneficiamento relativamente nova, de cerca de 20 anos (...) com excelência tecnológica” (DIAS NETO e DORNELLES, 1996, p. 31). Atualmente, o

Sistema de Inspeção de Pescado e Derivados do Ministério da Agricultura (SEPES/DIPOA), vem aprimorando o controle sobre aquelas indústrias que mantêm o registro no SIF, incluindo a implementação do ARCPC (Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos) que objetiva a identificação sistemática, análise e controle de todos os riscos em todas as fases do processo produtivo.

Reafirmamos a necessidade de estudar o papel do Estado no setor pesqueiro, pois, como demonstraram Allen (2000) na Argentina e de Floy sand e Lindvist (2000) na Noruega, a adoção de políticas de desregulações no setor pesqueiro apresentou como desdobramentos gerais o comprometimento dos recursos pela pesca realizada por embarcações estrangeiras, a perda do controle de partes importantes do processo de trabalho pelos agentes locais, a desagregação de comunidades antigas e a precarização do trabalho nas unidades fabris.

Para o Brasil, é possível realizar dois comentários iniciais. Em primeiro lugar, desde a criação do DPA do Ministério da Agricultura no final da década de 90, as ações do Estado têm sido explicitamente na direção de favorecer a investimentos para a aquicultura de exportação e a abertura da ZEE para empresas que pescam atuns e afins para exportação sem agregação de valor. Tal reorientação não contou com um período de transição entre os anos de 1962 e 1989 (criação e extinção da SUDEPE) em que havia uma forte regulação e a inexistência atual de políticas públicas que incluíssem a pesca artesanal, a pesca industrial costeira e o setor industrial pesqueiro. A condição de o Brasil ser “um dos países mais desregulados da América Latina” (TAVARES, 1999, p.484) parece ter materialidade na pesca. Sugere-se que a desregulação constitui uma nova regulação.

O segundo comentário é sobre a avaliação do fraco desempenho na diferenciação de produtos. Ora, se até o período da pesquisa de Sifferet Filho e Faveret Filho para o BNDES (quadro 13), a generalização apresentada era pertinente, nos últimos anos é possível fazer algumas constatações empíricas, no conjunto de ações das indústrias, no que se refere a diversificação de seus produtos. Tomamos a expressão diversificação de produtos no sentido da

realização de inovações em pelo menos cinco das perspectivas de Schumpeter (1982), ou seja, há a fabricação de um novo bem? Há introdução de um novo método de produção? Houve a abertura de um novo mercado? Foi conquistada uma nova organização econômica como, por exemplo, do estabelecimento de situação de monopólio? Quais os agentes que estão realizando?

A abertura comercial, a estabilização do processo inflacionário e o período de quase paridade entre o dólar e o real, ao mesmo tempo que prejudicaram alguns setores produtivos estabelecidos no Brasil, contribuíram para colocar no mercado uma série de produtos importados com preços relativamente baixos e diferenciados. A Gomes da Costa, por exemplo, comercializa na linha *premium*, mexilhões da Espanha, siri e camarão da Tailândia e massa para bolinho de bacalhau da Noruega. É nesse período que são fechadas algumas indústrias de pesca instaladas no município do Rio Grande, e também o momento em que inicia o processo de diversificação do pescado enlatado no Brasil e a intensificação das capturas de atuns e afins. As indústrias instaladas em Rio Grande apresentavam uma escala de produção razoável de cerca de 30.000 latas/dia, porém enfrentaram problemas de escopo quanto a diversidade de pescado e o tamanho de embalagens utilizadas.

Tomamos do Dicionário de Economia organizado por Paulo Sandroni, uma definição de inovação:

“introdução de novos produtos ou serviços ou de novas técnicas para sua produção ou funcionamento (...) Também são inovações as novas formas de marketing, vendas, publicidade, distribuição etc. – que resultem em custos menores e/ou faturamentos maiores” (SANDRONI, 1994, p. 173).

Apresentamos alguns dados sobre essas inovações no setor:

1. a introdução no mercado de atuns e de sardinha com molhos diferenciados (azeitonas, maionese, alcaparras...). A figura 18 apresenta uma inovação para o mercado brasileiro no ano de 2004: os patês de atum da Coqueiro. Em nossa entrevista com o Sr. Wilson

Santos um dos diretores da fábrica em 2003 houve a declaração que a firma estudava nichos de mercados para novos produtos e que a mesma seria produzida com uma nova estratégia. O lançamento do produto confirmou a declaração: não somente um produto que reaparecia (pelo menos a Leal Santos em sua unidade de Rio Grande produziu até o começo dos de 1970 uma pasta de pescado em maionese em lata) em *sache*, mas é produzido sob controle da Coqueiro pela firma Cellier Alimentos do Brasil na fábrica instalada em Campinas no interior de São Paulo;



FIGURA 18 – Embalagens de atum comercializadas pela Coqueiro/Pepsico

2. a produção e divulgação das benesses alimentares do atum light e pescado de forma ecologicamente menos predatória como o uso de vara e isca viva, que dão o direito da firma apresentar na embalagem de selos como o *Dolphin Safe*. Mesmo com pesquisas sobre a biologia do bonito listrado que indicam a possibilidade do uso da rede de cerco sem o comprometimento dos estoques e com o aumento a eficácia das

pescarias (ANDRADE, 2004), o senhor Wilson Santos, diretor da Quaker, foi taxativo em sua entrevista: é contra o uso de rede, pois a pesca de vara e isca viva além de ser muito seletiva garante um mercado que exige técnicas de captura menos agressivas¹⁰. O Estado brasileiro, a partir do Conselho Federal gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direito Econômico e do Programa “Fome Zero”, realizou convênio com a organização não governamental Instituto Sea Shepherd Brasil (ISSB), para difundir um programa nacional que objetiva conscientizar a população brasileira para o consumo de produtos da indústria pesqueira capturados com técnicas consideradas menos agressivas as águas e as diversas espécies do entorno das pescarias;

3. a produção de latas de pescado com menor quantidade para evitar perdas no consumo doméstico e conquistar novas parcelas do mercado como famílias menores e o chamado público *single*: a FEMEPE de Navegantes introduziu em 2001 a venda de atum enlatado em embalagens de 70 gramas com *easy open* (a chamada “alcinha de abertura” que já esteve presente no mercado brasileiro na metade da década de 1970). A GDC Alimentos pelo menos desde 2004 também produz atum em latas com menor quantidade e *easy open*. Essas empresas objetivam os consumidores considerados por analistas de mercado (HOOLEY *et al*, 2001) como “estágio de solteiro” (jovem, solteiro, vivendo fora da casa dos pais, com poucos encargos financeiros e orientado para o lazer, férias e entretenimento fora de casa) e recém casados (casais jovens, sem filhos, com boa situação financeira, dois salários e interessados ou já compradores de imóveis e alguns bens duráveis);

¹⁰ Entrevista realizada no dia 29/03/2003 no entreposto da Quaker em Itajaí. Agradeço ao Prof. José Messias Bastos do Departamento de Geociências da UFSC pelo acompanhamento e no auxílio na elaboração das notas.

4. a retomada do uso de embalagens com outros materiais ou outras capacidades de armazenamento: a Alcan anunciou em dezembro de 2001 que estava desenvolvendo um projeto para a utilização de latas de alumínio com uma empresa de pescado. O objetivo era apresentar uma alternativa para as tradicionais embalagens de folha de flanders. Para compensar um custo cerca de 10 % superior ao flanders o grupo e a indústria de pescado apostavam no apelo a possibilidade de reciclagem do alumínio e ao apelo do *easy open*. Nas entrevistas da pesquisa de campo, havia informações de que as negociações estavam encerradas e uma das firmas do setor estava em fase de testes. Em outubro de 2004 a Alcan e a FEMEPE de Navegantes anunciaram que a marca “Pescador” do atum *light* em embalagem de 170 gramas em alumínio passaria a fazer parte do *portfólio* da firma com um investimento de cerca de dois milhões de reais entre o desenvolvimento do produto e adaptação dos equipamentos. Em dezembro de 2001, a Hemmer de Blumenau anunciava o atraso nas obras das instalações para a produção de sardinha em lata. Porém, em 2003, a tradicional firma de alimentos de Blumenau retomou a industrialização de sardinha em lata e colocou no mercado regional um produto que buscava nichos específicos de mercado: sardinha em salmoura em embalagem com peso total de 1,4 quilos. Buscando mercados corporativos com um produto diferenciado a mercadoria apresenta a desvantagem no prazo de validade em relação as sardinhas enlatadas com óleos: o enlatado da Hemmer possui uma validade de oito meses enquanto os outros enlatados de sardinha tem sua sanidade garantida por até quatro anos (figura 19).



FIGURA 19 - Rótulo da sardinha em salmoura da Cia. Hemmer de Blumenau

5. a retomada de pesquisas para a busca de alternativas para a produção de produtos mais baratos a base de pescado. Na década de 70, com o aumento das capturas e a existência de volumes crescentes de resíduos do processamento que não eram utilizados para a produção de farinha e/ou de óleo, o Estado brasileiro incentivou pesquisas e firmas que desenvolvessem tais produtos, seguindo uma tendência que estava presente nos Estados Unidos da América e na União das Repúblicas Soviéticas¹¹. Neste sentido merecem destaques o convênio entre o Ministério da Agricultura e a Univali de Itajaí para o estudo do aproveitamento dos sub-produtos do pescado que indicou o interesse das indústrias catarinenses na elaboração dos chamados “produtos moldados” (bolinhos, *fishburger*, salsichas, *nuggets* e *kani-kama*): as pesquisas em nível de Pós-Graduação na UNICAMP e no ITAL de Campinas, sobre por exemplo, as possibilidades de produção de mortadela e salsicha de tilápia e os trabalhos na Coordenação de Pesquisa em Tecnologia de Alimentos do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas com a utilização do jaraqui, *Semaproxilodus ssp.*, um dos peixes mais comuns na alimentação urbana no Amazonas, para a produção de salsichas, patês e *stock* (ova conservada em sal);

¹¹ A Revista Nacional de Pesca de novembro de 1975 publicou ampla matéria com o título “Os novos produtos à base de pescado”.

6. o aumento da procura de alimentos à base de pescado para sustentar a expansão da aqüicultura. Com forte presença de firmas de grupos econômicos internacionais, o setor que vem de uma tradição da produção de alimentos para animais domésticos, cresceu cerca de 25 % ao ano na última década (ANÁLISE SETORIAL, 2003). As indústrias de rações encontram nas fábricas de pescado uma importante fonte matéria-prima (cerca de 50 % do pescado é descartado em sua limpeza. A taxa de aproveitamento da sardinha é de 65% e do atum para enlatamento é de 42%), mas começam a enfrentar uma concorrência das próprias enlatadoras que incrementam suas unidades de processamento de resíduos ou aumentam os preços dos excedentes que não conseguem reprocessar. Insistimos em lembrar que esta estratégia das firmas que pode ter alguma relação com preocupações com a manutenção de condições mais adequadas de trabalho dentro das fábricas e na natureza, ela esta carregada pela pressão de órgãos ambientais (enquanto a FEEMA do Rio de Janeiro multa e fecha constantemente fábricas como a Rubi de São Gonçalo e a Atlantic de Niterói, as unidades de Itajaí e São Gonçalo são consideradas referencias na destinação dos resíduo). Mas, é Karl Marx, no tomo 1 do volume III de “O Capital” naquilo que chama de “excrementos da produção e do consumo” (p. 77), onde os primeiros são os resíduos da agricultura e da indústria e os segundos dos seres humanos, que demonstra que já no segundo quartel do século XIX, é o encarecimento das matérias-primas que impõem aos indústrias a utilização dos resíduos e essa estimula a indústria química¹².

No turbilhão de transformações da década de 1990, qual o quadro apresentado para as indústrias de alimentos e especialmente para as enlatadoras

¹² Em nosso trabalho de campo em Niterói encontramos um veterinário formado na Universidade Federal de Pelotas que realiza uma experiência para sua dissertação de mestrado em Engenharia de Alimentos na FURG no interior da fábrica da Coqueiro em São Gonçalo. Atualmente trabalha para uma firma nacional que produz rações para a aqüicultura.

de pescado? Análises realizadas do ponto de vista da economia situam, na eliminação do Anexo C do Comunicado Cacex nº 204 de 02/09/1988, o fim da legislação proibitiva ou restritiva para importação pela portaria nº 56 de 15/03/1990 assinada pela Ministra Zélia Maria Cardoso de Mello. A abertura do mercado brasileiro foi uma das medidas do chamado Plano Collor que buscava basicamente reduzir a liquidez com uma reforma monetária, substituição da moeda e reter ativos monetários. A referida portaria complementava o fim das restrições das importações de 2.371 produtos. Entre esses produtos estavam todos os codificados com códigos os números 03 (peixes, crustáceos e moluscos) e 16 (preparação de carnes, peixes, de crustáceos e moluscos) do sistema de importação e exportação organizado pelo MDIC no sistema *Aliceweb*. Para teses de economistas como Viegas (2002), o tamanho do mercado brasileiro seria a grande atração para os investimentos externos no setor de alimentos.

Nossa análise é centrada no setor de pescado. Em documento de 2005 da Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição da Secretaria de atenção à Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, além da constatação que houve queda na qualidade da alimentação do brasileiro nos últimos 30 anos, indica-se que houve a redução pela metade do consumo de pescado no período referido¹³.

SILVA (2004) utilizou a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE de 1995-1996 para estudar o percentual gasto pelas famílias com níveis de renda de 1 até 10 (de dois salários mínimos para o nível 1 até mais de 30 salários mínimos para o nível 10). O autor concluiu que os alimentos enlatados e as misturas industriais representam os menores gastos com alimentação (entre 0,5 e 0,9 % dos gastos com alimentação) e que o consumo de pescado além da menor oscilação percentual na subcategoria despesas com alimentação (mínimo de 1,5% e o máximo de 2,2 %) é responsável pelo quarto menor gasto entre 20 itens da alimentação.

¹³ O documento na íntegra está na página: www.saude.gov.br/nutricao. Acessamos em 10/10/2005.

Os dados tabulados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, mostram igualmente a redução, do consumo de pescado especialmente daquele enlatado (quadro 14)¹⁴.

QUADRO 14- Brasil: consumo alimentar *per capita*, por cidades pesquisadas, de pescado (em Kg/*per capita*)

Cidades	1978 (1)				1987-1988				1995-1996 (2)			
	Fresco do mar	Fresco água doce	Enlatado	Outros	Fresco do mar	Fresco água doce	Enlatado	Outros	Fresco do mar	Fresco água doce	Enlatado	Outros
Belém	5,80	10,40	0,30	2,10	6,40	6,09	0,24	1,23	7,55	6,09	0,16	Nd
Fortaleza	Nd	Nd	Nd	nd	2,67	1,81	0,25	0,25	2,44	1,53	0,13	nd
Recife	3,40	0,20	0,20	0,80	2,95	0,12	0,22	0,17	3,94	0,04	0,16	nd
Salvador	Nd	Nd	Nd	nd	4,24	0,22	0,19	0,63	4,12	0,09	0,08	Nd
Belo Horizonte	1,00	0,60	0,30	0,20	0,44	0,44	0,22	0,12	0,92	0,30	0,19	nd
Rio de Janeiro	5,80	0,20	0,30	0,60	4,16	0,01	0,25	0,42	3,10	0,00	0,07	nd
São Paulo	3,00	0,70	0,40	0,50	2,06	0,06	0,32	0,46	2,12	0,04	0,10	nd
Curitiba	Nd	Nd	Nd	nd	0,99	0,11	0,27	0,25	1,39	0,01	0,24	nd
Porto Alegre	1,40	0,60	0,30	0,10	0,72	0,17	0,26	0,34	1,16	0,12	0,16	nd
Brasília	0,70	1,30	0,30	0,40	0,81	0,47	0,24	0,15	1,06	0,61	0,18	nd
Goiânia	Nd	Nd	Nd	nd	0,05	0,62	0,16	0,06	0,27	0,68	0,07	nd

(1)Exceto camarão, siri, etc...

(2)Exceto bacalhau; somente sardinha em lata

Fonte: Organização e cálculos de César Martins, com base em: IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares.

Os dados de produção de carnes no Brasil confirmam a tendência e o crescimento do consumo das carnes bovina, suína e de frango (quadro 15). A formação de cadeias produtivas como as das carnes bovina, suína e de frango foram capazes de não somente assegurar preços compatíveis com o arrocho salarial, mas de melhorar a sanidade, as redes de distribuição e de montar estratégias agressivas no mercado internacional, combinado à manutenção de empresas nacionais com o forte ataque dos grupos transnacionais (ESPÍNDOLA, 2002).

¹⁴ Ver nota número 9 no apêndice.

QUADRO 15 - Brasil: produção de alimentos industrializados selecionados (em 1000 toneladas)

Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Peixes congelados	129	129	125	129	108	82	98	95	107	104
Peixes enlatados	246	216	278	287	286	293	269	278	261	270
Carne bovina	3.067	3.174	3.286	3.232	3.334	3.468	3.301	3.353	3.571	3.741
Carne suína	1.130	1.190	1.260	1.330	1.540	1.671	1.608	1.774	1.915	2.054
Frango	2.628	2.872	3.143	3.411	4.050	4.052	4.461	4.853	5.526	5.981

Fonte: ABIA. O mercado brasileiro de alimentos industrializados- produção e demanda (situação atual perspectivas). São Paulo, 2002.

Ora, houve uma estagnação e mesmo redução do consumo e da produção de pescado e especialmente do enlatado no Brasil. Haveria alguma relação com a política de abertura do mercado nacional pelo Estado? O quadro 16 apresenta os dados do final da década de 1980, destacando que além do superávit, baseado na exportação de camarões, lagostas, atuns e piramutabas, havia pouca expressão do comércio exterior das preparações e conservas de atuns e de sardinhas com forte tendência nas importações dos primeiros¹⁵.

QUADRO 16 – Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados (U\$ FOB mil) – 1985-1989

	1985		1986		1987		1988		1989	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
Atuns	13.394	-	14.232	116	11.301	-	14.815	-	8.191	-
Sardinha (*)	896	24	519	7.858	1.387	12.666	770	7.216	194	14.957
Preparação e conservas de atuns	781	3.151	237	4.675	846	9.939	1.187	3.127	532	13.460
Preparação e conservas de Sardinhas	1.253	66	1.440	155	2.014	537	2.238	288	2.376	2.092
Total dos Pescados	175.987	44.639	155.310	134.016	182.342	132.267	189.868	79.926	170.347	80.372

(*) exceção de sardinha seca, salgada e defumada com base na N.C.M. (Nomenclatura Comum do Mercosul)

Fonte: Elaboração de César Martins com base em: MMA/IBAMA. Comércio internacional de produtos pesqueiros do Brasil (1985-1988). Brasília, 1994; MDIC. Sistema Aliceweb.

¹⁵ No apêndice explica-se a utilização do sistema Aliceweb e a metodologia de elaboração dos quadros da balança comercial.

Entre o final do governo Collor até a implantação do Plano Real anunciado em 1993 e que depois de uma fase de conversão de preços e salários, da adoção de uma âncora cambial onde R\$1,00 era igual a U\$ 1,00 e da violenta elevação da taxa de juros, houve na sociedade e o território brasileiro uma segunda onda de desmonte do Estado. Nessa segunda onda de privatizações, de desnacionalização, aumento das taxas de desemprego, elevação do déficit da balança comercial e de pagamentos houve uma pequena elevação do consumo das classes mais baixas momentaneamente favorecidas pela importação de produtos de baixa qualidade com preços em dólar equivalente ao real.

O quadro 17 mostra o impacto no setor de pescados. Territorialmente há pelo menos um impacto: as indústrias pesqueiras instaladas no maior pólo pesqueiro naquele momento, situado em Rio Grande, tinham sua produção assentada em matérias-primas semelhantes aquelas produzidas no Uruguai e na Argentina. Como o custo principal de uma pescaria no litoral Sul é o combustível que representa cerca de 50 % e há forte subsídio nesse insumo nos países vizinhos (a tonelada de óleo diesel no Uruguai custa U\$ 169,00, na Argentina U\$ 200,00 e no Brasil cerca de U\$ 380,00), os industriais e armadores desses países favorecidos pela abertura comercial e a equivalência cambial tiveram facilidades para colocar suas mercadorias no mercado brasileiro. E especificamente no setor de enlatamento das fábricas instaladas em Rio Grande ocorreu o fechamento de todas as unidades.

QUADRO 17 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados (U\$ FOB mil) – 1990-1994

	1990		1991		1992		1993		1994	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
Atuns	10.647	-	12.208	7	8.719	555	19.077	-	10.259	47
Sardinha (*)	60	30.656	573	25.539	769	10.844	426	23.432	437	13.246
Preparação e conservas de atuns	497	5.331	1.071	770	3.977	4.230	3.692	6.150	7.589	7.881
Preparação e conservas de sardinhas	68	443	1.226	723	3.784	1.069	3.801	1.259	2.689	923
Total dos Pescados	283.881	180.783	262.634	281.560	527.353	125.089	524.902	187.749	497.601	244.915

(*) exceção de sardinha seca, salgada e defumada com base na N.C.M. (Nomenclatura Comum do Mercosul)
Fonte: Elaboração de César Martins com base no Sistema Aliceweb do MDIC.

São fundamentais duas observações. A primeira diz respeito as oscilações nas importações de sardinhas que serviram para suprir as quedas nas capturas e a segunda é a entrada de atuns em conservas demonstrando existir um mercado potencial. Segundo os entrevistados, a partir da metade dos anos de 1990 foram disponibilizados para os consumidores brasileiros entre 120 e 150 marcas de pescado enlatados.

Neste período empresas de importação e grandes redes de comércio utilizavam várias estratégias para abastecer o mercado interno: a importação direta, a importação do produto e a rotulagem com a marca do importador ou estabelecimento de acordos comerciais com empresas que colocavam o rótulo da importadora para ser comercializada como produto com marca própria.

As figuras 20, 21, 22 e 23 apresentam algumas das marcas disponibilizadas no mercado brasileiro.



FIGURA 20 – Rótulos de chicharro e de atum enlatados importados e comercializados com a marca das firmas importadoras brasileiras



FIGURA 21 - Atum enlatado em alumínio e *easy open* produzido em Portugal e comercializado diretamente no mercado brasileiro



FIGURA 22 - Rótulos de sardinha e atum enlatados, importados e comercializadas diretamente no mercado brasileiro



Figura 23 - Lata de atum em embalagem de alumínio com *easy open* produzida na Espanha e comercializada com a marca de uma rede internacional de varejo instalada no Brasil

Entre as firmas de grupos econômicos nacionais que estão se viabilizando com o uso do território encontra-se o Grupo Netuno, criado em 1989 em Recife, para a importação e comercialização de pescado. Este grupo, desde 1998 diversifica as atividades, com estabelecimento de contratos com 450 barcos lagosteiros e 150 produtores de camarão. Em 1999, estabeleceu parceria com o Frigorífico Litoral Pescados do Maranhão para exportação de pescados e, em 2001, arrendou as instalações da Pescal de Rio Grande (uma das três maiores empresa do setor no início da década de 90 cujas atividades encerraram em setembro de 1998) e obteve empréstimos de R\$ 3,8 milhões do BNDES. Entre as suas atividades de importação, rotulou a sardinha enlatada pela fábrica peruana Autral Group que tinha uma característica diferente daquelas comercializadas no Brasil: a forma cilíndrica da lata de flanders (figura 24).



FIGURA 24 - Sardinha enlatada em embalagem cilíndrica

Nas entrevistas realizadas com diretores das fábricas de enlatamento instaladas no Brasil, na pergunta sobre as inovações no produto, citamos a iniciativa do Grupo Netuno em importar sardinha em latas cilíndricas. A resposta sobre as limitações do novo produto foi respondida por uma das donas de casa que formam o público alvo das pesquisas da Quaker com uma comparação: o palmito deve vir em pé para ser observado e puxado, já a sardinha tem que estar deitada para confirmar sua qualidade e retirá-la inteira.

A criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura no Ministério da Agricultura (DPA/MAPA) em 1998, reinicia a atuação sistemática do Estado no setor com dois pressupostos básicos: o incentivo às pescarias de alto mar com a flexibilização de contratos de arrendamento de embarcações estrangeiras por parte de empresas nacionais e da aqüicultura. Por outro lado, o governo federal, colocou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como importante financiador estatal do setor pesqueiro e indica a pertinência da análise que estamos elaborando. O volume de recursos liberados pelo BNDES durante na primeira metade da década de 90 demonstra a eficácia dos agentes do setor de

cultivo em captar recursos que permitiram implantar a infra-estrutura produtiva (Tabela 13).

TABELA 13 - Desembolso do BNDES para o complexo pesca – 1990/2000 (em mil U\$)

Complexo Pesca	1990-1995	1996-2000
Pesca	136	5.988
Aqüicultura	15.472	27.487
Indústria da pesca	12.830	14.605
Totais	28.438	48.080

Fonte: Elaboração César Martins com base no banco de dados do BNDES.

O Fiset/Pesca liberou pelo menos desde 1979 recursos para empreendimentos de aqüicultura. Apesar de menos relevantes que as liberações para as indústrias e armadores de pesca seguintes as firmas de aqüicultura receberam recursos: do Rio de Janeiro, a Acqua S/A; da Bahia, a Bahia Pesca, a Salinas Camarões Cultivados e a Vale do Iguape; do Ceará, a Mariscos do Brasil, a Pesqueira Capanema, a CINA- Cia. Nordeste de Aqüicultura e Alimentação e a Artemisa; de Pernambuco, a Ilhas Mauranas Camarão S/A; de São Paulo, a Emabaúba Acquacultura e Exportação e a Sostramar S/A; de Goiás, a Empreendimentos Vale de Corumbá, e a Aqüicultura Água Azul e Empreendimento Aquarius; do Rio Grande do Norte, a RENA S/A, a Eldorado Agroindustrial S/A, a Fazenda Poço Verde, a Quelago S/A, a INCOPECA S/A e a Vertente Grande S/A; do Piauí, a Salinas Camarões Cultivados; de Santa Catarina, a Itasul S/A, a Paludo Agropesca e a Lusomar; do Maranhão, a Fazenda Camaroeira Perises S/A . Estava sendo desenhada a afirmação no Brasil de um novo agente no setor: as firmas de cultivo de pescado.

Quatro fatores contribuíram para o aumento da captação de recursos no complexo pesca do BNDES: a CONEPE (Conselho Nacional da Pesca Empresarial) como entidade representativa do setor foi reorganizada em 1999; os investimentos de grupos internacionais em empresas de enlatamento (Quaker/Pepsico na Coqueiro e investidores como a TCW/GDC Associates, Dislupa e Valle Miranda S/A na GDC); a liberação de arrendamentos de

embarcações estrangeiras por parte de empresas brasileiras para atuar sobretudo sobre os novos estoques de alto-mar e, as liberação para a construção de fazendas de cultivo em muitos Estados do Nordeste.

A tabela 14 apresenta os dados dos desembolsos do BNDES no período 2000-2002

TABELA 14 - Desembolso do BNDES para o complexo pesca – 2000/2002 (em mil U\$)

Setor	2000		2001		2002	
	U\$	Número de operações	U\$	Número de operações	U\$	Número de operações
Pesca e aqüicultura	1.660	2	-	-	5.429	2
Pesca	2.169	14	123	4	454	12
Aqüicultura	3.679	20	4.298	172	8.735	156
Indústria de pesca	2.711	12	1.805	8	2.601	11
Total	9.219	48	6.226	184	17.229	181

Fonte: Organização e cálculos de César Martins, com base no banco de dados do BNDES.

Um dos resultados imediatos dessa política de financiamento foi que, mesmo com o aumento das 632.451 toneladas de pescado capturadas extrativamente em 1996 para 666.846 toneladas em 2000, a sua participação relativa na produção de pescado cai de 91,2 % em 1996 para 79,1 % em 2000. A aqüicultura triplicou sua produção, chegando a 176.530 toneladas em 2000, representativas de 20,9 % do total do volume total de pescado produzido no Brasil.

Os resultados começam a aparecer na balança comercial a partir do ano de 1995 (tabela 15) com o incremento das importações de camarão de cativeiro e de atuns de alto mar. Por outro lado, as indústrias conserveiras instaladas no Brasil, aproveitam-se das novas condições cambiais de desvalorização do real para voltar a ocupar espaços nas prateleiras do mercado interno e incrementar suas exportações.

TABELA 15 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados - 1995/1999 (U\$ FOB mil)

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
Atuns	5.764	98	4.462	-	11.363	-	12.579	21	8.138	-
Sardinha(*)	273	18.646	561	20.122	742	1.635	809	4.862	723	15.674
Preparação e conservas de atuns	8.444	16.578	6.045	22.494	9.772	29.448	11.102	12.998	9.145	7.154
Preparação e conservas de sardinhas	3.792	10.885	8.004	18.613	5.412	14.881	4.628	12.816	2.554	7.690
Total dos Pescados	487.718	415.048	133.327	484.381	125.669	446.838	120.458	453.392	137.947	288.019

(*) exceção de sardinha seca, salgada e defumada com base na N.C.M. (Nomenclatura Comum do Mercosul)
 Fonte: Organização e cálculo de César Martins com base no Sistema Aliceweb do MDIC

No período que antecede a criação da SEAP-PR em 2003, foi mantida a tendência de uma balança comercial positiva e mesmo com a necessidade de importação de sardinha para as indústrias de enlatamento, essas conseguiram com aumento da produtividade minimizar as importações (tabela 16).

TABELA 16 - Brasil: balança comercial de pescados e produtos selecionados - 2000/2002 (U\$ FOB mil)

	2000		2001		2002	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
Atuns	2.135	-	2.913	-	2.461	-
Sardinha (*)	340	25.012	173	22.702	23	17.211
Preparação e conservas de atuns	9.529	4.369	9.560	3.452	6.325	1.088
Preparação e conservas de sardinhas	1.843	6.122	2.781	3.780	1.694	1.514
Total dos Pescados	238.957	297.693	283.812	261.236	342.812	213.216

(*) exceção de sardinha seca, salgada e defumada com base na N.C.M. (Nomenclatura Comum do Mercosul)

Fonte: Organização e cálculos de César Martins com base no Sistema Aliceweb do MDIC

Um aspecto fundamental desse processo no período entre os ajustes do Plano Real após a crise de 1998 e o começo do governo de Luis Inácio Lula da Silva é em relação ao emprego no setor.

Utilizando os dados do RAIS podemos observar que houve a tendência a diminuição relativa da participação do emprego nos estados onde historicamente se localizaram as fábricas de pescado, com o aumento da participação de outros estados, especialmente com a expansão do processamento dos produtos da aquicultura e do breve processamento de atuns em estados da costa leste do Nordeste brasileiro e no Pará. Porém, o número de postos de trabalho no setor nas fábricas instaladas em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul continuaram relativamente estáveis¹⁶ (tabela 17).

TABELA 17 - Brasil: trabalhadores no setor de preparação e conservação de pescado e conservas de pescado – 1997/2002

Unidade	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%
Santa Catarina	1.907	15,6	2.469	27,4	4.963	32,6	2.950	29,5	3.253	29,1	3.383	29,2
Rio Grande do Sul	2.756	23,9	1.898	21,1	2.839	18,6	1.881	18,8	2.422	21,7	2.160	18,7
São Paulo	914	7,6	763	8,5	1.134	7,5	837	8,4	648	5,8	592	5,1
Rio de Janeiro	4.753	39,5	2.191	24,4	2.681	17,6	2.267	22,7	2.346	20,9	2.095	18,1
Outras UF	1.688	14,4	1.674	18,6	3.603	23,7	2.066	20,6	2.522	22,5	3.337	28,9
Brasil	12.018	100	8.995	100	15.220	100	10.001	100	11.191	100	11.567	100

Fonte: Organização e cálculos de César Martins, como base no Banco de dados *on-line* do RAIS.

¹⁶ Cabe uma nota metodológica: realizamos simulações com os dados do RAIS em CD-rom desde 1986. Porém, observamos muitas discordâncias com dados empíricos de publicações da SUDEPE e de depoimentos de agentes do setor. Confirmamos com técnicos do Ministério do Trabalho que até pelo menos 1995 as empresas tinham dificuldades operacionais em informar corretamente os dados e mesmo o Ministério e as Delegacias Regionais possuíam problemas operacionais e de pessoal. Assim, optamos por utilizar os dados a partir de 1997. Maiores informações estão no item 7 do apêndice.

4.3. TERRITÓRIO E A ORGANIZAÇÃO ATUAL DAS FIRMAS/GRUPOS ECONÔMICOS DE ENLATAMENTO DE PESCADO

O quadro 18 apresenta a síntese da atual organização das firmas/grupos que realizam enlatamento de pescado no Brasil.

QUADRO 18 - Brasil: firmas/grupos econômicos no setor de enlatamento de atum e sardinha – 2001/2004

Firma/grupo económico	Industria enlatadora e ano de instalação da fábrica	Organização Territorial	Observações
Pepsico- EUA	Quaker do Brasil na fábrica fundada em 1937 como nome de Coqueiro	1.unidade de recebimento e estocagem de matéria-prima em Itajaí; 2.unidade de enlatamento em São Gonçalo; 3.centro de gestão nacional na cidade de São Paulo	Produz a marca “Coqueiro” na maior unidade de enlatamento de pescado do mundo. Detêm entre 40 e 45 % dos mercados de atum e sardinha em lata no Brasil. Capacidade de enlatamento: mais de um milhão de latas/dia de atum e sardinha
Calvo-Espanha	GDC Alimentos na fábrica fundada em 1966 pela MIPESCA	1.unidade de recebimento, estocagem e processamento em Itajaí; 3. escritórios regionais de distribuição em todo o Brasil; 2.centro de gestão nacional na cidade de São Paulo.	Produz as marcas “Gomes da Costa” e “88”. Participa com 25 a 30 % do mercado de sardinha em lata e 40% do mercado de atum enlatado. Capacidade de enlatamento até um milhão de latas/dia de atum e sardinha.
FEMEPE- Brasil	FEMEPE com fábrica instalada em 1966 em Navegantes e Alcyon com planta fabril de 1955 em Santos	1 unidade de recebimento, estocagem, enlatamento, confecção de latas e estamperia no centro de gestão em Navegantes; 2. fábrica em Santos	Produz as marcas “Pescador, “Navegantes e “Alcyon”. Possui entre 10 e 15 % dos mercados de atum e sardinha em latas. Capacidade de enlatamento: até 600 mil latas/dia de sardinha e de atum

TECPLAN- Brasil	Rubi na fábrica fundada em 1934	1.produção em São Gonçalo; 2. gestão na cidade de São Paulo	Produz as marcas "Rubi" e "Nave" de sardinha e atum A fábrica também produz peito de frango e de peru enlatados. Capacidade de enlatamento: 120 mil latas/dia
Atlantic- Brasil	Atlantic Industrial de Conservas (1970)	1 produção e gestão em Niterói	Produz as marcas de sardinha "Lusitana" e "Atlantic". Enfrenta problemas trabalhistas e como a FEEMA órgão ambiental do governo do estado do Rio de Janeiro. Capacidade de anlatamento: 120 mil ltas/dia
Antonio Galhego e família	Cia. Industrial Santa Iria (1965)	1.gestão e produção em Niterói	Produz a marca de sardinha "Orgulhosa". Capacidade de enlatamento: 70 mil latas/dia
	Conservas Piracema (1964)	1.gestão e produção em São Gonçalo	Produz a marca "Burguesa" de sardinha em lata Capacidade de enlatamento: 90 mil latas/dia

Fonte: César Martins, pesquisa de campo entre 2002 e 2003.

Como apresentado durante o trabalho, as fábricas de pescado instaladas no Brasil que realizam enlatamento, encontraram estratégias para sua manutenção com forte intervenção estatal seja regulando capturas, seja financiando ou não, seja mantendo fechado ou aberto o mercado e com a concorrência de outros alimentos produzidos por cadeias produtivas com grande organização.

Defendemos que é o território, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação que desempenham papel ativo em sua reprodução. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

O território usado e talvez abusado, para parafrasear a expressão da Profa. Maria Adélia de Souza, constituiu, num primeiro tempo, até meados da década de

70, condição ativa na configuração do projeto estatal de constituição de um grande parque industrial pesqueiro que concentrava as fábricas de conservas em diversos pontos do litoral das regiões Sul e Sudeste. Num segundo tempo, também, foi ativo no processo de seletividade que eliminou as atividades de enlatamento nas fábricas instaladas no Rio Grande, distantes da foz do rio Itajaí em Santa Catarina e do litoral paulista e dá a dinâmica que contribui para manter firmas que possuem algumas das unidades produtivas de maior capacidade de enlatamento no mundo.

A dinâmica dos fluxos dá vida aos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação. Fluxos materiais que garantem uma certa constância no abastecimento da matéria-prima que é responsável por cerca de 50% do preço de produção de uma lata de pescado, o qual pode ser capturado em águas cada vez mais distantes e exigentes de ciência, tecnologia e informação para aumentar a eficácia do trabalho dos pescadores. Fluxos não materiais, sobretudo de ordens entre os centros de gestão e as unidades fabris e dessas com as intrincadas formas de negociação entre a indústria e o varejo: dois diretores entrevistados informaram que as grandes redes de varejo além de fazerem os pagamentos com prazos alongados, vem exigindo remuneração para colocar as mercadorias em determinados pontos das lojas e receber os representantes das empresas de divulgação. Ou seja, é “a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto de produção havia separado” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 144). Porém, como já afirmamos em diversos momentos da tese, a fragilidade da organização institucional dos agentes estudados e a conjuntura nova que se anunciava com a criação da SEAP-PR limitou a confirmação de informações sobre a dinâmica dos círculos de cooperação.

Onde estão localizadas as fábricas de enlatamento de pescado? Em duas áreas portuárias importantes do Brasil: ao redor da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro e junto a foz do rio Itajaí em Santa Catarina.

Poeticamente, Caetano Veloso lembrou que:

“o pintor Paul Gauguin amou a luz da Baía de Guanabara
(...) o antropólogo Claude Levy-Strauss detestou a Baía da Guanabara”¹⁷.

São profícuos os trabalhos que mostram como a apropriação social da Baía da Guanabara e de suas margens vem comprometendo a capacidade natural de depuração de suas águas que no princípio de sua ocupação na conquista colonial abrigavam algumas espécies de baleias (AMADOR, 1992; JABLONSKI e SILVA, 1996; BARROSO, 1997; MUEHE e VALENTIN, 1998; SCHEEFFER, 2001). Porém, é dessas águas e do litoral adjacente que são extraídas parte da matéria-prima das fábricas de enlatamento e é junto a elas que estão instaladas as plantas fabris.

Poeticamente para Didymea Lázzaris de Oliveira:

“Itajaí, terra querida, um pedacinho de universo
(...)nasceste às margens de um rio
(...) esvoaçam gaivotas faceiras
embaladas pela brisa
que vem do mar (...)”¹⁸

Os trabalhos de Lago (1961) e Lago e Gouvêa (1968) podem ser considerados como marcos no estudo da atividade pesqueira de Santa Catarina. Realizados em períodos anteriores e imediatamente próximos a estruturação das políticas estatais de alavancagem do setor no Brasil, os mesmos já destacavam o significado da atividade pesqueira e de seu processamento em Itajaí. Seus trabalhos destacaram a existência de um conjunto de pequenos empreendimentos de capitais locais que eram extremamente dependentes da sazonalidade da matéria-prima que era capturada com instrumentos simples em áreas de pesca muito próximas aos pontos de desembarque, mas que “o centro pesqueiro de Itajaí já é rotulado como o de maior dinamismo” (LAGO, 1968, p. 28). Na pesquisa bibliográfica encontramos uma grande lacuna na produção das Ciências Sociais

¹⁷ CD “O Estrangeiro”. Gravadora Phillips, 1989.

¹⁸ Anuário de Itajaí, 2001.

sobre o tema em Santa Catarina: veja-se o caso da volumosa tese de doutorado de Goularti Filho (2002) publicada em livro que não referencia o significado local e nacional da atividade pesqueira no estado. Merece destaque o trabalho de Silva (1992) sobre a decadência da pequena produção mercantil em Ganchos no litoral central do estado e seu estudo onde procura articular os ciclos de Kondradieff com a ascensão e queda da atividade de pesca, procurando demonstrar que atualmente são fusionadas as questões econômicas, políticas e sociais com a “poluição das águas, tanto oceânicas como lacustres” (SILVA, 1999, p. 74).

Outra pesquisa que possui como palco dos estudos Itajaí é o trabalho de Moreira (2002), centrado na formação da chamada Vila Operária na cidade. Porém, não localizamos trabalhos sobre a dinâmica social e econômica das indústrias de pesca que, em conjunto com aquelas instaladas em Navegantes formam atualmente o maior e mais diversificado parque pesqueiro instalado no Brasil. Cabe lembrar que, pelo menos desde 1998 são produzidos pelos docentes e discentes do curso de Oceanografia da Univali importantes trabalhos sobre as dinâmicas da natureza que são uma das determinações da dinâmica do setor. A lacuna sobre a dinâmica social do setor é preenchida com um dos primeiros trabalhos de graduação defendido no referido curso por Travassos (1998) e que traçou um perfil da frota e da indústria pesqueira de Itajaí e Navegantes. No “Seminário: Micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais”, organizado pela UFSC e pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) em 2002, identificou-se a proposta de Sydney Soares Chaves, mestrando em Economia da UFSC, para o estudo para o setor pesqueiro na região de Itajaí.

Foram identificadas muitas obras que lembram oniricamente estes dois pedaços do território brasileiro. Porém, foram raros os trabalhos que fizeram referência ao fato que aí estão instaladas três das maiores enlatadoras de pescado do mundo: a Quaker em São Gonçalo que chega a “bater” 1.080.000 latas/dia, a Gomes da Costa (GDC Alimentos) em Itajaí com capacidade para produzir até um milhão de latas em um dia e a FEMEPE que pode processar até

550.000 latas em um dia¹⁹. Ao redor da Baía de Guanabara ainda estão a Conservas Rubi, a mais antiga fábrica de conservas de pescado do Brasil, a Piracema, a Santa Iria e as cambaleantes Atlantic e Sul Atlântico. Em nossa pesquisa bibliográfica identificamos apenas as dissertações de mestrado de Mendonça (2000) que preocupa-se com a existência das *friches* urbanas e/ou industriais, ou seja das ruínas e vazios relacionados as indústrias desativadas em São Gonçalo e o de Araújo (2002) que preocupada com as imagens urbanas de Niterói, apenas faz menção a existência dos prédios das antigas instalações da Gomes da Costa no bairro de Barreto.

A partir daqui traçaremos um perfil dessas empresas, dividindo-as em dois grandes grupos. O primeiro é composto pelas firmas Quaker, Gomes da Costa e FEMEPE que integram grupos econômicos e disputam a liderança do mercado brasileiro de sardinha e atum enlatados. O segundo é composto pelas firmas Rubi, Santa Iria-Piracema, Atlantic e Sul Atlântico que disputam uma parcela de cerca de 10 % do mercado que não é dominado pelas três primeiras.

O conjunto das firmas tem em comum a localização em áreas próximas às melhores áreas de pesca da sardinha e do atum e disputam com diferentes estratégias um mercado que cresce lentamente, mas apresenta sinais para uma expansão rápida. Uma outra característica comum é que nenhuma delas é de capital aberto, ou seja, não estão obrigadas a apresentar seus dados econômico-financeiros na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) impedindo realizar avaliações de seus desempenhos.

A disputa entre as três primeiras firmas do setor trouxe diversas dificuldades para a pesquisa. No período do trabalho de campo, a Gomes da Costa havia recentemente transferido toda sua linha de produção para a fábrica que era da MIPESCA- Macedo Indústria de Pesca no bairro de Cordeiros em Itajaí e em função da proposta da Pepsico para compra da Quaker para encampar o isotônico *Gatorede*. Havia incertezas com relação a manutenção das

¹⁹ “Bater latas” é uma expressão dos trabalhadores do chão das fábricas que indica o volume processado.

fábricas da Quaker no Brasil. A Pepsico teria interesse em manter uma fábrica de aveia em Porto Alegre e uma enlatadora de pescado em São Gonçalo? Caso não, quem as compraria? O boato que corria em Itajaí, Navegantes e Niterói, São Gonçalo durante nossos trabalhos de campo é que os executivos da Gomes da Costa fizeram propostas para a aquisição da tradicional fábrica Coqueiro de São Gonçalo.

O mercado em disputa estava centrado basicamente nas possibilidades de expansão do consumo de pescado enlatado. Uma pesquisa intitulada “Atum/Brasil” encomendada pela GDC Alimentos para a AC Nielsen previa a expansão a taxas de cerca de 10% ao ano como estava ocorrendo pelo menos desde 1998 (quadro 19)

QUADRO 19 - Brasil: comercialização de bonito em conserva pronto para o consumo (excluem-se pasta de atum, peixe fresco para maionese, para salada, congelado, em embalagem superior a 1 Kg e chicharro)

	1998	1999	2000	2001
Volume (em mil Kg)	10.648	10.528	11.028	12.723
Valor (em mil U\$)	94.299	68.808	74.013	65.763
Preço médio (U\$)	8,64	6,53	6,71	5,17

Fonte: AC Nielsen. Tendências do mercado brasileiro. Cotia, 2001.

O rebaixamento do médio preço do atum consumido no Brasil está ligado ao aumento da escala de produção e segundo dois entrevistados, das três empresas líderes faz parte da estratégia de manter e conquistar um número maior de consumidores em função do baixo consumo *per capita* no Brasil. Para fins de comparação, o Brasil é o único produtor de atum enlatado do Mercosul com um consumo individual de 0,4 latas de 170 gramas de peso líquido/ano enquanto os argentinos consomem 1,8 latas/ano e os chilenos 8,1 por habitante/ano. O quadro 20 apresenta que, além do baixo consumo, há grande desigualdade regional no consumo do atum enlatado.

QUADRO 20 - Brasil: consumo *per capita* (Kg) bonito em conserva por áreas de pesquisa de mercado (1)

Áreas de pesquisa de mercado	2001
Área I: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia	0,026
Área II: Minas Gerais, Espírito Santo e estado do Rio de Janeiro (excluídos os municípios da área III)	0,074
Área III: "Grande" Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo e S.João do Meriti	0,131
Área IV: "Grande" São Paulo: S.Paulo, S.André, S.Bernardo do Campo, S.Caetano do Sul, Diadema.Mauá, Guarulhos, Osasco, Embu e Taboão da Serra	0,203
Área V: Interior do estado de São Paulo (excluindo municípios da área IV)	0,136
Área VI: Paraná, Santa Catarina e Paraná	0,067
Área VII: Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, Belém, Manaus, São Luiz e Teresina	0,044
Brasil	0,087

(1) exclui os estados do Acre, Amapá, , Rondônia, Roraima, Tocantins e os municípios do interior do Pará, do Maranhão, do Piauí e do Amazonas. Inclui 87,8 % a população brasileira e 90 % do consumo local.

Fonte: AC Nielsen. Tendências do mercado brasileiro. Cotia, 2001.

Para explicar a diferenciação e a manutenção das firmas no setor adotaremos os seguintes critérios: a relação com os incentivos estatais entre as décadas de 1960 e 1980; a organização empresarial; a relação com o fornecimento de matéria-prima e o uso de equipamentos; o uso da força de trabalho; a relação com os órgãos ambientais; a utilização de propaganda.

De acordo com os dados obtidos e a conversão realizada para dólares é indiscutível o papel do financiamento do Estado na montagem do parque industrial de conservas. A Coqueiro, fundada pelo imigrante Emílio Tarragó, em 1937 encontrava-se em situação de falência quando foi adquirida pela Quaker Oats em 1973. Recebeu entre 1968 e 1973, U\$ 3,451 milhões dos incentivos do DL 221-67. A Metal Forty de Niterói, foi fundada pelo imigrante português Rubens Gomes da Costa em 1954 e entre 1959 e 1961 passou processar pescado, recebeu U\$ 3,053 milhões. Com a falência, no começo dos anos de 1990, e a transformação em GDC Alimentos em 1998, adquire as instalações da MIPESCA em Itajaí/SC. A MIPESCA- Macedo Indústria de Pesca havia sido fundada em 1966 pela família de comerciantes de Lio César Macedo, teve seu controle acionário passado para a Multipesca em 1973 e iniciou o processo de enlatamento em 1975 com solenidade que contou com a presença do Ministro da Agricultura

Allyson Paullineli e do governador Antônio Konder Reis. A firma recebeu U\$ 689 mil de recursos do decreto 221/67 e do Fiset/Pesca para recuperação da indústria em 1984.

Algumas das firmas menores também receberam recursos. A Santa Iria recebeu 1,580 milhões de dólares, a Atlantic, 952 mil dólares, a Rubi, 165 mil dólares e a Alcyon localizada em Santos que havia sido adquirida pela FEMEPE de Navegantes em 1979 obteve 132 mil dólares do Fiset/Pesca em 1981. A única das empresas em funcionamento que não recebeu este tipo de financiamento foi a Piracema de São Gonçalo. Para termos de comparação, observamos que o maior financiamento para setor nos últimos anos via BNDES foi de 2,7 milhões de dólares no ano de 2000 envolvendo doze operações.

Em função do sigilo bancário e das disputas entre as firmas não foi possível obter os dados de financiamento por empresa junto ao BNDES.

Quanto a organização das firmas está claro que o processo de internacionalização do setor está se intensificando. A Coqueiro que era única firma de um grupo transnacional desde 1973, é acompanhada desde a AGE de 11/12/1998 pela antiga Gomes da Costa que foi adquirida por um *pool* de investidores (GDC Holding, LLC; TCW/GDC; Dislupa S/A e Valle Miranda S/A) que preparou a recém criada GDC Alimentos para o passo seguinte de sua internacionalização: a aquisição pelo grupo galego Calvo que pelo menos desde 1998 vinha estabelecendo contatos com os governos estaduais da Bahia e do Paraná para a montagem de um parque fabril pesqueiro. A aquisição da GDC Alimentos foi concretizada em outubro de 2004. Ambas as firmas são controladas do exterior e possuem instalações em Itajaí: a GDC mantém a fábrica e a Quaker um entreposto de recebimento de pescado (fotos 6 e 7). A última tem em São Gonçalo a maior unidade de enlatamento de pescado do mundo. Seus centros de gestão no país estão na cidade São Paulo²⁰.

²⁰ Desconhecemos estudos sobre o processo de transnacionalização no chamado complexo pesca (firmas de armadores de barcos, de indústrias e de aqüicultura). Em nossa pesquisa identificamos algumas fusões e aquisições. No setor de aqüicultura podemos citar como exemplo a fusão da AQUATEC (laboratório de produção de pós-larva de camarão), firma criada em 1998 em Natal com



FOTO 6 - Vista aérea da fábrica da Gomes da Costa no bairro Cordeiros em Itajaí.

Fonte: Material publicitário da empresa



FOTO 7 - Detalhe da estação de efluentes do Entrepósito da Quaker em Itajaí

Fonte: César Martins, pesquisa de campo em março de 2003

a firma Syaqua do grupo inglês Sygen em 2003. No setor industrial, veja-se que a partir de 2000 a Pesqueira Brasil controlada pela chilena Inversiones Errázuris investe em fábricas de congelamento de atuns em penedo no estado de Alagoas.

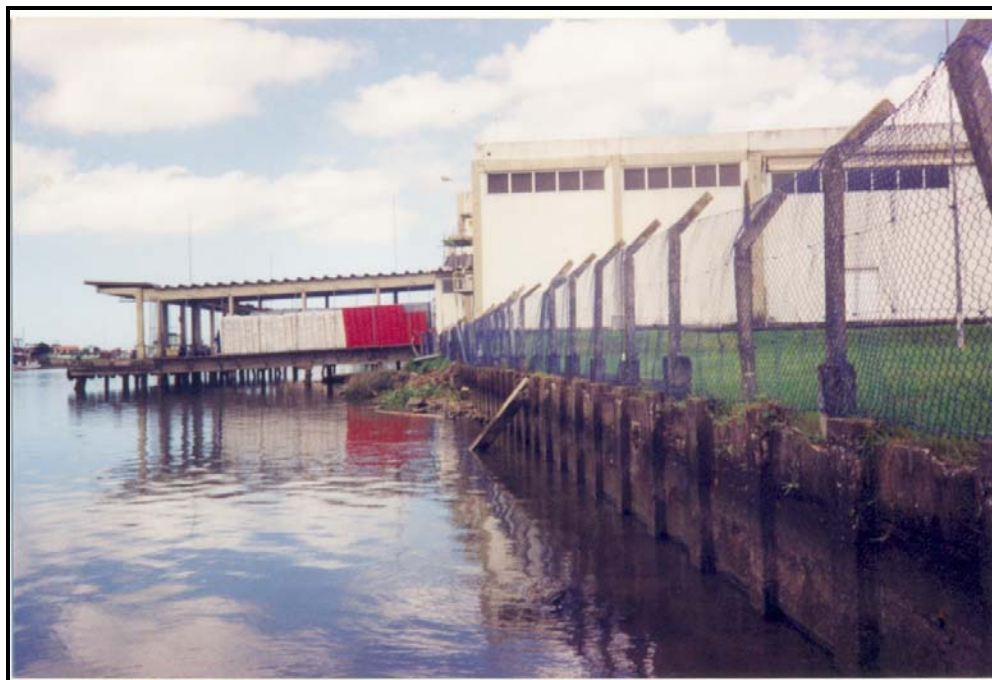


FOTO 8 - Cais de atracação de embarcações no Entrepasto da Quaker no rio Itajaí em Itajaí

Fonte: César Martins, pesquisa de campo em março de 2003.

A FEMEPE é uma firma fundada por Orlando Ferreira e Gilberto Meirinho em 1966. Em 1972 o Sr. Orlando Ferreira e sua família assumem o controle total da firma. Em 1997 com a extinção legal da Alcyon da cidade de Santos (mantêm a fábrica e a marca para aumentar sua participação nos mercados das regiões Nordeste e Norte). Desde 1998 expande suas atividades com a criação da “Femepe Metalgráfica” que produz latas para suas atividades e para terceiros e com a manutenção do estaleiro para construção e manutenção de embarcações e estruturas flutuantes. Assim, em suas instalações em Navegantes a verticalização (fotos 9 e 10) e investe na produção de algumas especialidades (sardinhas com molhos especiais) e a produção em embalagens corporativas para restaurantes e merenda escolar.



FOTO 9 - Cais de atracação da FEMEPE no rio Itajaí em Navegantes. No detalhe uma esteira automática para a descarga de pescado e um dos 24 barcos da frota de pescueiros. O barco Ferreira XXI naufragou em agosto de 2003 com 25 tripulantes que foram salvos por outro barco da firma, o Ferreira XXV.

Fonte: César Martins, pesquisa de campo em abril de 2003.



FOTO 10 – Pátio interno da FEMEPE em Navegantes. No detalhe um dos 45 veículos da frota que garante a distribuição dos produtos e os *pallets* utilizados no transporte interno entre as unidades internas da fábrica.

Fonte: César Martins, pesquisa de campo em abril de 2003.

Quanto a obtenção de matéria-prima, há três opções diversas e diferentes das estratégias dos anos de 1970 quando tendencialmente todas as firmas procuravam manter frotas pesqueiras. Na primeira opção está a FEMEPE que em função da tradição da família de Orlando Ferreira, há uma estratégia na manutenção e ampliação de sua frota de embarcações. Uma segunda opção, e majoritária no setor, é a manutenção de vínculos, normalmente informais, com armadores para a aquisição do pescado. Uma terceira opção e, intermediária é a da GDC Alimentos que utiliza embarcações herdadas da MIPESCA para obter parte da matéria-prima. As empresas líderes procuram cumprir as exigências do *Codex Alimentarius*, enlatando basicamente a sardinha verdadeira e o bonito listrado. Segundo os nossos entrevistados de outras firmas, o *Codex* deixa aberto para a utilização de outras espécies de sardinhas e de atuns e como seus produtos são restritos ao mercado nacional “enlatam o que aparecer”²¹. Na foto 25 e 26, dois exemplares de latas com a chamada sardinha boca-torta. O que seria “o que aparecer”? Documento recentemente disponibilizado pelo IBAMA apresenta uma explicação: das 18.138 toneladas do pescado desembarcado na Baía da Guanabara entre abril de 2001 e março de 2002, 12.427 toneladas eram da sardinha boca-torta e do total do desembarque, 12.551 toneladas foram nas indústrias. No mesmo período, a sardinha boca-torta recebeu um preço médio de R\$ 0,25 por kilo enquanto a sardinha verdadeira teve como preço médio R\$ 1,42 (IBAMA, 2002). Confirmada a existência do comprometimento das águas e da tendência da desestruturação da chamada pesca artesanal, há ainda agentes que demonstram que apesar das críticas aos esforços para sanear a Baía e o seu litoral adjacente, há vida em suas águas e que contribuem para manutenção de pescadores, industriais e trabalhadores de um setor que aparecia como tendencialmente em desaparecimento²².

²¹ Depoimento de diretor industrial em Niterói/RJ em fevereiro de 2003.

²² O programa “Responsabilidade social” do canal de TV “Globonews” de 23/01/2006 sobre ações de diversos agentes para minimizar os chamados problemas ambientais e seus reflexos sociais foi aberto com uma breve exposição sobre o fechamento de fábricas de conservas ao redor da Baía da Guanabara e vida dos pescadores de Jurujuba em Niterói.



FIGURA 25 - Embalagem de sardinha em lata da fábrica da Atlantic em Niterói



FIGURA 26 - Embalagem de sardinha em lata da Conserva Santa Iria de Niterói

As empresas líderes também relataram investimentos em equipamentos no final da década de 90, enquanto os entrevistados das outras empresas indicaram que as máquinas possuem em média 50 anos e numa delas o equipamento de limpeza da sardinha foi vendido para a sucata, pois com a utilização de sardinhas

que não fossem a chamada sardinha verdadeira havia problemas com a falta de uniformidade da matéria-prima

Um diferencial importante entre as empresas líderes e as outras é o recrutamento de trabalhadores. As líderes, por processarem sardinha e atum e no caso da primeira, em determinados anos usarem cerca de 80% de matéria-prima importada, procuram nos últimos anos manter quadro fixo de trabalhadores, pois não interrompem totalmente suas atividades. Em nossa pesquisa de campo, a Quaker operava com cerca de 870 trabalhadores e a Gomes da Costa quando da efetiva incorporação da MIPESCA, fez investimentos de cerca de U\$ 5 milhões, reduziu o número de trabalhadores de cerca de 1.110 para aproximadamente 450 empregados. A FEMEPE, segundo a entrevista, aproveitou-se dos desempregados do fechamento de uma usina de cana-de-açúcar em Tijucas no estado de Santa Catarina e empregava cerca de 1.000 trabalhadores. A estratégia de manter o quadro fixo de trabalhadores colabora para que os dados do RAIS para o setor mantenham uma certa estabilidade em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. As outras firmas do setor, além de problemas trabalhistas como na Atlantic, de Niterói e na Sul Atlântico de São Gonçalo, utilizam-se largamente da mão de obra temporária, as chamadas tarefeiras, recrutadas inclusive pelo que o gerente de controle de qualidade da Rubi, chamou de “empreiteiro”: “elas adaptam-se a qualquer pescado e livra a Rubi das oscilações da matéria-prima, do mercado e dos encargos trabalhistas (fotos 11 e 12).



FOTO 11- Vista lateral da primeira fábrica de conservas de peixe do Brasil, a Conservas de Rubi no bairro de Gradim em São Gonçalo. No detalhe uma marca das grandes unidades fabris: a chaminé.

Fonte: César Martins, trabalho de campo em outubro de 2002.



Foto 12 - Vista do portão principal das Conservas Rubi. Ao lado a construção de moradias de auto-construção que passaram a ocupar áreas próximas as instalações das fábricas mais antigas.

Fonte: César Martins, trabalho de campo em outubro de 2002.

Uma das preocupações reveladas pelos entrevistados representantes das empresas líderes foi a manutenção de relações cordiais com órgãos ambientais. Incluímos aí, desde a construção e manutenção de estações de tratamento de efluentes (a Rubi, a Atlantic e a Sul Atlântico são seguidamente denunciadas e fechadas por poluição da Baía de Guanabara) até a compra de matéria-prima capturada com apetrechos corretos e fora do período de defeso. O Sr. Wilson Santos da Quaker, declarou-se contrário ao uso de redes de cerco para a captura do bonito listrado e informou que a empresa financia projetos da Univali para desenvolver alternativas ao uso da isca viva capturada em áreas próximas as localidades de pescadores artesanais.

As empresas menores não realizam nenhum gasto com propaganda e sequer possuem *home-pages*. Neste sentido retomamos mais duas formulações de Milton Santos: a tecnosfera e a psicofera. Cabe lembrar a dificuldade em identificarmos a existência de uma trajetória de divulgação das marcas de pescado no Brasil. Apenas identificamos que no começo da década de 70 uma indústria do estado do Rio de Janeiro fazia a divulgação de sua sardinha enlatada com o uso da imagem da senhora Adele Fátima, uma das dançarinas do animador Sargentelli. Porém, como já afirmamos na década de 70 a ANEPE investiu em campanha publicitária para o aumento do consumo de pescado como título “Coma peixe. Bom pro corpo, bom pra cabeça”. A campanha conjugava a distribuição de receitas, bonés, faixas e cartazes no varejo e a ação de demonstradores nos pontos de venda, com 150 inserções de 30 segundos nos intervalos das novelas de televisão, *spots* (gravações faladas) de 30 segundos em rádios do município de São Paulo e o uso de *outdoors* em algumas cidades do interior de São Paulo. Essa primeira campanha entre outubro de 1974 e abril de 1975 foi patrocinada pelo empresariado setor. Contudo na metade de 1976, o governo brasileiro foi chamado mais uma vez para contribuir com a iniciativa do empresariado do setor pesqueiro. Além da colaboração financeira, a nova estratégia tinha dois pólos: “um educativo e um emocional, ambos interagindo e influenciando sobre o potencial consumidor”²³

²³ RNP, n. 157, julho/agosto de 1976.

As empresas líderes desenvolvem campanhas publicitárias, pois pesquisas de mercado indicam que mesmo que haja uma certa disseminação de marcas de firmas menores e a criação/ou manutenção dos chamados produtos de segunda linha por parte das firmas maiores, há um público consumidor das chamadas “marcas famosas”. Segundo a “Revista Supermercado Moderno”, quais seriam essas marcas? Entre elas, velhos nomes no mercado brasileiro: Kibon, Bombril, Sadia, Coca-cola, Omo, Nescau, Elefante, Knorr e Hellman’s. No segmento sardinha em lata, a referência é a marca “Coqueiro”²⁴. Suas *home-pages* demonstram desde o processo de captura do bonito listrado até *links* com receitas e possibilidade de contato com *chefs* que darão dicas culinárias. Cabe destacar algumas iniciativas da Quaker e da Gomes da Costa indicadores da dimensão de seus investimentos na divulgação de seus produtos.

A Quaker como firma do grupo Pepsico passou a receber apoio para divulgação de sua marca de pescado de enlatados de uma transnacional que disputa o mercado internacional com uma das marcas líderes, a Coca-Cola. Aqui consideramos que a presença da Pepsico no setor traz a racionalidade operativa de um grupo originado em 1894 e que enfrenta mundialmente a Coca-Cola desde a década de 1930. Em sua história há alianças do então vice-presidente estadunidense Richard Nixon com o primeiro-ministro Nikita Krushev para barrar o avanço da concorrente nos países do Leste europeu no período de hegemonia soviética e de sofisticados acordos com países árabes que identificavam na Coca-Cola como Israel e o judaísmo (MICHMAN e MAZZE, 1998; STANDAGE, 2005) Lembramos que em 2000, a Coca-Cola disputava com a Pepsico a aquisição da Quaker em função basicamente do isotônico *Gatorade*. Daí, apareceram propagandas de página inteira no jornal de maior circulação nacional, a Folha de São Paulo (24/06/2004, p. A-8 e A-9), anunciando com a rede Pão de Açúcar que “Atum no inverno é uma delícia. E o preço não dá frio na espinha”. A propaganda da sardinha e do atum enlatados está sendo aliada a outros produtos da linha de

²⁴ A “Revista Supermercado Moderno” é de circulação restrita. Utilizamos como fonte a divulgação da matéria na imprensa (Gazeta Mercantil, 24/06/02, p. C-3). Na entrevista, o senhor Wilson Santos informou o desconforto entre os funcionários da fábrica da Coqueiro passar a “ser de outra marca”.

alimentos da Pepsico: salgadinhos *Elma Chips*, a linha de aveias da Quaker e os achocolatados *Toddy*²⁵.

A FEMEPE também desenvolveu uma linha de propaganda para divulgar suas duas inovações: as sardinhas em molhos especiais da marca Alcyon e a linha de atuns “Pescador” com 70 gramas e tampa com *easy open* para atingir o público de solteiros com maior renda.

A Gomes da Costa passou a investir na identificação do nome luso com um produto saudável que trazia lembranças de Portugal, utilizando inclusive espaço em horários nobres e atrizes como a senhora Susana Vieira nas redes nacionais de televisão. Em 2002, a empresa fez uma parceria com o apresentador de televisão o senhor Carlos Massa, conhecido como “Ratinho”, para colocar de volta ao mercado a marca “88” de sardinha e atum enlatado em inserções em seus programas. Um dos maiores investimentos da firma em propaganda na televisão aconteceu no último capítulo de uma novela das 18 horas da Rede Globo de Televisão. A novela “Como uma onda no ar” escrita por Walter Negrão e levada ao ar entre o dia 28/02/2005 e o dia 17/07/2005 era ambientada em Florianópolis. Em sua trama havia o conflito entre empresários do setor imobiliário e do setor industrial pesqueiro com os pescadores de uma localidade imaginária. Realizada a trama, vencidos os maus com a vitória dos bons, no capítulo final duas personagens vão a cozinha preparar sanduíches. Entre uma conversa e outra, a pergunta é: sanduíches de que? Sanduíches de atum! Uma das personagens vai até o armário e retira latas de atum Gomes da Costa para a preparação do lanche.

Entendemos que a utilização de uma novela da rede de maior audiência no país, para divulgação de uma marca sinaliza que a escolha do território brasileiro não é passageira para um dos maiores grupos do setor no mundo²⁶. E não era em qualquer situação: envolvia uma trama com pescadores artesanais em município de tradição no consumo de produtos pesqueiros. Porém, o atum não é capturado por pescadores artesanais e não foi apresentado como fresco, mas enlatado por um grupo transnacional recém instalado no território nacional. Configura-se o que

²⁵ Em 2003 a Pepsico anunciou que o investimento do grupo em *marketing* cresceu 20 % em relação a 2002 (Gazeta Mercantil, 24,25,26/10/2003, p. A-16).

²⁶ Desconhecemos estudos sobre o processo de concentração do setor em qualquer escala.

Ana Clara Torres Ribeiro, partindo das noções de tecnosfera e psicofera presentes nas obras de Milton Santos, afirmou que “alguns estudos mostraram o efeito da expansão da rede de telecomunicações nos hábitos cotidianos da rede de cidades do interior do país” e que a psicofera “produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” (RIBEIRO, 1991, p. 48)²⁷.

Está sendo delineada uma nova divisão territorial do trabalho no setor? Insiste-se que mais que uma nova divisão territorial há a constituição de circuitos espaciais de produção que com o uso do território, especializa algumas firmas e frações do território: em Rio Grande a diversidade da produção deu lugar a especialização na salga e no congelamento controlados por agentes antigos (ainda operam a fábrica do Albano e Sobrinhos e de da família de Torquato Pontes) com a presença de novos agentes, como os argentinos na Leal Santos e os pernambucanos na Pescal que se reproduzem na escala nacional e global; desaparecem do território possibilidades de manutenção de empreendimentos que fogem à lógica operativa das grandes firmas que nas diferenças de suas estruturas possuem em suas gêneses marcas de empreendimentos originados do comércio, que são rugosidades de um passado próximo marcado pela forte intervenção estatal instaladas; também comporta iniciativas que ainda se aproveitam de recursos que escapam as regulações hegemônicas (sardinha boca-torta não é considerada sardinha!) e da grandeza desigual do mercado brasileiro.

O setor reafirma sua lógica locacional, mesmo que “com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside à localização geográfica afasta-se cada vez mais de (...) considerações naturais” (SMITH, 1988, p.157). Ora, como analisado na tese, se a realização do valor produzido pelo trabalho de pescadores e trabalhadores fabris se completa em diferentes escalas e há a tendência da concentração como sugerido por Bensaçon (1966), a tese

²⁷ Na Geografia pelo menos Lídia Antongiovanni realiza estudos sobre o papel do território nas estratégias dos produtores de publicidade. Ver da autora: Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro. In: SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L.(orgs.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. R.Janeiro/S.Paulo: Record, 2001, p. 401-412; Território e informação: a publicidade como elemento constitutivo do meio técnico, científico e informacional. In: SOUZA, Maria Adélia A . Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições territorial, 2003, p. 1986-192.

central da constituição do monopólio nos moldes da elaboração de Lênin (1984) deve ser relativizada²⁸. A pesquisa mostrou a aproximação com a noção de concentração relativa na formulação de Steindel (1983), onde há ainda a manutenção das chamadas firmas marginais, pois como exposto por Rangel (1980), em países periféricos essas desempenham papel fundamental para a reprodução da força de trabalho, da exploração de recursos naturais e na renda nacional.

²⁸ No Brasil um estudo importante sobre o processo de concentração/centralização industrial com base nos dados de 1974 é realizado por Holanda Filho (1982). Tal processo no estado de São Paulo com dados para os anos de 1980, 1985 e 1989 está em Oliveira (1998). Moreira (1985) realizou um estudo que procura trazer para a Geografia a formulação leninista que na formação econômico-social brasileira o espaço nacional seria caracterizado como monopolista “sobre a base da centralização do capital, isto é, da concentração dos capitais ao nível da sua propriedade” e que “o todo orgânico que faz o capital financeiro manifestar-se como fusão dos monopólios fundiário, industrial e bancário, nisto residindo a singularidade da internalização nacional do capital financeiro mundializado” (p. 53).

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ACCIOLY, Anna et alii. **Marcas de valor no mercado brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. do SENAC, 2000.

ANDRADE, Manoel C. **Geografia econômica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

ANTAS Jr., Ricardo. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não material do direito**. São Paulo: FAPESP, 2005.

ANTUNES, Sérgio. **Processamento, parâmetros de qualidade e espécies de atuns e bonitos no desenvolvimento da indústria de enlatamento de pescado no Brasil**. Brasília: SUDEPE, 1983.

BARCELLOS, Boaventura. **Informe geral sobre a pesca no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, 1966.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A . G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. R.Janeiro: Bertrand, 1995.

BECKER, B.K. et alii (orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. S.Paulo/R.Janeiro: HUCITEC/UGI, 1995.

BESANÇON, Jacques. **Geographie de la pêche**. Paris: Gallimard, 1965.

BRUNES, Jean. **Geografia Humana**. 2.ed. Barcelona: Editorial Juventud, 1955.

CARDOSO, Fernando H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2. ed. DIFEL: São Paulo, 1972.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. 3. ed. São Paulo: Campus, 2003.

CASCUDO, Luis C. **História da alimentação no Brasil**. 2v. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1983.

CASTRO, Iná E. et al. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

CERTEAU, Michel et al. **A invenção do cotidiano vol. 2 (morar e cozinhar)**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 1996.

- CHANDLER, Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHARDONNET, Jean. **Géographie industrielle: L'industrie**. Paris: Editions Sirey, 1965.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 1999.
- CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- COSTA, Ângela M. e SCHWARCZ, Lilia M. **1890-1914: um tempo de certezas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- COUTINHO, L. e FERRAZ, J.C. (coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 3. ed. Campinas: Papyrus/Ed. UNICAMP, 1995.
- DEAN, Waren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1971.
- DEMANGEON, Alfred. **Problemas de Geografia Humana**. Barcelona: Omega, 1956.
- DIAS, Leila C.D. **Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 1995.
- DIAS NETO, J. e DORNELLES, L.D. **Diagnóstico da pesca marítima do Brasil**. Brasília: IBAMA, 1996.
- DIEGUES, Antônio C.S. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DOSSE, François. **A história em migalhas- dos annales à nova história**. Campinas: EDUNICAMP/Ensaio, 1992.
- DUARTE, Luiz F.D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EDUFF, 1999.
- ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- FERNÁNDES-ARMESTO, Felipe. **Comida: uma história**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2004.

- FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GALLO, Jaques e VERRONE, Luis V. **O que é Oceanografia**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. São Paulo: DIFEL, 1985.
- GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- GONÇALVES, Reinaldo. **O nó econômico**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- _____. **Vagão descarrilhado; o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-ales: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- _____. **Globalização e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GONZÁLEZ LAXE, F. **La economía del sector pesquero**. Madrid: Espasa Caloe, 1988.
- GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GROS, Denise B. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional- 1964/78**. 2.ed. Porto Alegre: FEE, 1990.
- HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- HYMER, Stephen. **Empresa multinacionais: a internacionalização do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LAGO, Paulo F. e GOUVÊA, Aguinaldo. **Comunidades pesqueira de Santa Catarina: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968.

- LEBRET, I. et SAUVÉE, J. **Pêcheries mondiales et marché du poisson**. Paris: PUF, 1950.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3. Édition. Paris: Anthropos, 1986.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Japão: o capital se faz em casa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MARX, Karl. **O Capital- 5 vols**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, _____ . **Crítica del programa de Gotha**. Moscú: Progreso, 1979.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARTINELLI Jr., Orlando. **A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas**. São Paulo: FAPESP/UNESP-Marília Publicações, 1999.
- MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- MANZAGOL, Claude. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MÉNDEZ, R. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.
- MÉNDEZ, Ricardo e CARAVACA, Inmaculada. **Organización industrial y territorio**. Madrid: Síntesis, 1999.
- MICHMAN, R. e MAZZE, E.M. **The food industry wars: marketing triumphus and blunders**. London: Quorum Books, 1998.
- MIRROW, Kurt R. **A ditadura dos cartéis (anatomia de um subdesenvolvimento)**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MUEHE, Dieter e VALENTINI, Enise. **O litoral do Estado do Rio de Janeiro: uma caracterização físico-ambiental**. Rio de Janeiro: SEMAS/FEMAR, 1998.
- ORNELLAS, Lieselotte H. **A alimentação através dos tempos**. 2.ed. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

PAIVA, Melchiades P. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

_____. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: EDUFC, 1997.

PATERSON, J.H. **Terra, trabalho e recurso: uma introdução à Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

PAULILLO, **Redes de poder & territórios produtivos**. São Carlos: RIMA/EDUFSCAR, 2000.

PHILBRICK, Nathaniel. **No coração do mar: a história real que inspirou o Mody Dick de Melville**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. **Mar de glória: viagem americana do descobrimento (expedição exploratória dos Estados Unidos- 1838-1842)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município do Rio Grande**. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: EDUFSC, 2005.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

REES, J. A . e BETTISON, J. **Procesamento térmico y envasamento de los alimentos**. Zaragoza: Editorial Acribia, 1994.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e engrenagens**. Campinas: Papyrus, 1993.

SANCHES, J-Eugeni. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo XXI, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L.(orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A . **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Célia M. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira.** Florianópolis: EDUFSC, 1992.

SILVA, Luis G. (org.). **Pescadores na História do Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVER, Brian. **A escalada da ciência.** Florianópolis: EDUFSC, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causa.** 2 v. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual- natureza, capital e produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SODRÉ, Nelson W. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia.** Petrópolis: Vozes, 1976.

STANDAGE, Tom. **História do mundo em 6 copos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

STEINDL, Josef. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano.** São Paulo: Abril Cultural, 1983

VARELA, Alfredo. **Rio Grande do Sul- descrição physica, histórica e econômica.** Pelotas: Livraria Universal, 1897.

TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS DE GRADUAÇÃO

ABDALLAH, P.R. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução.** Tese de Doutorado, Pós-graduação em Economia. ESALQ/USP, Piracicaba,1998

ANDRADE, Humber Agrelli. **Análise da pescaria do bonito listrado (*katsuwonus pelamis*) no Sudoeste do Oceano Atlântico**. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Oceanografia Biológica. FURG, Rio Grande, 2004.

ARAÚJO, Leila L. **Imagens urbanas contadas por meio das paisagens: a antiga região industrial de Niterói e São Gonçalo/RJ**. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Geografia. UFF, Niterói, 2002.

BRANCO Jr., Francisco Antônio. **Análise da situação econômico-financeira da indústria pesqueira do Rio Grande do Sul- 1973 a 1977**. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Administração. UFRGS, Porto Alegre, 1979.

BRITO, Cristóvão C.T. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2004.

CARDOSO, Eduardo S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Ciências: Geografia Física. FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

CARVALHO, Julia Manso Paes. **Diagnóstico da situação econômica e ambiental da Colônia de Pesca da Praia de Ramos (Z11): os pescadores urbanos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2002.

HOLLANDA FILHO, Sérgio B. **Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação**. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Economia. FEA, USP, São Paulo, 1982.

MANCINI, Vanessa M. **Caracterização das restrições legais e conflitos sociais relacionadas à captura de isca-viva nas regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Oceanografia. Univali, Itajaí, 2004.

MARTINS, César Augusto Ávila. **Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos- Rio Grande/RS**. Dissertação

de Mestrado, Pós-graduação em Geografia Humana. FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

MARTINS, Solismar F. **A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município do Rio Grande.** Tese de Doutorado, Pós-graduação em Geografia. CFH/UFSC, Florianópolis, 2004.

MENDONÇA, Adalton da Motta. **O município de São Gonçalo: das indústrias às ruínas e vazios industriais (planejamento urbano e perspectivas de revitalização).** Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MOREIRA, Márcio R.T. **A formação da Vila Operária em Itajaí/SC: uma industrialização interrompida.** Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Geografia. UFSC, Florianópolis, 2002.

SCHEEFER, Milena. **Uma avaliação do controle industrial do Programa de Despoluição da Baía da Guanabara: o caso das 55 indústrias prioritárias.** Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Planejamento Energético. COPPE/UFRJ, Porto Alegre, 2001.

SCHMITT, L. **Um estudo da capacidade tecnológica da indústria pesqueira no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Administração. UFRGS, Porto Alegre, 1998.

SILVA, Hermes M.R. **Análise do orçamento de uma amostra de famílias brasileiras: um estudo baseado na pesquisa de orçamentos familiares do IBGE.** Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2004.

TRAVASSOS, Fábio Alexandre. **Perfil da frota pesqueira e do parque industrial de Itajaí e Navegantes.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Oceanologia. Univali, Itajaí, 1998.

VIEGAS, Cláudia Assunção dos S. **Empresas multinacionais na indústria de brasileira de alimentos.** Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2002.

WYSE, Rosângela F.C. **A atividade industrial no município de São José do Norte**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia Licenciatura. Departamento de Geociências, FURG, Rio Grande, 2000.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBUQUERQUE, Paulo P. Estratégias organizacionais. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002, p. 108-115.

ALGRANT, Leila M. Famílias e vida doméstica. In: MELLO e SOUZA, L. (orgs.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 83-154.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía da Guanabara: um balanço histórico. In: ABREU, Maurício et alii. **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1992, p. 201-258.

ANUÁRIO DA PESCA. Diversos números.

ARRIGHI, Giovanni et alii. A transformação da empresa capitalista. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B.J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Contraponto/UFRJ, 1999, p. 107-159.

AZAIS, Christian et alii. Indústria e território: o que a economia industrial e as economia espacial têm a nos oferecer? **Revista ANPEC**. São Paulo: ANPEC, n. 2, 1987, p. 91-113.

BARROSO, Lisa V. Aspectos da atividade de pesca na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. **Anais do X Congresso de Engenharia de Pesca**. Guarapari, 1997, p. 76-87.

BEATTY, Stanley A. Brazilian Fisheries. In: BORGSTRON, G. e HEIGHWAY, A.J. **Atlantic Ocean Fisheries**. Fishing News Ltd., London, 1961, p. 205-212.

BELL, Stephen. Redes sociais e inovação na indústria sul-americana na época da pré-refrigeração: uma perspectiva comparativa entre o Brasil Meridional. **Scripta Nova**. Barcelona, 69 (84), 2000.

BERNARDES, Lísia Maria C. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, n. 1 ano XII, 1950, p. 17-50.

BORBA, V.J. e AZEVEDO E SOUZA, R. A desterritorialização da pesca no Rio Grande a La Paloma: impactos da globalização no Mercosul. **Sinergia**, 10, 1998. p. 63-70,

BRANCO Jr., Francisco Antônio e SANTOS, Marina V.R. Análise econômico-financeira da indústria de pesca do Estado do Rio Grande do Sul. **Sinergia**. Rio Grande: FURG, n. 10, 1998, p. 117-137.

CAPATTI, Alberto. O gosto pelas conservas. In: FLANDIN, J-L e MONTANARI, M. *et alii*. **História da alimentação**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade. 1998, p. 779-791.

CARVALHO, Conceição V. As costas do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, ano IV, n. 72, 1949, p. 1394-1398.

CARVALHO, José M. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (org.). **Invenção e crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 395-418.

CASTILLO, Ricardo Abid. Tecnologias da informação e organização do território. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 20003, p. 41-53.

CASTRO, Antônio de B. Reestruturação industrial brasileira nos anos 90. uma interpretação. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Editora 34/CEP, vol. 21, n. 3 (83)., julho-setembro/2001, p. 3-26.

CHAO, Labbish N. et alii. Relação preliminar dos peixes estuarinos e marinhos da Lagoa dos patos e Região Costeira, RS, Brasil. Rio Grande. **Atlântica**, n. 5, 1982, p. 67-75.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, p. 11-46.

- CONCEIÇÃO, Junia C.P.R. e ALMEIDA, Mansueto. Inovação na indústria de alimentos no Brasil: identificação dos principais fatores determinantes. In: DE NEGRI, J. Alberto e SALERNO, Mario S. **Inovações, padrões tecnológicos e desempenhos das firmas industriais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005, p. 599-654.
- COSTA, Irio B. Contribuição para o estudo da pesca no Nordeste. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro: AGB, ano XXIII, 1972, p. 127-137.
- DIAS, Leila C. D. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná E. et alii. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 141-162.
- ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos sociais e territoriais. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 20003, p. 315-340.
- ESTRADA, Rodrigo D. A pesca. **Revista Brasiliense**. São Paulo, n. 19, 1958, p. 43-55.
- FIORI, José L. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da C. e FIORI, J.L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 127-193.
- FLOYASAND, Arnt e LINDVIST, K. Comunidades pesqueiras em proceso de transformación. **Actas del X Colóquio de Geografía Rural de España**. Lleida: Asociación de Geógrafos Españoles, 2000, p. 1015-1023.
- FRIEDLAND, Roger e PALMER, Donald. Space, corporation, and class: toward a grounded theory. In: FRIEDLAND, R and BODEN, D. (eds.). **NowHere space, time and modernity**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1994, p. 287-334.
- GOLDENSTEN, Lúcia. Uma avaliação da reestruturação produtiva. In: SACHS, Ignacy et alii (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.210-221.
- GONÇALVES, Reinaldo. A empresa transnacional. In: KUPFER, David e HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 389-411.

_____. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, 45 (4), 1991, p. 491-518.

HOEFLE, John e BAKER, Márcia Merry. A crise mundial de alimentos, obra dos cartéis. In: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **A crise mundial de alimentos: a fome como arma política**. Porto Alegre, 1996, p. 15-31.

IBAÑES, Pablo. Agricultura de precisão: informacionalização agrícola e novos usos do território. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 20003, p. 561-572.

JACKSON, J. B.C. et alii. Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. **Science**, v. 293, july 2001, p. 629-638.

LAGO, Paulo Fernando. Renovação de recursos aquáticos: o exemplo japonês. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis v. 1, n.2., 1982, p. 49-67.

LEFEBVRE, Henri. L'espace et l'État. In: **De L'État 4 : Les contradictions de l'État moderne**. Paris: Union Générale D'Éditions, 1978, p. 259-324.

_____. Les inégalités dans le MPE. In: **De L'État 3 : Le mode de production étatique**. Paris: Union Générale D'Éditions, 1978, p. 269-372.

LENIN, Vladimir I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas**. V.2. Lisboa: Avante, 1984, p. 291-404.

LI, F. Corporate network and the spatial and functional reorganizations of large firms. **Environment and Planning**, vol. 27, 1995, p. 1627-1645.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 3, 1965, p. 63-155.

_____. Gênese e objeto da Geografia. **Geosul**. Florianópolis, v. 14, n. 28, 1999, p. 167-171.

_____. A Geografia e a "formação social como teoria e método". In: SOUZA, Maria A.A . (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. S.Paulo; HUCITEC, 1996, p. 198-206.

MANCKE, Elizabeth. Early modern expansion and the politicization of oceanic space. **The Geographical Review**. American Geographical Society of New York, 89 (2), 1999, p. 225-236.

MANDEL, Ernest. A agricultura na crise ou o carrossel infernal dos lucros da fome. In: **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Campinas: Ensaio/EDUNICAMP, 1990, p. 113-118.

MARTINS, César Augusto Ávila. Empresas na pesca e aqüicultura: anotações do uso do território. **Terra Livre**. São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, 2003, p. 213-223.

MARTINS, José de S. A temporalidade da história na dialética de Henri Lefebvre. In: MARTINS, José de S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 14-23.

MATSUURA, Yasunobo. **O ciclo de vida da sardinha verdadeira**. São Paulo: Instituto Oceanográfico/USP, 1977.

_____. Análise econômica da produção da sardinha na região Sudeste do Brasil. **Boletim do Instituto Oceanográfico**. São Paulo: Instituto Oceanográfico/USP, 1981, p. 57-64.

MELLO, João M. Cardoso e NOVAIS, Fernando A . Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 559-658.

MOMBEIG, Pierre. Capital e Geografia. In: **Novos rumos da Geografia Humana no Brasil**. DIFEL: São Paulo, 1957, p. 215-236.

MORAES, Antônio C.R. O que é território? **Orientação**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, n. 5, 1984, p. 91.

MORAES, Antônio C.R. e COSTA, W.M. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 111-130.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Éster et alii (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização (agentes, processos e escalas)**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 123-152.

_____. Assim se passaram dez anos (a Renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). **GEOgraphia**. Niterói: Departamento de Geografia/UFF, ano 2 n. 3, 2000, p. 18-40.

_____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica (o saber posto em questão)**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 33-64.

MYERS R.A e WORM, B. Rapid worldwide depletion of predatory fish communities. **Nature** , 423, may 2003, p. 280-283.

NUMAM, Geraldo W. O mar e seu aspecto legal. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 31 (226), 1972, p. 16-21.

OLIVEIRA, Francisco. Crise e concentração: quem é quem na indústria paulista. In: **Os direitos do antivalor- a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 121-162.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida. Mudanças e persistências dos hábitos alimentares no Brasil e seus impactos no espaço urbano. **Anais do 8º Encontro de Geógrafos de América Latina**. Santiago, 2001, p. 76-95.

PEDROCO, Giorgio. A indústrias alimentar e as novas formas de conservação. In: FLANDIN, J-L e MONTANARI, M. *et alii*. **História da alimentação**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade. 1998, p. 763-778.

PÉRLES, Catharine. As estratégias alimentares nos tempos pré-históricos. In: FLANDIN, J-L e MONTANARI, M. *et alii*. **História da alimentação**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 763-778.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: uma contribuição para a Geografia das corporações. **Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, ano III, n. 5, 1998, p. 51-66.

REVISTA NACIONAL DA PESCA. Diversos números.

RIBEIRO, Ana Clara T. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, R. e RIBEIRO, Ana C. T. **Brasil: território da desigualdade (descaminhos da modernização)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Fundação Universitária José Bonifácio. 1991, p. 44-55.

RON, Michel. O re-encantamento do território (o território nos rastros da complexidade). In: DANTAS DA SILVA, Aldo e GALENO, A . (orgs.). **Geografia: ciência do complexus- ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ROSSI-WONGTSCHOWSKI, Carmen L.B. Estudo das variações da relação peso total/comprimento total da função do ciclo reprodutivo e comportamento da *sardinella brasiliensis* na costa do Brasil entre 23°S e 28°S. **Boletim do Instituto Oceanográfico**. São Paulo: Instituto Oceanográfico/USP, n. 26, 1977.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente: AGB- Seção Presidente Prudente, n. 13, 1991, p. 141-152.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et alii* (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC: ANPUR, 1994, p. 11-14.

_____. Globalização e redescoberta da natureza. In: **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994a, p.15-28.

_____. O período técnico-científico e os estudos geográficos. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, n. 4, 1985, p. 15-20.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade (ensaios)**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 9-27.

_____. O Estado-Nação como espaço, totalidade e método. In: **Espaço e sociedade (ensaios)**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 28-35.

SEABRA, Manoel F.G. Geografia (s)? **Orientação**. São Paulo: IG/USP, n. 5, 1984, p. 9-18.

SERRANO, José Maria. Regionalización de las grandes empresas mundiales mediados dos los años noventa: algunas considerações geográficas. **Papeles de Geografia**, n. 23-24. Murcia: Universidad de Murcia, 1996, p. 299-320.

SILVA, Armando Corrêa. Contribuição à crítica da crise da Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 13-24.

SILVA, Célia M. Ciclos de Kondratieff e pequena produção mercantil pesqueira. **Geosul**. Florianópolis: UFSC, v. 14, n. 28, 1999, p. 61-76.

SILVA, R.D. A pesca no Brasil. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, ano II, n. 20, 1944, p. 1169/1171.

SOEIRO DE BRITO, Roquel. Agricultores e pescadores portugueses no Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, ano XIX, nº 165, 1961, p. 724-749.

SOUZA, Marcelo J.L. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n. 5, 1988, p. 21-46.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et alii. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 77-116.

TAVARES, Maria da C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 449-489.

TAYLOR, Michael and THIRIFT, Nigel. Business organization, segmentation and location. **Regional studies**. Cambridge UP, v. 17, n.6, 1983, p. 445-460.

TEUTEBERG, Hans e FLANDRIN, J-L. Transformação do consumo alimentar. In: FLANDIN, J-L e MONTANARI, M. *et alii*. **História da alimentação**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade. 1998, p. 708-728.

URTEAGA, Luis. Los recursos naturales y la nueva Geografía Política del mar. **Geo crítica**. Barcelona, n. 75, mayo/1988.

VAINER, Carlos B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o local? **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio Janeiro, v. 1, 2001, p. 140-151.

VIEIRA, M.M.F. et alii. Fatores institucionais determinantes da configuração dos campos organizacionais da pesca no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: 38 (6), nov/dez, 2004, p. 947-977.

VIRUELA MARTÍNEZ, Rafael. Las comunidades pesqueras ante la crisis de las pesquerías y el cambio económico. Valencia: **Cuadernos de Geografía** n. 57, 1995 p.153-182.

YEUNG, Henri Wai-Chung. Critical reviews of geographical perspectives on business organizations and organization of production: towards a network approach. **Progress in Human Geography**. n. 18 (4), 1994, p. 460-490,

ZYLBERSZTAJN, Décio. Conceitos gerais, evolução e apresentação dos sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Décio e NEVES, marcos F. (orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 1-21.

PUBLICAÇÕES AVULSAS

ALLEN, Adriana. **The political economy of industrial restructuring and environmental management in Argentina- the case study of the fish industry in the city of Mar del Plata**. Workshop papers: Cities of the South: sustainable for whom? Geneva, may 3-6/2000.

ALMEIDA, Maria Teresa de A. et alli. **Identificação das Possíveis Fontes de Contaminação das Águas que Margeiam a Cidade do Rio Grande-RS**. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 1993. (Série documentos técnicos, n. 06)

ANÁLISE SETORIAL. **A Indústria de pescado**. 2 v. São Paulo: Gazeta Mercantil, 2003

CENTRO DE INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE. **Perfil da indústria pesqueira do Rio Grande**. Rio Grande: CIRG, 1980

CUNHA, Altivo R. de A.A . **Um novo enredo para uma velha história? Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar**. B.Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003. 13 p. (texto para discussão, 187).

FAVERET FILHO, Paulo e SIQUEIRA, Sandra Helena.. **Panorama da pesca marítima no mundo e no Brasil**. Brasília: BNDES Setorial, n. 5, março de 1997.

FINCO, M. V. A . e ABDALLAH, P.R. **Análise econômica da atividade pesqueira no município do Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2002 (relatório de pesquisa).

IBAMA. **Levantamento de dados da atividade pesqueira na Baía de Guanabara como subsídio para a avaliação de impactos ambientais e a gestão da pesca**. Rio de Janeiro, 2002.

IPEA/COMIF. **Relatório de avaliação dos incentivos fiscais regidos pelo Decreto-lei nº 1.376 (12/12/74)**. Brasília: IPEA, 1986.

JABLONSKI, Sívio e SILVA, Carlos E. M. **Inventário da pesca no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Oceanografia/UERJ, 1996.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). La profesión más peligrosa. **Revista Trabajo** n. 33. Ginebra, febrero de 2000.

_____. **La seguridad y la salud en las industrias pesqueras**. Ginebra, 1999.

SACCARDO, Suzana Anita e ISAAC-NAHUM, Victória J. Biología e disponibilidad de sardinha na costa Sudeste do Brasil. Brasília: SUDEPE, 1985 (série Doc. Téc. nº 33).

SCHWINGEL, Paulo R. e CASTELLO, Jorge P. **Programa para o desenvolvimento da pescaria da anchoita (*Engraulis anchoita* no Sul do Brasil)**. Brasília/Itajaí: Univali, 2000.

SINDIPI/OCEANSAT/SATPEIXE/QUAKER. **Relatório do 1º Seminário de captura e produtividade do atum no Brasil**. Bombinhas/SC, 1996.

YESAKI, M. e BEGER, K. **Histórico da evolução da pesca industrial no Rio Grande**. Brasília: SUDEPE/PDP, 1975 (Doc. Técnicos n. 11).

ANEXO

Anexo 1



Presidência da República

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das prerrogativas que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

DECRETA:

CAPÍTULO Da Pesca

I

Art 1º Para os efeitos dêste Decreto-lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida.

Art 2º A pesca pode efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos;

§ 1º Pesca comercial é a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.

§ 2º Pesca desportiva é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial;

§ 3º Pesca científica é a exercida unicamente com fins de pesquisas por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para êsse fim.

Art 3º São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art 4º Os efeitos dêste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dêle decorrentes, se estendem especialmente:

a) às águas interiores do Brasil;

b) ao mar territorial brasileiro;

c) às zonas de alto mar, contíguas ou não ao mar territorial, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil;

d) à plataforma continental, até a profundidade que esteja de acôrdo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.

CAPÍTULO II
Da Pesca Comercial
TÍTULO I
Das Embarcações Pesqueiras

Art 5º Consideram-se embarcações de pesca as que, devidamente autorizadas, se dediquem exclusiva e permanentemente à captura, transformação ou pesquisa dos seres animais e vegetais que tenham nas águas seu meio natural ou mais freqüente de vida.

Parágrafo único. As embarcações de pesca, assim como as redes para pesca, comercial ou científica, são consideradas bens de produção.

Art 6º Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências das autoridades marítimas, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo implicará na interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

Art 7º As embarcações de pesca de qualquer natureza, seus tripulantes e proprietários, excetuada a competência do Ministério da Marinha, no que se refere à Defesa Nacional e à segurança da navegação, e a do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no que se refere à previdência social, ficam sujeitos às disposições dêste Decreto-lei.

Art 8º O registro de propriedade de embarcações de pesca será deferido pelo Tribunal Marítimo exclusivamente a brasileiros natos e naturalizados ou a sociedades organizadas no País.

Art 9º As embarcações estrangeiras sòmente poderão realizar atividades pesqueiras nas águas indicadas no art. 4º dêste Decreto-lei, quando autorizadas por ato do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

Parágrafo único. Para os efeitos dêste Decreto-lei, a infração a êste artigo constitui delito de contrabando, podendo o Poder Público determinar a interdição da embarcação, seu equipamento e carga, e responsabilizar o comandante nos têrmos da legislação penal vigente.

Art 10. As pequenas embarcações de pesca poderão transportar livremente as famílias dos pescadores, produto de pequena lavoura ou indústria doméstica.

Art 11. Os comandantes das embarcações destinadas à pesca deverão preencher os mapas fornecidos pelo órgão competente, entregando-os ao fim de cada viagem ou semanalmente.

Art 12. As embarcações de pesca desde que registradas e devidamente licenciadas, no curso normal das pescarias, terão livre acesso a qualquer hora do dia ou da noite aos portos e terminais pesqueiros nacionais.

Art 13. O comando das embarcações de pesca costeira ou de alto mar, observadas as definições constantes no Regulamento do Tráfego Marítimo, só será permitido a pescadores que possuam, pelo menos, carta de patrão de pesca, conferida de acordo com os Regulamentos.

Art 14. Os regulamentos marítimos incluirão dispositivos especiais que favoreçam às embarcações pesqueiras, no que se refere à fixação da lotação mínima da guarnição, equipamentos de navegação e pesca, saídas, escalas e arribadas, e tudo que possa facilitar uma operação mais expedita.

Art 15. As embarcações de pesca devidamente autorizadas ficam dispensadas de qualquer espécie de taxas portuárias, salvo dos serviços de carga e descarga, quando, por solicitação do armador, forem realizadas pela respectiva Administração do Pôrto.

Art 16. O Instituto de Resseguros do Brasil estabelecerá prêmios especiais para as embarcações pesqueiras legalmente autorizadas.

Art 17. Não se aplicam às embarcações de pesca as normas reguladoras de tráfego de cabotagem.

TÍTULO II Das Emprêsas Pesqueiras

Art 18. Para os efeitos dêste Decreto-lei define-se como "indústria da pesca", sendo conseqüentemente declarada "indústria de base", o exercício de atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização dos sêres animais ou vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais freqüente de vida.

Parágrafo único. As operações de captura e transformação de pescado são consideradas atividades agropecuárias para efeito dos dispositivos da [Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965](#) que institucionalizou o crédito rural e do [Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967](#), que dispõe sobre títulos de crédito rural.

Art 19. Nenhuma indústria pesqueira, seja nacional ou estrangeira poderá exercer suas atividades no território nacional ou nas águas sob jurisdição deste Decreto-lei, sem prévia autorização do órgão público federal competente devendo estar devidamente inscrita e cumprir as obrigações de informação e demais exigências que forem estabelecidas.

Parágrafo único. Qualquer infração aos dispositivos dêste artigo importará na interdição do funcionamento do estabelecimento respectivo sem prejuízo da multa que fôr aplicável.

Art 20. As indústrias pesqueiras que se encontrarem em atividade na data da vigência dêste Decreto-lei, deverão dentro de 120 dias, solicitar sua inscrição na forma do artigo anterior.

Art 21. As obras e instalações de novos portos pesqueiros bem como a reforma dos atuais, estão sujeitas à aprovação do órgão público federal competente.

TÍTULO III Da Organização do Trabalho e Bordo das Embarcações de Pesca

Art 22. O trabalho a bordo dos barcos pesqueiros é essencialmente descontínuo, tendo, porém, os tripulantes o direito a um descanso diário ininterrupto, seja a bordo ou em terra, de pelo menos oito horas, a menos que se torne necessário interrompê-lo para a efetivação de turnos extraordinários que terão duração máxima de duas horas.

Art 23. A guarnição das embarcações de pesca é de livre determinação de seu armador, respeitadas as normas mínimas estabelecidas pelo órgão competente para a segurança da embarcação e de sua tripulação.

Art 24. Na Composição da tripulação das embarcações de pesca será observada a proporcionalidade de estrangeiros prevista na Consolidação das Lei do Trabalho.

Art 25. Os tripulantes das embarcações pesqueiras deverão, obrigatoriamente, estar segurados contra acidentes de trabalho, bem como filiados a instituições de Previdência Social.

Parágrafo único. O armador que deixar de observar estas disposições será responsabilizado civil e criminalmente, além de sofrer outras sanções de natureza administrativa que venham a ser aplicadas.

TÍTULO IV Dos Pescadores Profissionais

Art 26. Pescador profissional é aquele que, matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida.

Parágrafo único. A matrícula poderá ser cancelada quando comprovado que o pescador não faça da pesca sua profissão habitual ou quando infringir as disposições deste Decreto-lei e seus regulamentos, no exercício da pesca.

Art 27. A pesca profissional será exercida por brasileiros natos ou naturalizados e por estrangeiros, devidamente autorizados pelo órgão competente.

§ 1º É permitido o exercício da pesca profissional aos maiores de dezoito anos;

§ 2º É facultado o embarque de maiores de quatorze anos como aprendizes de pesca, desde que autorizados pelo Juiz competente.

Art 28. Para a obtenção de matrícula de pescador profissional é preciso autorização prévia da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ou de órgão nos Estados com delegação de poderes para aplicação e fiscalização deste Decreto-lei.

§ 1º A matrícula será emitida pela Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, de acordo com as disposições legais vigentes.

§ 2º Aos aprendizes será expedida matrícula provisória.

CAPÍTULO III Das Licenças para Amadores de Pesca e para Cientistas

Art 29. Será concedida autorização para o exercício da pesca a amadores, nacionais ou estrangeiros, mediante licença anual.

§ 1º A concessão da licença subordinar-se-á ao pagamento de uma taxa mínima anual de dois centésimos ao máximo de um quinto do salário-mínimo mensal vigente na Capital da República, tendo em vista o tipo de pesca, a Região e o turismo, de acordo com a tabela a ser baixada pela SUDEPE.

§ 2º O amador de pesca só poderá utilizar embarcações arroladas na classe de recreio.

Art 30. A autorização, pelos órgãos competentes, de expedição científica, cujo programa se estenda à pesca, dependerá de prévia audiência à SUDEPE.

Art 31. Será mantido um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca, que poderão ser organizados distintamente ou em conjunto com os de caça.

Parágrafo único. Os clubes ou associações referidos neste artigo pagarão de registro uma taxa correspondente a um salário-mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art 32. Aos cientistas das instituições nacionais que tenham por lei a atribuição de coletar material biológico para fins científicos serão concedidas licenças permanentes especiais gratuitas

CAPÍTULO IV
Das Permissões, Proibições e Concessões
TÍTULO I
Das Normas Gerais

Art 33. Nos limites dêste Decreto-lei, a pesca pode ser exercida no território nacional e nas águas extraterritoriais, obedecidos os atos emanados do órgão competente da administração pública federal e dos serviços dos Estados, em regime de Acôrdo.

§ 1º A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção, serão fixados pela SUDEPE.

§ 2º A pesca pode ser transitória ou permanentemente proibida em águas de domínio público ou privado.

§ 3º Nas águas de domínio privado, é necessário para pescar o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, observados os arts. 599, 600, 601 e 602 do Código Civil.

Art 34. É proibida a importação ou o exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas nas águas interiores, sem autorização da SUDEPE.

Art 35. É proibido pescar:

- a) nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente;
- b) em locais onde o exercício da pesca cause embaraço à navegação;
- c) com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que em contato com a água, possam agir de forma explosiva;
- d) com substâncias tóxicas;
- e) a menos de 500 metros das saídas de esgotos.

Parágrafo único. As proibições das alíneas "c" e "d" dêste artigo não se aplicam aos trabalhos executados pelo Poder Público, que se destinem ao extermínio de espécies consideradas nocivas.

Art 36. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Parágrafo único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público.

Art 37. Os efluentes das rêdes de esgotos e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados às águas, quando não as tornarem poluídas.

§ 1º Considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas das águas, que possa constituir prejuízo, direta ou indiretamente, à fauna e à flora aquática.

§ 2º Cabe aos governos estaduais a verificação da poluição e a tomada de providências para coibi-la.

§ 3º O Govêrno Federal supervisionará o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art 38. É proibido o lançamento de óleos e produtos oleosos nas águas determinadas pelo órgão competente, em conformidade com as normas internacionais.

TÍTULO II Dos Aparelhos de Pesca e sua Utilização

Art 39. A SUDEPE competirá a regulamentação e contrôle dos aparelhos e implementos de toda natureza suscetíveis de serem empregados na pesca, podendo proibir ou interditar o uso de quaisquer dêsses petrechos.

TÍTULO III Da Pesca Subaquática

Art 40. O exercício da pesca subaquática será restringido a membros de associações que se dediquem a êsse esporte, registrados na forma do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os pescadores profissionais, devidamente matriculados, poderão dedicar-se à extração comercial de espécies aquáticas, tais como moluscos, crustáceos, peixes ou algas, por meio de aparelhos de mergulho de qualquer natureza.

TÍTULO IV Da Pesca e Industrialização de Cetáceos

Art 41. Os estabelecimentos destinados ao aproveitamento de cetáceos em terra, denominar-se-ão Estações Terrestres de Pesca da Baleia.

Art 42. A concessão para a construção dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, será dada a pessoa jurídica de comprovada idoneidade financeira, mediante apresentação de plano completo das instalações.

§ 1º No caso dêste artigo, o concessionário dentro de 2 (dois) anos, deverá concluir as instalações do equipamento necessário ao funcionamento do estabelecimento;

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que o interessado tenha completado as instalações poderá ser concedido nôvo prazo até o limite máximo de 1 (um) ano, de acôrdo com o resultado da inspeção que a SUDEPE realizar, findo o qual caducará a concessão, caso as instalações não estejam completadas.

Art 43. A autorização para a pesca de cetáceos pelas Estações Terrestres previstas neste Decreto-lei, somente serão outorgadas se as instalações terrestres ou navios-usina desses estabelecimentos apresentarem condições técnicas para o aproveitamento total dos seus produtos e subprodutos.

Art 44. A distância entre as Estações Terrestres deverá ser no mínimo de 250 milhas.

Art 45. Os períodos e as quantidades de pesca de cetáceos serão fixados pela SUDEPE.

TÍTULO V Dos Invertebrados Aquáticos e Algas

Art 46. A exploração dos campos naturais de invertebrados aquáticos, bem como de algas, só poderá ser feita dentro de condições que forem especificadas pela SUDEPE.

Art 47. A descoberta do campo natural de invertebrados aquáticos ou de algas deverá ser comunicada à SUDEPE no prazo de sessenta dias, discriminando-se sua situação e dimensão.

Art 48. À SUDEPE competirá também:

- a) a fiscalização sanitária dos campos naturais e parques artificiais de moluscos;
- b) a suspensão de exploração em qualquer parque ou banco, quando as condições o justificarem.

Art 49. É proibido fundear embarcações, ou lançar detritos de qualquer natureza, sobre os bancos de moluscos devidamente demarcados.

TÍTULO VI Da Aquicultura e seu Comércio

Art 50. O Poder Público incentivará a criação de Estações de Biologia e Aquicultura federais, estaduais e municipais, e dará assistência técnica às particulares.

Art 51. Será mantido registro de aquicultores amadores e profissionais.

Parágrafo único. Os aquicultores profissionais, pagarão taxa anual correspondente a um quinto do salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art 52. As empresas que comerciarem com animais aquáticos ficam sujeitas a registro na SUDEPE e pagarão taxa anual equivalente a metade do salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

CAPÍTULO V Da Fiscalização

Art 53. A fiscalização da pesca será exercida por funcionários, devidamente credenciados, os quais, no exercício dessa função, são equiparados aos agentes de segurança pública.

Parágrafo único. A esses servidores é facultado porte de armas de defesa, que lhes será fornecido pela Polícia mediante solicitação da SUDEPE, ou órgão com delegação de poderes, nos Estados.

Art 54. Aos servidores da fiscalização da pesca fica assegurado o direito de prender e autuar os infratores de qualquer dispositivo deste Decreto-lei.

§ 1º A autorização supra é extensiva aos casos de desacato praticado contra êstes mesmos servidores;

§ 2º Sempre que no cumprimento dêste Decreto-lei houver prisão de contraventor, deve ser êste recolhido à Delegacia Policial mais próxima, para início de respectiva ação penal.

CAPÍTULO VI Das Infrações e das Penas

Art 55. As infrações aos arts. 11, 13, 24, 33 § 3º, 35 alínea "e" , 46, 47 e 49, serão punidas com a multa de um décimo até a metade de um salário mínimo mensal vigente na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

Art 56. As infrações aos arts. 29 §§ 1º e 2º, 30, 33 parágrafos 1º e 2º, 34, 35 alíneas "a" e "b" , 39 e 52, serão punidas com a multa de um décimo até um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão dos petrechos e do produto da pescaria, dobrando-se a multa na reincidência.

Art 57. As infrações ao art. 35, alíneas "c" e "d" serão punidas com a multa de um a dois salários mínimos mensais vigentes na Capital da República.

Art 58. As infrações aos arts. 19, 36 e 37 serão punidas com a multa de um a dez salários mínimos mensais vigentes na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

Art 59. A infração ao art. 38 será punida com a multa de dois a dez salários mínimos vigentes na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

§ 1º Se a infração fôr cometida por imprudência, negligência, ou imperícia, deverá a embarcação ficar retida no pôrto até solução da pendência judicial ou administrativa;

§ 2º A responsabilidade do lançamento de óleos e produtos oleosos será do comandante da embarcação.

Art 60. A infração ao art. 45 será punida com a multa de dois a dez salários-mínimos mensais vigentes na Capital da República, elevada ao dôbro na reincidência.

Art 61. As infrações aos arts. 9º e 35 alíneas "c" e "d", constituem crimes e serão punidas nos têrmos da legislação penal vigente.

Art 62. Os autores de infrações penais cometidas no exercício da pesca ou que com esta se relacionem, serão processados e julgados de acôrdo com os preceitos da legislação penal vigente.

Art 63. Os infratores-presos em flagrante, que resistirem violentamente, serão punidos em conformidade com o art. 329 do Código Penal.

Art 64. Os infratores das disposições dêste Capítulo, quando cometerem nova reincidência, terão suas matrículas ou licenças cassadas, mediante regular processo administrativo, facultada a defesa prevista nos arts. 68 e seguintes dêste Decreto-lei.

Parágrafo único. Cassada a licença ou matrícula, nos termos deste artigo, a nova reincidência implicará na autuação e punição do infrator de acordo com o art. 9º e seu parágrafo da Lei das Contravenções Penais. Estas disposições aplicam-se igualmente àqueles que não possuam licença ou matrícula.

CAPÍTULO VII Das Multas

Art 65. As infrações previstas neste Decreto-lei, sem prejuízo da ação penal correspondente, sujeitam os infratores ao pagamento de multa na mesma base estabelecida no Capítulo anterior.

Art 66. As multas de que cogita o artigo anterior serão impostas por despacho da autoridade competente em processo administrativo.

Art 67. Verificada a infração, os funcionários responsáveis pela fiscalização lavrarão o respectivo auto, em duas vias, o qual será assinado pelo autuante e, sempre que possível, por duas testemunhas.

Art 68. Aos infratores será concedido, para a defesa inicial, prazo de dez dias, a contar da data de autuação, sob pena de revelia, cabendo a autoridade julgadora prazo idêntico para decidir.

Art 69. Cada instância administrativa terá dez dias de prazo para julgamento dos recursos.

Art 70. Decorridos os prazos e não sendo paga a multa a dívida será inscrita e a certidão remetida ao juízo competente para cobrança executiva.

Art 71. A indenização do dano causado aos viveiros, açudes e fauna aquática de domínio público, avaliada no auto de infração, será cobrada por via administrativa ou judicial, caso não seja ressarcida.

Art 72. As rendas das licenças, multas ou taxas referentes ao exercício da pesca, serão recolhidas ao Banco do Brasil S. A. à ordem da SUDEPE, sob o título "Recursos da Pesca".

CAPÍTULO VIII Disposições Transitórias e Estimulativas TÍTULO I Das Isenções em Geral

Art 73. É concedida, até o exercício de 1972, isenção do imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, ferramentas dispositivos e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE na forma das disposições regulamentares.

Art 74. Os benefícios do artigo anterior estendem-se, por igual prazo, à importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e os respectivos sobressalentes, ferramentas e acessórios, quando seja realizada por pessoas jurídicas que fabriquem bens de produção, petrechos de pesca destinados à captura, industrialização, transporte e comercialização do pescado, de acordo com os projetos industriais aprovados por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

Art 75. As isenções de que tratam os artigos 73 e 74 não poderão beneficiar embarcações de pesca, máquinas, equipamentos e outros produtos:

a) cujos similares produzidos no país e registrados com êsse caráter, observem as seguintes normas básicas:

I - Preço não superior ao custo de importação em cruzeiros do similar estrangeiro, calculado com base no preço normal, acrescido dos tributos que incidem sobre a importação, e de outros encargos de efeito equivalente;

II - Prazo de entrega normal ou corrente para o mesmo tipo de mercadoria;

III - Qualidade equivalente e especificações adequadas.

b) enquadrados em legislação específica;

c) considerados pela SUDEPE tènicamente obsoletos para o fim a que se destinarem.

Art 76. As pessoas jurídicas beneficiadas não poderão, sem autorização da SUDEPE, alienar ou transpassar a propriedade, uso e gôzo dos bens e elementos que tiverem sido importados em conformidade ao art. 73 do presente decreto-lei.

§ 1º A SUDEPE concederá a referida autorização, de plano no caso de o nôvo titular ser também pessoa jurídica beneficiada pelas isenções do presente decreto-lei ou ainda quando os bens respectivos tiverem sido adquiridos, pelo menos, com 3 (três) anos de antecedência à pretendida transferência.

§ 2º Nos demais casos a SUDEPE só poderá autorizar a transferência uma vez comprovado o pagamento prévio de todos os impostos ou ônus isentados na primeira aquisição e sempre que a transferência seja uma operação ocasional da empresa interessada.

Art 77. Ficam isentas do Impôsto de Produtos Industrializados até o exercício de 1972, inclusive, as embarcações de pesca, rêdes a partes de rêdes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou à científica.

Art 78. Será isento de quaisquer impostos e taxas federais até o exercício de 1972 inclusive, o pescado industrializado ou não no país e destinado ao consumo interno ou à exportação.

Art 79. A importação de bens doados à SUDEPE por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, independerá de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

TÍTULO II

Das Deduções Tributárias para Investimentos

Art 80. Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, gozarão até o exercício financeiro de 1972, de isenção do Impôsto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com elação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

§ 1º O valor de qualquer das isenções amparadas por êste artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada, até o fim do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver sido gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e

mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital", a fração do valor nominal das ações ou valor da isenção que não possa ser comodamente distribuída entre os acionistas.

§ 2º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente à vista de declaração emitida pela SUDEPE, de que a empreendimento satisfaz às condições exigidas pelo presente decreto-lei.

§ 4º O recebimento de ações, quotas e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo não sofrerá incidência do imposto de renda.

Art 81. Todas as pessoas jurídicas registradas no país, poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais, até o exercício financeiro de 1972, o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor, do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras que a SUDEPE declare, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da pesca no país.

§ 1º As atividades pesqueiras referidas no " caput " deste artigo incluem a captura, industrialização transporte e comercialização de pescado.

§ 2º Os benefícios de que trata o " caput " deste artigo, somente serão concedidos se o contribuinte que os pretender ou a empresa beneficiária da aplicação satisfizesse as demais exigências deste decreto-lei, concorrerem efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo aplicados ou investidos no projeto, devendo a proporcionalidade de participação ser fixada pelo Regulamento.

§ 3º Para pleitear os benefícios de que trata o " caput " deste artigo, a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, indicar, na sua declaração de rendimentos, que pretende obter os fatores do presente decreto lei.

§ 4º A pessoa jurídica deverá em seguida, depositar no Banco do Brasil S.A. as quantias que deduzir do seu imposto de renda e adicionais, em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após a aprovação de projeto específico na forma deste decreto-lei.

§ 5º A análise dos projetos e programas que absorvem recursos dos incentivos fiscais previstos neste decreto-lei poderá ser executada pela SUDEPE ou por entidades financeiras ou técnicas que tenham contrato ou delegação da SUDEPE para a prestação deste serviço.

§ 6º Os títulos de qualquer natureza, ações, quotas ou quinhões de capital, representativos dos investimentos de correntes da utilização do benefício fiscal de que trata este artigo, terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco (5) anos, a partir da data da subscrição.

§ 7º Excepcionalmente, poderá a SUDEPE admitir que os depósitos a que se refere o " caput " deste artigo sejam aplicados no projeto beneficiado, sob a forma de créditos em nome da pessoa jurídica depositante, registrados em conta especial e somente exigíveis em prestações anuais não inferiores a 20%, cada uma, depois de expirado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no parágrafo anterior deste artigo.

§ 8º O mesmo contribuinte poderá utilizar a dedução de que trata o " caput " dêste artigo em mais de um projeto, aprovado na forma do presente decreto-lei, ou efetuar novos descontos em exercício financeiro subsequente, para aplicação no mesmo projeto.

§ 9º Verificado que a pessoa jurídica não está aplicando, no projeto aprovado, os recursos liberados, ou que êste esta sendo executado diferentemente das especificações com que foi aprovado, poderá a SUDEPE tornar sem efeito os atos que reconheceram o direito da empresa aos favores dêste decreto-lei e tomar as providências para a recuperação dos valores correspondentes aos benefícios já utilizados.

§ 10. Conforme a gravidade da infração a que se refere o paragrafo anterior, caberão as seguintes penalidades, a critério da SUDEPE:

a) multa de até 10% (dez por cento) sôbre os recursos liberados e juros legais no caso de inobservância de especificações técnicas;

b) multa mínima de 50% (cinquenta por cento) e máxima de 100% (cem por cento) sôbre os recursos liberados nos casos de mudança integral da natureza do projeto ou do desvio dos recursos para aplicação em projeto ou atividade diversa da aprovada.

§ 11. No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata o " caput " dêste artigo.

a) não prevalecera para a pessoa jurídica depositante a exigência de pagamento de 10% (dez por cento) do capital, ou seu respectivo deposito, prevista nos incisos 2º e 3º do artigo 38, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;

b) 50% (cinquenta por cento) pelo menos, das ações representativas da referida subscrição serão preferenciais, sem direito a voto independentemente do limite estabelecido no parágrafo unico do art. 3º do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940;

§ 12. Os descontos previstos no " caput " dêste artigo não poderão exceder, isolada ou conjuntamente em cada exercício financeiro, de 50% (cinquenta por cento) do valor total do impôsto de renda e adicionais a que estiver sujeita a pessoa juridica interessada.

Art 82. A SUDEPE poderá firmar convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) objetivando simplificar a análise técnica e aprovação dos projetos e programas relacionados com atividades pesqueiras nas areas de ação dêstes organismos de desenvolvimento regional, que utilizem recursos provenientes das deduções do Impôsto de Renda.

Art 83. Para aplicar os recursos deduzidos na forma do art. 81 dêste Decreto-lei a pessoa jurídica depositante deverá ate 6 (seis) meses após a data do último recolhimento do impôsto de renda que estava obrigada:

a) apresentar de conformidade com o § 5º do art. 81, dentro das normas estabelecidas pela SUDEPE, projeto próprio para investir o impôsto devido;

b) ou, indicar o projeto já aprovado na forma do presente decreto-lei, para investir êsses recursos.

Art 84. Se até o dia 31 de dezembro do ano seguinte à data do último recolhimento a que estava obrigada a pessoa jurídica não houver vinculada os recursos deduzidos na forma do artigo 81 deste decreto-lei, serão estes recolhidos ao Tesouro Nacional por iniciativa da SUDEPE.

Art 85. As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

a) efetuarem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos pesqueiros desde que realizadas de acordo com o projeto aprovado pela SUDEPE;

b) fizerem, como doações a instituições especializadas, públicas ou privadas sem fins lucrativos para a realização de programas especiais de ensino tecnológico da pesca ou de pesquisas de recursos pesqueiros, aprovados pela SUDEPE.

Art 86. As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de suas declarações de rendimentos, as quantias correspondentes às despesas prevista no art. 85, relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto fôr devido, observado o disposto no art. 9º da [Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.](#)

Art 87. Os titulares das Delegacias do Imposto de Renda nas áreas de suas respectivas jurisdições, são também competentes para reconhecer os benefícios fiscais respectivos de que trata o presente decreto-lei.

Art 88. Ressalvados os casos de pendência administrativa ou judicial, deverão os contribuintes não ter débitos relativos a imposto de renda e adicionais para poder gozar das isenções asseguradas pelo presente decreto-lei ou aplicar os recursos financeiros deduzidos na forma do art. 81.

Art 89. As deduções do Imposto de Renda previstas neste decreto-lei e na legislação dos incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM poderão, no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas desde que não ultrapassem, no total, os seguintes limites:

a) 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando as deduções incluírem a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) nas áreas da SUDAM ou SUDENE isolada ou conjuntamente;

b) 25% (vinte e cinco por cento) do imposto devido quando as deduções se destinarem unicamente, à aplicação fora das áreas da SUDAM e SUDENE.

Art 90. Ressalvadas as competências próprias de fiscalização dos tributos federais, a SUDEPE controlará o fiel cumprimento deste Decreto-lei.

CAPÍTULO IX Disposições Finais

Art 91. O Poder Público estimulará e providenciará:

a) a criação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, ou junto às atuais Colônias de Pescadores;

b) a criação de postos e entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas.

Parágrafo único. Os planos e os regulamentos dos Postos e Entrepostos de Pesca serão elaborados com a audiência da SUDEPE.

Art 92. Quando o interesse público o exigir, será determinada a obrigatoriedade da comercialização do pescado através dos postos e entrepostos de pesca.

Art 93. Fica instituído o Registro Geral da Pesca, sob a responsabilidade da SUDEPE.

Parágrafo único. O registro dos armadores de pesca e das indústrias que se dediquem à transformação e comercialização do pescado será feito mediante o pagamento de uma taxa anual correspondente a um salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art 94. As Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, serão reorganizadas e suas atividades regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Até que seja definida a nova jurisdição e regulamentado o funcionamento das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação dos Pescadores, poderão ser destinadas, através da SUDEPE, verbas específicas no Orçamento da União, para a manutenção e execução dos programas de assistência médica e educacional, propiciados por essas entidades aos pescadores profissionais e suas famílias.

Art 95. A SUDEPE poderá doar à órgãos federais, estaduais, municipais, paraestatais e associações profissionais de pescadores, seus hospitais e materiais hospitalares ou, mediante convênios, acordos ou ajustes, outorgar a administração dos mesmos a essas entidades.

Art 96. A SUDEPE poderá fazer a revenda de embarcações, motores e equipamentos destinados à pesca e conceder empréstimo para a aquisição dos mesmos, aos pescadores individualmente, às Colônias e às Cooperativas de Pescadores.

Art 97. Fica extinta a taxa de 3% (três por cento) sobre o valor de venda do pescado nos Entrepostos e Postos de recepção, criada pelo Decreto-lei nº 9.022, de 28 de fevereiro de 1946.

Art 98. O Poder Executivo regulamentará o presente decreto-lei, no que fôr julgado necessário à sua execução.

Art 99. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados os Decretos-lei nº 794 de 19 de outubro de 1938, nº 1.631 de 27 de setembro de 1939 e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Severo Fagundes Gomes
Roberto Campos

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.2.1967

APÉNDICE

O objetivo do apêndice é apresentar parte da trajetória da pesquisa realizada, assumindo suas implicações e especialmente as muitas limitações que foram se apresentando no desafio de produzir uma tese que trata de firmas/grupos econômicos nacionais e transnacionais instalados em diversos pontos do território brasileiro. Assim, dividimos o apêndice em nove itens:

1. o primeiro esforço foi a identificação e manuseio adequado de uma bibliografia que ao mesmo tempo era escassa e diversa. Diversa no sentido de que procuramos estudos sobre a biologia da sardinha e dos atuns, sobre a história e a tecnologia da alimentação e de uma das análises possíveis na Geografia que possui pouca evidência nos últimos anos: a interlocução com a Economia. As fontes eram escassas, pois há poucos estudos sobre a atividade pesqueira e especialmente sobre a indústria da pesca. Realizamos pesquisas em bibliotecas e acervos diversos: na FURG, na UFSC, na UFRGS, nas bibliotecas do IBAMA de Florianópolis, do Rio de Janeiro, de Brasília, na UNICAMP, no ITAL (Instituto de Tecnologia de Alimentos) de Campinas, na UFRJ, na USP, na UFF e nos acervos do IBGE em Florianópolis, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro;
2. sobre a identificação das fábricas que enlatam pescado: a pesquisa foi realizada com o monitoramento daquelas que possuem registro no Serviço de Inspeção Federal e podem comercializar seus produtos em todo o território nacional. Fizemos contato via telefone e/ou e-mail para confirmar a manutenção do enlatamento de pescado;

3. realizamos entrevistas abertas com os diretores e/ou gerentes das seguintes fábricas: Femepe (sr. Silvio Jovita, com 21 anos de trabalho na firma e assessor do proprietário sr. Orlando Ferreira); Conservas Rubi (Waldemar Tocantins, veterinário e mestre em Engenharia de Alimentos pela UFF e funcionário da firma desde 1985); Conservas Coqueiro/Quaker (sr. Wilson Santos, engenheiro industrial formado pela FURG, na firma desde 1975); Conservas Santa Iria/Piracema (sr. Renato Braga Marques, na firma desde 1968). Destacamos a gentileza e a clareza na entrevista do sr. Roberto Wildner, neto do fundador de origem austríaca das conservas Wildner de Biguaçu, que fez parte da última diretoria da firma e atualmente é funcionário do governo do estado de Santa Catarina. Na fase de criação da SEAP-PR e de aquisição da Quaker pela Pepsico e das negociações da diretoria da GDC Alimentos com o grupo espanhol Calvo, os representantes das firmas se negaram a fornecer detalhes sobre as atividades das fábricas. As firmas Atlantic de Niterói e Sul Atlântico de São Gonçalo estavam operando precariamente em função de problemas judiciais e com órgãos de defesa do meio ambiente do governo estadual. Optamos por encaminhar as entrevistas apenas sobre as origens das firmas e de questões gerais sobre o setor;
4. o momento de reestruturação da GDC impediu o acesso aos seus diretores. No período da pesquisa de campo (segundo semestre de 2002 e 2003) a gerência de relações públicas teve o perfil alterado e sua sede foi deslocada de Itajaí para o centro de gestão em São Paulo;

5. não obtivemos qualquer informação no Sindicato das Indústrias da Pesca de São Paulo. Destacamos as entrevistas e a gentileza dos senhores Antônio Carlos Monn, presidente do SINDIPI de Itajaí e Sérgio Ramalho no Sindicato das Indústrias da Pesca do Rio de Janeiro em Niterói que foi um dos formuladores do Decreto 221/67 e após a saída da SUDEPE no começo da década de 1970 foi diretor de firmas de enlatamento no estado do Rio de Janeiro até a sua aposentadoria no começo da década de 1990;

6. sobre a pesquisa nas Juntas Comerciais: objetivamos obter os registros e as operações de cada uma das 40 firmas que enlatavam pescado e constavam no Registro Geral da Pesca de 1976 elaborado pela SUDEPE. Destacamos as diferentes formas de pesquisa:
 - 6.1. na JUCESC em Florianópolis: em função de residir na cidade entre 2000 e 2003 e do baixo custo de cada consulta (R\$ 4,20), pesquisamos diretamente no arquivo com os documentos de cada firma;
 - 6.2. na JUCERGS em Porto Alegre: no período da pesquisa estava proibido o acesso a cada arquivo. Compramos por R\$ 20,00 a certidão simplificada de cada uma das firmas. Atualmente é possível fazer a consulta *on-line* utilizando o nome da firma e/ou o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, fazer o pagamento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e receber pelo correio o documento;
 - 6.3. na JUCESP na cidade de São Paulo: como as firmas que constavam no Registro da SUDEPE não mais operavam e algumas eram partes de grupos econômicos, optamos por realizar o pedido de busca com as cópias dos documentos arquivados. Ao custo de R\$ 16,00 por firma e uma espera de

10 dias úteis retiramos no balcão de atendimento da JUCESP os documentos solicitados e encontrados;

6.4. na JUCERJ na cidade do Rio de Janeiro: o prazo de 30 dias úteis, o custo de R\$ 60,00 para cada uma das 16 firmas e a inexistência de um serviço *on-line* impossibilitaram a consulta aos documentos. A alternativa foi recorrer aos registros na RNP e as entrevistas em Niterói e São Gonçalo;

7. sobre a utilização dos registros do RAIS: contamos com a gentileza dos funcionários do escritório do Ministério do Trabalho e do Emprego em Florianópolis para o empréstimo dos *cd-rom* com os dados a partir de 1986. Porém, confirmamos uma indicação de outros pesquisadores que utilizam a metodologia: quando realizamos estudos setoriais e confrontamos os dados do RAIS com outras fontes há discordâncias importantes nos dados em função das dificuldades operacionais e dos registros até metade dos anos de 1990. Para nosso estudo encontramos uma segunda limitação: os registros do RAIS estão baseados no CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas). No CNAE estão incluídas na rubrica “preparação e preservação do pescado e fabricação de peixes, crustáceos e molusco” desde fábricas que possuem registro nacional até pequenos estabelecimento que somente podem comercializar em seus estados. Para nossa pesquisa a distorção traria conseqüências graves para análise pois elevaria os números de número de estabelecimentos, do emprego e da renda no setor;

8. sobre a utilização do Sistema *alicewb* do MDIC (www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br): a disponibilidade de dados *on-line* das informações completas da balança comercial brasileira desde 1989 é uma fonte confiável e precisa para os

pesquisadores e operadores do comércio internacional. Utilizando a nomenclatura chamada NBM (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) até 1995 e NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) a partir de 1996, o sistema fornece através de e-mail em tabelas no *excel* os dados em quilos e dólar FOB que permite fazer equivalências ao longo do tempo e entre países. Definimos os capítulos 16 (Preparação de carnes, de peixes ou de crustáceos e etc) e 03 (Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos) como centrais para a pesquisa. No primeiro estão incluídos 47 itens e isolamos aqueles relativos aos produtos da pesca e especialmente as chamadas “preparação de sardinhas e atuns”. No segundo que possui 55 itens, trabalhamos os sete relativos aos atuns e sardinhas. Tal procedimento nos permitiu fazer os cálculos que aparecem no capítulo 5, com os totais da balança de pescado e especificamente das importações e das exportações das conservas de sardinha e de atuns e desses para a industrialização. Como limite do sistema esta a exigência do cumprimento do disposto nos artigos 198 e 199 do Código Tributário Nacional que não permite a divulgação de dados sobre os resultados das empresas;

9. sobre a utilização da POF do IBGE: compatibilizamos os diferentes itens do sub-grupo pescado nas três pesquisas utilizadas, em apenas quatro classificações (fresco do mar, fresco de água doce, enlatado e outro). Essa classificação é apresentada na pesquisa de 1978. Fizemos tal opção, pois a POF de 1987-88, apresenta 152 espécies de pescado de água salgada e 62 de água doce e a POF de 1995-1996 mostra apenas nove espécies de água salgada e um item geral de pescado de água doce. Assim, isolamos o pescado enlatado, objeto da pesquisa, das outras formas de consumo de pescado e das diferentes

coletas do IBGE. Não utilizamos os dados da última POF, pois a mesma foi divulgada depois do recorte temporal da pesquisa (2002);

10. sobre as conversões das unidades monetárias: utilizamos a tabela de conversão do dólar fornecido pelo Banco Central com dados que permitem a conversão com valores pela média da venda anual, obtendo um dado confiável e comparável ao longo do tempo. Tal metodologia foi empregada por Brito (2004) em sua pesquisa sobre a Petrobrás no Recôncavo Baiano.